



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 183 - QUINTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		
José Sarney - (PMDB-AP)		
1º VICE-PRESIDENTE		
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		
1º SECRETÁRIO		
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		
2º SECRETÁRIO		
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		
3º SECRETÁRIO		
Mão Santa - (PSC-PI) ⁷		
4ª SECRETÁRIA		
Patrícia Saboya - (PDT-CE) ⁶		
SUPLENTE DE SECRETÁRIO		
1º - César Borges - (PR-BA)		
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)		
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)		

<p>Maioria (PMDB/PP) - 19</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5) Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 10 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 3 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27</p> <p>Líder Raimundo Colombo - DEM (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p>PTB - 8</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	
	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 214ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Nº 669/2009, 21 de outubro último, encaminhando uma via original da Resolução nº 424, de 7 de outubro último, que “Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal”, da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. 60142

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Lembrança às Senhoras e aos Senhores Senadores de que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares, de acordo com o Requerimento nº 151, de 2009, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. 60143

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 2009. 60143

1.2.3 – Pareceres

Nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.278, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Prais, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)*. 60144

Nº 2.087, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.279, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Prais, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à iniciativa de cooperação e de troca re-*

cíproca de informações na fiscalização de obras públicas adotada mediante convênio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. 60147

Nº 2.088, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.482, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando *a indicação de (2) dois Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15 em Copenhague (Dinamarca), a realizar-se no período de 7 a 18 de dezembro de 2009*. 60150

Nº 2.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº 62, de 2009 (nº 1.312/2009, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Mário Luiz Bonsaglia, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público*. 60153

Nº 2.090, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 223, de 2009 (nº 874/2009, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Augusto César Leite de Carvalho, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – SE, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito*. 60158

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, da referida Norma Interna, dos Requerimentos nºs 1.278 e 1.279, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 60164

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.523, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Prais, em *aditamento ao Requerimento nº 1.385, de 2009, solicitando seja alterado o período informado de licença, que passa a ser de 12*

a 18 de dezembro do corrente ano, quando estará em viagem como representante da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal, junto à Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, na cidade de Copenhague, Dinamarca..... 60165

Nº 1.524, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 24 do corrente..... 60165

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares..... 60165

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Apoio à decisão do governo federal, de desistir da implantação do programa Bolsa-Celular..... 60166

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre o protagonismo do Brasil na Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15. Aplauso às propostas do governo brasileiro, com relação às metas de redução de poluentes e desmatamento. Críticas ao posicionamento dos Estados Unidos e da China perante o COP-15. Destaque para a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 6.124/2005, de autoria de S. Exª, que dispõe sobre o crime de discriminação dos portadores do vírus HIV..... 60168

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Relatório das atividades de uma professora – D. Isolina – que ministra aulas em uma ilha no litoral do Paraná para três crianças. Exposição de visitas feitas por S. Exª a diversos municípios paranaenses e as necessidades e demandas das comunidades visitadas..... 60171

1.2.8 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 2009 (nº 6.746/2006, na Casa de origem, do Deputado Júlio Redecker), que dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho; altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000..... 60174

Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 2009 (nº 6.277/2005, na Casa de origem, dos Deputados Geraldo Resende e Antonio Carlos Biffi), que denomina Rodovia Federal Francisco Anselmo Gomes de Barros a BR-359 o trecho Coxim/Alcinópolis..... 60181

Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 2009 (nº 6.328/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que denomina Ferrovia Trans-

nordestina – Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco..... 60184

Projeto de Lei da Câmara nº 289, de 2009 (nº 677/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Roberto Pereira), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia..... 60187

Projeto de Lei da Câmara nº 290, de 2009 (nº 770/2007, na Casa de origem, do Deputado Inocêncio Oliveira), que institui o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano..... 60189

Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 2009 (nº 3.086/2008, na Casa de origem, da Deputada Cida Diogo), que institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º Voto..... 60192

Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009 (nº 2.415/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas), que denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais..... 60194

Projeto de Lei da Câmara nº 293, de 2009 (nº 4.061/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de novembro, em todo o território nacional..... 60199

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 2009..... 60201

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 287 a 293, de 2009..... 60201

Informação sobre mais um serviço oferecido na página inicial do Senado na Internet: as íntegras das atuais Ordens do Dia do Plenário e seus resultados, bem como as pautas semanais das Comissões Permanentes e os respectivos resultados.... 60201

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Necessidade de piso salarial maior tanto para professores quanto para os médicos. Apoio à causa de aposentados e pensionistas. Leitura de email de cirurgião dentista aposentado, cujos vencimentos estão defasados..... 60201

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Considerações sobre a utilização dos cartões de crédito, referindo-se S. Exª às taxas de juros e de financiamento cobradas por essas empresas. Restrição ao fato de haver uma concentração do segmento em apenas duas bandeiras..... 60204

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Registro da aprovação, hoje, das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao projeto de lei orçamentária para 2010. Apelo para que a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte tenha um hospital materno infantil. 60207

SENADOR JOSÉ SARNEY – Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Biló Murad. 60210

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 1.525, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Emílio Biló Murad. 60210

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSVALDO SOBRINHO – Relato sobre participação de S. Ex^a em conclave, na cidade de Buenos Aires, do Parlatino, Parlamento Latino-Americano, com a pauta principal sobre educação a distância. 60211

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item 53 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009 (nº 293/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil. **Aprovado.** À promulgação. 60215

1.3.2 Item 54 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009 (nº 383/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília. **Aprovado.** À promulgação. 60217

1.3.3 Item 55 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009 (nº 789/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007. **Aprovado.** À promulgação. 60218

1.3.4 Item 56 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009 (nº 1.350/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria

de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008. **Aprovado.** À promulgação. 60219

1.3.5 Item 57 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2009 (nº 2.373/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005. **Aprovado.** À promulgação. 60220

1.3.6 Item 58 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009 (nº 1.385/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007. **Aprovado.** À promulgação. 60221

1.3.7 Item 59 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009 (nº 1.052/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007. **Aprovado.** À promulgação. 60222

1.3.8 Item 73 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante). **Aprovado.** 60223

1.3.9 Item 77 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desampensamento do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica). **Aprovado.** 60223

1.3.10 Item 78 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva

para os profissionais da educação básica pública).

Aprovado. 60223

1.3.11 Item 79 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; 86, de 2006; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).* **Aprovado.** 60223

1.3.12 Item 80 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).* **Aprovado.** 60223

1.3.13 Item 81 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.227, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Governo do Estado de São Paulo pela iniciativa de treinar as equipes do Programa de Saúde da Família para ajudar fumantes a largar o vício.* **Aprovado.** 60224

1.3.14 Item 85 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.318, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso aos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, pela realização do “Seminário Pré-Sal e o Futuro do Brasil”.* **Aprovado.** 60224

1.3.15 Item 86 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência*

quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União). **Aprovado.** 60224

1.3.16 Item 89 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia).* **Aprovado.** 60224

1.3.17 Item 90 – (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.414, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (define condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade).* **Aprovado.** 60224

1.3.18 – Pronunciamento

SENADOR RENATO CASAGRANDE, como Líder – Aplauso à decisão do governo brasileiro, em relação às propostas que serão apresentadas na Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas **(COP 15), em Copenhague, referentes ao corte** nas emissões de gases de efeito estufa, e de redução do desmatamento. 60227

1.3.19 – Ordem do Dia (continuação)

1.3.20 – Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 112, de 2009 (nº 528/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.* **Aprovado o Parecer nº 2.091, de 2009-CRE (votação nominal).** 60229

1.3.21 Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 176, de 2009 (nº 743/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.* **Aprovado o Parecer nº 2.092, de 2009-CRE (votação nominal).** 60232

1.3.22 – Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 177, de 2009 (nº 719/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Xavier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas. Aprovado o Parecer nº 2.093, de 2009-CRE (votação nominal).* 60234

1.3.23 Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 201, de 2009 (nº 797/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad Tobago. Aprovado o Parecer nº 2.094, de 2009-CRE (votação nominal).* 60236

1.3.24 Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 231, de 2009 (nº 904/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mauro Luiz Lecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América. Aprovado o Parecer nº 2.095, de 2009-CRE (votação nominal).* 60238

1.3.25 Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 232, de 2009 (nº 905/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Enio Cordeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina. Aprovado o Parecer nº 2.096, de 2009-CRE (votação nominal).* 60241

1.3.26 Item extrapauta – (incluído da pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 2.090, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 223, de 2009 (nº 874/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Augusto César Leite de Carvalho, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – SE, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito. Aprovado.* 60244

1.3.27 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Saudação à cidade de Niterói, pelo transcurso dos 436 anos de sua fundação. 60258

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.526, de 2009, de autoria do Senador José Nery, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 5 a 19 de dezembro de 2009.* 60259

Nº 1.527, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do lutador Pedro Hemérito.* 60259

Nº 1.528, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Hélio Tabosa de Moraes.* 60259

Nº 1.529, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Revista Tatame.* 60259

1.4.3 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.524, de 2009, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 60260

Requerimento nº 1.523, de 2009, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 60260

Requerimento nº 1.482, de 2009, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 60260

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR MARCONI PERILLO – Críticas às declarações feitas pelo Presidente Lula de que órgãos de fiscalização no Brasil atrasam obras do governo. 60260

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas ao Presidente Lula por declarações feitas sobre o Tribunal de Contas da União. 60264

SENADOR JOSÉ NERY – Encaminhamento de pronunciamento em homenagem ao Dia Nacional dos Conselheiros Tutelares do Brasil. 60266

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Carta de Leocádia Prestes ao Presidente Lula, em favor do italiano Cesare Battisti. Apelo ao governo federal pelo andamento de duas obras no Ceará. 60268

1.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 1.530, de 2009, das Lideranças Partidárias, de urgência para o Requerimento nº 1.520, de 2009, que *propõe a criação de Comissão Externa, composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal durante a visita oficial do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Aprovado.* 60270

1.4.6 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.520, de 2009, lido em sessão anterior. **Aprovado**..... 60270

Requerimento nº 1.526, de 2009, lido após a Ordem do Dia. **Aprovado**..... 60271

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Manifestação em defesa dos aposentados. Registro da participação de S. Exa. no 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, sob o lema “Fiscalização em Benefício da Sociedade”. Relato de iniciativas de S. Exa. em prol da transparência e melhor fiscalização na execução de obras públicas..... 60271

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem aos 50 anos da Faculdade de Direito da Universidade de Caxias do Sul. 60273

1.4.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 (onze) membros titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar, as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na Previdência Social*. 60278

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Abordagem dos problemas atuais do sistema público de saúde, apontando como urgente a regulamentação da Emenda 29, além de defender o aperfeiçoamento do Programa Saúde da Família e a ampliação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde. 60285

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Considerações sobre as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE's. Registro de que S. Exa. apresentou projetos que criam ZPE's em três municípios do Piauí: Picos, Floriano e Bom Jesus. Relato de agenda cumprida por S. Exa., nos últimos dias, em viagem pelo interior do Piauí. Registro da redação intitulada “O Brasil dos meus sonhos”, da piauiense Marinêz Maria de Oliveira, apresentada no II Concurso de Redação do Senado Federal. Homenagem pelo transcurso dos 40 anos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). 60290

SENADOR PAULO PAIM – Satisfação com a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, do projeto sobre o fim do fator previdenciário. Anúncio de que a CNBB entrará no debate sobre os aposentados e pensionistas, com a intenção de divulgar uma carta à Nação. Esclarecimento sobre mensagem para cartão de natal..... 60298

1.4.10 – Mensagens do Presidente da República

Nº 240, de 2009 (nº 919/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de

Lei nº 45, de 2009-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de novecentos e dezenove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 12.088, de 11 de novembro de 2009..... 60303

Nº 241, de 2009 (nº 920/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2009 (nº 6.630/2006, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rands), que *proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior*, sancionado e transformado na Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009..... 60304

Nº 242, de 2009 (nº 921/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2009 (nº 2.592/2003, na Casa de origem, do Deputado Max Rosenmann), que *altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino superior e de pesquisa mantidas pelo poder público e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação técnica*, sancionado e transformado na Lei nº 12.090, de 11 de novembro de 2009..... 60304

Nº 243, de 2009 (nº 922/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2009 (nº 821/2007, na Casa de origem, do Deputado Clodovil Hernandes), que *acrescenta inciso VII ao § 2º do art. 81 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais*, sancionado e transformado na Lei nº 12.091, de 11 de novembro de 2009..... 60304

Nº 245, de 2009 (nº 925/2009, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2008 (nº 2.981/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim), que *institui o Dia Nacional do Cerimonialista*, sancionado e transformado na Lei nº 12.092, de 16 de novembro de 2009..... 60304

Nº 246, de 2009 (nº 926/2009, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2009 (nº 3.954/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*, sancionado e transformado na Lei nº 12.093, de 16 de novembro de 2009..... 60304

Nº 247, de 2009 (nº 928/2009, na origem), de 17 do corrente, submetendo à *apreciação do Senado a indicação do Senhor Aldo Luiz Mendes para exer-*

cer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Mário Gomes Torós. 60304

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 244, de 2009 (nº 918/2009, na origem), de 11 do corrente, pela qual o Presidente da República propõe a retificação da Resolução nº 26, de 2009, do Senado Federal, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinaram-se a financiar parcialmente o Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualisUS (Fase I). 60307

1.4.12 – Ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 499/2009, de 16 do corrente, encaminhamdo informações em resposta ao Requerimento nº 1.018, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 60328

1.4.13 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 74, de 2009, de autoria dos Senadores Jefferson Praia e Renato Casagrande, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas. 60328

1.4.14 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 74, de 2009, lido anteriormente. 60331

1.4.15 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Ofício nº 194/2009, de 18 do corrente). Designação do Senador Cícero Lucena, como suplente, para compor a referida Comissão. 60331

Da Liderança do PSDB no Senado, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 195/2009, de 18 do corrente). Designação da Senadora Marisa Serrano, como suplente, para compor a referida Comissão. 60331

Da Liderança do PDT no Senado, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 75/2009, de 18 do corrente). Designação do Senador Acir Gurgacz, como titular, para compor a referida Comissão. 60331

Da Liderança do PDT no Senado, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 76/2009, de 18 do corrente). Designação da Senadora Patrícia Saboya, como suplente, para compor a referida Comissão.. 60331

Da Liderança do PDT no Senado, de indicação de membro para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Ofício nº 77/2009, de 18 do corrente). Designação da Senadora Patrícia Saboya, como titular, para compor a referida Comissão. 60331

Da Liderança do PDT no Senado, de substituição de membros na Comissão de Serviços de Infraestrutura. (Ofício nº 79/2009, de 18 do corrente). 60332

1.4.16 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “O enredo possível da crise”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 26 de agosto último. Registro das matérias intituladas “Estado entra com novo recurso” e “Um programa atrasado”, publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edições de 22 de agosto e 8 de setembro último, respectivamente. 60332

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro das matérias intituladas “Rebelião se alastra pelo País; 20 saem em SP”, “Mais um ‘estudo’ do IPEA” e “Contas públicas tem o pior resultado para o mês de julho em oito anos”, publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edições dos dias 26, 31 e 28 de agosto último, respectivamente. 60336

SENADOR ROMERO JUCÁ – Cumprimentos à equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pelo trabalho desenvolvido em prol da conservação do meio-ambiente. 60339

SENADOR RENATO CASAGRANDE – A frustração diante da decisão de alguns países de descartarem a possibilidade de assinarem um acordo climático internacional na reunião COP-15, em Copenhague, Dinamarca. 60340

1.4.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 19, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 60341

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 18-11-2009

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa
do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 214ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Serys Slhessarenko e
dos Srs. Mão Santa e Osmar Dias*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 21 horas e 19 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/11/2009 07:39:23 até 18/11/2009 21:22:58

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO CORNELLES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSC	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PV	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COITO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTÓ DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 69 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí que passo a ler.

É lido o seguinte:

AL-P-(SGM) Nº 669

Teresina(PI), 21 de outubro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar a esse Senado para seu conhecimento e os fins pertinentes, uma via original da Resolução nº 424, de 7 de outubro de 2009, que **“Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal”**, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Deputado **Themístocles Filho**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 424, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009

Aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, nos termos do Regimento Interno, aprovou, e eu, em obediência ao disposto no referido Regimento, promulgo a seguinte

Resolução

Art. 1º Fica aprovada apresentação, ao Senado Federal, da proposta de Emenda Constitucional constantes do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palácio Petrônio Portella, Teresina (PI), 7 de outubro de 2009. _ Deputado **Themístocles Filho**, Presidente.

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

ALTERA OS ARTS. 22, 24, 61 E 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Art. 1º O inciso I do art. 22 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22

I - direito civil, comercial, penal, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;” (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos XI, XXIV, XXVII e XXIX do art. 22 da Constituição Federal.

Art. 3º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24

XI - direito processual;

XII - previdência social, assistência social e proteção e defesa da saúde;

XVII - licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

XVIII - propaganda comercial;

XIX - trânsito e transporte;

XX - direito agrário.

§ 2º As normas gerais versam sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.

§ 3º Compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar as normas gerais no que for de predominante interesse regional.

§ 4º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 5º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for contrário." (NR)

Art. 4º O § 3º do art. 220 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 220

§ 3º Compete à lei:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente." (NR)

Art. 5º Fica acrescentado ao art. 61 o seguinte § 2º, passando o seu § 2º a vigorar como § 3º:

"Art. 61.

§ 2º Mediante proposta da maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, poderá ser apresentado projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto à criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública e quanto às matérias previstas no art. 165" (NR)

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares, de acordo com o **Requerimento nº 151, de 2009**, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 199, de**

2009 (nº 5.910/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e dá outras providências*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e ao Supremo Tribunal Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 2.086, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

RELATOR: Senador ALVARO DIAS

RELATOR "AD HOC": Senador ROMEU TUMA

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Requerimento nº 1.278, de 2009, apresentado pelo Senador Jefferson Praia, que pretende oferecer voto de aplauso ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela iniciativa de estabelecer, normativamente, a obrigatoriedade de que seus jurisdicionados prestem informações sobre projeto básico das obras públicas de acordo com os padrões técnicos determinados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

O autor do requerimento, em sua justificação, aponta que o objetivo da proposição é *disseminar uma prática exitosa de atuação na fiscalização de obras públicas, que merece o encorajamento desta Casa Legislativa.*

II - ANÁLISE

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que regula a tramitação dos votos de aplauso, determina, em seu caput, sua admissibilidade, quando disserem respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

O estabelecimento de padrões técnicos objetivos para apresentação das informações relativas aos projetos básicos de obras públicas proporciona maior transparência para o processo licitatório dessas obras. Com isso, a atividade de fiscalização da aplicação dos recursos públicos ganha eficiência.

Acreditamos que a iniciativa é valorosa e pode servir como exemplo para o aperfeiçoamento do controle externo em todas as unidades da Federação, afigurando-se legítimo, portanto, o reconhecimento, pelo Senado Federal, do mérito da medida adotada pela Corte de Contas do Estado do Paraná.

III - VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.278, de 2009.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: RAS Nº 1278 DE 2009****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: (AD) HOC: SENADOR ROMEU TUNA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRE)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAN BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRASSIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ABELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELIZEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSAN	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUNA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

PARECER Nº 2.087, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.279, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à iniciativa de cooperação e de troca recíproca de informações na fiscalização de obras públicas adotada mediante convênio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

RELATOR: Senador ALVARO DIAS

RELATOR "AD HOC": Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 1.279, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, tem por objetivo prestar voto de aplauso à iniciativa tomada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do Paraná em firmar convênio de cooperação para troca recíproca de informações relativas à fiscalização de obras públicas.

A apresentação do voto de aplauso é justificada pelo autor do requerimento como meio de fazer com que o convênio em apreço seja conhecido e tomado em consideração pelas instituições envolvidas na fiscalização de obras públicas, de forma que as idéias nele contidas possam ser aproveitadas como importantes subsídios ao aumento da eficácia da defesa do patrimônio público.

II – ANÁLISE

A atividade dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de fiscalizar a atuação profissional de engenheiros, arquitetos e agrônomos tem grande relevância para a sociedade, pois visa garantir a segurança e os atributos técnicos das obras públicas e privadas executadas em todo o Brasil. De maneira semelhante, a atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização das obras públicas é importante na medida em que procura assegurar a correta aplicação dos recursos públicos nesses empreendimentos.

Muito embora a fiscalização executada por essas entidades sobre as obras públicas apresente escopo diferenciado, é possível a celebração de acordos entre elas, orientados para a perseguição de objetivos comuns. O intercâmbio das informações colhidas no exercício das atividades fiscalizatórias de cada uma das entidades, no âmbito de sua atuação, traz benefício para todas elas, aperfeiçoando os serviços que prestam ao corpo social.

O Estado do Paraná, com a celebração de convênio de cooperação entre a Corte de Contas estadual e o CREA, oferece um exemplo ao País de como a sinergia resultante dos esforços comuns dessas instituições pode contribuir para o atendimento dos mais amplos interesses da sociedade.

Os requisitos firmados no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) para a tramitação dos requerimentos de votos de aplauso foram plenamente atendidos, uma vez que a medida que se pretende louvar corresponde, em sua essência, a um acontecimento de alta significação nacional.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.279, de 2009.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES , Presidente


Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 1279 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PBB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLEY	3. MARCELO CRIVELLI
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. MAGIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRANI MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSE AGRIPIO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

PARECER

Nº 2.088, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 1.482, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a indicação de dois Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhague (Dinamarca), a realizar-se no período de 7 a 18 de dezembro de 2009.

RELATOR: Senador EDUARDO SUPLICY

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Requerimento nº 1.482, de 2009, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a necessária autorização para que delegação formada por 2 (dois) Senadores realize viagem oficial à Copenhague, no próximo mês de dezembro, para participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15.

II – ANÁLISE

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em reunião no último dia 28 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa fez a indicação do nome do Senador José Nery como primeiro integrante da delegação, conforme registro de notas taquigráficas constante às fls. 5 (verso) do processado, deixando para designar oportunamente o segundo participante.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, a Comissão requerente informa que os Senadores participantes estarão ausentes do País no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, e solicita as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagens aéreas em favor dos membros da delegação.

III - VOTO

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação da solicitação.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2009;

 , Presidente
 Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONALPROPOSIÇÃO: 605, DE 1482, 2009.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/11/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		Senador Eduardo Azeredo
RELATOR:		Senador Eduardo Suplicy
TITULARES		SUPLENTE(S)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)		
EDUARDO SUPlicy (PT) Relator		1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)		3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)		4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)		5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP		
PEDRO SIMON		1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES		2 - INACIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ		4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE		5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		
EFRAIM MORAIS (DEM)		1 - ADELMEIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)		2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)		3 - JOSÉ AGRUPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)		4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)		5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) Presidente		6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB		
FERNANDO COLLOR		1 - MOZARELDO CAVALCANTI
PDT		
FLÁVIO TORRES		1 - CRISTOVAM DUARQUE

PARECER Nº 2.089, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício nº 62, de 2009, (nº 1.312/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Mário Luiz Bonsaglia, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES

RELATOR: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 18 de novembro de 2009, apreciando o Relatório sobre o Ofício nº 62, de 2009, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor Mário Luiz Bonsaglia para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso II da Constituição Federal, por 45 votos favoráveis, — contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: OFS Nº 62 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Senador Romeu Tuma</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. VAGO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado o Ofício “S” nº 62, de 2009 (Ofício Externo nº 01312 de 09/10/2009, na origem), mediante o qual o Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, submete o nome do Procurador Regional da República - MÁRIO LUIZ BONSAGLIA - para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2009-2011.

Consoante com o disposto no artigo 130-A, da Constituição Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos.

No Senado Federal, a Resolução nº 7, de 2005, atribui a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a competência para sabatar os indicados e emitir parecer sobre a indicação que, aprovada ou rejeitada, será submetida à decisão do Plenário. A referida Resolução estabelece, em seu art. 5º, que as indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:

I – *curriculum vitae* do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;

II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;

IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

V – se o indicado for magistrado ou membro do Ministério Público, declaração de que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato e até 2 (dois) anos após o seu término;

Em obediência aos ditames do mesmo diploma legal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir:

Formação Acadêmica

- 1997-2005 Faculdade de Direito da USP
- Doutorado na área de Direito do Estado, sob a orientação do Prof.

Dalmo de Abreu Dallari

Qualificação Profissional

2008 – 2010 – 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2004 – 2008 – Procuradoria Regional Eleitoral – Procurador Regional Eleitoral no Estado de São Paulo.

1996 – atual – Ministério Público Federal PRR/3ª R. – Procurador Regional da República.

1991-1996 – Procuradoria da República PR/SP

1985-1991 – Procuradoria do Estado de São Paulo – Procurador do Estado de São Paulo.

1990 – 159º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo – Aprovação no concurso de Juiz de Direito.

2005 – 2009 – 1º Vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais - ABMPE

1995 – 2001 – Associação Nacional dos Procuradores da república – Diretor no biênio 1999-2001, Delegado da ANPR em São Paulo nos biênios de 1995-1997 e 1997-1999.

Publicações

É autor de vários artigos sobre temas jurídicos, publicados em diversos periódicos como Correio Brasiliense, Gazeta Mercantil, Boletim dos Procuradores da República, jornal da AJUFESP, Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, etc.

Atividade Docente

Professor colaborador da Escola Superior do Ministério Público da União, na disciplina de Direito Penal Eleitoral.

Participação em Eventos

Palestrante em seminários, encontros, cursos e simpósios.

Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Colóquio sobre o Ministério Público e a Defesa do Regime Democrático.

International Conference on Federalism 2007, em Nova Delhi;

International Conference on Federalism 2005, em Bruxelas;

International Conference on Federalism 2002, na Suíça.

II – VOTO

Diante do exposto, entendemos que os integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação do nome do Procurador Regional da República - **MÁRIO LUIZ BONSAGLIA** - para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2009-2011.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador *Américo de Oliveira* Torres Presidente

Américo de Oliveira Relator

PARECER Nº 2.090, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 223, de 2009, (nº 874/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Augusto César Leite de Carvalho, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – SE, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito.

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES

RELATOR: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 18 de novembro de 2009, apreciando o Relatório sobre a Mensagem nº 223, de 2009, opina pela APPROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor Augusto César Leite de Carvalho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, por 15 votos favoráveis, — contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 223 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
RELATOR: <i>Senador Antonio Carlos Valadares</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLEY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARGA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAN BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NUNTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMO SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUNA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. VAGO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Pela Mensagem nº 223, de 2009, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Senhor AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - SE, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito.

A Constituição Federal, no art. 111-A, estabelece que o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

O art. 52, III, 'a', combinado com o art. 111-A, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta a escolha de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, efetuada pelo Presidente da República, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, 'i', do Regimento Interno desta Casa, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também das normas regimentais do Senado.

Consta dos autos da presente mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I e que passamos a resumir.

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO, é graduado pela Universidade Federal de Sergipe, mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará, em Direito das Relações Sociais pela Universidad Castilla La Mancha e doutorando em Direito das Relações Sociais pela Universidad Castilla La Mancha.

Exerceu a advocacia cível e trabalhista, desde março de 1986 a março de 1988. Provimento no cargo de **Promotor de Justiça**, mediante concurso público, em 08/04/88, com exercício até 03/12/90. Exercício do magistério, como **professor de Direito Penal**, nas Faculdades Integradas Tiradentes, no segundo semestre de 1989. Provimento, mediante concurso público, no cargo de **Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 5ª Região**, em 04/12/90. Exercício do magistério, como **professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho**, no Centro de Estudos Jurídicos, nos períodos 1991/1992 e 1994/1995. Promoção ao cargo de **Juiz Presidente da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju**, em abril de 1993. Exercício do magistério na **Universidade Federal de Sergipe**, como professor substituto, em virtude do provimento através de seleção simplificada, entre 28/03/96 e 27/03/94, lecionando **Direito do Trabalho, Direito Sindical, Prática Forense II – trabalhista e Instituições do Direito**. Provimento, após concurso de provas e títulos, no cargo **Professor Auxiliar de Ensino, nível 1, da Universidade Federal de Sergipe**. Promoção para o Cargo de Professor

Assistente da Universidade Federal de Sergipe, em 04/10/2000, após aprovação em curso de Mestrado em Direito e Desenvolvimento e com exercício até esta data.

Atualmente, Professor Assistente IV. Exercício do magistério como Professor do Curso de Pós- graduação em Direito Material e Processual do Trabalho, promovido pela Universidade Tiradentes, em 2001 e desde 2008. Exercício do magistério como professor do Curso de Prática de Processo do Trabalho, promovido pela Escola Superior da Advocacia e pela OAB/SE, de 27 a 29 de maio de 2002. Promoção ao cargo de desembargador federal do trabalho em 09/05/2003. Presidente do TRT da 20ª Região no biênio 2004/2006. Diretor da EMAT XX – Escola da Magistratura do Trabalho da Vigésima Região desde 2007.

No seu currículo constam, ainda, livros, artigos, monografias publicadas e teses aprovadas em congressos jurídicos, dentre os quais cito:

Capítulo de livro: Inclusão, em 2000, na coletânea doutrinária “Temas Relevantes de Direito Material e Processual do Trabalho: Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo Teixeira Manus” da monografia Contribuição Sindical – Direito de não a receber. Editora LTR. São Paulo-SP.

Capítulo de livro – inclusão, em 2002, na coletânea de filosofia do direito “Hermenêutica Plural”, organizada por Carlos E. de Abreu Boucalt e José Rodrigo Rodriguez, da monografia A Atuação do Direito no Estado Democrático. Editora Martins Fontes. São Paulo-SP.

Capítulo de Livro – inclusão, em 2003, no “Curso de Direito Internacional Contemporâneo: estudo em homenagem ao prof. Luís Ivani de Amorim Araújo pelo seu 80º aniversário”, da monografia Férias na CLT e na Convenção 132 da OIT: normas parcialmente antinômicas. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Livro: Direito Individual do Trabalho, pela Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004.

Livro: Direito Individual do Trabalho, pela Editora Forense, Rio de Janeiro, 2007.

Participou de entidades associativas como Vice-Presidente da AMATRA XX – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Vigésima Região no biênio 92/94. Presidente da AMATRA XX – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Vigésima Região no biênio 96/98. Presidente da AMATRA XX – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Vigésima Região no biênio 98/2000. Membro do conselho fiscal da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho no biênio 99/2001.

Recebeu, também, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Grande Oficial, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Cumprе registrar que o indicado AUGUSTO CÉSAR LETTE DE CARVALHO, em atenção ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, apresentou, além do seu *curriculum vitae* (art. 1º, I); as seguintes declarações:

- 1) parentes que exerceram ou exercem atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atual atividade profissional (art. 1º, II, ‘a’);**
- 2) sociedades de que participou (art.1º, II, ‘b’);**
- 3) regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal (art. 1º, II, ‘c’);**
- 4) ação judicial em que figura como autor (art. 1º, II, ‘d’);**
- 5) juízos e tribunais perante os quais atuou nos últimos cinco anos (art. 1º, II, ‘e’).**

Por fim, também foi encaminhada a esta Comissão a documentação comprobatória prevista no § 2º do art. 1º do Ato em questão, que diz respeito às certidões negativas emitidas pelo fisco tributário e previdenciário, no âmbito federal e local, no caso, do Estado de Sergipe e Município de Aracaju.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor **AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO** para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador *Ambrósio Tones*, Presidente

Walter, Relator

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Requerimentos nºs 1.278 e 1.279, de 2009**, tratam de voto de aplauso, sendo, portanto, matéria de competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, combinado com o art. 101, inciso VII, do Regimento Interno.

Nesse sentido, foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 2.086, de 2009, e 2.087, de 2009**, da referida Comissão, sobre os citados requerimentos, que constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, da referida Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.523, DE 2009

(Aditamento Ao Requerimento Nº 1.385, De 2009)

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 1.385 de 2009, com fulcro no art. 40, do RISF, seja alterado o período informado de licença de comparecimento das Sessões Deliberativas do Senado Federal, que passa a ser de 12 a 18 de dezembro do corrente ano, quando estarei em viagem, cumprindo agenda oficial como representante da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal, junto a Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, na cidade de Copenhague, Dinamarca.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009.
Senador **Jefferson Praia – PDT-AM.**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.524, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da 3ª Etapa da Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos do Mercosul, para elaboração do “Informe Anual sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Estados Partes do Mercosul”, na cidade de Assunção, Paraguai, no dia 23 de novembro de 2009.

Informo que estarei ausente do País no período de 22 a 24 de novembro do corrente ano para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB-AC).

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 519, DE 2009

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 133.

IV – ter concluído o ensino médio.

Parágrafo Único. Será dada prioridade, no processo de escolha dos conselheiros, aos candidatos com formação em áreas pertinentes à atuação do Conselho Tutelar.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada município, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se constituirá uma equipe composta por cinco pessoas idôneas, com idade superior a vinte e um anos, que resida no município.

O Conselho é, portanto, um órgão extremamente importante da municipalização do atendimento, pois se trata de uma equipe (ou equipes, afinal os municípios podem ter tantas quantas forem necessárias ou possíveis) autônoma e independente, que cobrará dos responsáveis pela efetivação dos direitos elencados no ECA.

Esse órgão poderá, entre outras ações, encaminhar, quando necessário, práticas de atos ilegais ou criminosos à Justiça. Poderá, ainda, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; expedir notificações; assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Assim, é importantíssimo que os conselheiros tenham experiência e conheçam a área da criança e do adolescente, da família, da comunidade e/ou dos direitos humanos, para atender casos de crianças ou adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos e tomar as providências adequadas para efetivar esses direitos.

Por essa razão, entendemos ser imprescindível determinar um nível educacional mínimo e oferecer a possibilidade de priorizar candidatos com formação nas áreas de atuação do Conselho.

Dessa forma, em face da importância da matéria, esperamos contar com o apoio dos senhores Parlamentares para sua aprovação.

Sala das sessões, – Senador **Valter Pereira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vide texto compilado**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

TÍTULO V**Do Conselho Tutelar****Capítulo I****Disposições Gerais**

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três anos, permitida uma reeleição.

Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no município.

Art. 134. Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição para falar em nome do PDT, da Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Primeiro inscrito pela Liderança do PDT, Senador Osmar Dias.

Eu também peço minha inscrição como primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Queria saber se estou na lista de inscrição; se não, me inscreva como Líder do Partido Social Cristão. Logo após o Líder Osmar Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa não está na lista dos inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Eu pediria a V. Ex^a que me inscrevesse como Líder do Partido Social Cristão, Partido de Deus e de seu filho, Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor está inscrito pelo Partido Social Cristão. É o segundo inscrito pela liderança.

Primeiro inscrito na ordem da lista das inscrições, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, que tanto tem dignificado o povo de seu Estado e do Brasil, eu queria assinalar a presença, na tribuna de honra, da professora Emília Freitas de Lima, Pró-Reitora da Universidade Federal de São Carlos, que veio aqui dialogar com os Senadores e Deputados a respeito das necessidades da Universidade de São Carlos, que tem tido um excelente desenvolvimento. Seja bem-vinda.

Sr^a Presidente, eu havia preparado um pronunciamento a respeito do anúncio feito pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, que, em novembro último, apresentou para consideração a proposta de oferecer aparelhos celulares às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – em 2010, serão cerca de 13 milhões de famílias, segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social. De acordo com aquela comunicação feita há cerca de duas semanas, as famílias receberiam celulares com um crédito mensal de R\$7,00.

As empresas de telefonia móvel que forneceriam os aparelhos e os créditos teriam, como contrapartida, a isenção da contribuição para o Fistel, Fundo de Fiscalização das Comunicações, estimado em cerca de R\$2 bilhões.

Um aparelho celular, sem dúvida, é extremamente útil para cada ser humano. Amplia sobremaneira sua capacidade de se comunicar, auxilia nas necessidades de trabalho e no acesso a informações importantes para o desenvolvimento do conhecimento de cada pessoa. Mas, será mesmo que o Governo deveria distribuir? Não seria melhor aumentar a renda da família beneficiária do Bolsa Família ou a renda de cada pessoa, como prevê a Lei nº 10.835, de 2004, que institui a renda básica de cidadania?

Recordemos que os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, foram precedidos de inúmeros programas de transferência de bens, como o Programa de Leite, no Governo José Sarney, a distribuição de cestas básicas, que caracterizou inúmeros governos e o próprio início do Governo do Presidente Lula, o Auxílio-gás, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Cartão Alimentação, no início do Governo Lula, e assim por diante.

Em outubro de 2003, o Governo do Presidente Lula, por recomendação da equipe da qual participaram, dentre outros, a Srª Miriam Belchior, a Srª Ana Fonseca e representantes dos Ministérios de Segurança Alimentar e Combate à Fome, do Ministério de Desenvolvimento Social e outros, naquela época, houve uma reflexão a respeito e o Governo do Presidente Lula resolveu, em outubro de 2003, racionalizar e unificar os diversos programas de transferência de renda e de bens, inclusive o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que haviam sido criados no Governo Fernando Henrique Cardoso, no Programa Bolsa Família. Confiou-se que cada família saberia melhor qual a sua necessidade mais premente e resolveu-se assegurar a cada uma a liberdade de escolher no que gastar.

Foi muito instrutivo o propósito o episódio lembrado por Márcio Moreira Alves em *O Globo* – “A coragem de sorrir”, em 4 de junho de 1995. Nós estávamos no início da implantação do Programa de Renda Mínima associado à educação –, quando chamou a atenção a estranheza de assistentes sociais em Campinas ao se depararem com uma senhora que havia gasto sua primeira renda mínima numa dentadura. E ela então respondeu: “*Para mim, era a minha primeira necessidade, pois, até para arrumar um emprego, namorar, eu queria ter o direito de voltar a mostrar a minha boca e sorrir*”, porque ela costumava, por vezes, até a tapar a sua boca porque não estava com os dentes em ordem. Então claro que esta senhora sabia melhor do

que ninguém qual a sua primeira necessidade. Aí está um exemplo muito interessante.

Eu formulei esta reflexão exatamente para que o próprio Ministro Hélio Costa, juntamente com o Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, responsável pelos programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, assim como o Peti e outros mais, e os programas estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social e de prestação continuada, pudessem refletir sobre essa experiência. Será que a distribuição de celulares aos beneficiários do Bolsa Família seria a melhor coisa ou seria melhor que pudessem as famílias beneficiárias terem um acréscimo no valor do Bolsa Família e caminharmos na direção de um dia termos a Renda Básica de Cidadania?

Mas hoje a imprensa informa que o Governo desistiu do Bolsa Celular. O Ministro das Comunicações Hélio Costa desistiu de levar adiante o projeto que criaria o programa Bolsa Celular direcionado à população de baixa renda. Quero dizer que quando aqui estiveram, na Comissão de Infraestrutura, os professores Ricardo Paes de Barros e Jorge Abrahão, ambos colaboradores do Ipea e estudiosos dos programas sociais, na audiência pública de segunda-feira à noite, justamente conversávamos sobre isso quando eu fiz a ponderação aqui registrada e ambos disseram que, em princípio, achavam positivo que houvesse liberdade de escolha por parte das pessoas.

Bem, o Ministro Hélio Costa justificou o recuo em relação à proposta da distribuição de celulares dizendo que o programa estava sendo retirado das prioridades do Governo porque teria sido mal interpretado. Também afirmou que não haverá dinheiro público para financiar a compra de aparelhos.

Disse ele que a proposta era de que as empresas dessem um aparelho e um crédito de R\$7 por mês para a pessoa usar. Elas, as empresas, que pediram, e o Governo poderia aceitar ou não, a isenção do recolhimento para o Fistel –Fundo de Fiscalização para as Telecomunicações. Isso seria sobre linhas que não existem ainda. Então, não seria desoneração. Segundo o Ministro Hélio Costa, o Ministério vai deixar que as empresas decidam se querem dar continuidade ao projeto.

Bem, a proposta havia sido anunciada publicamente pelo Ministro, na semana passada, e apresentada pelo Presidente Lula, que não se opôs, em princípio. Mas, obviamente, deve ter havido uma reflexão por parte da equipe, tanto do Ministério das Comunicações como do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no sentido de pensar melhor a respeito desse assunto.

Quero ainda assinalar, Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que aconteceu de fato, conforme eu havia anunciado na última quinta-feira, a cerimônia de sanção da primeira Lei Municipal da Renda Básica de Cidadania, pelo Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, em uma cerimônia onde estavam presentes praticamente todos os vereadores que aprovaram por consenso, por nove a zero, a lei que institui a renda básica de cidadania, que será instituída por etapas a critério do poder municipal, do fundo municipal, o que é muito importante nesse Município de 7.036 habitantes, segundo censo do IBGE em 2008, e onde há 53 pousadas, 1.200 leitos, 32 restaurantes, pequenos e médios produtores e onde, inclusive, o Presidente do Conselho Municipal de Turismo, o Presidente da Associação dos Agricultores, Fábio e Marcelo, professores da rede de ensino, os professores Marina Nóbrega e Francisco Nóbrega, que são sitiantes, além de pessoas dos mais diversos segmentos, a Presidente Raquel, da Câmara dos Vereadores, enfim, todos estiveram na cerimônia da Câmara, que não é tão grande e, por isso, o auditório estava completamente lotado, com pessoas em pé, cerca de 80 pessoas ali compareceram; inclusive esteve lá também, um pouco antes, o Presidente da Associação Comercial.

Há, portanto, um clima de boa vontade muito grande. Assim, eu acredito que, em breve, as pessoas entusiasmadas com essa ideia darão um exemplo para que mais e mais Municípios venham também a adotar a renda básica de cidadania, até que um dia ela se torne nacional, conforme prevê a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

Coloco-me à disposição da Sr^a Presidente quando avaliar que Cuiabá e todas as Cidades do Mato Grosso queiram também seguir este exemplo. Assim, Senadora Serys Slhessarenko, agradeço muito a oportunidade.

Vou, agora, ao Supremo Tribunal Federal acompanhar a importante decisão do Presidente Gilmar Mendes, bem como do Pleno do Supremo Tribunal Federal a respeito do caso do italiano Cesare Battisti.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Mão Santa a assumir a Presidência para que eu use da palavra para uma comunicação inadiável.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko,

que representa o Partido dos Trabalhadores e as professoras do nosso Brasil.

V. Ex^a vai usar a palavra como...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Regimentalmente, seriam cinco minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra de V. Ex^a.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos falar rapidamente de dois assuntos. O primeiro é a COP 15. É importante frisar o protagonismo do Brasil neste encontro, que é o mais proeminente fórum de mudanças climáticas desde Bretton Woods. Vamos discutir nossas propostas para formulação de um novo acordo sobre clima. É o nosso pós-Kyoto. E o Brasil é protagonista, já que é o primeiro país emergente a assumir suas metas no tocante à redução das emissões de carbono.

Lamento muito, muito mesmo, Sr. Presidente, que os Estados Unidos e a China venham se posicionando da forma como estão, ou seja, dizendo que não terão participação efetiva na COP15. Mas isso também não nos tira a responsabilidade de continuar trabalhando em busca de um acordo ideal no combate ao aquecimento global. Nós estamos fazendo a nossa parte. Já levaremos a proposta de reduzir em 80% o desmatamento e entre 36% e 39% as emissões de carbono até o ano de 2020. Quer dizer, a redução em 80% do desmatamento e das emissões de carbono entre 36% e 39% até 2020.

Essa é uma ação do Brasil da maior relevância. Nosso dever é aguardar a posição dos países desenvolvidos que poluem há mais de duzentos anos. Acredito que, em algum momento, as grandes economias vão aderir ao esforço global, dadas as circunstâncias gerais e a união dos países emergentes nessa causa necessária à sobrevivência do Planeta. É um sinal que só reforça o grande avanço que temos alcançado em relação a Kyoto.

Somos uma economia em desenvolvimento, mas já fazemos parte dos países do G8+5. O importante é que o Brasil não está esperando nenhum outro país para tomar qualquer posição e já está assumindo um papel de liderança no Planeta nessa questão das mudanças climáticas.

É aquela história que dizemos sempre: a natureza reage se a machucamos, se a comprometemos, se desmatamos, se estragamos nossos rios. Se realmente cometemos todos os atos contra a natureza, ela é fe-

roz. Repetimos sempre e teremos sempre que repetir, principalmente quanto aos fenômenos que mais nos chocam: os tsunamis, os katrinas, os catarinas, que são bem próximos da gente. A natureza, com certeza, tem força para agir de forma até muito mais violenta contra nós seres humanos, porque, a partir do momento que a violentamos, ela responde a essa violência de forma extremamente grave, comprometendo a vida no Planeta Terra.

Eu pessoalmente tenho o compromisso de contribuir, dando destaque à posição da Frente Parlamentar Ambientalista, da qual faço parte, e também aos trabalhos do Senado Verde, como Presidente de honra que sou dessa comissão, que vem fazendo um grande e significativo trabalho, que tem de ser valorizado. Vemos, no dia a dia, o grupo do Senado Verde cada vez mais avançando, ampliando e aprofundando as propostas que venham trazer contribuições significativas para a mitigação e para a adaptação da questão das emissões. Com certeza, o Senado da República, tomando essas atitudes, auxiliado pelo Senado Verde, poderá e deverá intervir, interferir e alertar outras instituições em nosso País e até fora dele para que tomem as mesmas iniciativas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está tramitando, e ontem foi votado na CCJ da Câmara dos Deputados, o Projeto nº 6.124/2005, que define o crime de discriminação dos portadores do vírus de imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS, de minha autoria.

Nesta terça-feira, dia 17, ontem, como já se está dizendo aqui, ele foi votado na CCJ da Câmara, onde foi aprovado. Por ter sofrido alguma alteração, a matéria voltará a esta Casa. Desde já, tenho certeza de que o Sr. Presidente da CCJ no Senado, o Senador Demóstenes Torres, determinará celeridade em sua tramitação nesta Casa.

No Senado Federal, esse PLS tramitou com o número 51/2003 e teve como relator na CCJ o Senador Arthur Virgílio, com parecer pela sua aprovação. Trato deste assunto, senhores e senhoras, porque esse PL precisa urgentemente ser aprovado em socorro aos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids. Não custa lembrar que, pela Constituição Federal, os portadores do HIV, assim como todo e qualquer cidadão brasileiro, tem obrigações e direitos garantidos, tais como dignidade humana e acesso à saúde pública. Por isso, estão amparados pela lei focada nos direitos da pessoa.

Gostei muito, senhores e senhoras, da observação do Prof. José Afonso da Silva ao se referir a este assunto, dizendo que “dignidade acompanha o homem até sua morte. Por ser da essência da natureza hu-

mana, é que ela não admite discriminação alguma e não estará assegurada se o indivíduo for humilhado, discriminado, perseguido ou depreciado.”

A Constituição Federal dispõe que: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” – art.3º, IV.”

Qualquer discriminação é odiosa. É um tratamento injusto que recebem, neste caso, as pessoas portadoras de HIV, constituindo sempre uma ameaça ao direito inalienável de viver dignamente. Na maioria das vezes, esses cidadãos, assim como suas famílias, amigos e pessoas do convívio diário, são alvo de estigmatização capaz de acarretar danos irreversíveis.

Seria um verdadeiro presente de final de ano, se este meu Projeto fosse, de forma expedita, aprovado e sancionado ainda este ano.

Precisamos resolver esta questão. O Parlamento brasileiro precisa enfrentar esse assunto definitivamente, impondo regras claras e penas que punam pessoas inescrupulosas que insistem em desrespeitar o ser humano.

A partir da aprovação deste meu projeto e sancionado pelo Presidente Lula, esta prática constituirá crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa às seguintes condutas discriminatórias contra o portador de HIV e o doente de Aids, em razão da sua condição de portador ou de doente:

I – recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado;

II – negar emprego ou trabalho;

III – exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego;

IV – segregar no ambiente de trabalho ou escolar;

V – divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de AIDS, com intuito de ofender-lhe a dignidade;

VI – recusar ou retardar atendimento de saúde.

Penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, que a simples descoberta, por qualquer ser humano, de sua condição de portador do vírus do HIV já é extremamente dolorosa. Mas essa dor é potencializada se tal descoberta se dá por ocasião de exames de rotina, feitos muitas vezes por força da gravidez da pessoa infectada, dada a perspectiva de que também o bebê que está por vir

seja contaminado pela doença. Aí acontece invariavelmente a demissão da empregada, dessas pessoas que quase sempre ignoravam sua condição. Existe maldade maior do que essa, Sr. Presidente, do que esse tipo de discriminação?

Porém, felizmente tem gente importante que não aceita essa prática. Vejam que decisão inteligente a da Ministra Nancy, de São Paulo, em um caso que prefiro preservar o envolvido.

Disse a Ministra Nancy:

Demitir a empregada com fundamento implícito no fato de ela ser portadora do vírus é circunstância que provoca lesão a seu patrimônio moral.

O fato de tal demissão ter ocorrido pouco após o nascimento de seu filho, também infectado, torna a situação particularmente cruel. A toda as aflições decorrentes da própria constatação de contágio, somam-se a indignação pela perda do emprego e, sobretudo, o desespero quanto ao futuro do seu filho, que com ela conta para crescer e combater a enfermidade que, sem culpa, contraiu.

Este foi o entendimento do STJ/SP, da brilhante e sensível Nancy Andrighi, 3ª Turma, cujo julgamento se deu em 21 de agosto de 2008.

É importante identificar as diversas formas de discriminação com vista a eliminá-las, ajudando, com isso, a respeitar, cumprir e proteger os direitos humanos. A não discriminação foi reconhecida como um direito humano fundamental, que é essencial para assegurar o seu desenvolvimento, bem-estar e dignidade. Assim, toda forma de discriminação deve ser combatida. Essa é a tendência mundial consagrada por uma série de instrumentos jurídicos internacionais existentes, incluindo a Declaração Universal dos Direitos.

Mas devo alertar que, ao mesmo tempo em que defendo os direitos dos portadores da Aids, alerta também para sua prevenção. Não descuidem um só segundo, façam sexo com segurança. É preciso preservar sua companheira, mãe de seus filhos, as pessoas que você ama.

Em meu Estado, o número de mortes por Aids aumentou nos últimos seis anos (são dados de 2007). Em 2000, 114 pessoas morreram em decorrência da doença. No ano passado, a quantidade chegou a 172. Em sete anos, a incidência aumentou em 58%. Esses dados fazem parte do Boletim Epidemiológico 2007 e já foram superados, com certeza.

São muitas pessoas, são muitas famílias que sofrem com esse tipo de problema. Por isso, conclamamos mais uma vez: é preciso preservar, é preciso

realmente tomar cuidado com seus filhos, com suas companheiras, com as pessoas que você ama.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, pela sensibilidade, ao Senador Arthur Virgílio, que foi o relator do projeto de nossa autoria na CCJ do Senado. No seu relatório, ele afirmou:

As razões que motivaram a Senadora Serys Slhessarenko são louváveis. Não se pode admitir, num Estado democrático de direito, preconceito contra qualquer grupo, de qualquer natureza. No caso, o projeto é conveniente e oportuno por tipificar condutas discriminatórias praticadas contra o portador do HIV e o doente de Aids, que já são estigmatizados, dada a vinculação indevida entre seu comportamento e a contração da moléstia, feita no início dos anos 80".

Muitas vezes, senhoras e senhores, as pessoas são contaminadas de forma absolutamente independente da vontade delas, por uma transfusão de sangue ou por outro motivo. E a discriminação, em qualquer situação que seja – só citei aqui um exemplo – é absolutamente condenável. A intolerância na nossa sociedade não pode ter espaço.

Há dias, vimos aquela moça ser humilhada na universidade. Isso é um ato de intolerância. Por uma saia curta... Há tantas pessoas, inclusive muito próximas a nós, pessoas de procedimentos na sociedade os mais dignos que se vestem da forma como desejam ou querem e ninguém as condena... No entanto, essa moça foi violentamente humilhada. E ato de intolerância é inconcebível em qualquer situação.

Aqui temos um projeto, de nossa autoria, que pune qualquer espécie de discriminação. Pensamos que isso não existe, mas sei de pessoas que, há pouco tempo, ao constatarem estar portando o vírus do HIV, foram demitidas. É claro que retornaram ao trabalho, porque é um ato absurdo, juridicamente, totalmente improcedente. Também sei de mães que, por serem portadoras do vírus, são denunciadas e não podem levar seus filhos, pequeninos filhos, para a creche. Há reclamações nesse sentido. Também recebemos denúncias de que, num Estado tal – não citarei o Estado –, estava sendo exigido que fosse apresentada, no ato de inscrição para o concurso da Polícia, a prova de que a pessoa não é portadora do vírus HIV. Dá licença! Ato de discriminação dessa envergadura em nosso País não tem lugar, não tem espaço. Isso é intolerância! E a intolerância, para mim, é a porta de entrada para qualquer atitude fascista e é necessário que a gente diga "não" a qualquer atitude fascista, sempre e de forma muito determinada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essa foi a Senadora Serys Slhessarenko, mostrando suas preocupações quanto à intolerância.

Senador Osmar Dias, este País tem 509 anos e nós estamos na sétima Constituição. Então, os que nos antecederam tiveram muitas luzes. E nós temos de obedecer às leis boas e justas que foram feitas.

E, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, art. 5º, diz:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

[...]

III – Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano e degradante.

[...]

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Então, nós temos de obedecer à Constituição, aquela que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988.

Convidamos para usar da palavra, como Líder, o Senador Osmar Dias, do PDT pelo Estado do Paraná e, sem dúvida nenhuma, um dos maiores líderes da democracia brasileira.

V. Exª, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra deste extraordinário Líder que engrandece o Congresso Nacional.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, a gente se emociona quando fala para um plenário tão cheio assim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senado da República se atualizou: V. Exª está falando para o Brasil todo, através de uma televisão, de um sistema de televisão dos mais bem acreditados no País, de uma rádio FM e AM ondas curtas e será transmitido pela Voz do Brasil e pelos nossos jornais.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E aí está nossa comunicação real: rádio, televisão, jornais. E tem a Internet. E é sobre isso o que eu quero falar. Quero falar sobre a diferença do mundo real que é noticiado pelo rádio, que, aliás, me ajuda a divulgar o meu trabalho aqui, assim como a televisão, pela TV Senado, porque a gente não tem muito espaço para falar na televisão no meu Estado. Mas não estou reclamando, não; estou

apenas registrando. Além desses, há a Internet, que é muitas vezes usada para prestar serviços e que está muito longe do mundo real.

Senador Mão Santa, sei que V. Exª anda pelo Brasil inteiro e, com toda certeza, não existe um Município do Estado do Piauí que V. Exª não conheça. Assim sou eu: não há um Município do Paraná que eu não conheça. Aliás, não há uma comunidade do Estado do Paraná que eu não conheça. Eu ando muito, ando muito de carro, e posso observar o meu Estado, as suas mudanças, as diferenças que existem entre as regiões e vou a pequenas comunidades. As pessoas perguntam por que o Senador vai a um lugar onde vivem doze famílias. Eu fiz isso. Na quinta-feira passada, fui à comunidade de Fátima, que fica perto do Município de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, numa ilha chamada Superagui. Lá vivem doze famílias.

Fui lá para conhecer a história de uma pessoa, porque essa história tem a ver com uma palavra que eu cultivo muito, que é compromisso. Quando as pessoas assumem um compromisso, elas têm que cumpri-lo. Eu fui lá conhecer a história de uma professora chamada Isolina, Senador Mão Santa, que, todos os dias, apesar de estar aposentada, atravessa um canal, no mar, de barco, para ir até à comunidade de Fátima – isso leva uma ou duas horas, dependendo de como está o mar – para dar aula para três crianças. Eu fui lá para saber por que ela se empenha tanto para ensinar para três crianças: uma tem idade já para o quarto ano, outra tem idade para o terceiro e a outra, para o segundo.

Em uma salinha de uma casa, ela dá aula para essas crianças. E ela estava muito feliz dizendo que agora também os adultos vão querer receber as aulas. Eu perguntei por que ela faz aquilo. Aquilo que parece um sacrifício para algumas pessoas é, para ela, um grande prazer.

A Dona Isolina vai lá porque ela, como professora pública, mesmo ganhando um salário mínimo em relação ao que ela fez durante a vida, um salário inferior muitas vezes ao que ela recebeu por prestar serviços à sociedade, ela disse: eu consegui estudar três filhos meus na universidade, morando aqui na ilha, morando aqui, eu consegui, dando aula, e eu preciso retribuir isso à sociedade, que me proporcionou essa alegria de ver três filhos meus estudando.

E eu perguntei: mas o que é que a senhora ensina?

A primeira coisa que eu ensino é cantar o Hino Nacional. Chego cedo, atraco o meu barco, desço, os alunos, perfilados, cantam o Hino Nacional. Mas perfilados em três; é uma fila pequenininha, numa pequena ilha, e os alunos também pequenos, todos crianças, cantando o Hino Nacional.

Depois, eu ensino o que é ser cidadão. Eu ensino Aritmética, Português, Geografia, tudo, mas a minha aula não fica só nisso, porque eles têm que aprender direitos e deveres de cidadãos. Cidadania é o que ela vai lá oferecer àquela gente.

Dona Isolina me emocionou, a sua história, porque ela realmente tem um compromisso com o futuro da nossa gente. Ela tem um compromisso que é um exemplo, um exemplo para quem ainda não aprendeu que precisa cumprir compromisso. Ela dá esse exemplo: cumprir compromisso com a sociedade. Ela está lá cumprindo.

E aí eu disse a ela: a senhora tem algum pedido para me fazer? Ela falou: tenho sim, se o senhor um dia for governador deste Estado, faça uma escola, uma sala de aula só, para mim está bom, aqui na ilha. Uma sala de aula é o que ela pediu, não para ela; para as pessoas que vivem ali.

Eu saí de lá, Senador Mão Santa, pensando o seguinte: por que todas as pessoas não são assim? Por que todas as pessoas não cumprem o seu compromisso e não se dedicam à sociedade, para construir uma sociedade melhor?

E fui para Nova Aliança do Ivaí, o menor Município do Estado do Paraná; 1.377 habitantes tem aquele Município. Mas eu fui lá, seguindo o exemplo da dona Isolina, para dizer às pessoas que vivem em Nova Aliança do Ivaí que, para mim, Nova Aliança do Ivaí e Curitiba, que é a maior cidade do Paraná, os cidadãos que vivem nas duas cidades têm direitos iguais. O cidadão que vive em Nova Aliança do Ivaí ou o cidadão que vive em Curitiba devem ter do Estado a mesma atenção, porque têm os mesmos direitos. Pagam impostos e, por isso, têm os mesmos direitos e são cidadãos.

De lá fomos para Paravanaí; depois, para Umuarama, para ouvir a comunidade de cada cidade, de cada região, sobre aquilo que eles pensam ser mais importante para construir uma região melhor para todos, um Estado melhor para todos.

Falei aqui ontem do conflito que pode ocorrer entre moradores daquela região e alguns índios Xetá. E não vou entrar mais neste assunto porque ontem já o esgotei. Mas lá, Senador Mão Santa, as pessoas me disseram: nós não queremos que o governo do Estado ou que alguém venha aqui para dizer que é candidato a Governador, prometendo coisas que não vai cumprir depois. O que nós queremos é compromisso. E as pessoas querem compromisso porque sabem que compromisso deve ser cumprido. Palavra dada deve ser cumprida.

E lá fomos nós, então, ouvir a população. O que eles querem? Querem um hospital regional em Umu-

rama e região. Não há como não assumir compromissos com uma região que proporciona tanto ao Estado produzindo alimentos, já é o segundo polo moveleiro do Paraná, e precisa desse compromisso. As pessoas que estão lá têm os mesmos direitos das que vivem em outras regiões. E elas precisam de um hospital regional, junto com o curso de Medicina da universidade estadual, que lá tem um braço. Se nós juntarmos isso, nós vamos proporcionar um atendimento à região muito melhor. Curso de Medicina com estudantes de Medicina fazendo estágio no hospital regional, e o hospital regional se transformando, portanto, no hospital universitário.

Lá em Umuarama eu ouvi também que há necessidade de mais segurança. É uma cidade perto da fronteira. E eu vejo que o Exército Brasileiro deve cumprir a sua missão de uma forma mais efetiva, lá na fronteira, fortalecendo a guarda da fronteira, porque o grande problema hoje é o ingresso das drogas e das armas. Se nós temos esse problema, não há como fazer de forma diferente. Polícia Federal e Exército devem fortalecer a fronteira, guardar mais a fronteira; e até a Polícia Militar deve ter o batalhão especial, que já foi implantado pelo atual Governo e que precisa ser ampliado, com pessoas qualificadas, treinadas para exercer aquela missão na fronteira. Aumento de efetivo, tudo bem.

Deve-se aumentar o efetivo também na região de Umuarama, mas creio que o prefeito Moacir, de Umuarama, junto com o Deputado Fernando Scantavaca, estão dando um exemplo que pode ser seguido por todos os Municípios do Paraná e estará no nosso projeto. No projeto prioritário ao Estado do Paraná estará a educação em tempo integral. A escola em tempo integral é uma bandeira do nosso Partido e vai ser uma realidade no nosso Estado, um dia, se Deus quiser.

Eu acredito, também, que, quando viajo pelo Estado, eu tenho a oportunidade de ver como anda o processo de exploração da nossa principal atividade, que é a agricultura. E vi que, naquela região noroeste, como em todas as regiões, nós não podemos admitir que tenha sido interrompido um trabalho que fizemos, quando fui Secretário de Agricultura, de preservação dos recursos naturais; de recuperação do solo, das microbacias, preservando o solo, preservando a água.

E pensei que é possível, Senador Mão Santa, a gente compensar aqueles produtores que preservam uma mina d'água, uma fonte d'água em sua propriedade, porque a água que eles estão preservando não é para eles e para a família deles; é para o futuro, para as famílias que virão, para as famílias que vivem na cidade.

Eu, às vezes, fico muito triste e decepcionado quando vejo algumas pessoas que, exercendo cargos públicos, dizem que a obrigação de preservar é só daquele produtor. Não. A obrigação de preservar o meio ambiente é de toda a sociedade, inclusive do Poder Público, que, muitas vezes, joga esgoto sem tratar no rio. E V. Ex^a, como médico, sabe qual o problema que isso traz, as consequências disso. E esse esgoto jogado no rio sem tratamento vai contaminando os rios, poluindo as águas, que não podem mais ser servidas para os animais e muito menos para o ser humano.

Então, se nós queremos o meio ambiente preservado, é preciso fazer o tratamento do esgoto que hoje está sendo jogado sem esse tratamento. E é um percentual alto, porque não é possível condenar um produtor se ele fez a mata ciliar e se, dentro dessa mata ciliar, corre um rio podre, poluído pelos esgotos que saem dos centros urbanos, que precisam ter responsabilidade também na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Senador Mão Santa, há mais de 30 anos eu ando no meu Estado, todos os finais de semana, percorrendo as regiões, mas cada vez que vou aprendo mais. Eu aprendo que aqueles jovens que têm oportunidades prosperam. O exemplo de um jovem com quem conversei, que começou devagarinho. Ele, trabalhador, de repente, instalou uma empresa, e essa pequena empresa contratou um funcionário, dois e hoje tem 22 funcionários, já está exportando. E ele me disse: nós vamos dobrar as exportações no próximo ano. Para ele, não houve crise; houve trabalho, competência, visão de futuro de instalar um negócio que lhe deu prosperidade e possibilidade de dar emprego a outras pessoas.

E aí uma coisa que me deixou sensibilizado. Em Umuarama, as pessoas me disseram: nós temos que formar, qualificar os jovens. O ensino médio deveria ser todo técnico. Não sendo, deve ter núcleos de capacitação, profissionalização no Estado, porque, muitas vezes, o problema do desemprego não reside mais na falta de vagas, mas, sim, na falta de qualificação dos jovens. Se nós dermos oportunidade aos jovens de se qualificar, se nós dermos oportunidade aos jovens de se especializar numa profissão, eles vão prosperar e não vão pensar em se desviar pelo caminho torto da droga, da criminalidade, da violência, que hoje é a grande preocupação da sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, para mim, tem sido um aprendizado, para mim tem sido uma lição de vida, todos os dias dos finais de semana, poder conversar com comunidades, muitas vezes distantes dos centros urbanos, mas lá uma pessoa humilde me dá uma idéia que, às vezes, pode se transformar num projeto.

Estamos conversando e ouvindo muito a população. A sabedoria da população tem que ser utilizada pelo homem público, Sr. Presidente, porque a gente não está aqui para representar interesses de grupos. Muitas vezes as pessoas se candidatam até porque estão atendendo a interesses de meia dúzia de pessoas, que querem usar aquele eleito para tirar proveito daquele cargo para o qual se elegeu. Não fomos eleitos para representar grupos; fomos eleitos para representar a sociedade. E seja qual for o cargo para o qual venhamos a ser eleitos, temos que atender aos interesses de toda a população, indiferentemente do segmento que representa, indiferentemente da classe social a qual pertença. Temos que respeitar toda a sociedade.

Sr. Presidente, meu Estado é agrícola. Sou agrônomo, pertencço à classe dos produtores rurais. Tenho muito orgulho disso, mas tenho muito orgulho do meu Estado, que é privilegiado: temos mar, temos portos, temos solo fértil, temos um clima diferente em cada região, temos uma gente trabalhadora, temos até calcário para melhorar a qualidade do nosso solo, temos água sobre o solo, temos água embaixo do solo com o aquífero Guarani, com o aquífero Karst, temos uma riqueza imensa.

Vou repetir o que disse meu companheiro Zezão, de São Luiz, um distrito lá de Londrina. Ele disse assim: “O Paraná é um orgulho para mim; o Paraná é um orgulho para todos nós. Esse Estado bem administrado aguenta a Nação.”

E tenho um sonho, Sr. Presidente, de que o Paraná possa arrancar de todas essas riquezas potencial turístico.

V. Ex^a já foi a Foz do Iguaçu; viu a beleza que é lá. V. Ex^a já deve ter ido a Vila Velha; viu a beleza que é lá: o Canyon Guartelá; o nosso litoral; o turismo rural, que cresce, tirando daí serviços, renda.

Sr. Presidente, isso dá uma confiança imensa no futuro do meu Estado, uma confiança imensa em acreditar que a gente que construiu esse Estado até agora vai continuar construindo um Estado cada vez melhor.

Tenho muito orgulho, Sr. Presidente, de representar o nosso Paraná aqui, no Senado Federal. Um Estado especial. Para mim, o melhor Estado do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Osmar Dias, farei a leitura do Expediente, mas gostaria que V. Ex^a assumisse a Presidência para que eu pudesse também falar, com igual orgulho, do nosso Piauí.

Mas, Senador, existe no Senado o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, e quanto àquela professorinha da ilha, acho que ninguém dignifica tanto a presença da

mulher como ela: a mulher professora, a mulher que cumpre o dever, a mulher que tem entusiasmo.

Consultei nossa Secretária Executiva, Dr^a Cláudia Lyra, e ela disse que ainda há tempo para inscrição. O prazo vai até 1º de dezembro.

Como é o nome da Professora?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – D^a Isolina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – D^a Isolina.

Acho que ninguém mais do que ela merece a medalha Cidadã Bertha Lutz, que foi instituída desde março de 2008 para aquelas que são indicadas com base em um **curriculum vitae**. E ela deve ser agraciada.

Então, acho que está na hora de prestar uma homenagem a essa mulher anônima, cumpridora de seus deveres e que representa com grandeza as professoras. A classe dos professores, que a sociedade não homenageia – nem os médicos, nem os agrônomos, nem os Presidentes da República, nem os banqueiros, nem os mestres –, só se iguala a Cristo.

Então, vamos torcer para trazer o nome dela. Isso vai dar uma simbologia muito grande e valorizar a mulher heroica que V. Ex^a tão bem descreveu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 286, DE 2009

(nº 6.746/2006, na Casa de origem, do Deputado Júlio Redecker)

Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho; altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A Para os fins desta Lei, considera-se prêmio por desempenho a retribuição ou a recompensa em forma de bens e serviços, espontaneamente, concedido pelo empregador, empresa ou entidade a ela equiparada a seus empregados ou a terceiros sem vínculo empregatício, individual ou coletivamente, no âmbito de programas e projetos de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade, excluídas as premiações em pecúnia.

§ 1º A concessão do prêmio por desempenho não se poderá dar em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil ou mais de 4 (quatro) vezes no mesmo ano civil, estando condicionada, no entanto, à elaboração e à divulgação, entre empregados e/ou terceiros interessados, de documento em que constem regras claras e objetivas quanto:

I - aos objetivos, às metas e ao prazo de duração do programa ou do projeto de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade;

II - aos direitos substantivos de participação dos empregados e/ou terceiros no programa ou no projeto;

III - aos métodos de aferição do desempenho individual ou de grupos de trabalhadores e/ou terceiros.

§ 2º O documento mencionado no § 1º deverá ser mantido pelo contratante à disposição da fiscalização pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de instituição do programa ou projeto de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade."

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A participação de que trata o art. 2º e o prêmio por desempenho mencionado no art. 2º-A não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado e/ou terceiro nem constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações nos lucros ou resultados dos empregados e os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros, nos termos desta Lei, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a 1 (um) semestre civil ou mais de 2 (duas) vezes no mesmo ano civil, excetuados os prêmios por desempenho.

.....

§ 5º As participações nos lucros ou resultados atribuídos aos empregados e os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros serão tributados na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto de renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.746, DE 2006

Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário da quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados título de prêmio por desempenho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores espontaneamente pagos pelas pessoas jurídicas a título de prêmio por desempenho pessoal em projetos e metas pré-estabelecidas, não serão considerados salário para qualquer efeito e não integrarão a base de cálculo de encargos trabalhistas ou sociais, para incidência de contribuições previdenciárias ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 2º Considera-se prêmio por desempenho os valores não pecuniários concedidos ao beneficiário individual ou em grupo que se destine a proporcionar aumento de produtividade, eficiência, qualidade ou quantidade de bens

e serviços produzidos, vendidos ou prestados pela pessoa jurídica concedente, de acordo com metas ou projetos previamente definidos, observadas as demais exigências contidas na presente Lei.

Parágrafo único. Será igualmente considerado como prêmio de incentivo, os valores concedidos em decorrência do alcance de metas de redução de acidente de trabalho em setores específicos de cada empresa.

Art. 3º Os dispêndios realizados pela pessoa jurídica com o pagamento de prêmios por desempenho serão dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 4º O valor dos prêmios por desempenho sofrerá tributação exclusiva na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, mediante retenção e recolhimento pela fonte pagadora com base na tabela mensal do imposto de renda da pessoa física e nas demais normas da legislação do tributo, inclusive em relação à determinação da base de cálculo tributável dos valores não pecuniários concedidos.

Art. 5º Os valores referentes à premiação de que trata esta lei apenas gozarão do respectivo regime se não excederem 20% (vinte por cento) do valor total da remuneração anual ou vencimentos anuais percebidos pelos seus beneficiários pessoas físicas empregados do setor público ou privado, limitados a 100 (cem) salários mínimos anuais.

§ 1º os valores referentes à premiação a terceiros, sem vínculo empregatício, serão limitados a 100 (cem) salários mínimos anuais.

§ 2º A elaboração, implantação, execução e monitoramento dos programas de incentivo de aumento de produtividade, eficiência, qualidade ou quantidade de bens e serviços deverão ser realizados através de sistemas de vouchers em papel de segurança ou cartões eletrônicos, por empresas devidamente habilitadas no Ministério de Trabalho.

§ 3º A elaboração, implantação, execução e monitoramento dos projetos e programas de incentivo de aumento de produtividade, eficiência, qualidade ou quantidade de bens e serviços poderão ser realizados por terceiros.

Art. 6º Para o aproveitamento do regime trabalhista, previdenciário e tributário previsto nesta Lei, as pessoas jurídicas deverão manter à disposição da fiscalização os métodos de aferição previamente estabelecidos para o pagamento dos prêmios e os objetivos que foram visados em cada caso.

Art. 7º O desatendimento às condições para o aproveitamento dos benefícios previstos nesta Lei sujeitará a pessoa jurídica ao pagamento de multa

no valor de 5.000 UFIR (cinco mil UFIR), sem prejuízo da cobrança dos tributos e contribuições não recolhidas e da aplicação das penalidades trabalhistas, previdenciárias, tributárias e demais cominações cabíveis.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca estabelecer tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para prêmios por desempenho pessoal, concedidos pelas empresas públicas ou privadas a seus empregados e demais colaboradores com o objetivo de atingir metas de qualidade e produtividade.

Ele está baseado no competente trabalho denominado "Estudo Visando à Regulamentação de Atuação de Empresas Especializadas na Administração de Programas de Incentivos por Desempenho Alcançado", realizado pela equipe do Prof. José Afonso Mazzon, da Fundação Instituto de Administração (FIA-USP).

Conforme nos informa o referido estudo, esse tipo de programa é largamente aplicado em outros países há muito tempo e com regulamentação muito favorável às empresas que os utilizam.

Por outro lado, o Brasil vive um momento em que potenciais investidores internacionais questionam seu baixo nível de produtividade e, conseqüentemente, sua capacidade de atrair novos investimentos produtivos.

Impõe-se, portanto, a necessidade de implantação de mecanismos modernos e diretamente focados no incentivo da produtividade individual, base inquestionável da produtividade geral do país e condição essencial à sua elevação a níveis internacionalmente competitivos.

É importante que não se confunda a iniciativa com políticas de distribuição de rendas ou de resultados da atividade econômica que, meramente assistencialistas, não estão vinculadas à produtividade individual, não estimulam a meritocracia e nem de longe, atingem os objetivos visados por este projeto.

Na realidade, além de não existir, atualmente, nenhum sistema de estímulo à produção individual, qualquer tentativa nesse sentido por parte de empregadores, do setor público ou privado, pode redundar em obrigações adicionais de tal monta que inviabilizam qualquer iniciativa.

No Brasil, eles não vingaram especialmente pela falta de uma regulamentação que elimine a insegurança jurídica existente em relação ao pagamento de prêmios por desempenho. Sem esse amparo legislativo, o empresário nacional prefere utilizar as tradicionais ações promocionais de distribuição de brindes entre seus funcionários, de forma esporádica, desorganizada e ineficaz.

A presente iniciativa pretende alterar esse quadro, de modo a incentivar os empresários nacionais a investirem em programas fundamentados de aumento de produtividade, nas suas várias modalidades, como, por exemplo, programas de aumento de vendas, de melhoria da qualidade de produtos e serviços ou de eliminação de desperdícios.

Para tanto, estamos propondo a alteração da legislação tributária, previdenciária e trabalhista aplicável aos prêmios concedidos no âmbito de programas aprovados pelas autoridades governamentais.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005.

Deputado JÚLIO REDECKER

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.191, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Conversão da MPv nº 1.982-77, de 2000

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

Texto compilado

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I - comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II - convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

- I - índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;
- II - programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

§ 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Lei:

- I - a pessoa física;
- II - a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:
 - a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;
 - b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;
 - c) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades;
 - d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

Art. 3º A participação de que trata o art. 2º não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados, nos termos da presente Lei, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

§ 3º Todos os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados, mantidos espontaneamente pela empresa, poderão ser compensados com as obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4º A periodicidade semestral mínima referida no § 2º poderá ser alterada pelo Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2000, em função de eventuais impactos nas receitas tributárias.

§ 5º As participações de que trata este artigo serão tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto de renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

(As Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 287, DE 2009

(nº 6.277/2005, na Casa de origem, dos Deputados Geraldo Resende e Antonio Carlos Biffi)

**Denomina Rodovia Federal Francisco
Anselmo Gomes de Barros a BR-359 o
trecho Coxim/Alcinópolis.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º O trecho da rodovia federal BR-359 entre
Coxim e Alcinópolis passa a ser denominado Rodovia Federal
Francisco Anselmo Gomes de Barros.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.277, DE 2005

**Denomina Rodovia Federal Francisco Anselmo Gomes de Barros a BR-
359, no trecho Coxim - Alcinópolis**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º - A rodovia federal BR- 359 entre Coxim e Alcinópolis passa a
denominar-se rodovia federal Francisco Anselmo Barros.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O notável ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, o Francelmo, de 65 anos de idade morreu no início deste mês em Campo Grande - Mato Grosso do Sul, deixando viúva a Sra. Iracema Silva Sampaio de Barros com quem foi casado por 42 anos, tendo sido sua companheira, também, na luta pela preservação ambiental.

Fundador e presidente da Fundação para a Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul – FUCONAMS, Francelmo era um ardoroso defensor do meio ambiente em especial do Pantanal, tanto assim que com um ato de extremo amor imolou-se durante protesto contra o famigerado Projeto de Lei Estadual de Mato Grosso do Sul, que prevê a instalação de usinas de álcool na região da Bacia do Alto Paraguai, tragédia que tomou as páginas de todos os meios de comunicação deste país.

Pioneiro do movimento ecológico no então Mato Grosso com a criação da Associação Matogrossense de Ecologia – AME, foi também fundador do Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA, além de consultor da WWF Brasil, Diretor da rede Mata Atlântica e do Greenpeace.

Integrou a Rede Rios Vivos, a Rede Pantanal, Rede Aguapé de Educação Ambiental, Rede Cerrado, Instituto Socioambiental, Conservation International e SOS Mata Atlântica. Por tudo isso foi membro do Fórum Brasileiro de ONGs e da Associação Brasileira de ONGs.

Coordenou o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e o Fórum de Defesa do Pantanal.

Jornalista, foi diretor da editora Saber Ltda. e da Associação de Fomento e Apoio às Artes e a Cultura em Geral. Ainda nesta mesma área atuou a favor da coletividade pertencendo à Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo – ABRAJET e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG.

Francelmo, como era conhecido, não deu sua vida somente pelo Pantanal mas sacrificou-se também pela democracia.

Francelmo apaixonou-se pelo futuro, ele queria uma Amazônia cuidada, com seus rios, sua floresta e a sua beleza preservadas. Francelmo, na verdade, apaixonou-se pelas futuras gerações, por nossos filhos e netos.

Francelmo por toda sua trajetória de vida sempre ligada às questões ambientais e sua marcante coerência no campo das ideias e atitudes, merece de todo o povo brasileiro o respeito e admiração por seu gesto de bravura e coragem.

Creditemos, neste momento, a esse notável ser humano, essa singela mas marcante homenagem, denominando o trecho da Rodovia Federal 359 com seu nome para que fique na memória dos pantaneiros e de todos os brasileiros, o exemplo de coragem, luta e crença desse valoroso homem, que tendo cansado de gritar, agora deu seu grito mais alto.

Eis, pois os argumentos que esperamos ver aprovados por esta Casa e sancionados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2005.

**GERALDO RESENDE
PPS / MS**

**ANTONIO CARLOS BIFFI
PT / MS**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 288, DE 2009

(nº 6.328/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota)

Denomina Ferrovia Transnordestina - Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam denominados Ferrovia Transnordestina - Governador Miguel Arraes de Alencar os seguintes trechos ferroviários já incluídos na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituída pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973:

Araguaína (TO) - Carolina (MA) - Balsas (MA) - Ribeiro Gonçalves (PI) - Eliseu Martins (PI) - Canto do Buriti (PI) - Araripina (PE) - Crato (CE) - Salgueiro (PE) - Recife (PE) - Suape (PE) - Cabo (PE) - Moreno (PE).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.328, DE 2005

Denomina a Ferrovia Transnordestina de "Ferrovia Miguel Arraes de Alencar";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É Denominada Ferrovia "Miguel Arraes de Alencar", a Ferrovia Transnordestina.

Art.2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores líderes políticos do nosso país, Miguel Arraes figura na galeria de ícones do populismo nacional, ao lado de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Idolatrado pelo povo, Arraes marcou a política pernambucana por mais de 50 anos.

Democrata e nacionalista, desenvolvimentista, Arraes foi o representante dos trabalhadores de Pernambuco. Foi a esperança de mudanças do povo nordestino.

Cearense do Cariri, Arraes escolheu o Recife para estudar Direito, onde, influenciado por Barbosa Lima Sobrinho e Cid Sampaio militou na política das esquerdas e foi Secretário da Fazenda de ambos, entre 1940 e 1950.

Elegeu-se Deputado Estadual por dois mandatos, tornando-se um líder político nacional na década de 60.

Elegeu-se Prefeito da Capital pernambucana em 1959 e Governador do Estado em 1962, numa aliança de esquerda formada pelo PST, PSD e o PCB.

Governador, tornou-se líder nacional, depois do acordo do campo entre trabalhadores rurais e empresários da agro-indústria canavieira, garantindo direitos trabalhistas para o homem do campo, inclusive o salário mínimo.

Aliou-se a Francisco Julião no apoio aos sindicatos, associações comunitárias e as ligas camponesas. Juntou-se a Leonel Brizola e protagonizaram a radicalização política pela defesa do Estado de Direito, posse e governo de João Goulart, o que ensejou o Golpe Militar de 1964 e sua deposição e exílio.

Em 1979 a anistia lhe trouxe de volta ao Brasil, depois de 15 anos na Argélia e outros países.

Elegeu-se o Deputado Federal mais votado de Pernambuco em 1982 e duas vezes governador de Pernambuco (1986 e 1994), antes, em 1990, elegeu-se o Deputado Federal mais votado do país, proporcionalmente.

Miguel Arraes, indiscutivelmente, faz parte da trajetória do populismo brasileiro que marcou a história do país e da América Latina no século passado.

Quanto mais era criticado pelas elites de direita, Miguel Arraes rompia o monopólio que as oligarquias exerciam sobre o aparelho do Estado, possibilitando a participação popular na vida política e assegurando inúmeros direitos sociais e trabalhistas para as classes mais excluídas do Nordeste.

Como administrador (três vezes governador de Pernambuco e Prefeito do Recife), Miguel Arraes fez o que pode pela população desfavorecida. Foi o precursor do orçamento participativo, discutindo antes com as comunidades as medidas que deveria tomar e os projetos a implantar, como: Chapéu de Palha; Vaca na Corda; Baixa Renda; Luz para Todos, dentre outros.

Em 1990 Miguel Arraes deixa o PMDB e filia-se ao PSB, elegendo-se, em outubro desse ano deputado federal com 340 mil votos. No ano de 1992 Miguel Arraes elegeram-se Presidente Nacional do PSB, função que exerceu até a sua morte.

Esta proposição visa homenagear um grande homem público que nunca deixou de ser um enorme defensor dos princípios democráticos e da população brasileira, bem como sempre defendeu a revitalização de ferrovias no país e principalmente a Transnordestina.

Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 2005.

Deputado GONZAGA PATRIOTA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.

Regulamento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 289, DE 2009

{nº 677/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Roberto Pereira}

**Institui o Dia Nacional de
Conscientização da Hemofilia.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia, a ser celebrado no dia 17 de abril de cada ano.

Art. 2º A promoção e a coordenação do Dia Nacional do Hemofílico ficarão a cargo do Poder Executivo.

Art. 3º As atividades serão desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, que deverá promover parcerias com as Secretarias de Saúde dos Estados e com as prefeituras municipais, com o controle social.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 677, DE 2007

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia,

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

Art. 1º – Fica instituído o “Dia Nacional de Conscientização a Hemofilia”, a ser celebrado no dia 17 de abril de cada ano.

Art. 2º – A promoção e a coordenação do Dia Nacional do Hemofílico ficará a cargo do Poder Executivo.

Art. 3º – As atividades serão desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, que deverá promover parcerias com as Secretarias de Saúde dos Estados, com as prefeituras municipais e com o controle social.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em epígrafe institui o Dia Nacional do Hemofílico, visando a promoção de ações governamentais e privadas voltadas para a melhor qualidade de vida dos portadores desta enfermidade.

O dia 17 de abril foi escolhido por ser a data do nascimento do fundador da FMH (Federação Mundial de Hemofilia), Frank Schnabel.

A hemofilia é uma anormalidade nos fatores de coagulação do sangue, quando um dos 14 fatores não trabalha corretamente, impedindo a coagulação causando hemorragias. A hemorragia, quando no cérebro, geralmente é mortal. A Organização Mundial de Saúde estima que uma em cada 10.000 (dez mil) pessoas sofrem de hemofilia.

A criação do Dia Nacional do Hemofílico busca promover ações não só no que tange à saúde do portador da hemofilia, mas também na busca de seu desenvolvimento pessoal, de sua inserção na sociedade, buscando não somente sanar as necessidades imediatas dos hemofílicos, mas modificar a consciência e a saúde física do paciente através de um tratamento de saúde que foque a sua prevenção e reabilitação.

O fato da hemofilia ser um problema limitado a alguns indivíduos e famílias, não colocando em risco a saúde pública, tende a diminuir a sua importância para as autoridades de saúde e por isto a relevância de iniciativas que busquem sensibilizar um maior número de pessoas para as autoridades de saúde e por isto a relevância de iniciativas que busquem sensibilizar um maior número de pessoas para a problemática dos portadores de hemofilia, possibilitando a esses indivíduos um tratamento mais condizente com as suas necessidades físicas, mentais e sociais, bem como o resgate da sua cidadania.

Sala das Sessões em 10 de abril de 2007.

PAULO ROBERTO
Deputado Federal

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 290, DE 2009

(nº 770/2007, na Casa de origem, do Deputado Inocêncio Oliveira)

Institui o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano.

Parágrafo único. A data a que alude o caput constitui homenagem ao dia de nascimento do poeta Manoel Bandeira, em 1896, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Dia Nacional do Poeta será comemorado, obrigatoriamente, em todas as escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, com sessões em homenagem e com promoção de concursos de redação de poesia entre os alunos, sobre a obra de Manoel Bandeira e de outros poetas brasileiros, vivos ou mortos.

Parágrafo único. As escolas privadas dos ensinos fundamental e médio poderão adotar as medidas a que alude o caput, visando a comemorar o Dia Nacional do Poeta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 770, DE 2007

Institui o "Dia Nacional do Poeta" cada dia 19 de abril do calendário gregoriano em vigor no Brasil;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído no Brasil o "Dia Nacional do Poeta" a cada dia 19 de abril do calendário gregoriano em vigor no país, sendo essa data em homenagem ao dia do nascimento do poeta Manoel Bandeira, em 1886, na cidade do Recife, Pernambuco, um dos fundadores do Movimento Modernista Brasileiro.

Art. 2º A "Data Nacional do Poeta" deverá ser comemorada, obrigatoriamente, em todas as escolas públicas do país, ao nível dos ensinos fundamental e médio, nos estados e municípios e poderá, também, ser comemorada pelo sistema privado de ensino, com sessões em homenagem nos estabelecimentos educacionais e promoção de concursos de redação de poesia entre os alunos, não somente sobre a obra do poeta Manoel Bandeira, como também sobre as obras de outros poetas brasileiros vivos e mortos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

No dia 19 de abril, comemoram-se os 121 anos do nascimento de Manuel Bandeira – Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho – o grande poeta recifense de dimensão nacional e internacional e que veio a falecer no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1968 – cidade onde viveu quase toda a vida, mas sem negar as raízes telúricas da terra pernambucana. Poeta, para repetir as palavras de Mauro Mota, outro notável intelectual brasileiro nascido em Pernambuco, "que matou a morte com a sua grande poesia e a sua prosa nada menor".

Carlos Drummond de Andrade chegou a escrever: "É o poeta melhor do que todos nós, o poeta mais forte."

Gilberto Freyre admirava-o muito, muito antes de se conhecerem e conviverem, Gilberto, solteiro ainda, hospedando-se em seu apartamento no Rio. Do autor de Casa Grande e Senzala, foi o pedido para que Manuel Bandeira escrevesse o poema Evocação do Recife, publicado no Livro do Nordeste comemorativo do centenário do Diário de Pernambuco (1825-1925) e lançado a 7 de novembro de 1925. Nesse livro há um ensaio de Joaquim Cardoso, engenheiro e poeta, sobre

Manuel Bandeira e outro de Gilberto Freyre em que mostra a inamedável condição de recifense que nasceu na rua Ventura, hoje rua Joaquim Nabuco, no bairro das Graças, na capital pernambucana.

Evocação do Recife deve ser considerado o livro evocativo-sentimental da capital pernambucana que se transformou em núcleo brasileiro de civismo, de patriotismo, de batalhas pelos direitos humanos, de centro intelectual com a sua Faculdade de Direito, de palco da "batalha do Abolicionismo", com Joaquim Nabuco e José Mariano, de luta nacionalista, de revolta estudantil, de confronto entre liberais e conservadores, de Esquerda e Direita.

Sua filiação à corrente Modernista, que começou em São Paulo, em 1922, foi mais uma afirmação de Nacionalidade, do que de negação da Província, pois sempre que podia, voltava ao Recife ou se ligava à cidade através de intelectuais de lá que o visitavam no Rio, com frequência.

Como diz Francisco de Assis Barbosa, no livro que a Pool editou em 1988, "foi com o Modernismo que ele se profissionalizou, que se tornou um escritor público e ampliou sua influência pelos quatro cantos do Brasil."

O grande intelectual de Pernambuco, Marcos Vinícios Vilaça, que preside a Academia Brasileira de Letras, ao inaugurar o busto de Manuel Bandeira no frontespício da Casa de Machado de Assis, citou os seguintes versos do vate que Pernambuco doou ao Brasil: "A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros/ Vinha da boca do povo na língua errada do povo/ Língua certa do povo/ Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil."

Ciente que no dia 19 de abril comemora-se o Dia do Índio, o Dia do Exército Brasileiro comemorando a histórica Batalha dos Guararapes, a homenagem mais perene e significativa ao poeta do Modernismo brasileiro, Manoel Bandeira, é dedicar-lhe um dia do nosso calendário, que possa ser lembrado pelas gerações atuais e futuras do nosso país.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2007.

Deputado Inocêncio Oliveira

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 291, DE 2009

(nº 3.086/2008, na Casa de origem, da Deputada Cida D'loço)

Institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º Voto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º Voto, data em que se realizarão atividades e campanhas de esclarecimento sobre a importância desta participação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.086, DE 2008

Institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º voto e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º- Fica instituído o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º voto, data em que se realizará atividades e campanhas de esclarecimento sobre a importância desta participação.

Art. 2º- O MEC em conjunto com o TSE, ouvido o movimento estudantil, coordenará a campanha pelo 1º voto a ser realizada na data estabelecida no art. 1º.

Art. 3º- As unidades escolares federais, estaduais e municipais em conjunto com as respectivas entidades representativas dos estudantes deverão promover, neste dia, atividades que estimulem os jovens aptos a votar nos diversos pleitos eleitorais.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo fundamental contribuir para que nossos jovens se tornem efetivamente cidadãos. Tomando por base as últimas eleições no Brasil, podemos notar um duplo crescimento: por um lado o número de eleitores, de fato, vem se expandindo; por outro lado, pode-se verificar que cresceu também o número de abstenções, votos nulos e brancos.

Ao instituir o dia 26 de junho como o Dia Nacional da Consciência do 1º Voto, a Câmara dos Deputados estará, sem dúvida, fortalecendo o exercício da democracia e a reafirmação da própria cidadania. E, ao mesmo tempo, uma justa homenagem à Passeata dos Cem Mil, ocorrida no dia 26 de junho de 1968, simbolizando a luta de milhares de cidadãos e, particularmente, da juventude contra a ditadura militar e em defesa da democracia do nosso país.

Neste sentido espera-se o indispensável apoio dos nobre Deputados a este Projeto de Lei para instituir o Dia Nacional da Consciência do 1º Voto.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2008.

**Deputada Cida Diogo
Deputada Federal PT/RJ**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 292, DE 2009

(nº 2.415/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas)

Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre o entroncamento com a BR-381 na cidade de Oliveira, passando por Divinópolis, até o entroncamento com a BR-262 na cidade de Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.415, DE 2007

Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Divinópolis (MG) e o entroncamento com a BR-262 .

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º – Fica denominado Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 situado entre as cidades de Oliveira/Divinopolis, no Estado de Minas Gerais, e o entroncamento com a BR-262, na cidade de Nova Serrana, no mesmo Estado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei visa prestar justa homenagem a um ilustre brasileiro, filho do Estado de Minas Gerais.

Nascido em 15 de maio de 1931 na cidade de Nova Serrana-MG, Jaime Martins do Espírito Santo dedicou sua vida ao progresso de sua região, sempre com a preocupação de proporcionar igualdade social para seu povo, em especial os mais necessitados. Empresário de profissão, entrou para a vida pública em 1958 quando elegeu-se Vereador em sua cidade natal. De 1973 a 1977 foi Vice-Prefeito de Divinópolis e, em 1978 elegeu-se Deputado Estadual por Minas Gerais, cargo que exerceu por quatro mandatos. Na Assembléia Legislativa do Estado destacou-se pelo seu relevante trabalho parlamentar e foi designado para importantes funções, dentre outras a de Presidente das Comissões de Minas, Energia e Metalurgia e de Defesa do Consumidor; Presidente e vice-presidente da Comissão de Economia; vice-presidente das Comissões de Meio Ambiente e de Agropecuária e Política Rural, além de 1º Suplente da Mesa Diretora.

Sempre voltado às questões sócio-educativas, conseguiu recursos financeiros para organizações comunitárias, entidades assistenciais, estádios de futebol, escolas, ginásios poliesportivos, igrejas, hospitais e para manifestações culturais e religiosas. Pela sua reconhecida dedicação e competência, foi repetidas vezes condecorado pelos mais diversos setores da sociedade organizada de sua região e do Estado de Minas Gerais.

Os resultados do seu trabalho como empresário e como político ultrapassaram as fronteiras de Minas e alcançaram repercussão nacional.

Nada mais justo, portanto, que se homenageie Jaime Martins do Espírito Santo por suas ações em prol de sua comunidade e pelo caráter que permeou sua vida.

Deputado Estadual JAIME MARTINS DO ESPÍRITO SANTO**LEGISLATURAS / MANDATOS ELETIVOS**

- Vereador / Nova Serrana, MG. Eleito pela ARENA.
Período: 1958 a 1962
- Vice-Prefeito / Divinópolis, MG. Eleito pelo PDS.
Período: 1973 a 1977
- Deputado Estadual / Suplente – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Eleito pelo PDS.
Período: 1978 a 1982
- Deputado Estadual / Suplente – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Eleito pelo PDS.
Período: 1982 a 1986
- Eleito pela legenda da Coligação MDP (PFL)
Período: 1987 a 1990
- Eleito pela legenda da Coligação Renova Minas (PFL)
Período: 1991 a 1994
- Eleito pelo PFL
Período: 1995 a 1998

FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS: ARENA, PDS e PFL**ATIVIDADE PRINCIPAL: Empresário****ATIVIDADES PROFISSIONAIS:**

- Diretor-Presidente da Siderúrgica São Cristóvão Ltda. Divinópolis, MG.
- Sócio da empresa Real Imóveis Ltda. Divinópolis, MG.
- Proprietário Rural em Divinópolis, MG.

CURSOS:

- Curso Técnico em Administração de Empresas
- Curso Técnico em Indústrias Siderúrgicas
- Curso Técnico em Administração Política

ATIVIDADES SINDICAIS, REPRESENTATIVAS DE CLASSE E ASSOCIATIVAS:

- Um dos fundadores e primeiro presidente da ADAP – Associação Divinopolitana de Assistência Social;
- Presidente do Guarani Esporte Clube de Divinópolis, MG;
- Delegado do Sindicato do Ferro junto à FIEMG em Minas Gerais;
- Membro do Conselho da Fundação Rural Mineira – RURALMINAS;
- Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis – Acid;
- Sócio-fundador da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis;
- Instituidor da Fundação Jaime Martins;
- Sócio-fundador do Lions Clube Pioneiro de Divinópolis;
- Sócio da Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ;
- Membro-fundador do AA – Alcoolicos Anônimos de Divinópolis.

ATIVIDADE PARLAMENTAR:

- Destinação de recursos para aquisição de imóvel para construção da Organização Comunitária Nova Vida (Projeto Quero Viver), de recuperação de dependentes químicos, na comunidade de Branquinhos, município de Divinópolis, MG;
- Doação de fazenda de 670.000m² para construção de um Centro de Recuperação de Alcoolatras e Toxicômanos, na Comunidade de Cachoeira Ponte de Ferro, município de Divinópolis, MG;
- Destinação de recursos para construção de Centro de Recuperação;
- Destinação de recursos para construção do Módulo II do Estádio de Futebol Waldemar Teixeira de Faria (Guarani Esporte Clube) em Divinópolis, MG;
- Destinação de recursos para edificações (escolas, ginásios poliesportivos, infraestrutura urbana e rural, templos religiosos e hospitais/Santas Casas), clubes de serviço, nos municípios de Divinópolis, Nova Serrana, Bom Despacho, Dolores do Indaiá, Pitangui, Martinho Campos, Araújos, Funilândia, Carmo do Cajuru, Perdões, Estrela do Indaiá, Pimenta, Onça do Pitangui, Moema, Pompéu, Abaeté, São Sebastião do Oeste, São Gonçalo do Pará, Igaratinga, Pedra do Indaiá, Luz, Arinos, Buritis, Perdigoão, Arcos, Bambuí, Carmo da Mata, Cedro do Abaeté, Piumhi, Santo Antônio do Monte, Cláudio, Formiga, Itapeverica, Leandro Ferreira, São Francisco de Paula e Santana do Jacaré.
- Apoio financeiro às manifestações culturais Reinado, Congado e Folia de Reis;
- Apoio financeiro a entidades assistenciais;
- Presidente da Comissão de Minas, Energia e Metalurgia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Presidente da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Vice-Presidente da Comissão de Abastecimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Membro efetivo da Comissão Agropecuária e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

CONDECORAÇÕES:

- Industrial do Ano, 1974, conferido pelo Diário do Oeste, Divinópolis, MG;
- Político do Ano, 1974, conferido pelo Diário do Oeste, Divinópolis, MG;
- Personalidade do Ano, 1977 e 1978, conferido pela Academia de Ciências e Letras do Brasil Central, em Uberaba, MG;
- Industrial do Ano, 1980 e 1981, conferido pelo Centro de Pesquisa da Revista Equipe;
- Mérito Industrial, 1982, conferido pela Fiemg;
- Mérito Industrial, 1983, conferido pelo Centro de Pesquisa da Revista Equipe;
- Medalha de Honra da Inconfidência, 1984, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Melhor do Ano, 1988, pelos relevantes serviços prestados à Comunidade Regional de Uberlândia, conferido pela Atimap e a sucursal de pesquisas do Estado de Minas Gerais;
- Medalha Candidós, concedida pela Câmara Municipal de Divinópolis, MG;
- Medalha do Mérito Legislativo, conferido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
- Diploma de Simpatia e Preferência Pública, 1983, 1985, 1989 e 1990, Divinópolis, MG;
- Troféu "O Sino", 1992, como destaque parlamentar, conferido pelo SINDJORI;
- Expressão & Mérito, 1994, conferido pelo Jornal Tribuna de Minas, Juiz de Fora, MG;
- Cidadão Honorário das Cidades: Divinópolis, Bom Despacho, Dores do Indaiá, Pitangui, Martinho Campos, Araújos, Perdões, Estrela do Indaiá, Pimenta, Onça do Pitangui e Funilândia.

Sala das Sessões, em 12 novembro de 2007

Deputado AELTON FREITAS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 293, DE 2009

(nº 4.061/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá)

Institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de novembro, em todo o território nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de novembro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.061, DE 2008

Institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de novembro, em todo território nacional

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de novembro, em todo território nacional.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei, objetiva prestar uma justa homenagem aos Clubes Esportivos e Sociais de todo o Brasil.

Com a instituição dessa data comemorativa, pretendemos chamar a atenção da sociedade para o reconhecimento da importância do setor clubístico no país.

Atualmente temos 13.826 Clubes Esportivos Sociais em todo o território nacional. O nicho agrega aproximadamente 1/3 da população brasileira.

Estes clubes surgiram a partir da imigração européia, por volta de século XIX. Imigrantes, como os portugueses, alemães, italianos, ingleses, poloneses, franceses e de outras origens, implantaram suas tradições familiares, formando as primeiras associações clubísticas no Brasil.

Atualmente temos dentre o setor clubístico 125 clubes centenários, sendo que o mais antigo em atividade foi fundado em 1821, um ano antes da independência do Brasil.

A maioria dos esportes que começaram a ser praticados no Brasil foi trazida pelos imigrantes, que exerciam estas atividades em suas horas de lazer. Os imigrantes portugueses não desenvolveram o esporte, mas cultivavam o desenvolvimento da literatura, com a instalação de clubes de leitura, bibliotecas, palestras, conferências e outras atrações culturais.

Na medida em que as comunidades iam se desenvolvendo apresentando sinais de progressos evidentes, também os clubes cresciam com o surgimento de novos praticantes, principalmente na área esportiva e de lazer.

Ao contrário de muitos países avançados, como Estados Unidos e países europeus, onde os melhores atletas têm como base as escolas e universidades, no Brasil a origem dos atletas é nos clubes. Estas entidades adotam uma responsabilidade muito grande em criá-los e mantê-los.

Além de configurarem-se como importantes centros de esporte e lazer, os clubes auxiliaram a formação de uma cultura democrática para o Brasil. Exemplo dessa influência é a disseminação do modelo constitucional de associação voluntária, com seus estatutos, diretoria eleita, e assim por diante. Esses clubes constituem-se o meio caminho entre o mundo privado da família e o mundo público do Estado, dando uma importante contribuição ao surgimento do que algumas pessoas hoje chamam de "esfera pública" e outras, de "sociedade civil".

Sugerimos, portanto o dia 09 de novembro como "Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais" pela razão que foi a data da fundação da Confederação Brasileira de Clubes, entidade que representa todos estes clubes no território nacional. Sendo uma justa e merecida homenagem que o Brasil presta a todas estas associações que contribuíram para o desenvolvimento de nosso país.

Esperamos contar com o apoio dos nobres para esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2008.

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal – São Paulo

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o **Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 2009**, que acaba de ser lido, será apreciado pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, podendo receber emendas, perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos a apreciação terminativa, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 287 a 293, de 2009**, vão, nos termos do art. 91, § 1º, IV, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a página inicial do Senado na Internet oferece mais um serviço: estão facilmente disponíveis a todos os cidadãos pela Internet as íntegras das atuais Ordens do Dia do Plenário e seus resultados, bem como pautas semanais das Comissões Permanentes e respectivos resultados.

Todos os documentos apontam para os textos de cada matéria, permitindo o acesso rápido à íntegra das proposições, às emendas apresentadas, aos relatórios e aos pareceres.

Além disso, as pautas e os resultados anteriores poderão ser consultados, para pesquisa, no portal de Atividades Legislativas.

Esta é mais uma ação da Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico, instituída pelo Ato da Mesa nº 1, de 2009, que busca garantir à sociedade o acesso integral aos documentos e registros do Processo Legislativo no Senado Federal, assegurando maior transparência nos trabalhos da Casa.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Antes de anunciar a palavra do Senador Mão Santa, gostaria de comunicar a presença, aqui no plenário do Senado Federal, do Prefeito Adilson Silva Lino, de Faxinal, que é, além de Prefeito desse Município, filho do Edson Silva Lino, que foi Prefeito de Grandes Rios, Ex-Deputado, pessoa que conhece muito bem, Senador Mão Santa, o que é a palavra compromisso. É um orgulho para nós recebermos aqui um Prefeito da seriedade e da competência do Adilson Silva Lino. E aproveito aqui para dizer a ele: o Edson Silva Lino

conhece muito bem o que significa a palavra compromisso.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, que tenho certeza de que vai dizer que o Piauí é melhor do que o Paraná; mas continuo dizendo que o Paraná é o melhor Estado do Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Olha, Senador Osmar Dias, que preside esta sessão de 18 de novembro, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem no plenário e que nos acompanham pelo sistema de comunicação, a TV Senado, uma rádio AM, uma rádio FM, rádio em ondas curtas, a Hora do Brasil, que apresenta segmentos de assuntos do Congresso, e a nossa imprensa escrita, o **Jornal do Senado**, diário e semanário.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte. Professora Serys. Ela é Senadora. Serys, eu vi o nosso Osmar Dias relatar o estoicismo, o altruísmo, o amor de uma professora do Paraná, em uma ilha, não é, Osmar Dias? Que beleza de mulher, que beleza de profissão, que beleza de ideal! Eu até sugeri, busquei o livro, e a Serys, que lidera aqui os valores femininos, ô Serys, que se convidasse uma professora dessa, que representa tão bem os valores da mulher brasileira, uma professora que ele descreveu. Uma professora humilde, de uma ilha, como ela se dedica a ensinar civismo, o Hino Nacional, aquilo que aprendíamos, que é uma noção de direito e dever. Então, gostaríamos de receber a professora do Paraná, da ilha, aqui tão bem descrita, professora Isolina, que está incluída na lista não só aquelas grandiosas mulheres vencedoras, mas essas mulheres, vamos dizer, que, mesmo humildes, na humildade, demonstram grandeza.

Mas isso fui buscar a professora porque – e adentra Gilvam Borges, que hoje deu um passo avançado na justiça salarial. Ali está o Cafeteira. Olavo Bilac – está cheio de criança aí – disse: “Crianças, não verás nenhum País como este”. Nós não podemos dizer não. Isso é um país injusto. Olha, vi a luta aqui, neste Congresso, para aprovar um piso salarial das professoras. Parece, Osmar Dias, que são R\$960,00. Isso é um País imoral, indigno, injusto, só tem propaganda enganosa e mentirosa. Eu li, Osmar Dias, I-Juca Pirama, que dizia: “Meninos, eu vi”. Ô Cafeteira, meninos, eu vi, I-Juca Ipirama. E eu vi aqui quanta confusão, quantas reuniões, quantas comissões. E aí, depois, audiências públicas, Cristovam Buarque, o autor. Piso para professora. Eu vendo a professorinha. Deus escreve certo por linhas tortas. Você descreveu o amor, o estoicismo, o altruísmo, a dignidade da professorinha da ilha. E as professoras do interior? R\$ 960,00, aprovamos.

Isso é uma barbárie. Isso tudo é mentira do Luiz Inácio. Olha, R\$900,00, meninos, eu vi aprovar aqui. Mas foi suspenso. Elas nunca receberam R\$900,00, as professorinhas. Deu imbróglio aí. O Governo não são os Três Poderes? Parou na Justiça. Que vergonha. A Justiça que o Deus pegou as leis e entregou ao seu líder Moisés, a Justiça que o filho de Deus, não tendo a televisão como temos, o rádio, subia nas montanhas: “Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Eles serão fartos. Não é, não. Emperrou. São R\$960,00 para a professorinha. Vivemos o circo e aprovamos. Viu, Romero Jucá, que vergonha o piso das professoras? Elas nunca receberam.

Agora, é preciso saber que o nosso poderoso Luiz Inácio assina um DAS-6... Aquele companheiro entra pela porta larga, que a **Bíblia** diz, a porta larga da malandragem, da safadeza, da sem-vergonhice. Sem concurso! Osmar Dias, você vai ser Governador, mas não vai saber quanto ganha um DAS-6. Não tem DAS-6 em governo. Tem DAS-1, DAS-2, DAS-3 e DAS-4. V. Ex^a vai governar. Mas a República... O Luiz Inácio tem um DAS-6. O DAS-6, Geraldo Mesquita, é R\$10.548,00. Luiz Inácio... Aqui, entraram 60 mil aí pela porta larga da vadiagem, da malandragem – que está na **Bíblia** –, sem concurso e nada. E a professorinha... A sua professorinha, este País injusto, imoral e indigno não garante R\$960,00. Eu não sei como é com os agrônomos... V. Ex^a vá lá... Mas os médicos eu sei. Ninguém sabe mais do que eu como é um médico. Os luminares conseguem as clínicas particulares. Os ricos pagam. Quem tem plano de saúde... Nós, do Senado, é uma maravilha! Olha, só o cara perguntando ali: “Você não quer ir para São Paulo, não? Faz um **check-up!**” É tudo fácil... Mas, para um pobre... Eu sei o que é a saúde do pobre.

O SUS é enganação. Vocês estão ouvindo a maior autoridade. Eu tenho 43 anos de Medicina... Mas não foi nas coxas, não! Foi fazendo mesmo todos os cursos de uma Santa Casa. SUS!... Não funciona! Vá se operar no SUS... De uma cirurgia de grande complexidade... Não opera... Não consegue... Eu mesmo vi... Um médico de família aí... Mas, se você precisa, vai fazer, vai conseguir uma neurocirurgia pelo SUS, uma cirurgia cardiovascular não consegue. Então, é isso! E por quê? O salário do médico é ruim mesmo. Osmar Dias, olha para cá! Osmar Dias, eu aqui... Sabe quantos anos eu tenho de Medicina? Eu formei em 66, Osmar... Quarenta e três anos. Cirurgião concursado... Era o Pelé fazendo gol; Dom Helder Câmara celebrando missa; Roberto Carlos... E eu operando em uma Santa Casa pobre. Não foi como Luiz Inácio que perdia um dedo e se aposentou, não! Sou aposentado como Médico Cirurgião. Tenho todos os cursos de Medicina que se

imagine. Meu avô era muito rico, tinha dois navios. O neto dele então, podia estudar e fiz o que quis. Era bom mesmo em cirurgia... Olha, é a minha aposentadoria, depois de concurso e tudo é R\$3 mil. O bom Deus e o bom povo do Piauí me colocaram aqui, viu, Osmar Dias?

Eu sei o que é médico. Eu vou dar só um quadro, Osmar. Tinha um diretor da Santa Casa em que eu trabalhei, em Parnaíba, Dr. Cândido Almeida Athayde. Aliás, esse apelido “Mão Santa”, Gilvam Borges, veio daí. Ele tinha sido convidado, ele era do Maranhão, de Tutóia, Barro Duro, para ser homenageado. Eu acho, Osmar Dias, que ele teve medo do teco-teco. Aquele aviãozinho caía naqueles tempos, no início dos anos 60. “Francisco, você não quer ir não?” Ora, sabe, fui lá... Aí na hora, Gilvam, lá no Maranhão do nosso Sarney, você sabe que eles falam muito, discursam, e nós somos políticos. Acabam a bebida, vamos para a inauguração, posto Cândido Athayde, e eu representando o velhinho. Aí um daqueles do sindicato não sabia o meu nome, não sabia do prefeito, do diabo e disse: e esse doutor aqui das mãos santas, que me operou e eu estou aqui. Ele tinha ido de canoa para o hospital com uma hérnia estrangulada. Aí pegou na política. Mas eu quero dizer que esse médico de vergonha, 94 anos, Osmar, fez o parto de João Paulo Reis Velloso. Eu era Governador do Estado, aí eu digo: eu vou dar a condecoração, a Grã-Cruz para esse Dr. Cândido, 94 anos. Chamei lá no palácio e coloquei a medalha no peito do Dr. Cândido, do velho, a Grã-Cruz Renascença. E ainda botei para ele agradecer. Ele morreu meses depois, medalhado com 94 anos.

Ele morreu meses depois, e medalhado, com 94 anos. Na véspera, ele tinha feito uma cesariana. Vocês sabem por quê? Porque um médico com vergonha e dignidade tem que trabalhar até morrer porque a aposentadoria não dá.

A minha – olha que eu fui bom em medicina mesmo, cirurgião –, com todos os cursos imagináveis, é de R\$3 mil. E para os outros, que não tiveram a minha chance, que não tiveram os meus cursos, está difícil ter dignidade.

Então, hoje, foi um avanço. Gilvam Borges, eu estou com muito medo. Está aí o Gilvam Borges ouvindo esse lamento. E esse negócio de dizer que nós somos melhores do que Castello Branco é tudo mentira, Luiz Inácio. Nunca antes houve tanta insensibilidade!

Gilvam Borges, eu era médico em 1967, fazendo pós-graduação no Hospital do Servidor do Estado, Ipa-se, no Rio de Janeiro, e o melhor cirurgião da época era meu professor, Mariano de Andrade. De repente eu vi as enfermeiras – enfermeira é bicho decente – todas eufóricas, e eu gostei muito. Todas encantadas com o

Presidente Castello Branco. Melhor do que o nosso Luiz Inácio. Tanta euforia, Osmar, você sabe por que foi? Presidente Castello Branco fez um decreto-lei que era menos imoral do que essas medidas provisórias. Esse negócio de dizer que ditadura... vamos à verdade. O decreto-lei vinha e, quando era aprovado aqui, é que valia. A medida provisória, o Luiz Inácio assinou, já está valendo. O resto é só circo, encenação. Assinou, já está valendo.

Então, o Presidente Castello Branco – atentai bem, Osmar, eu não sei quanto era o agrônomo – assinou naquela época e a enfermeira passou a ter direito a seis salários mínimos. Eu vi a euforia, a alegria. Ora, eu namorei muitas enfermeiras, andei nos carros delas, porque aqueles eram um salário para a época. Acho que Adalgisa ainda não tinha nem nascido. As enfermeiras eram só felicidade. Sabe quanto ganha um médico hoje? Três salários mínimos. Castello Branco, vendo a necessidade, o altruísmo, a dedicação, estabeleceu na lei seis salários mínimos. Quantos salários recebe um agrônomo, Osmar Dias?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Não existe mais piso para o agrônomo, era de oito salários mínimos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – E do médico é três. Vendo isso, apelaram muito para ele e ele, com sensibilidade, fez uma lei e o Paim foi me buscar para ser relator dessa lei dos aposentados. Quem faz não pode relatar. Eles foram me chamar. E eu andei com esse projeto do Paim por aí, Comissão de Justiça, Comissão de Economia, Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais, plenário. Aprovamos. E aí foi para a casa que tem 300 picaretas, como disse Luiz Inácio, e está lá.

Hoje nós comemoramos, Osmar Dias, o Gilvam fez e eu fiz o mesmo percurso. Ele definiu um piso para médico, depois aos odontólogos, veio muito bem feito. Em Portugal a odontologia é formada na própria faculdade de medicina, sete mil reais. O Senado todo reconheceu. Nossos cumprimentos, nossa gratidão.

Agora nós esperamos sensibilidade por parte dos Deputados federais. É uma boa hora de aparar aquela frase firme de Luiz Inácio que andou por lá e disse que havia 300 picaretas. E os aposentados estão desconfiados que o Luiz Inácio falou a verdade. Está lá, nós fizemos a do Paim, e os velhinhos aposentados estão... Eu vou ler um que traduz muito bem. Nós recebemos e-mail, Senador Osmar Dias. Rosalba, me empreste o Osmar Dias aqui que ele é muito atento, o Presidente. V. Ex^a leu aquele livro do Alvin Toffler, **A Terceira Onda**, de 1980? Ele disse que a primeira onda era a agricultura, dez mil anos; depois, a indústria; e a terceira, a desmassificação da comunicação.

Essas coisas de internet, portal. Outro dia eu ouvi falar em Twitter, e pensei que era um negócio de música. Desmassificou.

Olha o que diz aqui um *e-mail* que eu escolhi, dos milhares que recebo, e é oportuno. Para Senador Mão Santa, de Julio Regnier Menegale, que traduz a necessidade. Isso eu estou fazendo pra sensibilizar os Deputados, para eles acelerarem a sua lei, da qual nós fomos relatores, defendemos em todas as comissões do Senado e aprovamos o piso de R\$7 mil para o médico.

Olha o que diz aqui: “Pedido de socorro de um aposentado”. É recente, de 14 de novembro. Para V. Ex^a ter a satisfação do cumprimento da missão, Gilvam Borges.

Caro Senador Mão Santa, não nos abandone! O senhor é uma das últimas esperanças [o Gilvam também, e o Osmar. São muitos. Não é assim, não. Não sou só eu, não.] de nós, aposentados, que como eu, que trabalhei 40 anos...

Luiz Inácio, eu estou aqui é pra ajudar. Eu sei que o Luiz Inácio, do PT, trabalhou pouquinho. Perdeu o dedo e, aí, se aposentou. Mas olha o que diz o e-mail. Isso é a verdade. “Em verdade, em verdade vos digo” – dizia Cristo. E eu sou do Partido de Cristo, de Jesus, o Partido Social Cristão.

Trabalhei 40 anos.

Luiz Inácio, Senador é para aconselhar. Ele trabalhou pouquinho porque teve o acidente. Eu sei que foi acidente. Aí se aposentou logo. Esse aqui, trabalhou quarenta anos! Olha, quarenta anos não é mole! Pela porta estreita da vergonha. Não recebeu o DAS.

Trabalhei diariamente de 7h às 19h, como cirurgião dentista, pagando minha contribuição sobre dez salários todo santo mês.

Dez salários mínimos... Aí é que o Governo... É para isso o Senado. Cada um dos três Poderes serve para olhar para o outro, para frear o outro. Independência é a maneira. Está ali o Geraldo Mesquita. Ele trabalhou 40 anos, e pagou sobre dez salários mínimos. Quanto é o salário mínimo, Osmar Dias? Pois é, dez salários mínimos.

E hoje recebo R\$ 2.154,00 de aposentadoria.

Então, o Governo castrou, surripou, capou, como se diz no Piauí, quem ganhava dez, quem fez um contrato. E esse contrato o Governo não cumpre, e ele ganha R\$ 2.154,00.

Agora com 71 anos, há dez anos aposentado sem poder trabalhar por problema sério de coluna cervical, e olhe que não precisei perder um dedo, resultante de anos de trabalho dedicado a minha profissão, não consigo ter uma velhice digna de acordo com status que deveria ter em função de tudo que estudei, cur-

sos que fiz aqui e no estrangeiro, de cursos que dei, do trabalho sem remuneração em hospitais do Estado tratando de fissurados lábios palatinos...

Ele era cirurgião dentista, ele operava lábios leporinos, a pessoa que nasce com o lábio rachado.

Então, ele acusa aqui:

Não posso ter um empregado e pagar um plano de saúde ao mesmo tempo pois não sobraria um tostão para poder me alimentar, a mim e a minha esposa, sem falar nas contas de luz, água, telefone, medicação, etc.”

O que devo fazer? Cometer o suicídio, como o caso que o senhor relatou de um aposentado, seu amigo?

Eles estão em dificuldade os nossos velhinhos aposentados, eu relatei aqui.

Que País é este? O que será que este Governo está pretendendo? Cometer um genocídio? Se isso acontecer, todas as classes políticas serão culpadas. Por favor, façam alguma coisa. Socorro!

Então, Osmar Dias, quero dizer que o Senado da República fez, fizemos o piso das professoras, está parado na Justiça. Que Justiça é essa? Atentai bem, Rui Barbosa está ali, porque ele disse que justiça tardia é injustiça manifesta. E quando é o pessoal da Justiça, como os salários que passam aqui...

(Interrupção do som)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ...rapidamente, tudo ocorre. Vamos comparar quanto ganha um da Justiça e uma professorinha e um médico. Será que eles têm 30 estômagos, os outros só têm um? Não!

Então, está errado, e é hora de a Câmara dos Deputados vir abalizar esses projetos de lei que aqui passaram dignificando a profissão das professoras, dos médicos e resgatando o direito dos sofridos aposentados, velhinhos e dos nossos avós.

Essas são as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti e devolvo a Presidência ao Senador Mão Santa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um pedido pela ordem para o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para pedir a V. Ex^a que me inscreva como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Secretário Executivo, Dr. João Pedro, está fazendo a inscrição.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, que é do mesmo Partido deles, é seu liderado e representa o Estado da Paraíba.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com muita honra, sou filiado ao PRB e estou aqui nesta Casa sob a Liderança do Senador Marcelo Crivella.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, parabênizo V. Ex^a pelo discurso que pronunciou há poucos momentos, Senador Osmar Dias, que, há poucos minutos, presidia esta sessão deliberativa, minhas senhoras e meus senhores.

Trago hoje aqui um assunto de forma repetitiva. Já estive neste tribuna, já estive em comissões, já estive em reuniões da Comissão Mista de Orçamento, com a presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, naquela comissão, e o tema se refere aos cartões de crédito.

Na verdade, milhões de brasileiros foram inseridos recentemente na economia de mercado. Isso foi muito bom para o Brasil, é uma prova do crescimento do nosso País e evidencia que o Brasil, na verdade, parte para ser a quinta economia mundial. Um País que se propõe a ser a quinta economia mundial, na verdade, tem que ter instrumentos modernos no sentido amplo da palavra, no sentido de gerir a sua economia, e, dentre esses instrumentos de trabalho, dentre esses instrumentos facilitadores, está o uso do cartão de crédito.

Então, é muito importante, Sr. Presidente, que eu aqui esteja me referindo, de forma extremamente elogiosa, ao modelo, ao conceito: cartão de crédito é realmente um instrumento moderno, eficiente, para facilitar as trocas no comércio brasileiro. Um dos principais atores que facilita o mercado consumidor brasileiro e que está em franca expansão é exatamente o segmento dos cartões de crédito. Existe, porém, no Brasil, uma grande concentração, uma lamentável concentração em apenas duas bandeiras, que é a bandeira Visa e a carteira, a empresa Mastercard. As duas, Sr. Presidente, detêm aproximadamente 90% do mercado brasileiro. Essa concentração, em nenhum segmento, é positiva. Qualquer segmento que detenha uma concentração dessa forma não é saudável para a economia.

Então, mais uma vez enfatizo minha defesa no conceito do cartão de crédito e faço referência e restrição à concentração em apenas duas bandeiras. Para ter acesso a essas duas marcas, Sr. Presidente, os estabelecimentos comerciais devem recorrer respectiva-

mente às autorizadas Visanet e Redecard. Da mesma forma, todo comércio brasileiro fica tutelado a apenas essas duas autorizadas ou pelo menos, em 90% dos casos, a essas duas bandeiras, que são a Visanet e a Redecard. As taxas de administração cobradas dos comerciantes, exatamente em razão dessa concentração, Sr. Presidente, são altíssimas, bem como os juros cobrados dos consumidores.

A própria Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) admite a necessidade de desconcentração do mercado. Atualmente, há um duopólio – duas empresas – que não oferecem a menor massa de manobra a clientes e a consumidores. As operadoras demoram aproximadamente 30 dias para efetuar o pagamento para as empresas. O cliente vai lá e faz sua compra; a empresa comercial presta contas da efetivação dessa transação comercial com essas operadoras e recebe esse dinheiro de volta, sendo cobradas taxas extorsivas num prazo que gira em torno de 30 dias. Isso faz com que as empresas comerciais brasileiras – o comércio brasileiro –, já tradicionalmente descapitalizadas, tenham de recorrer ao mercado financeiro. É uma síndrome, Sr. Presidente, porque o mercado financeiro brasileiro, por outro lado, também cobra taxas elevadíssimas em relação ao conceito de taxas financeiras mundiais. Então, esvai-se mais ainda o capital de giro das empresas comerciais.

As empresas do segmento de cartões de crédito e débito não estão oferecendo um nível de eficiência que a sociedade brasileira exige. Exatamente como são duas grandes empresas que detêm aproximadamente 90% do mercado, elas não se têm preocupado com a qualidade dos serviços. Então, os comerciantes no Brasil, de forma geral, fazem sérias restrições aos serviços prestados.

O Banco Central, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda produziram um relatório sobre a situação do setor, a que já me referi em diversos pronunciamentos anteriores. Os problemas, Sr. Presidente, são gravíssimos e requerem uma ação urgente do Estado. O Governo pode começar a exigir, por exemplo, que os terminais dos estabelecimentos comerciais aceitem mais de uma bandeira. Da forma que existe hoje, cada empresa comercial tem um terminal e todo um aparato tecnológico e técnico para operar cada um dos cartões de crédito. A partilha desses sistemas operacionais permitiria uma redução significativa nos custos das empresas comerciais brasileiras.

A associação do segmento sugere que seja uma opção, isso com os cartões de crédito, e não uma obrigatoriedade. Até concordo. Acho que no Brasil as coisas

já passaram da época de serem tuteladas na forma da obrigatoriedade e poderiam ser feitas na forma de partilha, por meio de uma opção. Porém, à medida em que houver um maior número de operadoras, quando se tem a opção entre duas, apenas duas, empresas, isso vai ficar extremamente difícil.

Tudo indica, Sr. Presidente, no entanto, que uma obrigatoriedade é essencial: é a desconcentração do setor. As entidades de defesa do consumidor defendem que o negócio de cartões de crédito seja dividido em segmentos: captura, compensação, liquidação e credenciamento, que seriam desmembrados para diferentes empresas, o que permitiria e facilitaria evitarmos essa desconcentração que atualmente existe.

Quaisquer medidas que visem melhorar a situação para os consumidores e empresas usuárias do sistema de cartões devem obrigatoriamente tratar da questão da desconcentração. A realidade é que o Governo precisa regular o mercado de cartões de crédito.

Notícias recentes de jornais trazem que já existe um relatório em que haveria uma iminente tomada de decisão no tocante a isso. O relatório existe, Sr. Presidente, porém o que falta, na verdade, é uma decisão política de enfrentar um setor que, hoje, diria, é o setor economicamente mais privilegiado do País. Algumas vezes nos referimos aqui aos problemas dos bancos, que os bancos têm margens financeiras significativas, diferenciadas do que existe no restante do mercado mundial, porém, os bancos, junto com as operadoras de cartão de crédito, são, digamos, extremamente cordatos e gentis para com os consumidores. Os juros são extremamente abusivos e os contratos entre as bandeiras e comerciantes são leoninos.

Senador Marcelo Crivella, eu gostaria da atenção de V. Ex^a para expor aqui um tema que é exatamente este dos cartões de crédito. Quem está aqui presente, os demais Senadores e Senadoras, ouvintes da TV Senado, Senador Mão Santa, que preside esta sessão: todos nós recebemos nossos extratos de cartão de crédito todos os meses. E num cantinho discreto, estão as tarifas que são cobradas efetivamente por essas empresas operadoras. Então, eu gostaria, só como ilustração, de mostrar a V. Ex^as o seguinte: eu ampliei algumas vezes aquela janelinha, aquele quadradinho que consta nas faturas de nossos cartões de crédito, isso para que pudesse ser feita uma visualização mais perfeita. V. Ex^as podem precisar o seguinte: aqui está uma empresa, a Credicard, que opera uma bandeira, a Mastercard. Aqui diz o seguinte: encargos sobre o saldo financiado, 13,20%. Quando se pensa que isso é ao ano, são 13,20% ao mês. Está escrito aqui “ao mês”. Máximos para financiamento no próximo período, 13,90% ao mês. Quando pegamos para saques

efetuados, 13,20% ao mês. Máximo para saques efetuados no próximo período, 13,90%. Sr. Presidente, essas taxas – 13,20% e 13,90% ao mês – não existem em nenhum país do mundo; não é sério nem não sério. Essas taxas praticadas no nosso País, na verdade, são uma verdadeira extorsão ao mercado consumidor.

Li as taxas do Credicard e do Mastercard, mas tenho aqui de todas.

A do Diners está aqui ampliada. Está aqui o extrato, a conta básica, o resumo de encargos de financiamento, encargos de financiamento aplicados neste extrato.

American Express: AmexPlan/PayFlex, 8,99% ao mês; Express Cash, 10,95%; encargos de financiamentos por atraso, 12,50% ao mês.

Mais uma vez, mostramos um comportamento que inexistia em qualquer outra parte do mundo.

Volto aqui a uma outra fatura, desta vez do Diners Club International: encargos contratuais sobre os saldos financiados de 26/9 a 25/10 – estou trazendo extratos extremamente recentes; poderiam ser extratos de uma outra época brasileira, mas são do mês presente, faturas entregues este mês – 11,40% ao mês. Para saques efetuados entre 26/9 a 25/10, 11,40% ao mês. Contratuais máximos para financiamento entre 26/10 a 25/11, 11,90% ao mês. Máximos para saques efetuados entre 26/9 a 25/10, 11,90% ao mês.

Para finalizar, Sr. Presidente, cartões Bradesco, que opera a bandeira Visa. Sr. Presidente, está bastante claro aqui, se a TV Senado puder capturar essa imagem... Taxas mensais: saque, 11,50% ao mês; mora, 12% mês; rotativo, 10,99% ao mês.

Então, Sr. Presidente, trago aqui documentos oficiais, documentos das faturas recebidas por diversos consumidores, nos quais se percebe que os juros que o Governo Federal estabelece seriam caríssimos se fossem praticados ao ano, e estão sendo praticados para o consumidor brasileiro ao mês.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Com muita honra concedo um aparte ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Roberto Cavalcanti, mais uma vez a voz da Paraíba se engrandece com o mandato de V. Ex^a, que toca num aspecto fundamental na vida de nosso povo. O povo brasileiro hoje paga juros extorsivos. Antigamente dizia-se o seguinte: nós precisamos ter juros altos, porque, senão, vai ter refluxo da inflação. E a inflação aumenta os preços, e isso é ruim, sobretudo, para os mais pobres. Se indexar, retroalimenta a inflação – continua sendo muito mal para os pobres. Pois bem, agora,

não temos o menor sintoma de inflação. Aí eles dizem assim: o problema é a inadimplência. Tem que cobrar juros altos porque o brasileiro é caloteiro. E dizemos assim: nossos amigos da Febraban, vamos aqui aprovar o cadastro positivo. Eles não querem. Ah, mas não querem por quê? Porque vão perder o argumento, no qual se agarram, como náufragos desesperados em uma tábua em noite de tempestade, em noite de dilúvio, de maremoto, para continuar explorando o povo brasileiro. Isso aí é o resquício do espírito mais cruel da escravidão. O povo brasileiro vai comprar um fogão e paga quatro se precisar financiar. V. Ex^a faz uma denúncia grave e séria. E nós nesta Casa e o Governo não conseguimos, com todos os esforços que fazemos, diminuir o *spread* ou diminuir os juros dos cartões de crédito ou do cheque especial. O povo não tem opção, porque as pessoas têm, naturalmente, necessidade de repor seus eletrodomésticos, às vezes pagar um desastre de carro e até um tratamento dentário, que está muito caro. E aí o sujeito pega o cartãozinho de crédito, que agora eles mandam pelos Correios. Mandam dois, mandam três. O cartão é tão bonitinho... Um plástico. As pessoas não têm... Fica meio abstrato. A despesa fica abstrata: você dá o cartãozinho e o recebe de volta – não é nota. É uma coisa assim... Uma armadilha mesmo! E, aí, quando a pessoa vai pagar, meu Deus do céu, é uma amargura. E, depois, para negociar a dívida, quando se está inadimplente, é outro sufoco. V. Ex^a faz aqui um alerta relevante. Muito relevante! E nosso Partido, mais uma vez, se engrandece com a preocupação de V. Ex^a, sobretudo com os brasileiros mais pobres. V. Ex^a é empresário. V. Ex^a não paga; V. Ex^a aplica, certamente, porque é um homem vitorioso. Não devia nem estar falando nisso. V. Ex^a recebe juros ao invés de pagar juros. Mas, não. V. Ex^a se esquece de si mesmo, pelo idealismo, pela renúncia que caracteriza seu mandato em nome do povo, de nossa gente sofrida e valente da Paraíba e do Brasil, e faz aqui um discurso impecável, que engrandece muito o nome de nosso Partido. Aliás, V. Ex^a está em consonância com o José Alencar. É empresário da mesma estirpe. Quando o José Alencar dizia que tinha de baixar os juros do Copom, todo mundo ria dele. Hoje, ninguém discute mais. Vai dar inflação. Deu nada! Está a 8% e a inflação controlada. Senador Roberto, parabéns. Continue nessa luta em favor do povo brasileiro.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Agradeço, de forma emocionada, o aparte de meu Líder do nosso querido Partido, PRB, de que faz parte, com muita honra para nós todos, o Vice-Presidente da República, José Alencar. E vou precisar muito de V. Ex^a, meu Líder, porque aguardei alguns dias para fazer este pronunciamento. Nós não escolhemos a hora, pois nós

nos inscrevemos aqui e não sabemos exatamente a hora em que vamos falar. Nós estamos às 15h44min de uma quarta-feira. Lamentavelmente, nós só temos três Senadores no plenário. Eu tenho certeza de que o assunto que trago não é um assunto para ser apartado, mas é um assunto que precisa ter a consciência dos demais Senadores, porque uma andorinha só não faz verão. Eu sozinho não poderei fazer com que haja uma pressão para que o Governo possa, de forma correta, efetiva, não cerceadora da livre iniciativa, não cerceadora da iniciativa privada, disciplinar. Da mesma forma que existe hoje uma disciplina no tocante às tarifas bancárias, que o Governo discipline as tarifas praticadas pelos cartões de crédito.

Peço, de forma muito humilde, a V. Ex^a que me ajude no tocante a esta bandeira e que nós possamos ter a união de outros Líderes de outros Partidos – como V. Ex^a é Líder de nosso Partido – para que, nesta Casa, possamos ter o acostamento de outros Senadores, porque essa bandeira não é só minha. Essa bandeira é, na verdade, das empresas comerciais brasileiras. Essa bandeira é do consumidor brasileiro, que se vê obrigado a pagar essas tarifas, que se vê obrigado a fazer seus financiamentos como V. Ex^a diz: quer comprar uma geladeira, quer comprar um ferro elétrico, quer fazer uma despesa, às vezes, até alimentar, usa o cartão de crédito e, na verdade, dentro desse cartão de crédito há uma grande armadilha, que é a armadilha dos juros.

Esses cartões de crédito se utilizam, Sr. Presidente, de um artifício que todos nós conhecemos: ao recebermos a nossa fatura de cartão de crédito, anexoado a ela há todo um papel que é indutor ao consumidor financiar. Então, faz várias propostas: financie sua compra em dez vezes, financie sua compra em cinco vezes, sempre financie sua compra de alguma forma. Isso é exatamente para induzir o consumidor brasileiro, que, equivocadamente, se utiliza do cartão de crédito na forma de financiamento, quando deveria somente utilizar como substituição de moeda. Ou seja, em vez de andar com dinheiro no bolso, andar com o cartão para fazer a compra e fazer o pagamento à vista quando chegar a fatura. Porém, quando o consumidor brasileiro utiliza-se desse cartão para financiar, porque é um instrumento de financiamento que não requer aprovação bancária – ele anda com aquela pré-aprovação no bolso –, então ele comete um suicídio, porque passa a ter um ônus, conforme foi relatado aqui, de, em média, 17%, 18% ao mês sobre suas compras.

Sr. Presidente, para finalizar, a sociedade brasileira como um todo reclama regras específicas para o setor, a exemplo do que já foi feito no tocante às tarifas bancárias.

O Governo não quer, e não vai, estabelecer, tabelar tarifas, o que seria incompatível com a economia de mercado. Porém, algo tem que ser feito, algo tem que ser disciplinado nos mesmos moldes que as tarifas bancárias hoje são disciplinadas.

Urge fixar regras claras para cobranças, prazo de pagamento a lojistas, promover a desconcentração do segmento e ainda zelar pela relação entre bandeiras e bancos.

Era isso, Sr. Presidente. Fica este alerta para os consumidores. Fica este alerta para nós todos Senadores.

Na verdade, pretendo encerrar este nosso pronunciamento com uma conclamação para que outros Senadores se acostem nesta Casa em defesa do consumidor no tocante às tarifas extorsivas praticadas pelos cartões de crédito.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado mais uma vez pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Roberto Cavalcanti mostrando suas preocupações contra os altos juros dos cartões de crédito.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a está inscrita aqui. Estou chamando V. Ex^a à tribuna para uma comunicação inadiável. Rosalba Ciarlini.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada. Era exatamente isso que eu gostaria de confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Rosalba Ciarlini representa o Rio Grande do Norte e o Partido DEM.

Médica de profissão e três vezes prefeita de Mossoró e, sem dúvida nenhuma, próxima Governadora do Estado.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente. Assim V. Ex^a aumenta mais a minha responsabilidade, porque queremos poder fazer muito, cumprindo com a missão que o povo do Rio Grande do Norte nos entregou como primeira mulher Senadora do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de fazer a comunicação inadiável, que é exatamente sobre as emendas de Comissão que foram aprovadas na Comissão de Educação, da qual participo, eu gostaria de me associar ao pronunciamento do Senador Roberto Cavalcanti sobre a questão dos juros altos, que é o grande problema do Brasil. Além desses juros altos, extorsivos, deixarem muitos brasileiros em situação de

inadimplência, em situação desesperadora, pelo uso de cartão de crédito, são os juros altos, que continuam no País, a grande trava para que possamos ampliar, cada vez mais, as oportunidades dos brasileiros, notadamente no desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda.

Hoje, tivemos, na Comissão de Educação, uma reunião bastante produtiva e importante porque aprovamos as emendas da Comissão para o Projeto de Lei Orçamentária de 2010. Para que todos tenham uma melhor compreensão do que significam essas emendas, as Comissões Permanentes aprovam, a cada ano, claro, para o orçamento do ano, até quatro emendas destinadas a recursos para programas que tenham caráter nacional. Os membros de cada Comissão apresentam suas emendas. E eu gostaria de ressaltar aqui que o relator foi o Senador Zambiasi, que muito bem conseguiu fazer um bom trabalho. Foram apresentadas mais de sessenta emendas e ele conseguiu compatibilizar de forma que das quatro emendas aprovadas, três delas eu participei, o que me deixou muito feliz.

Foi uma emenda para a área de esporte, com o objetivo de implantar e modernizar a infraestrutura de esporte recreativo e de lazer em um total de R\$200 milhões. Esporte e lazer, implantar infraestrutura nos municípios brasileiros é fundamental.

Ontem, eu estava falando aqui, Senador Raimundo Colombo, sobre a importância de projetos que foram aprovados com a inclusão, cada vez maior, do cinema nas escolas, assim como das artes, porque isso é um atrativo, isso faz com que a criança e o jovem se sintam mais valorizados, com que sua escola fique realmente sendo aquele território de paz. E não é diferente com o esporte. Além do esporte, que já é obrigatório, que deve ser apoiado em todas as escolas, temos que ter espaços para a prática do esporte, áreas de esporte e lazer. Isso foi uma experiência que vivi que foi muito proveitosa. Quando fui Prefeita – o senhor também foi Prefeito – dei um incentivo muito grande criando vinte áreas de esporte e lazer, um grande ginásio poliesportivo, reformando e ampliando o campo de futebol, fazendo centenas e centenas de campos de poeira, como chamamos lá, porque isso faz com que a comunidade se associe, faz com que a nossa juventude possa gastar suas energias no caminho do bem, que é o esporte, que é vida.

Então, nós tivemos essa emenda aprovada. Claro que o valor, dividido pelo Brasil todo, realmente é um valor ainda pequeno, mas o importante é que, aprovada, ela poderá, melhorando essa crise, como acreditamos, com o orçamento, ainda ser ampliada.

Também tivemos sucesso na aprovação de outra emenda, na área da cultura. Na realidade, inicialmente, o meu objetivo era ter recursos da ordem de R\$120 milhões para fomentar a criação de espaços culturais nas cidades com menos de cem mil habitantes. Também tínhamos outra emenda, que tratava da destinação de valor semelhante para fomentar projetos cinematográficos e audiovisuais. Como vimos que eles eram semelhantes, para que a população tenha mais acesso ao cinema nas cidades com menos de cem mil habitantes, essas salas, da forma em que está colocado no projeto, serão multiuso. Elas não servirão apenas para apresentação de cinema, mas também de forma servirão para a apresentação de espetáculos de dança, de teatro. Enfim, elas têm o sentido de estimular, cada vez mais, o acesso à cultura. Foi aprovado pela Comissão.

Esses recursos serão orçados pela Agência Nacional do Cinema, Ancine, no Projeto Cinema na Cidade, que tem por objetivo instalar salas de cinema em municípios com populações entre vinte mil e cem mil habitantes.

Outra emenda, da maior importância, que assinei, que apresentei, e fomos contemplados, era de R\$400 milhões para o apoio ao desenvolvimento da educação básica, aí incluindo, com mais ênfase, a educação infantil, que venho defendendo sempre aqui. O primeiro passo na educação tem que ser seguro, tem que ter uma mão forte, levando essas crianças pelos caminhos da educação, e isso passa pela educação infantil, que são a creche e a pré-escola.

Essa emenda contempla também a formação de professores e profissionais da educação, a melhoria das práticas pedagógicas, a melhoria da infraestrutura física... Nós já estamos tendo um programa, que é o Pró-Infância, que já está atendendo a quase 1.500 cidades, o que é pouco, pois nós temos 5.660 municípios.

Então, agora, com o fim da DRU para a educação, que é a Desvinculação das Receitas da União, pela qual 20% destinados à educação ficavam retidos, nós vamos ter, gradativamente, mais recursos na educação, nada mais lógico, claro e necessário que tenhamos mais ações voltadas para a estruturação, para o apoio pedagógico, para a formação de profissionais, para a infraestrutura e para o apoio à educação fundamental como um todo, educação infantil, primeiro e segundo graus e também formação técnica de nível médio.

Por último, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que anuncio também que assinamos emenda, aprovada na Comissão de Educação, que destinou R\$300 milhões para o funcionamento de hospitais de ensinos federais.

Temos que entender que esses recursos são para hospitais de ensino federal, e temos hospital de ensino federal em todo o Brasil. Temos hospitais dessa natureza em alguns Estados, não somente em um, mas em vários. Então, para resolver essa crise na saúde, é importante que haja, cada vez mais, uma rede de interligação tanto do sistema municipal, do sistema estadual, como dos sistemas universitários que prestam serviço à saúde. Muitas vezes, há uma redundância de ação, muitas vezes se deixa de ter um benefício maior, uma atenção maior, porque alguns governantes acham-se com o direito de ser os donos da razão e deixam de entender que é de mãos dadas que poderemos superar o grave problema da saúde pela falta de assistência, pela falta de vagas, pela falta das mais diversas ações na saúde.

Concedo já um aparte, Senador Roberto.

E há um detalhe: não podemos, de forma nenhuma, deixar de associar as filantrópicas, tudo o que for possível em um Estado ou em um Município para levar assistência. E os hospitais universitários são de excelência. É lá que estão as melhores cabeças, que são os professores, aqueles experientes, que passam conhecimentos aos seus alunos, aos que já estão nos cursos de graduação, de residência. Então, precisamos criar programas apoiando os hospitais públicos federais universitários e também estaduais, se for o caso, ou municipais, hospitais-escola, que nós passamos fazer também programas que levem a extensão universitária, cada vez maior, àqueles Municípios, aos locais onde não existe o hospital público federal, não existe a universidade, mas que pode chegar a ação de universitários com a devida orientação de seus professores.

Então, era isso que eu tinha a dizer, mas, antes, escuto, com muito prazer, V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senadora Rosalba Ciarlini, é com muita honra que faço este aparte a V. Ex^a. O problema se prende a agradecer a V. Ex^a pela referência ao tema que eu acabava de pronunciar neste plenário. V. Ex^a tem uma atuação brilhante nesta Casa como Presidente de uma de nossas Comissões de melhor atuação, também tem um desempenho fantástico no Estado que V. Ex^a representa. V. Ex^a, cada dia mais, tem reconhecimento público. Então, eu preciso demais do acostamento de V. Ex^a no tocante a minimizar este problema que são os juros extorsivos cobrados pelos cartões de crédito. Era essa referência ao agradecimento que V. Ex^a externou nesta tribuna no tocante ao pronunciamento que eu acabava de fazer. Muito obrigado, Senadora.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. Eu gostaria também

de dizer o quanto o senhor tem sido sensível, competente, atuante, na defesa dessas questões que mexem com a vida de todos os brasileiros e na defesa de seu Estado, que é nosso vizinho, e eu, como nordestina, me considero sua conterrânea, até porque, já disse isso e volto a repetir, tenho um carinho especial pela Paraíba, por todos os paraibanos. Os nossos Estados têm essa ligação muito forte, e eu tive a oportunidade de realizar parte da minha formação de médica na Universidade Federal da Paraíba.

Então, para finalizar, queria apenas fazer aqui uma observação. Essa emenda voltada para os hospitais universitários também cria condições para que possamos... Vou dar aqui um exemplo. A Universidade Estadual do Rio Grande do Norte tem um curso de Medicina que funciona na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Mas, na realidade, há muito tempo, cobramos uma maternidade-escola que seja um hospital materno-infantil-escola, já que, para a assistência, para o atendimento clínico de outras naturezas, existe um hospital público estadual meio capenga aqui e acolá, necessitando que o Governo, a Governadora entenda que saúde é prioridade e que é necessário, cada vez mais, apoiar, aumentar o número de leitos de UTI na cidade e criar uma UTI pediátrica mesmo.

Então, cobramos muitas coisas para o nosso Estado, mas aqui está uma oportunidade para que a universidade, cuja responsabilidade é do Governo do Estado, possa também levar para a cidade um hospital materno-infantil que seja a referência, a escola, como existem outros.

Aqui quero fazer uma referência especial à Maternidade Escola Januário Cicco, onde aprendi muito tanto a questão de pediatria, de neonatologia, como a parte de obstetrícia e ginecologia que, também, têm passado por situações muito extremas e difíceis. Mas, mesmo assim, com a competência e a dedicação que faz aquele hospital, ele vem-se mantendo.

Então, fica aqui também este apelo para que a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte tenha seu hospital materno-infantil e que seja modelo e referência para que aqueles partos de alto risco não precisem sair da cidade para a capital, porque vai ter também seu hospital-escola, para que a criança na hora em que precisar de uma internação numa UTI, tenha sua UTI pediátrica. Assim, muitas cirurgias que não são realizadas no Município poderão ocorrer. Que seja uma excelência para formar mais profissionais na área médica realmente capacitados para enfrentar esse desafio, que é maior, mas feito com muito carinho e dedicação, porque tem um significado maior, que fala de vida, de salvar vidas.

Então, era isso que eu tinha a dizer. Era esse apelo e, já que apresentamos emendas, que o Governo do Estado se mobilize. Conterá sempre com meu apoio para que se mobilize a fim de haver mais hospitais que venham beneficiar a população de maneira geral e, nesse sentido, a área materno-infantil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Seja feliz.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Presidente Sarney.

O JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma pequena comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não precisa, não. Era o Senador Osvaldo Sobrinho, mas ele viu seu gesto e cedeu a V. Ex^a como orador inscrito.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. Sempre muito gentil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, à tribuna. O senhor fica muito bem.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Não. Vou fazer apenas uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, para uma breve comunicação.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Eu preferiria não fazê-la, mas sou obrigado em razão da amizade e da justiça, uma vez que quero comunicar à Casa e pedir que conste da Ata voto de pesar, que deve ser transmitido que deve ser transmitido, pelo falecimento, ontem, no Maranhão, de um grande político do nosso Estado, que foi o ex-Deputado Federal Biló Murad. Ele foi Deputado Federal, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Presidente da Companhia de Habitação e ocupou muitos cargos no Estado. Foi um homem que, no seu tempo, teve uma importância muito grande. Foi meu companheiro politicamente e companheiro de geração, tendo prestado grandes serviços ao Estado.

Na Câmara Federal, ele também prestou serviços ao Brasil. Foi sempre um bom Deputado, um excelente homem público, um homem correto e que deixa uma lembrança muito forte no Maranhão. Também marcou sua vida, porque, ao lado do grande político, existia o desportista. Ele foi Presidente da Federação Maranhense de Esportes e, ao mesmo tempo, foi muito presente na vida esportiva do Estado durante todo o tempo em que viveu, presidindo clubes, participando de competições nacionais e incentivando o atletismo

no Estado. Mas eu queria ressaltar sobretudo a grande figura política que ele foi: um homem bom, leal e de grandes virtudes pessoais. Portanto, é uma grande perda para o Maranhão.

Era essa a comunicação que eu desejava fazer, pedindo que fosse transmitida, como disse no início, à sua viúva, Dona Antonieta, a seus filhos e netos e a toda a grande família, nosso profundo pesar, principalmente o meu pesar pessoal. É com comoção que faço essa comunicação ao Senado, porque se tratava, além de uma pessoa com essas qualidades, essas virtudes e esses serviços prestados, de um grande amigo meu, amigo da vida inteira. E V. Ex^a sabe que essas ligações de amizade, essas ligações pessoais, fazem com que, profundamente, nesses momentos, tenhamos uma comoção, quando vemos um amigo partir e ficamos aqui para lembrar e saudar a sua memória.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Presidente Sarney, nós, que estamos aqui na Presidência, nos associamos ao pesar de todo o Estado do Maranhão pelo falecimento do amigo de V. Ex^a e de todo o Estado, Murad.

A Mesa Diretora vai providenciar os pêsames à família enlutada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.525, DE 2009

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,
Faleceu, no último dia 17 de novembro, aos 83 anos, o ex-Deputado Federal e estadual pelo Maranhão EMÍLIO BILÓ MURAD.

Emílio Murad exerceu, também, as funções de Secretário de Estado, de Presidente da Companhia de Habitação e outros cargos importantes no Estado do Maranhão. Foi meu companheiro na vida política, companheiro de geração, amigo da vida inteira.

Na Câmara dos Deputados, também prestou serviços ao Brasil. Foi sempre um bom parlamentar, excelente homem público, correto, que deixa uma lembrança muito forte no Maranhão.

Ao lado do grande político, existia também o desportista, o que marcou muito a sua vida. Foi Presidente da Federação Maranhense de Futebol, presidiu clubes, participou de competições nacionais e incentivou o atletismo no Estado, sempre muito presente na vida esportiva maranhense durante todo o tempo em que viveu. Mas quero ressaltar, sobretudo, a grande figura política que ele foi: um homem bom, leal e de grandes virtudes pessoais. Portanto, é uma grande perda para o Maranhão.

Peço que seja transmitido à sua viúva, Dona Antonieta, a seus filhos e netos e a toda a grande família, o nosso profundo pesar, principalmente o meu pesar pessoal.

Assim sendo, requeiro, de acordo com as tradições da Casa e nos termos regimentais, sejam prestadas as seguintes homenagens ao Sr. EMÍLIO BILÓ MURAD:

1. Inserção em ata de voto de profundo pesar;

2. Apresentação de condolências à família, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa do Maranhão, ao Governo do Estado do Maranhão e à Federação Maranhense de Futebol.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009 – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Então, o orador Senador Osvaldo Sobrinho é o inscrito.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores da República, na semana passada, tive oportunidade de participar de uma reunião na cidade de Buenos Aires, quando ali se dava um grande conclave em torno de assuntos do Parlatino, Parlamento Latino-Americano, no qual tive a honra de conversar e falar com aqueles participantes, girando a pauta principal sobre educação a distância.

Mas, antes de começar a minha fala, quero aqui dizer que o Parlamento Latino-Americano é presidido pelo Senador Casagrande, que, por sinal, tem feito um grande trabalho neste Parlamento. É um homem que tem dedicado a sua vida, a sua inteligência, a sua competência ao segmento do Parlamento Latino-Americano. E eu não tinha a dimensão do que era esse Parlamento, e também não tinha a dimensão do trabalho que V. Ex^a faz e continua fazendo no Parlamento.

O nome de V. Ex^a é referência nesse Parlamento. Aonde vou, sempre é cobrada a presença de V. Ex^a, e todos o elogiam, pela dedicação de V. Ex^a a essa instituição. Ela andou combalida por algum tempo, mas V. Ex^a reergueu as colunas dessa instituição. E olha que, tanto no encontro que tivemos em Havana; depois, no Panamá; depois, em Buenos Aires – a última –, senti que V. Ex^a realmente é um gigante nesse trabalho.

Quero aqui fazer meu depoimento e falar para todo o Brasil sobre sua grandeza, a forma como V. Ex^a conduz esse Parlamento e a forma como V. Ex^a

representa o Brasil. É um Parlamento de importância para toda a América Latina.

No encontro que tive também no Eurolat, Parlamento europeu e latino-americano, vários Parlamentares me perguntaram sobre V. Ex^a e o elogiaram, pela sua conduta e pela forma como o Parlamento tem sido conduzido.

Portanto, aqui, em nome do povo do meu Estado, quero parabenizá-lo, porque, realmente, eu não tinha a dimensão exata do que era esse trabalho. E V. Ex^a, com sua sabedoria, tem conduzido-o com maestria, dando orgulho a todos nós deste Senado.

Portanto, seu trabalho é digno de elogio, e quero aqui deixar registrado, nos Anais desta Casa, o trabalho que V. Ex^a vem fazendo. Parabéns, porque, realmente, é um trabalho de grandeza maior!

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado. V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Com muito prazer.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador Osvaldo sobrinho, não há como não fazer um agradecimento às palavras de V. Ex^a, pela generosidade e pela forma educada com que se dirige à minha pessoa e ao trabalho que estamos fazendo no Parlatino. Na verdade, é um trabalho mais de coordenação do que de qualquer outra coisa. O Parlatino estava de fato, aqui, no Brasil, no Congresso Nacional, parado há algum tempo. A sede era em São Paulo; depois, não tivemos condições de continuar com a sede em São Paulo, e a sede passou a ser no Panamá. O Congresso brasileiro ficou afastado do trabalho do Parlatino, e, no ano passado, foi solicitado que eu assumisse a coordenação. Diversos Parlamentares têm colaborado, da Câmara e do Senado. O apoio do Presidente Michel Temer e o apoio do Presidente Sarney têm sido fundamentais para nós. E é um trabalho importante de integração da América Latina. A integração dos Parlatinos é um primeiro passo para que possamos fazer a integração dos países na área econômica, na área cultural, na área social. Então, o Parlatino tem que dar essa contribuição, para que possamos ter políticas que sejam harmônicas, semelhantes e que se integrem em todos os países da América Latina. V. Ex^a tem participado muito bem do debate, tem sido um reforço e um craque nesse time da reconstrução e do trabalho do Parlatino. Obrigado, Senador Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Eu é que agradeço. Aliás, a missão que começou com o Senador Nelson Carneiro e com o Senador Franco Montoro foi continuada por V. Ex^a, o que parabenizo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a experiência brasileira demonstrou-se especialmente importante

nesse contexto, uma vez que, concomitantemente às sessões do fórum parlamentar, realizou-se uma série de apresentações técnicas acerca dos avançados métodos, ferramentas e recursos pedagógicos virtuais, que hoje se põem à disposição do ensino.

Nessa ocasião, o Ministério da Educação do Brasil, por meio de sua Secretaria de Educação a Distância, teve oportunidade de compartilhar o histórico das ações desenvolvidas nos últimos anos e as significativas conquistas por nós alcançadas na área.

Nosso país tem, atualmente, algo em torno de 800 mil estudantes de graduação a distância, vinculados a mais de 140 mil graduações e especializações. A Universidade Aberta do Brasil tem 86 instituições, estaduais e federais, distribuídas em 550 polos focados na formação de professores e na gestão pública.

Em números globais, estamos falando de mais de 3 milhões de brasileiros que utilizam a Educação a Distância, sendo 1 milhão só na graduação. No começo da década atual, não tínhamos sequer mil alunos.

Esse exponencial crescimento reflete uma irreversível tendência mundial. O mundo caminha para isso, e os países de dimensões continentais como o nosso caminham com muito mais velocidade.

Meu particular interesse por esta matéria remonta ao período em que fui Secretário de Educação de meu Estado, entre 1990 e 1994, durante a gestão do então Governador Jayme Campos, hoje Senador, cuja cadeira ora me orgulho de ocupar, na qualidade de seu suplente nesta Casa.

Naquela época, eu acumulava a função de Vice-Governador do Estado e, em 1991, a convite do Reitor Fred Müller, da Universidade Federal de Mato Grosso, constituímos uma comissão e empreendemos uma visita a Quebec, no intuito de conhecermos a tecnologia canadense de educação a distância, por intermédio da qual aquele país lograva levar a educação às regiões mais distantes e inóspitas; às regiões geladas aonde dificilmente poderia ir o professor.

Estavam também nesse grupo o cientista Luiz Pinguelli Rosa, hoje na Comissão Nacional de Energia Nuclear, e o Professor Paulo Speller, que depois veio a ocupar por duas vezes a reitoria da Universidade Federal.

Nossa intenção era procurar meios que, a partir de Cuiabá, pudéssemos levar a formação de alunos e professores a localidades como Colíder, Sinop, Alta Floresta e Novo Mundo, superando, portanto, as barreiras até então impostas pela distância e pelo difícil acesso geográfico.

A viagem foi extremamente proveitosa e resultou na assinatura de um convênio, mediante o qual se viabilizou o desencadeamento de todo o processo.

A apropriação dessa tecnologia permitiu, inicialmente, que instalássemos um núcleo piloto na cidade de Colíder, no Norte do Estado de Mato Grosso, assessorado por técnicos da Universidade de Quebec.

Os técnicos canadenses ficaram no Brasil por mais de um ano e meio e, apesar de enormes resistências políticas, conseguimos proliferar a ideia e consolidar o projeto em todo o Estado de Mato Grosso, sendo depois adotado pelos governos seguintes, alaistrando-se por toda a região Centro-Oeste, para, daí, disseminar-se pelo Brasil como um todo.

Graças, portanto, à extraordinária visão política do Governador Jayme Campos, Mato Grosso já despontava pioneiro, há quase 20 anos, como precursor da utilização dessa tecnologia na educação.

Estamos convictos de que o futuro da educação passa, necessariamente, pela educação a distância. Concordamos com os que dizem que, no futuro, será difícil distinguir o que será presencial e o que será a distância.

Em muitas das universidades americanas, o estudante não se vincula unicamente ao ensino presencial nem ao ensino a distância. Seu vínculo é com a instituição. Portugal e outros países europeus já estão usando muitas das tecnologias de ensino à distância nos cursos presenciais, e é muito provável que, no Brasil, o mesmo ocorra em breve.

A convergência entre a educação presencial e o ensino por meios virtuais nos parece uma tendência inevitável, notadamente para os cursos de especialização, nos quais acreditamos que a modalidade presencial se demonstrará cada vez menor.

Para além de nossa visão pessoal, a visão de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Cepal e a Unesco, assim como as diversas instâncias da diplomacia parlamentar – suas ações de integração regional em fóruns como o Parlamento Latino-Americano –, apontam para a utilização da educação à distância como política ideal de formação de professores e alunos na América Latina.

As necessárias modificações no Estado brasileiro para assimilar a influência de novas tecnologias e incorporá-las às nossas práticas acadêmicas parecem-nos providência absolutamente prioritária.

Precisamos de estar preparados para, nesses novos cenários, aproveitarmos os meios mais adequados para elevarmos o nível de qualidade e capilaridade da educação brasileira, sobretudo na formação da ci-

dadania crítica, com vistas à elevação da consciência política nacional rumo ao enfrentamento e à superação de nossas desigualdades sociais.

Tivemos lá uma reunião com mais de 20 Parlamentares, de 20 países diferentes e regiões e 14 representações e instituições de organismos internacionais.

Realizou-se esse encontro nos dias 12 e 13 de novembro, e, naquela reunião da Comissão de Educação, Cultura, Tecnologia e Ciência, tivemos condições de discutir e de colocar pontos importantes, como, por exemplo, tecnologias e modelos de gestão do conhecimento para a educação e formação; modelos corporativos de boas práticas educacionais, como matemática, apoio para aperfeiçoamento de professores e simuladores educativos; a iniciativa multilateral de educação para o desenvolvimento humano; a conferência interparlamentar sobre atividades legislativas relacionadas ao uso de tecnologias de informação e comunicação, como a preparação para vários conclaves internacionais que se darão no ano de 2010; campanha pela não discriminação da educação; inovação tecnológica e inclusão digital como ferramentas para integração, educação e cultura da América Latina; legislação na América Latina sobre crimes cibernéticos ou crimes digitais; mapeamento da inovação educativa na América Latina e Caribe; educação e inclusão social; legalização e ensino obrigatório.

E passo a mencionar as principais deliberações que foram aprovadas nesse encontro a respeito desses assuntos falados: recomendações aos governos para que se declare direito universal o acesso à banda larga com gratuidade de até um megabyte, proposta pelo Deputado brasileiro Marco Aurélio Ubiali, uma proposta, inclusive, discutida e aceita naquele conclave internacional; recomendações aos governos para exoneração de impostos às atividades digitais quando destinadas à educação – proposta conjunta do Deputado Ubiali e também do Senador Osvaldo Sobrinho, que vos fala –; declaração no sentido de se considerar a Internet como um “acordo social” e não um bem ou serviço passível de compra e venda – proposta do Senador mexicano Francisco Javier Castellón Fonseca, também aceita por aquela comunidade; essa teve a repercussão de todos aqueles que lá estavam porque achamos que, na verdade, é um direito universal de todos –; constituição de grupo de trabalho, composta também por membros de outras comissões do Parlatino, para compilar, analisar, comparar e harmonizar as proposições legislativas sobre crimes cibernéticos nos países integrantes – proposta conjunta do Senador Osvaldo Sobrinho,

que vos fala, e do Deputado brasileiro Lelo Coimbra –; manifestação formal da comissão nas discussões da problemática ambiental, contexto da Conferência de Copenhague, COP 15 – proposta do Deputado brasileiro Colbert Martins, que era Presidente da comissão naquele momento –; criação de um instituto de estudos avançados em apoio aos trabalhos do Parlatino, com ênfase para a educação a distância – proposta feita por mim naquele conclave, que, por sinal, foi aceita, e já se vão tomar as primeiras providências para que se possa fazer esse grande trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, quero crer que foi uma jornada importantíssima de avanços para a educação brasileira e para a educação da América Latina. Quero crer que essa comissão foi de real importância para aqueles que acreditam que a educação poderá ser ainda a remissão dos nossos pecados, porque investir em educação é, acima de tudo, aumentar o patrimônio da pátria.

Portanto, fico muito feliz de ter oportunidade de representar o Brasil nesse conclave, porque acredito que a nossa riqueza maior está na formação dos nossos jovens; a nossa riqueza maior está no aproveitamento de pessoas de capacidade, de jovens que aí estão e que, às vezes, não têm oportunidade de estudar.

Portanto, Senador Crivella, creio e tenho convicção absoluta de que nós vamos vencer. O Brasil será uma verdadeira potência, não através da reserva monetária que nós temos, mas através da reserva de competência, de inteligência, de ciência que estamos formando para este Brasil.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Apenas para parabenizar V. Ex^a por um discurso tão lúcido, realmente ressaltando que, se nós esperamos construir uma geração melhor no futuro, só temos um caminho: a educação. Aliás, a Bíblia já nos indicava isto, eu diria, nos primórdios da humanidade: que é necessário ao homem ser fascinado pela sabedoria, absorvido, sequestrado pela curiosidade, pelo desejo de saber, por esse infinito que é a Matemática, a Física, a Química, a Ciência Política, a Sociologia, a Filosofia, para se prevenir, para se vacinar das armadilhas da vida, das drogas, do crime, das ambições estúpidas, venais. Então, V. Ex^a traz aqui um assunto primordial e recebe o aplauso de todos os seus companheiros. Parabéns, e que a jornada traga para V. Ex^a e para o Brasil grande avanço! Parabéns, Senador!

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Muito obrigado, Excelência. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, porque tenho certeza, pois conheço

o seu trabalho, de que V. Ex^a é um dos educadores respeitados deste Brasil. O trabalho que V. Ex^a fez lá no Nordeste, naquela fazenda onde V. Ex^a recuperava aqueles jovens, é um negócio inédito. Lembro que, há mais de dez anos, eu via V. Ex^a falar na televisão; não o conhecia ainda, mas ali me enchia de orgulho saber que nem tudo estava perdido, que havia alguém que se preocupava com a juventude que estava desviada neste Brasil. E são necessários projetos como aquele. Não só um, centenas de projetos como aquele, porque, dessa forma, nós podemos resgatar um pouco das vidas sociais que temos com a nossa juventude.

Senador, é importante investirmos neste Brasil na educação. Não sabemos a importância tão grande que é. Se estamos caminhando para ser uma potência, só chegaremos lá se, na verdade, investirmos na inclusão social por meio do processo educacional. Não temos outra saída, não temos outra salvação. As nossas vidas sociais só serão pagas assim.

E tenho certeza de que o trabalho que vem sendo feito no Brasil ultimamente, mesmo ainda bem devagar, já tem avançado bastante. As escolas técnicas estão sendo formadas, estão sendo abertas; as universidades estão sendo ampliadas; os cursos de educação a distância estão sendo feitos pelo Brasil todo. Daqui a pouco, nós teremos todo o território nacional coberto por educação de qualidade, que vai nos dar orgulho e vai melhorar muito a nossa situação.

A inclusão deve ser feita dessa forma, e por isso me orgulho e não me canso de dizer que nós poderemos tornar o Brasil uma potência. Aliás, só quem não acredita que somos potência somos nós. Lá fora, quando se fala no Brasil, eles já acreditam que somos uma potência. Agora, precisa o Brasil assumir essa posição. Assumir de verdade, de peito aberto, assumir com convicção, assumir com certeza e saber que não adianta lá fora estar repercutindo se aqui dentro não estivermos bem.

Enquanto houver gente dormindo nas calçadas, este País não será potência. Enquanto houver a fome, este País não será potência. Enquanto houver a prostituição, a miséria, este País não será potência. Enquanto não resgataremos a dívida social por meio de um trabalho de segurança para todos, de educação para todos, de saúde para todos, este País não será potência.

Portanto, é necessário pagarmos as dívidas internas para, depois, então, avançarmos no Mercosul, em todos os Parlamentos que existem e dizermos que este País é um exemplo. Todos nos respeitam porque sabem que resolvemos nossos conflitos com

paz, com tranquilidade, com conversa, com diálogo e com diplomacia.

Portanto, o Brasil é um País que todos esperam que assuma a sua posição no Conselho das Nações, principalmente do Conesul. E tenho certeza de que nós vamos chegar lá, de que vamos avançar, porque, se investirmos na educação, nós vamos ter uma saída. A população é jovem, a nossa população quer aprender, tem sede do saber, basta apenas darmos oportunidade a eles.

Aqui há a proposta do Senador do Rio Grande do Sul, do meu Partido, sobre o Fies para educação. É necessário avançar nessa proposta. Se fizermos e a educação virar investimento de fato, podem ter certeza de que seremos a potência que almejamos e queremos.

Portanto, Srs. Senadores, Sr. Presidente, agradeço de coração esta oportunidade e agradeço também ao Senador Casagrande por ter me dado a oportunidade de representar este Parlamento nesse congresso internacional, levando a voz da educação no Brasil, a voz daqueles que clamam por justiça educacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Sobrinho, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui, com muita alegria e honra, saudar o 436º aniversário da bela cidade de Niterói, no meu Estado do Rio de Janeiro, no próximo domingo, dia 22. Saudar a Niterói de Benjamin Constant, saudar a Niterói do grande guerreiro Arariboia.

Senador Mão Santa, quando os franceses ocuparam a minha cidade do Rio de Janeiro, na Ilha de Villegagnon, foi esse herói brasileiro, esse herói nativo, nos primórdios da nossa nacionalidade, que nadou à noite, na Baía de Guanabara, e acendeu uma tocha no paiol dos franceses, destruindo todo o armamento deles. Depois, vieram Estácio de Sá e Mem de Sá e conquistaram a cidade. Por isso, nós somos hoje uma nação de língua portuguesa.

Arariboia se tornou um sesmeiro. Ele recebeu do Governo português, da Coroa do Império, as terras de Niterói.

E Niterói agora faz 436 anos. É uma terra linda. Foi capital do Estado do Rio de Janeiro. É a terra dos estaleiros. É a terra onde o IDH é o mais alto do Rio de Janeiro. É uma princesinha. Niterói engrandece o Rio de Janeiro. Está de frente para o pré-sal. É a terra da Universidade Federal Fluminense, de onde saíram grandes pesquisadores e escritores. Niterói é, para nós fluminenses, um orgulho especial.

E ela hoje, domingo agora, com grande pompa e de maneira solene e merecida, estará comemorando 436 anos. A essa cidade tão linda da minha terra, a esse povo ordeiro, trabalhador, que tanto enobrece o Brasil e o Rio eu quero deixar aqui consignados os meus mais altos votos de felicidade, de um Senador infelizmente obscuro, anônimo, o menor de todos, mas que ama Niterói de todo coração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa, que compareçam ao plenário, porque há acordo de Liderança para votarmos algumas matérias, e, se tivermos número, votaremos autoridades. A votação dessas primeiras matérias, conforme foi acertado com as Lideranças, será por consenso.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Quando da votação de autoridades, Sr. Presidente, se for possível, eu gostaria que fosse apreciado o nome do Sr. César Augusto, do TST. Acho que o processado já está aí. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Qual é a matéria citada por V. Ex^a?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É a indicação do Sr. César Augusto para o Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Ainda não chegou da comissão. Essa é uma matéria que exige maioria absoluta, de maneira que nós temos de verificar se temos número no plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar a V. Ex^a que foi feito acordo entre as Lideranças para a votação de 18 itens da pauta, já entregues à Presidência. Podemos votá-los até simbolicamente, pois

são matérias sobre as quais há consenso. A depender do *quorum*, nós estamos de acordo em votar as autoridades todas, cujos projetos de lei já estejam sobre a Mesa, pedindo a sua inclusão em pauta. Nós estamos de acordo em votar, desde que haja *quorum* confiável, todas as autoridades, todas elas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Assim, uma vez mais, eu faço um apelo aos Srs. Senadores que se encontram noutras dependências da Casa e em seus gabinetes para que compareçam ao plenário para votarmos as autoridades, pois existe acordo entre as Lideranças quanto a essas matérias.

A pauta está trancada pela Medida Provisória nº 1, mas poderemos votar os outros decretos que não têm implicação de vedação constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 53:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009 (nº 293/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.*

Parecer favorável, sob nº 1.910, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa, quando deixou de ser apreciada.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, o projeto está aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2009
(nº 293/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção n.º 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91.ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto da Convenção n.º 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91.ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 28/05/09

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 54:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009 (nº 383/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.*

Parecer favorável, sob nº 1.911, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

O projeto está em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.
Em votação o projeto.
As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*
Não houve manifestação contrária.
Aprovado.
A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2009
(nº 383/2007, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 28/05/09

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 55:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009 (nº 789/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.912, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro. Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, dou o projeto como aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2009
(nº 789/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 28/05/09

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 56:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 499, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009 (nº 1.350/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.913, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, dou como aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 499, DE 2009
(nº 1.350/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 24/06/09

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 57:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 656, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2009 (nº 2.373/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 2.009, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, dou como aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 656, DE 2009
(nº 2.373/2006, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 19/08/09.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 58:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 660, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009, (nº 1.385/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.*

Parecer favorável sob nº 1.914, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Tenório.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, dou como aprovada a matéria.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 660, DE 2009
(nº 1.385/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

* A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 19/08/09

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 59:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 719, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009 (nº 1.052/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.*

Parecer favorável sob nº 1.915, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Sem manifestação contrária, dou como aprovada a matéria.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 719, DE 2009
(nº 1.052/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

() A Íntegra do texto encontra-se publicada no DSF de 4/9/2009.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Da Ordem do Dia constam requerimentos cujos itens são os de nºs 73, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 89 e 90, que serão submetidos ao Plenário, em globo, por serem requerimentos que serão votados pelo Plenário sem nenhuma contestação.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

73

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).*

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Desenvolvimento Regional e Turismo.

77

REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, *solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).*

O Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, é desapensado das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, retorna à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e, uma vez que já se encontram instruídas pela Comissão de Assuntos Econômicos, retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

78

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).*

Uma vez que já se encontra instruída pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

79

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; 86, de 2006; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).*

O Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999, perde seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com as demais matérias, que vão às Comissões de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

80

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida*

em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: - Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (*gratuidade no transporte coletivo para idosos*); e - Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (*isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia*).

Será cumprida a deliberação do Plenário

81

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.227, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Governo do Estado de São Paulo pela iniciativa de treinar as equipes do Programa de Saúde da Família para ajudar fumantes a largar o vício*.

Parecer favorável, sob nº 2.020, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

Será cumprida a deliberação do Plenário

85

REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso aos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, pela realização do "Seminário Pré-Sal e o Futuro do Brasil"*.

Parecer favorável, sob nº 2.021, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

Será cumprida a deliberação do Plenário

86

REQUERIMENTO Nº 1.359, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União)*.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos.

89

REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia)*.

As matérias passam a tramitar em conjunto, o Projeto de Lei do Senado perde o seu caráter terminativo, e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

90

REQUERIMENTO Nº 1.414, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.414, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (define condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade)*.

Uma vez que já se encontra instruída pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Nós temos agora as votações de mensagens para as quais dependemos de número.

Eu, então, durante 15 minutos, vou conceder a palavra aos oradores que a estão pedindo a palavra.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa, que compareçam ao plenário, pois teremos a votação de seis autoridades, conforme acordo estabelecido entre as Lideranças da Casa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de solicitar a V. Ex^a o atendimento, na medida do possível, de duas situações.

A primeira delas: hoje cedo, provavelmente, V. Ex^a recebeu um grupo de atletas olímpicos e paraolímpicos preocupados com a questão dos encaminhamentos legislativos relativos ao Orçamento no que diz respeito às necessidades da área.

Um dos atletas paraolímpicos cegos levantou a situação de um projeto de lei – até pedi que falassem também com V. Ex^a, eu disse que isso reforçaria o pedido – no sentido de se atender com o Bolsa-Atleta, no caso para pessoas cegas, o treinador, aquele que corre junto com o atleta cego, que é o atleta-guia – o atleta cego, quando participa de uma competição paraolímpica, precisa, em muitas modalidades, do corredor que está junto com ele. O atleta que auxilia o corredor precisa se dedicar intensamente a essa sincronia com o atleta.

Recebendo essa ponderação, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como Comissão, elaborou e aprovou esse projeto de lei depois de discuti-lo com a sociedade, e o apelo deles é para que esse projeto possa ser votado em plenário, já que está aguardando um espaço na pauta da sessão deliberativa.

O segundo pleito, Sr. Presidente, eu já havia feito em outra ocasião – tinha utilizado o microfone na outra vez também –, diz respeito ao PLC nº 60 de 2007, da Câmara dos Deputados, que prevê a participação do psicólogo e do assistente social na escola comum. Isso seria um avanço muito importante para o aluno sem deficiência, o aluno que esteja na escola comum, porque haveria, dentro do projeto político-pedagógico, a participação do psicólogo e do assistente social.

Esse projeto foi muito enaltecido. O Ministério da Educação, no final, concordou com os termos dentro de uma visão político-pedagógica. Na escola, esse assistente social pode fazer um trabalho importante com as famílias e com as crianças para inserir esse contingente de pessoas também nos programas sociais.

O debate na Comissão foi no sentido de alavancar a qualidade da educação pela participação de outros profissionais também. Outro dia, inclusive, eu fiz questão de mencionar novamente o seguinte: o psicólogo e o assistente social vão beneficiar o aluno sem deficiência, mas vão beneficiar também o aluno com deficiência que esteja na escola comum.

Como sei que V. Ex^a é muito ligado à área, peço que esses dois projetos possam ser apreciados o mais rapidamente possível. Há consenso em torno deles, há entendimento. Tanto que um deles foi fruto não da iniciativa de um Senador em particular, mas de toda

a Comissão de Educação, todos o assinaram; o outro foi aprovado, por unanimidade, também naquela Comissão.

Então, esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Flávio Arns, as duas matérias suscitadas por V. Ex^a, constantes de projetos de lei, são da maior relevância e eu teria imenso prazer em votá-las, sobretudo por que, hoje pela manhã, como V. Ex^a se referiu, recebi os atletas paraolímpicos e o projeto de lei de que fala V. Ex^a é um projeto da maior necessidade. Ao mesmo tempo, é um projeto humano, porque trata das pessoas que acompanham esses atletas olímpicos. De maneira que são pessoas que dedicam as suas vidas àquelas outras pessoas que vão competir nas olimpíadas com deficiência física.

Infelizmente, os dois são projetos de lei e como tal eles não podem ser votados. Por que eles não podem ser votados? Porque a Constituição proíbe, porque a pauta está trancada e nós estamos votando apenas aquelas matérias que não implicam nenhuma obstrução constitucional.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Mas no momento em que a pauta for destrancada, V. Ex^a pode ter certeza de que nós os votaremos, porque acho que as Lideranças não terão nenhuma objeção para votarmos dois projetos de lei de tão alta magnitude.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sem dúvida alguma, concordo com o encaminhamento. Tenho certeza de que haverá também a concordância das Lideranças dos vários partidos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

V. Ex^a quer usar da palavra, Senador Romero Jucá?

Peço aos Líderes que convoquem os seus liderados para comparecerem ao plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamente isso. Eu gostaria de solicitar, inclusive, a presença do Senador Arthur Virgílio, do Senador Renan Calheiros, do Senador Gim Argello, porque, em tese, na semana passada, houve acordo para votarmos hoje os embaixadores, e votarmos também a entrada da Venezuela no Mercosul, independentemente da liberação da pauta com a votação da Medida Provisória.

Então, eu gostaria da presença dos Líderes para que pudéssemos combinar esse procedimento e, também, chamar os demais Senadores e Senadoras que

estão em seus gabinetes, porque temos indicação de embaixadores e autoridades para votarmos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Foi atendido o apelo que a Mesa fez às Lideranças da Casa.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Partido do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Líder Romero Jucá tem todo o direito de defender os interesses do Governo, que passam pela aprovação, que desejo ver evitada – mas esse é um pensamento pessoal meu –, do ingresso da Venezuela do Presidente Chávez no Mercosul.

Recebi ligação do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, conversei com o Senador Arthur Virgílio e conversei com o Senador Romero Jucá e conversei com V. Ex^a, evidentemente, em primeiro lugar.

Acho que temos um período de um pouco mais de um mês até o recesso e é preciso que nós pactuemos a pauta a ser apreciada, inclusive o projeto de reforma administra da FGV para o Senado. Conforme V. Ex^a solicitou, já foi entregue e acho que temos algumas etapas de discussão até a votação em plenário. É uma das matérias, fora outras.

A minha proposta é que façamos uma reunião, uma reunião prévia com o Líder do Governo, com os Líderes partidários, para fazermos a apreciação prévia da pauta a ser votada até o recesso e caminharmos nessas quatro semanas até o recesso com pautas e votações definidas, se possível sem conflito; se houver conflito, iremos a voto.

Evidentemente há matérias, como o ingresso da Venezuela no Mercosul, que vão ter que ir a voto. Posso até tentar uma obstrução, mas o Governo, se tiver maioria, vai colocar os seus aliados em plenário e vai haver votação. São os direitos regimentais que os partidos têm e que a Casa pressupõe.

Então, eu gostaria que, no clima que sempre imperou entre os Líderes, nós fizéssemos essa reunião prévia para pactuarmos a pauta que V. Ex^a já iniciou e ficaríamos com quatro ou cinco semanas de votações ordenadas por consenso ou por voto.

É a proposta que faço e apresento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É com imenso prazer que ouço a proposta de V. Ex^a. Imediatamente nós iremos providenciar essa reunião entre os Líderes da Casa para estabelecermos a pauta de votação, até o fim do ano, das matérias que forem consideradas mais urgentes pelas Lideranças, não apenas as matérias em torno das quais exista con-

senso mas, também, aquelas que forem do interesse do País, pois, mesmo que não haja consenso, é da prática parlamentar que, pelo voto, elas sejam decididas pelo Plenário.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda sobre essa questão.

Eu gostaria de dizer que nós temos conversado com todos os Líderes. A Liderança do Governo não tem sido obstáculo ao entendimento; pelo contrário, nós temos procurado construir o entendimento permanentemente.

Então, atendendo à proposta do Senador José Agripino e da Oposição, nós entendemos a necessidade dessa reunião. Vamos relegar o compromisso formado pelo Senador Arthur Virgílio de votar hoje a matéria relativa à Venezuela para que entre na discussão de montagem dessa pauta, mas com o compromisso de que seja votado até o final do exercício. A base do Governo e o Governo têm uma pauta de assuntos que querem ver votada até o final do ano.

Para hoje, então, eu proporia que votássemos a indicação de autoridades, porque aí não há nenhum tipo de desconforto ou qualquer tipo de debate contrário à votação.

Então, eu proporia que nesta sessão votássemos as indicações de autoridades, mas não as que necessitam de *quorum* qualificado, tendo em vista que o *quorum* está baixo.

Portanto, não votaríamos as indicações que precisam de 41 votos para a aprovação; votaríamos as indicações de embaixadores e de outras autoridades que não necessitam de *quorum* qualificado.

Faremos a reunião amanhã com V. Ex^a, para tentarmos fechar essa programação da próxima semana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A Mesa está apenas aguardando que os Srs. Senadores compareçam ao plenário, para iniciarmos a votação das indicações de autoridades.

Com prazer, ouço o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, dei entrada, na semana passada, na CPI da Previdência Social, com o atendimento de todas as exigências que o Regimento e a Constituição estabelecem e com 36 assinaturas.

Então eu gostaria de solicitar duas coisas a V. Ex^a: primeiro, a leitura desta CPI; segundo, dizer a V. Ex^a que eu gostaria que pudéssemos, pelo menos, abrir o funcionamento da CPI do Dnit.

V. Ex^a é testemunha do quanto tenho lutado por essa CPI, sozinho Presidente, eu e V. Ex^a. Eu e V. Ex^a!

Faça isso para mim. A Nação quer, os Senadores querem, porque assinaram o requerimento da CPI. Faça isso.

Peço a V. Ex^a a leitura da CPI da Previdência e a abertura da CPI do Dnit.

Tenho certeza de que posso contar com a força do Presidente desta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sem dúvida.

Na quinta-feira, infelizmente, eu não estava aqui presente na reunião quando chegou o pedido de CPI, mas estou pedindo à Mesa que determine a leitura nesta sessão.

Quanto à CPI do Dnit, já foi lida e por três vezes já nos dirigimos às Lideranças. Até agora, elas não responderam, indicando os nomes – algumas delas, não todas –, mas asseguro a V. Ex^a que eu vou marcar prazo. Assim que esgotar o prazo marcado se não for atendido, a Mesa usará daquela faculdade que lhe permite a decisão do Supremo Tribunal Federal de indicar os membros da Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PSDB, manifesto o nosso apoio à proposta do Senador José Agripino. Entendemos ser importante organizar a pauta até o final do ano, priorizando as matérias de maior relevância.

Evidentemente, teremos uma posição contrária ao ingresso da Venezuela no Mercosul, por razões já conhecidas. Entendemos que quando chegar o momento de deliberar, teremos de deliberar. O Governo tem maioria suficiente para colocar em votação a matéria.

Quanto à pauta de hoje, Sr. Presidente, além das matérias resultantes do acordo de Lideranças, o PSDB também concorda, se V. Ex^a também entender ser possível, incluir na pauta de hoje o projeto para aprovação do nome do Dr. Augusto César Leite de Carvalho para Ministro do TST, aprovado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça.

Não há, da parte do PSDB, qualquer obstáculo a essa inclusão, já que o Dr. Augusto César encontra-se na tribuna de honra e poderíamos aprovar já hoje a sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Terei imenso prazer em submeter à votação da Casa o nome do Dr. Augusto César. Estou apenas aguardando que tenhamos número. E, no caso do Dr. Augusto César, precisamos ter uma votação com quórum qualificado. Então, a Mesa está esperando que os Senadores compareçam ao plenário. Concedi 15 minutos e vou prorrogá-los por mais 15 minutos, porque sei que eles estão ocupados, alguns em comissões, e é o tempo necessário para que compareçam ao plenário.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, pela Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar que, após o Senador Renato Casagrande, V. Ex^a pudesse abrir o painel para a votação do primeiro embaixador, até para servir de atrativo aos Senadores que estão nos gabinetes. Sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, sua sugestão será aceita.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, fizemos agora um debate na Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas a respeito do Relatório Final do Ano, apresentado pelo Deputado Colbert Martins, e também acabamos fazendo um debate sobre a posição brasileira a ser levada para a COP-15, em dezembro, e a posição de alguns países importantes.

Naturalmente, lamentamos muito a posição dos Estados Unidos, da China, da Austrália, da Rússia e de alguns outros países que já anunciaram que não terão condições de fechar um acordo na COP-15, a reunião de Copenhague. É de lamentarmos, porque tínhamos uma grande expectativa com relação a essa reunião da ONU. Essa reunião já era anunciada há algum tempo, há alguns anos. Tivemos a Conferência de Bali, depois a da Polônia e agora teremos a de Copenhague, na Dinamarca. Desde Bali, anunciou-se que, a partir de Bali, definidos os caminhos, fecharíamos o nosso entendimento em Copenhague agora, no mês de dezembro. Para que isso? Para que esse novo acordo possa substituir o Protocolo de Kyoto, que tem vigência até o final de 2012. Precisamos definir um novo acordo, um novo protocolo a partir de 2013, com o prazo consensuado de 2013 até 2020.

Isso me parece que não será possível. Não sendo possível, tira um pouco do brilho da reunião de Copenhague e coloca novamente os Estados Unidos com uma posição de protagonista do atraso, porque, com a eleição de Barack Obama, na reunião da Polônia, em dezembro passado, imaginou-se que, com quase um ano de Governo Obama, conseguir-se-ia chegar a uma posição mais avançada enquanto país, enquanto nação, enquanto Estado americano, para ser levada a Copenhague, na Dinamarca. O Governo Obama só conseguiu aprovar, na Câmara dos Deputados, uma posição que estabelece uma redução das emissões de gases do efeito estufa, mas não conseguiu aprovar no Senado. Portanto, o Governo americano não tem uma posição clara com relação a esse tema. Não tendo uma posição clara com relação a esse tema, eles acabaram se aliando a outros países que também não têm posição e estão defendendo que a reunião da Dinamarca seja uma reunião para que haja o fechamento de algumas posições políticas, mas que o acordo coordenado pela ONU (Organização das Nações Unidas) seja, de fato, consolidado no ano que vem.

É um atraso, é uma perda de tempo, mas, se nós tivermos que fechar um acordo, que fechemos no ano que vem. O importante é que coloquemos e consolidemos a ONU como uma instituição importante nesse tema da governança global. Nós sabemos que o tema mudanças climáticas não é um tema do Governo brasileiro, do Brasil, do País Brasil, não é um tema de nenhum outro país isoladamente; é, na verdade, um tema de interesse global e precisa ter uma gestão global. Então, os mecanismos de governança global – e a ONU é um mecanismo de governança global – devem ser fortalecidos. E mais do que só fechar acordos bilaterais, como houve o fechamento entre o Governo americano e a China ou entre Brasil e França, é fundamental fecharmos o entendimento entre todos os países do planeta, para que os países desenvolvidos possam dar uma contribuição maior. E o IPCC tem anunciado que a redução mínima, até 2050, tem que ser de 80%. Portanto, até 2020, nós teríamos que reduzir de 25% ou 26% a 40% das emissões de gases do efeito estufa.

Não fecharmos essa posição agora é um atraso que pode dificultar, depois, a aprovação desse protocolo, desse entendimento da ONU nos países signatários, nos países que assinaram ou que assinarão esse entendimento.

Então, há uma frustração com relação àquilo que nós temos de expectativa na reunião da Dinamarca.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós temos uma posição brasileira, que é uma posição mais avançada. O Brasil saiu de uma posição mais atrasada para uma

posição mais avançada. A posição brasileira, até Bali, era uma posição de não discutir metas e nem assumir compromissos. A partir de Bali, depois na Polônia e agora, com o anúncio feito pelo Presidente Lula de que vai estabelecer uma meta voluntária – voluntária, mas é uma meta – com acompanhamento interno e externo, que poderá ir de 36,1% a 38,9% de redução das emissões até 2020... Se nada fosse feito, o Brasil, em 2020, iria emitir tantas toneladas de gases de efeito estufa, de CO₂, equivalente, em 2020, nesse processo de crescimento. O Governo se predispõe a adotar medidas para que haja uma redução de até 38,9%, caso tome as medidas e as decisões que pretende tomar.

Então, é uma decisão importante. Isso inclui uma redução de 80% do desmatamento. O Governo já anunciou uma redução importante no desmatamento.

Agora, no ano que fechou, em junho e julho de 2009, o desmatamento na Amazônia foi de 7 mil quilômetros quadrados, uma redução muito grande perto daqueles 28 mil quilômetros quadrados que nós tivemos em 2003 e 2004. Houve uma grande redução do desmatamento da Amazônia e, é lógico, pelo impacto provocado pelo resaquecimento da economia, mas, em grande parte, além da redução da atividade econômica, provocado pela intensificação da atividade do Governo.

Então, Sr. Presidente, nós estamos cientes de que o Brasil caminha na direção correta e espero, sinceramente, que o Governo brasileiro possa adotar esse plano de combate ao desmatamento, que é desenvolvido na Amazônia Legal, que ele possa adotar esse plano de controle do desmatamento em todos os biomas do Brasil, em todo o território nacional, porque não é concebível que nós ainda tenhamos desmatamentos como temos no nosso País.

A outra questão que acho fundamental e importante é que nós estamos debatendo aqui, no Senado, a política nacional de mudanças climáticas, estamos debatendo o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Amanhã, certamente, essas duas matérias irão à votação na Comissão de Infraestrutura e, depois, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Meio Ambiente. Se pudermos votar, vamos votar. Nós temos um debate sobre se devemos incorporar, na política nacional, a meta voluntária anunciada pelo Governo Federal. É um debate que teremos que fazer nesses próximos dias para verificarmos qual é a melhor posição brasileira. Alguns acham que sim, que, se o Governo já anunciou uma meta, institucionalizar essa meta seria importante. Outros acham que não, porque uma meta voluntária não deveria estar na lei. É um debate importante. Acho que quanto mais nós comprometermos o Governo com a meta, e não ser

só uma decisão do Governo mas, também, uma decisão do Congresso e da sociedade, isso vai ser uma decisão importante.

A outra questão é que não adianta jogar um número ao vento. Se vamos chegar a uma redução de 38,9%, qual é o caminho que vamos seguir? Quais são as ações que vamos adotar para que essa meta seja atingida, para que possamos, de fato, alcançar esse objetivo em 2020? Não é só anunciar; temos de definir qual caminho vamos seguir. E o Congresso terá um papel importante, seja através da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, seja através das suas comissões temáticas, como a Comissão de Meio Ambiente, como a Comissão de Relações Exteriores, daqui e da Câmara. Acho que isso é importante.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um registro de outro tema: o debate do pré-sal, que acontece na Câmara dos Deputados. O Governo Federal fez um entendimento em que aumentou a participação dos Estados não produtores e garantiu um mínimo de participação dos Estados produtores. Agora, há um grande movimento sendo feito na Câmara para que haja uma mudança desse acordo feito com o Governo. Isso nos preocupa porque a desorganização da votação na Câmara pode também desorganizar a votação aqui no Senado. Então, estamos na expectativa de que o acordo feito pelo Governo de fato possa ser cumprido na Câmara para que possamos também ter a facilidade de votar a matéria aqui no Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 112, DE 2009 **Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Mensagem nº 112, de 2009 (nº 528/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Miguel Júnior França Chaves de Magalhães*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

O parecer da Comissão foi favorável e não houve quem pedisse a palavra para discutir a matéria. **(Parecer nº 2.091, de 2009–CRE)**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Alguns já o fizeram. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Intervenção fora do microfone.*) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar o meu apoio à indicação do Embaixador Miguel Júnior Magalhães para São Cristóvão e Névis. Avalio que é importante que o Brasil instale essas novas embaixadas para aumentar o seu volume de comércio exterior, de relações, inclusive com esses países menores.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de transmitir ao Senado, nesta oportunidade, que se desenvolve, nesta tarde, a sessão do Supremo Tribunal Federal. O Presidente Gilmar Ferreira Mendes, há pouco, proferiu o seu voto a favor da extradição do Sr. Cesare Battisti para a Itália. O placar agora está cinco a quatro. Após o intervalo – essa segunda parte deve estar se processando neste instante –, os Ministros deverão decidir se essa decisão será mandatória ou não para o Presidente da República.

Eu gostaria de assinalar que, no momento em que desenvolveu a sua argumentação, o Ministro Presidente Gilmar Mendes não considerou, sobretudo ao descrever minuciosamente os quatro assassinatos, que as únicas testemunhas que efetivamente disseram que Cesare Battisti cometeu os quatro assassinatos foram os delatores premiados, ou dissociados. E não há a citação da parte dele ou de quem quer que seja ou das autoridades italianas de que efetivamente foi Cesare Battisti quem cometeu os quatro assassinatos, o que reforça as dúvidas que levaram o Ministro Tarso Genro a proferir o seu voto pela concessão de refúgio ao Sr. Cesare Battisti.

Há muitas pessoas que, tendo assistido à minha argumentação e, sobretudo, baseadas nos estudos da escritora Fred Vargas, que inclusive encaminhou cartas aos Ministros, mostrando, depois de ter estudado por cinco anos em profundidade, que, embora tendo participado dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC) e cometido ações consideradas revolucionárias contra o Estado italiano nos anos 76/ a 78, o Sr. Cesare Battisti afirma que não cometeu aqueles quatro assassinatos pelos quais está sendo condenado à extradição até o presente momento.

Quero aqui externar às pessoas que se indignaram por eu estar defendendo esta causa que avalio que é dever da Justiça brasileira desvendar inteiramente a verdade e tomar uma decisão baseada naquilo que comprovadamente aconteceu.

Se não se comprova que houve testemunhas que tenham visto Cesare Battisti, que não sejam os delatores premiados, e se não há qualquer comprovação de perícia técnica nessa direção, então, a conclusão não poderia ser esta – pelo menos, é este o meu entendimento – que fez com que cinco dos Ministros tenham votado pela extradição.

Eu espero que, nesta segunda parte, a maioria dos Ministros permitam ao Presidente da República tomar a decisão que considerar a mais acertada.

Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, para encaminhar

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço ao Senador João Durval que vote. (*Pausa.*) Já votou? Está bem.

Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a que vote. (*Pausa.*) Já votou? Está bem. Obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre o assunto, sobre a mensagem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Já darei a palavra a V. Ex^a.

Senador Acir, peço a V. Ex^a que vote. Senadora Serys... (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

Apenas para nós organizarmos os nossos trabalhos, para fazermos a primeira votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sobre a Mensagem nº 112, o Embaixador Miguel Júnior Magalhães foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores. Ele tem todas as condições para exercer bem essa função.

Entretanto, diferentemente do Senador Suplicy, eu quero trazer aqui realmente preocupações com este tipo de embaixada que está sendo aberta pelo Brasil. São Cristóvão e Névis são, na verdade, duas pequenas ilhas no Caribe que, juntas, têm 39 mil habitantes. Portanto, é uma população menor do que um grande número de cidades brasileiras. Cada embaixada, para ser aberta, custa cerca de R\$1 milhão. Esse é o custo para se instalar uma embaixada. Em São Cristóvão e Névis apenas os Estados Unidos têm, também, embaixada. Então, vamos ficar com os Estados Unidos e o Brasil.

Acho importante que essa crítica seja aqui colocada. O Brasil está correto em buscar a abertura de

novas embaixadas nos países africanos, nos países da América como um todo, em países da Ásia, mas me parece que, nesse caso específico, em que o Brasil está abrindo ou abriu quatro embaixadas em pequenas ilhas do Caribe, na verdade os recursos seriam mais bem utilizados em consulados. Temos 1,2 milhão de brasileiros morando nos Estados Unidos e temos lá dez consulados. Poderíamos muito bem utilizar esses recursos para abrir um décimo primeiro, um décimo segundo. Temos muitos brasileiros em Portugal que precisam de outros consulados, e até na própria Argentina.

Portanto, quero deixar aqui, Srs. Senadores, essa manifestação, essa crítica quanto a essa política de abrir embaixadas em pequenas ilhas do Caribe, onde não existe nenhuma outra representação a não ser, às vezes, a dos Estados Unidos, como é o caso de São Cristóvão, é, na verdade, uma política equivocada. Melhor seria que esse dinheiro fosse utilizado em novos consulados e não nessas pequenas ilhas.

O argumento de que isso dará votos no Conselho da ONU não me parece válido.

Todavia, friso que não quero, de maneira alguma, ater-me à questão do Embaixador. O Embaixador tem todas as condições. Espero que ele seja aprovado, mas eu quero dizer que, neste momento em que se discute, em que se aprova São Cristóvão e Névis, é importante trazer esta consideração.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vou apurar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Era isso que eu ia solicitar, Sr. Presidente, que pudéssemos votar. Há uma sintonia...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Quero desejar, Sr. Presidente....

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Há uma sintonia entre nós, Sr. Presidente, para minha satisfação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– O PRB quer desejar, Sr. Presidente, toda sorte ao Sr. Miguel Júnior Magalhães, em São Cristóvão e Névis. Que Deus o abençoe e ilumine.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP)

– Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 112, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 18/11/2009

Num.Votação: I
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 18/11/2009 14:58:11
Encerramento: 18/11/2009 17:10:07

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALONZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLIN	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S SHLESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

[Assinatura]
Primeiro-Secretário
(*[Assinatura]*)

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 41
Votos NÃO : 06 Total : 47
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 06.

Não houve abstenção.

Total: 47 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Infelizmente, eu não tinha ligado o microfone.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que registre o voto favorável no painel anterior, porque acabei de chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A votação é secreta, mas a manifestação de V. Ex^a constará da Ata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, eu estou votando com o Governo, Presidente. Estou votando com o Governo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito bem, Flexa.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também para declarar o meu voto na indicação do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 176, DE 2009 **Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Mensagem nº 176, de 2009 (nº 743/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhora *Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.

O parecer foi favorável. (**Parecer nº 2.092, de 2009-CRE**)

É o seguinte o parecer:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na ocasião, eu gostaria de parabenizar a ilustre dama Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, que vai para a Etiópia, Sr. Presidente, um dos países mais pobres da África. Mais de 60% do PIB da Etiópia são doações da Comunidade Europeia. A maior parte dos trabalhadores (90%) são informais, e, dos formais, Sr. Presidente, 90% trabalham para o governo.

É um país pobre, que precisa encontrar o seu futuro, e eu desejo à Isabel Cristina que possa aumentar as relações do Brasil com a Etiópia, estreitando-as. Nós já temos Embaixada na Tanzânia, com sucesso, já temos no Quênia, já temos em Uganda, faltava agora, realmente, na Etiópia. Fechamos assim, praticamente, o norte da África.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma ponderação. O Governo apresentou uma medida para tratar de direito autoral. É um projeto elaborado no Ministério da Cultura. Esse projeto vai tratar de direito autoral.

Eu já luto aqui, há seis anos, para que as concessões de rádio e televisão, ao serem renovadas, tenham o nada consta do pagamento dos direitos autorais, e o Governo pega um artigo pelo qual eu já luto, uma bandeira de há seis anos, e a incorpora na lei. Eu fico perguntando: “Meu Deus do céu, será que é justo tratar de direito autoral roubando o direito autoral de um Senador que aqui luta tanto para poder exercer com dignidade o seu mandato?”

Pelo menos dessa vez se esperava, por parte dos técnicos do Governo, que prestigiassem até um Senador da base e dessem prioridade ou dessem preferência para aprovarmos aqui, o que, aliás, é mais fácil. Nós podíamos alcançar o mesmo objetivo e garantir que, na renovação de concessões de rádio e televisão, se pagasse direito autoral de dez em dez anos. Os autores, compositores aguardam dez anos. A maioria das rádios e televisão estão inadimplentes. Então, uma vez, de dez em dez anos, o proprietário ia lá, acertava no Ecad, vinha aqui e renovava a concessão. Podíamos mudar isso aqui, no Regimento Interno do Senado Federal.

Apresento a lei, a prioridade é o Governo... Agora, fica aqui o questionamento e a lamentação. Eu gostaria de contar, eu diria, com a compreensão, com a tolerância, com a indulgência do Governo, porque vai tratar de direito autoral roubando o direito autoral de um Senador da base. Não acho esse o melhor caminho.

Fica aqui o meu desabafo, Sr. Presidente, diante da Nação e do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Crivella, a observação de V. Ex^a é muito útil à Casa, uma vez que V. Ex^a, durante tantos anos como missionário, viveu na África e conhece a situação do povo africano, que, atualmente, o Governo brasileiro está prestigiando, inclusive abrindo Embaixadas nesses países, o que eu acho que é de extrema relevância.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam. *(Pausa.)*

Senador Renan Calheiros, peço a V. Ex^a para exercer o seu direito de voto. *(Pausa.)*

Pelo Espírito Santo, os Senadores Renato Casagrande e Magno Malta podem votar. Queremos o voto de V. Ex^as no painel.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Ah, eu agradeço.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Senadora Marina está votando?

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Tentando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço à Assessoria da Mesa que apoie a Senadora Marina para votar, porque não está funcionando o seu painel.

A Mesa vai apurar a votação.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 176, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 18/11/2009

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 18/11/2009 17:11:48
Encerramento: 18/11/2009 17:18:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRUPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ MERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PV	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA BERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE ODONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Partido UF Nome do Senador Voto
Votos NÃO : 02 Total : 51
Votos ABST. : 00

(Assinatura)

Primeiro-Secretário

(Assinatura)

Votos SIM : 49

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e NÃO, 02.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vamos votar, agora, a Mensagem 177.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC. Pela ordem.)

– Eu só quero pedir que registre a minha intenção de voto favorável no item anterior, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata vai registrar a vontade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta**

MENSAGEM Nº 177, DE 2009

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 177, de 2009 (nº 719/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Xavier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

O parecer foi favorável. **(Parecer nº 2.093, de 2009-CRE)**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem tenha pedido a palavra para discuti-lo, encerrada a discussão.

Vamos submeter à votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da mesma maneira, essa também é uma pequena ilha do Caribe, São Vicente e Granadinas. Lá, também, o Brasil está abrindo a embaixada e a população é menor que cem mil habitantes. O Embaixador também tem todas as condições de ser embaixador. A crítica, mais uma vez, também é à abertura da embaixada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Senador Crivella, pedimos a V. Ex^a para votar. *(Pausa.)*

Todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

O Senador Flávio Arns está votando.

O Senador Nery está votando.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

MENSAGEM Nº 177, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. RENATO XAVIER, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A SÃO VICENTE E GRANADINAS.

Num.Sessão: **I**
Data Sessão: **18/11/2009**

Num.Votação: **3**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **18/11/2009 17:19:22**
Encerramento: **18/11/2009 17:22:02**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PV	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos NÃO : 06 Total : 52
Votos ABST. : 01

Yammy
Primeiro-Secretário
(Ass. Santa)

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 45

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 45 Sr^{as} e Srs Senadores; e NÃO 06.

Houve uma abstenção.

Total: 52 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 201, DE 2009

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 201, de 2009 (nº 797/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Haroldo Teixeira Valladão Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad Tobago.

O Parecer foi favorável. **(Parecer nº 2.094, de 2009-CRE)**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar à Casa e aos telespectadores da TV Senado, que são muitos, que na sexta-feira a CPI da Pedofilia estará em Sorocaba. Lá veremos um caso emblemático, envolvendo um Secretário de Planejamento de um Município tão importante como aquele, de gente descente, que foi preso em um motel com crianças de tenra idade.

Vamos ouvir essas crianças, sem revitimizá-las, e também ouvir o Secretário, porque é um homem absolutamente influente na cidade. Aliás, tem-se detectado uma rede muito grande no interior de São Paulo, e, por ser um caso emblemático, necessário se faz que nós da CPI nos dirijamos para lá nesta sexta-feira, e assim o faremos.

Sr. Presidente, quero ainda registrar que sábado do próximo passado eu estive em Paulo Afonso, na Bahia, participando de um movimento em praça pública, intitulado Todos contra a Pedofilia; todos contra o abuso. À tarde, reunimo-nos, Senador Mão Santa, com o Ministério Público – com o juiz da cidade –, que proferiu palavras maravilhosas sobre o seu posicionamento como juiz, diante de crimes sexuais de abuso de crianças.

Quero parabenizar a organização do movimento – líderes religiosos, pastores, delegados, a delegada da infância, a delegada da mulher e as pessoas que lá estiveram.

Sr. Presidente, no domingo, fui a Juazeiro, no Ceará, onde também tive a oportunidade de tratar desse assunto em praça pública, à noite.

Sr. Presidente, não podemos nos esquecer que amanhã será um dia importante para nós, para a família brasileira. Amanhã será o dia de se fazer o registro contra o abuso sexual de crianças, apesar de não o comemorarmos, mas, mesmo assim, todos nós devemos reagir de maneira a demonstrar a nossa indignação e também a colaboração para o fim desse crime.

Penso que no dia de amanhã é necessário que a tribuna seja usada pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como as Câmaras de Vereadores, às Federais e às Estaduais, revelando nossa indignação, em nome de uma população que deve, a cada momento, ser acordada e chamada à razão, para que nunca mais retornemos ao sono que vivíamos até um ano e meio atrás com relação à questão do abuso de crianças no País. Portanto, amanhã ser um dia muito importante para nós, que estamos no Parlamento, para o Executivo, para o Judiciário, para a sociedade e para a família como um todo, dia que temos de lembrar que precisamos proteger as crianças do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa ressalta, Senador Magno Malta, o excelente trabalho que V. Ex^a vem realizando na presidência da CPI da Pedofilia.

Vou apurar a votação.

Todas as Senadora e Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Vou proclamar o resultado.

O Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya estão votando. *(Pausa.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AP) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a proclamar o resultado, quero pedir, em nome dos Líderes – conversei há pouco com o Senador José Agripino, Líder do Democratas –, a inclusão, na nossa Ordem do Dia, do nome do Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Não tínhamos, prudentemente,

colocado o nome de outras autoridades em função do *quorum* baixo. Mas, na penúltima votação tivemos o *quorum* de 52, nessa última, de 53. Talvez seja prudente colocarmos o nome – já que há um consenso, não há nenhuma objeção – do Ministro Augusto César Leite de Carvalho do Tribunal Superior do Trabalho.

É o pedido que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, uma vez que o *quorum* já permite que se coloque o nome do Ministro do TST.

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 201, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBaixADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE TRINIDAD TOBAGO.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 4 Abertura: 18/11/2009 17:22:50
Data Sessão: 18/11/2009 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 18/11/2009 17:27:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCOM PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PV	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos SIM : 47
Votos NÃO : 04
Votos ABST. : 02

Total : 53

Haroldo Teixeira Valladão Filho

Primeiro-Secretário

(Assinatura)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 47 Sr^a e Srs. Senadores; e NÃO 4.

Houve duas abstenções.

Total: 53 votos.

A indicação do nome do Embaixador Haroldo Valladão foi aprovada. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta**

MENSAGEM Nº 231, DE 2009

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 231, de 2009 (nº 904/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Mauro Luiz Iecker Vieira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

O Dr. Mauro Vieira é conhecido e grande profissional do Itamaraty.

Os Srs. Senadores já podem votar. **(Parecer nº 2.095, de 2009-CRE)**

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, uma palavra rápida sobre o Embaixador Mauro Vieira.

Trata-se de uma das figuras mais importantes do Itamaraty. Ele foi Embaixador em Buenos Aires, onde fez um belo trabalho, e está indicado para exercer as importantíssimas funções de Embaixador do Brasil junto ao Governo americano. É um diplomata qualificado, com larga experiência, com equilíbrio e com muita capacidade de negociação política.

O meu partido se sente muito confortável em votar a indicação de S. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, pelo PSDB, também quero fazer os mesmos comentários do Senador Agripino. O Embaixador Mauro Vieira é hoje nosso Embaixador na Argentina, com um desempenho realmente muito bom. A sua indicação para os Estados Unidos é, portanto, uma indicação que tem o apoio de todos nós da Comissão de Relações Exteriores, da Oposição e do Governo.

Vejo que, agora sim, trata-se de um país de 300 milhões, e não uma ilha de 39 mil habitantes.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, a exemplo da declaração...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Seguindo a manifestação do nobre Líder, Senador José Agripino, e do Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria também de expressar a minha manifestação favorável ao Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira para o novo posto que vai assumir nos Estados Unidos da América do Norte. Já o conheço de longa data, é um profissional competente – como, aliás, é o Itamaraty de modo geral –, e acredito que a ida do Mauro Vieira para o posto nos Estados Unidos, um posto estratégico, muito vai contribuir para estreitar ainda mais as relações do Brasil com os Estados Unidos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Crivella e, em seguida, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu sei que a votação é secreta, Sr. Presidente, e eu não tenho intenção aqui de romper com essa tradição da nossa Casa. Mas seria uma omissão imperdoável se eu aqui não fizesse menção ao extraordinário trabalho que Mauro Luiz Iecker Vieira, que é do Rio de Janeiro, de Copacabana, portanto, um carioca do epicentro do Rio, fez lá na Argentina.

Sr. Presidente, ele foi Embaixador do Brasil na Argentina num momento grave, porque a crise financeira mundial fez com que as exportações, tanto do Brasil para a Argentina como da Argentina para o Brasil, sofressem um colapso – de US\$30 bilhões desceram para US\$20 bilhões. Todos os dias havia um noticiário, havia uma manchete em jornal acendendo fogueiras. Foi um dilúvio de ódios e paixões, que ele, como diplomata, como filho do Rio Branco, como servidor do povo, como amigo de todos, conseguiu conciliar com uma maestria extraordinária, prestou grandes e enormes serviços ao País.

Eu tive a oportunidade de, acompanhando a comitiva do Governo e de Ministros, numa reunião

de Ministros lá em Buenos Aires, verificar que ele foi incansável. O Embaixador Mauro atendia os empresários, atendia os membros do Governo, ele sempre foi um membro ilustre do Itamaraty. Não é à toa que agora o Presidente da República o nomeia para um cargo de vulto, dos maiores da nossa diplomacia, que é a Embaixada em Washington.

Eu quero desejar ao meu coestadano, ao carioca como eu, ao homem de Copacabana, que tem a alma que não envelhece – a alma do carioca é a alma que não envelhece –, quero desejar ao Mauro toda sorte de felicidade, pedindo a Deus que o ilumine e que ele possa ali, nos Estados Unidos, ter uma gestão tão profícua, tão brilhante como ele teve em Buenos Aires.

Fica aqui a homenagem dessa voz obscura, pequena, apagada, aqui do Senado Federal, mas sincera, Sr. Presidente, e desinteressada do Senador Crivella e do PRB. Nós o admiramos e desejamos a ele uma grande gestão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

Senador Magno Malta, peço a V. Ex^a que vote.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero registrar no plenário que o Brasil, nesses últimos anos, teve uma mudança na política externa, um estímulo, uma motivação, uma articulação mais decisiva no Eixo Sul, na integração sul-americana, na consolidação do Mercosul, sem se descuidar dos parceiros tradicionais. Isso trouxe resultados comerciais e diplomáticos muito positivos.

Mas eu quero registrar que a relação Brasil – Estados Unidos vive um grande momento, um momento de parceria, um momento de colaboração em vários temas da agenda multilateral, como ocorreu na última crise internacional. O Governo do Presidente Obama e o Governo do Presidente Lula trabalharam em muita sintonia na coordenação da crise, na busca de soluções conjuntas.

Nesse sentido, eu quero destacar o trabalho exemplar do Embaixador Patriota, que agora assume a Secretaria-Geral do Itamaraty, com uma função, portanto, extremamente destacada. É um dos talentos desses novos diplomatas que estão crescendo no exercício da profissão, no Brasil.

Quero também destacar a contribuição muito importante de Mauro Luiz Vieira junto à nossa Embaixada na Argentina, no processo de integração regional. Basta verificar que, com esse comércio de US\$31 bilhões entre o Brasil e a Argentina, o Brasil hoje é duas vezes mais importante do que a China, que é o segundo parceiro com a Argentina, e do que os Estados Unidos, que é o terceiro parceiro comercial com a

Argentina. Nós somos o primeiro, somos duas vezes mais importantes e quatro vezes mais importantes que o quarto parceiro, que é o Chile.

Então, nessa...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Collor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, nessa construção, o Embaixador Mauro Luiz teve um papel destacado. A parceria Brasil – Argentina é muito semelhante ao que representa França e Alemanha na integração da União Européia. E agora, na embaixada americana, na nossa representação nos Estados Unidos, tenho certeza de que terá um papel decisivo.

Por último, Presidente, quero registrar no plenário o meu sentimento de indignação com a notícia que foi veiculada por meio de um documentário, em que um ex-agente do DOI-Codi disse publicamente que alguns presos do período da ditadura foram esquartejados, entre eles Rubens Paiva.

Convivi durante 35 anos com a família, conheço Vera Paiva desde os 17 anos de idade, o Marcelo Rubens Paiva, acompanhei todo o processo, esse talento da literatura que soube superar uma tragédia pessoal, a D. Eunice e toda a família, que andou durante décadas sem ter sequer a certidão de óbito do marido para colocar o filho na escola, para qualquer ato comercial, sem ter essa condição, e receber uma notícia como essa.

Por mais convicção que se tenha de que ele foi assassinado no período, e todos os indícios eram esses, um depoimento como esse, eu diria, mexe com emoções muito profundas de um tempo em que este País não deveria ter vivido e que tenho certeza de que não voltará a viver.

Então, quero me solidarizar com a família de Rubens Paiva, um Deputado do antigo MDB, um autêntico, um homem combativo, que contribuiu muito na luta pela democracia e que, seguramente, não merecia esse destino, sobretudo nas condições em que foi assassinado. Quero registrar o meu protesto e os meus sentimentos à família Rubens Paiva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senadora Ideli Salvatti, a Casa sempre necessita do seu voto.

Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 231, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MAURO LUIZ TECKER VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 18/11/2009

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 18/11/2009 17:28:55
Encerramento: 18/11/2009 17:38:12

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou	Votos SIM : 52 -			
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou	Votos NÃO : 02			
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	Votos ABST. : 00			
Bloco-PT	SP	ALONZO MERCADANTE	Votou	Total : 54			
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRUPINO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
PV	AC	MARINA SILVA	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

7 de novembro
Primeiro-Secretário
(*Marcelo Salgado*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 02.

Não houve abstenção.

Total: 54 votos.

Foi aprovado o nome do diplomata Mauro Vieira para Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Como o Plenário ressaltou, o Embaixador Mauro Vieira é uma das figuras mais destacadas e mais brilhantes da carreira do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 232, DE 2009

Escolha de Chefe de Missão Diplomática.

Mensagem nº 232, de 2009 (nº 905/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Enio Cordeiro*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

O parecer foi favorável. (**Parecer nº 2.096, de 2009-CRE**)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação do Plenário para discutir a matéria, encerro a discussão.

Vou passar à votação da matéria.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nome do Embaixador Enio Cordeiro foi aprovado, ainda ontem, na Comissão de Relações Exteriores, para exercer o cargo na Argentina. É um Embaixador que tem todas as

prerrogativas necessárias e que, inclusive, foi colega do nosso Líder Arthur Virgílio, na época do curso do Rio Branco. Toda a sua carreira é marcada pela eficiência. Ele é conhecido como um grande negociador e será o Embaixador do Brasil na Argentina, caso seu nome seja aprovado aqui.

V. Ex^a estava presente, ainda agora, no encontro com a Presidente da Argentina. Então, é até simbólico que possamos aprovar o nome do novo Embaixador hoje. As relações de Brasil e Argentina estão caminhando bem, e ele é nosso principal parceiro hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos Srs. Senadores para votarem.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Não votei ainda, Sr. Presidente, mas queria fazer o encaminhamento, ainda que rápido, sobre o nome do Diplomata Enio Cordeiro, que está indicado – ele servia no Brasil – para exercer o posto de Embaixador do Brasil na Argentina, em Buenos Aires. É diplomata destacado, operoso, competente e conhecedor de política na América do Sul. A escolha de S. Ex^a para a Embaixada da Argentina é uma escolha muito feliz. E quero me congratular com o Ministro Celso Amorim.

Durante anos, ele operou na América do Sul, em departamentos da América do Sul. Eu o conheço de perto. É um homem competente. Tenho certeza absoluta de que ele está preparado, inclusive, para o desafio de exercer a importante e política Embaixada do Brasil em Buenos Aires, principalmente neste momento em que o Brasil exerce um papel preeminente na América do Sul, despertando, inclusive, sentimentos que têm de ser bem administrados, eu não diria de inveja, mas de distanciamento no campo econômico em relação a seus parceiros, a começar pela Argentina.

A economia brasileira tem crescido muito. Embora o Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina tenha crescido mais do que o do Brasil, há um distanciamento visível entre o Brasil e a Argentina, entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, entre os países da América do Sul. Isso tem de ser muito bem administrado, para que a relação fraterna que sempre existiu não se transforme em uma relação de disputa – eu não diria de inveja. Essa relação tem de ser marcada pela capacidade de entendimento sem subserviência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, eu só queria, da mesma forma que o Senador José Agripino, felicitar o Itamaraty e o Presidente Lula pela indicação do Embaixador Enio Cordeiro, que foi Subsecretário da Secretaria de América do Sul durante os últimos anos e que, portanto, tem uma profunda convivência com os temas da integração, do papel do Mercosul, da relação bilateral com a Argentina.

Como eu disse anteriormente, nosso comércio bilateral com a Argentina hoje é de US\$31 bilhões. O Brasil representou 30% das importações argentinas e 25% das exportações argentinas no ano de 2008. Neste ano, o comércio bilateral caiu 40%, não só pela crise, mas por medidas protecionistas, que não ajudam no processo de integração.

Hoje, a Presidente Kirchner, presente no Brasil, anunciou a compra de vinte aviões da Embraer. Há um caminho para superarmos essa involução, que é o protecionismo bilateral. Será feita uma consulta a cada 45 dias entre os dois países, e os Presidentes se reunirão a cada 90 dias. Estamos aprofundando a integração produtiva das diversas cadeias. É um processo em que V. Ex^a deu início ao Mercosul. Hoje, para o Brasil e para a Argentina, é irreversível o caminho da integração de todos os setores da economia e também da vida política, institucional e cultural.

Quero destacar o papel do Parlamento do Mercosul. De lá, ao longo desses anos, só tenho a trazer

ao plenário a admiração pela competência com que o Embaixador Enio conduziu a Subsecretaria da América do Sul. Tenho absoluta convicção de que terá um papel muito relevante no aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Para encaminhar a votação, tem a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria também de cumprimentar todos pela votação do Embaixador Enio Cordeiro.

Para nós, a Argentina é extremamente importante. O Senador Mercadante já disse da força, do esforço que todos nós estamos fazendo para consolidar o Mercosul. Para nós, isso é extremamente importante. É uma das razões de estarmos aqui trabalhando pelo Parlamento do Mercosul nesse sentido. A relação Brasil/Argentina é fundamental nesse processo. É um grande país, amigo do Brasil. Sempre tivemos boas relações. Os altos e baixos que estamos vivenciando nesses últimos tempos, principalmente na área econômica, poderão ser transpostos com uma boa diplomacia.

Acredito muito que o Embaixador Enio, talvez, seja esse polo de que estamos precisando, incentivando mais essa relação maior que precisamos fazer com um país vizinho e irmão e extremamente importante na solução dos problemas da América Latina. Tenho certeza de que, se houver um Mercosul consolidado e fortalecido, haverá, sim, uma paz maior e duradoura na América Latina, que é o que propomos.

Queria deixar meu registro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 232, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)
Sr. ENIO CORDEIRO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ARGENTINA.

Num. Sessão: **1**
Data Sessão: **18/11/2009**

Num. Votação: **6**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **18/11/2009 17:39:17**
Encerramento: **18/11/2009 17:46:13**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ MERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PV	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos SIM : **52**
Votos NÃO : **01** **Total : 54**
Votos ABST. : **01**

F. Américo
Primeiro-Secretário
(Caras Américas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Houve uma abstenção.

Total: 54 votos.

O nome foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vamos submeter, agora, à votação o nome do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero cumprimentar os colegas e o Senado pela aprovação da indicação do Embaixador Enio Cordeiro para servir como Embaixador do Brasil em Buenos Aires. Pelas referências todas de que disponho, ele é um dos melhores embaixadores, é um dos melhores quadros do Ministério das Relações Exteriores. Estão, portanto, de parabéns os Senadores que acabam de aprovar o nome dele!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Agora, vamos submeter à apreciação do Plenário o Parecer nº 2.090, de 2009, que trata de escolha de autoridade.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 223, de 2009 (nº 874/09, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Augusto César Leite de Carvalho, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – SE, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rider Nogueira de Brito.*

O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão o Parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou submeter o Parecer a votos do Plenário.

Lembro a todos que é necessário maioria absoluta, de acordo com a Constituição.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que

o voto é secreto, mas quero manifestar minha satisfação de votar no Dr. Augusto César, que é um juiz da maior respeitabilidade. Não o conheço pessoalmente, mas as repercussões, as opiniões que recebi de muitas pessoas que respeito são no sentido de que estamos fazendo um grande gesto ao confirmar a indicação dele.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Peço aos Srs. Senadores que votem, pois precisamos da maioria absoluta de votos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa ou em seus gabinetes que compareçam ao plenário, para votarmos o nome do Dr. Augusto César Leite de Carvalho para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, eu gostaria também de enaltecer a arguição havida hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando o Dr. Augusto César Leite de Carvalho mostrou sua competência, seu conhecimento. É um juiz do trabalho com grande experiência, preocupado em prover condições para que os seres humanos possam sempre estar em condições de trabalho as mais dignas, seja no chão da fábrica, seja no setor rural, onde for. E ele também tem experiência no sentido de estimular o melhor entendimento entre trabalhadores e empresários. Ele foi arguido a esse respeito. Avalio que se sairá muito bem no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele, que é de Sergipe, certamente honrará sua carreira como magistrado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Pre-

sidente, faço um apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que não votaram ainda – havia o voto de 53 Senadores – que venham ao plenário para votar, porque precisamos de quórum qualificado de 41 Senadores para aprovação. É uma votação diferente das outras. Portanto, eu gostaria de apelar a todos os Senadores que pudessem vir aqui dar seu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB –

AP) – Tenho a honra de comunicar que se encontram no plenário desta Casa o Dr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e a grande estrela do vôlei nacional o nosso querido Bernard. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Declaro encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

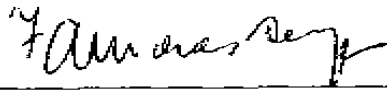
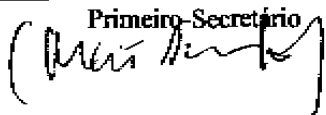
PARECER N° 2.090, DE 2009 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 18/11/2009

Num.Votação: 7
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 18/11/2009 17:47:56
Encerramento: 18/11/2009 17:54:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou	Votos NÃO : 03 Total : 52 Votos ABST. : 00			
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	 Primeiro-Secretário 			
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
PV	AC	MARINA SILVA	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 49

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Não houve abstenção.

Total: 52 votos.

O nome foi aprovado pelo Senado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 17, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que *dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 29.10.2009)

Relator revisor: Senador Roberto Cavalcanti

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.10.2009)

Prazo final prorrogado: 07.02.2010

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação)*.

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 498, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras*.

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

13

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003 (nº 7.087/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios*.

Parecer favorável, sob nº 2.007, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais*.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leo-mar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS*.

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento

(em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (nº 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação*

peçoal do embargado para responder à peção inicial, exceto quando não houver consituído advogado).

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras*.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos)*.

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (confere legitimidade

ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM).

Parecer favorável, sob nº 1.879, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação*.

Parecer favorável, sob no 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruspomanno), que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.*

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de*

separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007,

na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008 (nº 1.000/2007, na Casa de origem, do Deputado Uldurico Pinto), que acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (permite ao estudante beneficiário do Prouni solicitar transferência para outra instituição participante do Programa).

Parecer sob nº 1.875, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal*.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal*.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos*

anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda

nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.*

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.*

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedo-

filia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

72

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “RIO + 20”, em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo.)

76

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

82

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

83

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

84

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos

partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

87

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

88

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

91

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

92

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).*

93

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

94

REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade).*

(Pendente de apreciação o Requerimento nº 1.513, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, de retirada do Requerimento nº 1.465, de 2009).

95

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).*

96

REQUERIMENTO Nº 1.514, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, so-

licitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como orador inscrito. *(Pausa.)*

S. Ex^a desistiu de falar.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior. *(Pausa.)*

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Posso falar no lugar de S. Ex^a, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agora, vamos alternar com o Líder, e, em seguida, fala V. Ex^a.

O Senador Marcelo Crivella, como Líder, pediu a palavra, e a S. Ex^a concedo a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, quero até consignar – disseram-me isto agora, mas não sei se ele está aqui ou no Cafezinho – a presença do nosso Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

É um prazer e uma honra recebê-lo aqui! Parabéns pela grande vitória que V. S^a deu ao esporte brasileiro, com a fibra de um gladiador, e nossos atletas vão vibrar com essa fibra nas quadras, nas raias, nas piscinas, para a glória do esporte brasileiro! Parabéns, Nuzman! Parabéns!

Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez ocupar nossa tribuna para prestar, com devoção, o voto de parabéns à linda cidade de Niterói, que completa 436 anos no próximo domingo. É a Niterói de Quintino Bocaiúva, de Benjamin Constant! É a Niterói da indústria da pesca! É a Niterói do Moreira Franco – que é piauiense, mas que foi prefeito da cidade e governador do Estado –, de Jorge Roberto da Silveira e de muitos fluminenses e cariocas ilustres que, naquela terra, passaram momentos aprazíveis de sua existência. É hoje uma pujante do setor industrial do meu Estado, porque abriga grandes estaleiros. Todos sabem que a Petrobras se revitaliza e, agora, no Governo do nosso Presidente Lula, produz plataformas continentais.

Nós, que sempre fomos importadores – tínhamos importado e alugado dezenas delas –, agora produzimos. E há uma grande parcela dessas plataformas que são montadas e feitas ali nos estaleiros de Niterói.

Eu não poderia deixar de citar também o grande índio, Mão Santa. Seria uma omissão imperdoável se eu não citasse aqui o herói dos primórdios da nossa nacionalidade, ele que viveu em Niterói, embora tivesse nascido na Ilha do Governador, e que nadou, na es-

curidão da noite, pelas águas da Baía de Guanabara, para acender uma tocha e, assim, explodir o paiol de Villegagnon, o paiol dos franceses que ocupavam a ilha de Villegagnon, trazendo a Estácio de Sá e Mem de Sá uma moral tremenda, para reconquistar a França Antártica da mão dos franceses, a Baía de Guanabara, a terra do Rio de Janeiro. E ali foi fundada, em 1834, o Rio de Janeiro.

Nessa ocasião, o grande herói brasileiro, o índio, só viria a ter reconhecida a sua nacionalidade muitos séculos depois, na literatura de José de Alencar.

Mas está aí, lá na essência, nos primórdios de nossa nacionalidade, a figura heróica de Araribóia, que foi sesmeiro de toda aquela região e hoje tem uma estátua ali bem defronte das barcas do Rio de Janeiro.

Pois bem, essa linda Niterói, de um povo ordeiro, trabalhador, em sua imensa maioria, humilde, mas um povo que sabe construir o principal e melhor IDH do meu Estado. Pouca gente sabe disso, viu Senador Mão Santa, mas a cidade de Niterói é um dos melhores IDHs do Brasil e do Rio de Janeiro também. Viver em Niterói...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Oceanário do Niemeyer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sem falar também do Caminho Niemeyer, que hoje abrilhanta e embeleza aquela linda cidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Casa de Saúde Santa Rita e Santa Rosa, em que trabalhei, do Professor Frederico Souza.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a prestou relevantes serviços à população do meu Estado e eu agradeço.

Então, tenho certeza de que, em meu nome, em nome do ilustre Ministro e hoje Senador Francisco Dornelles, e também do companheiro Paulo Duque, a representação popular do Rio de Janeiro no Senado Federal – da qual eu sou o mais obscuro, o mais anônimo, a voz apagada aqui no Senado Federal –, prestamos homenagem ao querido povo de Niterói, com toda a sua pujança, com todo o seu comércio e indústria, com todos os seus serviços. Ao Prefeito Jorge Roberto da Silveira e em memória de seu pai, também presto grande homenagem àquela terra pelos 436 anos da linda cidade de Niterói, que é ligada pela Ponte Rio-Niterói à cidade do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, são essas as homenagens que, pela minha voz, o Partido Republicano Brasileiro presta nesta Casa ao aniversário, ao povo da linda cidade de Niterói.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A vista mais bonita do mundo!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Também.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o *Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.526, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP15, no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca, conforme Requerimento nº 1.482/2009 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado em 28-10-2009, e posteriormente aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 5 a 19 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009. – Senador **José Nery**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.527, DE 2009

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do lutador Pedro Hemérito, um dos ícones do Jiu-Jitsu no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 281, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido em novembro de 2009, do atleta Pedro Hemérito, de grande renome no cenário do Jiu-Jitsu brasileiro.

Justificação

O falecimento de Pedro Hemérito é motivo de tristeza para o mundo do esporte brasileiro. Pedro era um dos ícones do Jiu-Jitsu no País, ele que, em São Paulo, contribuiu para a criação, em 1995, da Federação Paulista de Jiu-Jitsu, a entidade que consolidou esse esporte no Estado.

Amigo da família Gracie, ele conquistou também o apreço do público de São Paulo e do Brasil, pela sua notória presença no cenário das lutas marciais. Pedro

Hemérito colecionou numerosas vitórias, tornando-se um dos ícones no Jiu-Jitsu.

O Voto de Pesar que ora requeiro significa o apreço do Senado da República a esse grande desportista do País.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.528, DE 2009

Requer Voto de Aplauso a Hélio Tabosa de Moraes, ou simplesmente Mestre Tabosa, figura representativa da Capoeira, ele que faz do esporte e sua disseminação a razão maior de sua vida, pela publicação do livro O Filho de Xangô, uma narrativa sobre a capoeira.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso a Hélio Tabosa de Moraes, ou simplesmente Mestre Tabosa, figura representativa da Capoeira, ele que faz do esporte e sua disseminação a razão maior de sua vida, pela publicação do livro **O Filho de Xangô**, uma narrativa sobre a capoeira.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento desse grande mestre dedicado à disseminação da capoeira.

Justificação

Mestre Tabosa é uma das maiores figuras da Capoeira, hoje reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil. Seu livro **Filho de Xangô** é uma narrativa viva desse esporte.

Advogado, ele é, sobretudo, conhecido como o grande Mestre da Capoeira. Estudou várias artes marciais, como judô, sumô e esgrima. Coube-lhe formar os melhores mestres de capoeira e os melhores professores de ginástica de Brasília. Sua trajetória inclui também a ginástica estética, por ele chamada de “Ginástica Localizada Brasileira”. Foi ele o responsável pela implantação, na Universidade de Brasília-UnB, do ensino de Capoeira.

Pela contribuição que o livro de Tabosa oferece ao Brasil, ele é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.529, DE 2009

Requer Voto de Aplauso à revista Tata-mé pelo transcurso de seu 15º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à revista **Tatame**, que completa este mês 15 anos de circulação, período em que se tornou uma das mais importantes e vitoriosa publicação dedicada às lutas marciais no País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes, repórteres, fotógrafos, diagramadores e demais colaboradores, por intermédio do editor da revista, Eduardo Ferreira.

Justificação

A revista **Tatame**, sem dúvida a mais importante publicação brasileira dedicada a lutas marciais, completa este mês 15 anos de existência, período em que se consolidou, ganhando forma, visual e conteúdo de qualidade.

Como diz o editorial da edição comemorativa, “tudo começou da maneira mais carioca possível, com um bate-papo entre três amigos, em plena praia de Ipanema”.

Pela contribuição que a revista presta ao esporte no Brasil, proponho ao Senado este Voto de Aplauso, com cumprimentos a todos os que colaboram para o êxito da revista **Tatame**.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Passa-se à votação do **Requerimento nº 1.524, de 2009**, lido anteriormente, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em que S. Ex^a solicita licença para fazer parte de uma atividade do Mercosul.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação o **Requerimento nº 1.523, de 2009**, lido anteriormente, de autoria do Senador Jefferson Praia, em que S. Ex^a pede para se ausentar, de 7 a 18 de dezembro, para ir a Copenhague.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença ao Senador Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.482, DE 2009

Votação o Requerimento nº 1.482, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que indica dois Senadores daquela Comissão para participar da Conferência Internacional de Mudanças Climáticas da ONU, em Copenhague, Dinamarca, com ônus para o Senado Federal, cujo parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Fica aprovada a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, voltamos à lista de oradores inscritos.

Está inscrito, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Marconi Perillo. Marconi Perillo representa o PSDB, do Estado de Goiás e é o Vice-Presidente da Mesa Diretora. Com muita dedicação e muita competência, foi um dos líderes desta fase de transição de moralização do Senado e da democracia no nosso Brasil.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto, mais uma vez, à tribuna desta alta Casa de Rui Barbosa para tratar de um tema recorrente nos últimos dias. É que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupam-nos sobremaneira as declarações feitas reiteradamente pelo Presidente Lula em relação aos órgãos de fiscalização no Brasil, quando afirma que “estes têm tido o papel de atrasar as obras do Governo Federal”.

Ora, Sr. Presidente, no tempo em que fui Governador de Goiás ou quando eram governantes do Brasil outros Presidentes, se ousássemos questionar o trabalho isento, o trabalho de fiscalização e de controle externo do Tribunal de Contas da União, a Casa cairia, Senador Agripino. Se nos atrevêssemos a questionar sequer o trabalho de fiscalização de um órgão de controle – no meu caso, o Tribunal de Contas de Goiás, ou, no caso do Governo Federal, o Tribunal de Contas da União –, seríamos considerados corruptos, mal-intencionados, desviadores de dinheiro público.

Eu não tenho dúvidas em relação a isso. O PT estaria se mobilizando, fazendo manifestações enormes, com faixas e cartazes, a dizer que nós não queríamos a fiscalização dos tribunais de contas porque tínhamos essas mesmas fiscalizações.

O que é que está acontecendo no Brasil hoje? Como nunca na história deste País, é exatamente o oposto, o inverso: querem calar o Tribunal de Contas da União; querem cercear, limitar as definições e até mesmo os deveres constitucionais que foram outorgados a essa instituição pelo legislador constituinte.

Quando o mais alto mandatário do Brasil se manifesta dessa forma, Sr. Presidente, afronta não apenas o Tribunal de Contas da União, seus procuradores, auditores, técnicos da mais alta qualificação, Ministros absolutamente retilíneos, comprometidos com a lisura na Administração Pública, mas afronta sobretudo o Congresso Nacional, já que o Tribunal de Contas da União é um órgão vinculado a esta Casa, ao Congresso Nacional. E, mais do que isso, afronta a democracia.

Só vai faltar agora o Governo dizer que a culpa do apagão é do Tribunal de Contas da União, talvez porque o TCU, ainda em 2004, já tivesse alertado para a necessidade de reforço das torres de transmissão no sistema Itaipu, que estavam sujeitas a novos acidentes, com consequências imprevisíveis para o Brasil. Ou seja, lá atrás, em 2004, mais uma vez o Tribunal de Contas cumpria sua missão constitucional e alertava o Poder Público Federal de que eram necessárias providências para que fosse evitado num futuro próximo o chamado apagão.

Todavia, essas recomendações, reiteradas pelo ONS, não foram seguidas pelo Governo, embora, no período de 2008 a 2009, o cenário traçado pelo ONS, que é o Operador Nacional, fosse mais grave, porquanto apontava que o trecho de Foz do Iguaçu a Ivaiporã poderia suportar uma dupla queda das torres, mas não o trecho seguinte, de Ivaiporã a Itaberá e Tijuco, em São Paulo.

A verdade é que qualquer tipo de fiscalização ou mesmo recomendação feita ao Palácio do Planalto incomoda ao Presidente da República e a sua candidata à Presidência, a Ministra Dilma, porque atrapalha a falsa propaganda – repito: atrapalha a falsa propaganda – de eficiência e eficácia que montaram em torno da candidatura oficial.

O que parece preponderar é uma preocupação em inaugurar obras, descerrar placas, sem a menor preocupação com o planejamento estratégico, sem se preocupar se essas obras serão importantes no futuro para as próximas gerações, para garantir maior desenvolvimento, renda, bem-estar social; se serão importantes para minorar o sofrimento das famílias mais pobres

com a construção de obras que possam causar impacto em relação à melhoria da distribuição de rendas, seja no planejamento estratégico, nos planos diretores de viação, seja em relação aos eixos macroestruturantes, ou mesmo até em relação a obras sociais de grande relevância nas áreas de segurança, saúde, educação, habitação, saneamento, dentre outras.

Portanto, o que parece preponderar no Brasil é esse desejo ardente de propagandear uma candidatura oficial à Presidência. Mas o Brasil de hoje não comporta mais, não engole mais essa prática populista e marqueteira.

É impressionante, Sr^{as} e Srs. Senadores: se o Tribunal de Contas da União indica que a obra foi superfaturada, se o Congresso quer saber da ingerência política na Petrobras, se a sociedade clama por explicações sobre o destino do dinheiro público, o Presidente da República diz que isso atrasa as obras e se sente incomodado.

Ora, se houve corrupção no processo licitatório de uma obra, desvio, conluio entre empreiteiros, com a conivência do Poder Público, para beneficiar alguns apaniguados, é claro que o Tribunal de Contas tem de tomar as suas providências. Se, ao fiscalizar, encontra irregularidades graves, gravíssimas, é claro que precisa, imediatamente, tomar providências no sentido de impedir o desvio de recursos públicos, sagrados para a economia e para a sociedade brasileira.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pois não. Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, um dos respeitáveis Senadores desta Casa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Obrigado, Senador Marconi. O pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno, pois neste momento a gente percebe uma orquestração muito bem feita no sentido de anular a ação do Tribunal de Contas da União no que tange ao exercício de um dos papéis mais importantes a cargo da Administração Pública, que é a fiscalização. V. Ex^a, que já foi Governador de Estado, sabe que o Governador e o Presidente da República deveriam se valer mais dos órgãos de controle interno e dos tribunais de conta para que não haja esses descaminhos que nós sabemos existir. Lamento... Inclusive está na pauta o PLC nº 32, que tem um substitutivo do Senador Suplicy, que, no item em que dá prazo para o Tribunal de Contas se pronunciar sobre obras, estabelece o seguinte: em vez de o Tribunal de Contas ter um prazo a partir da informação das empreiteiras, não; tem noventa dias a partir do momento em que se detecta a irregularidade. Isso significa que, mesmo havendo

superfaturamento, a obra vai ser tocada. É esse o enfoque que, lamentavelmente, o Presidente Lula está dando, e está querendo fazer pegar na sociedade: de que fiscalização é feita por pessoas que querem atrapalhar as obras. Na verdade, uma instituição como o Tribunal de Contas da União deve ser defendida, como está fazendo V. Ex^a, de maneira muito forte. O que se está querendo fazer é aquela velha história do “rouba, mas faz”. O Presidente Lula está muito apressadinho para fazer essas obras do PAC, quer fazê-las a qualquer custo. Não interessa se houve desvio, se há roubalheira, o importante é fazer. Concordo com V. Ex^a: o Tribunal de Contas tem de fiscalizar e está fiscalizando. Se não fiscaliza mais ainda é porque não consegue ter os meios eficazes para fazê-lo. Portanto, parabéns pelo pronunciamento! Quero assinar embaixo de todas as palavras de V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Mozarildo, que agrega muito valor a este modesto pronunciamento. Como bem disse S. Ex^a, há que se preocupar, sim, em relação às funções do Tribunal de Contas. Elas não podem ser, em hipótese alguma, diminuídas. O Tribunal de Contas é composto por homens e mulheres íntegros, do mais alto valor, da mais alta qualidade moral e intelectual e, além disso, se eles não tomarem as providências previstas na Constituição e na própria legislação específica, estarão sujeitos à condenação por crime de prevaricação.

Portanto, os integrantes do Tribunal de Contas, seus membros, seus técnicos, têm a obrigação de cumprir a lei, e a lei tem de ser igual para todos. Eu disse aqui no início: se eu tivesse, em algum momento das minhas duas administrações como Governador, questionado alguma fiscalização do Tribunal de Contas em relação ao meu governo, o mundo cairia sobre minha cabeça. O mesmo teria acontecido em relação a algum outro Governo Federal.

Agora, em relação a este Governo, pode tudo. Batizaram uma série de investimentos que já estavam planejados no Brasil como PAC disso, PAC daquilo. Nós já tínhamos o programa Monumenta na área de cultura, na área de preservação e recuperação das cidades históricas. Aí, de repente, trocaram o nome de Monumenta para PAC das Cidades Históricas. E assim está acontecendo em relação a todos os programas que já existiam.

Mas nós não estamos preocupados com a questão das obras, elas devem ser feitas. Todos os governos devem se preocupar com inclusão social, com inclusão econômica, mas devem se preocupar também com obras, e espero que se preocupem com obras de forma planejada. O que não dá é para se desperdiçar dinheiro público com improviso. Agora, impedir que os

órgãos de fiscalização e controle exerçam o seu papel, aí é outra história. E eu, sinceramente, não posso concordar com isso.

Como já disse, é impressionante: se o TCU indica que a obra foi superfaturada, se o Congresso quer saber existência de corrupção em algum órgão público, o Governo diz que estamos procurando atrasar ou impedir a realização de obras.

O que é isso, companheiro Lula? Que sentimento antidemocrático é esse que lhe atormenta o coração às vésperas do ano eleitoral?

O TCU precisa ser respeitado no exercício do trabalho técnico que desempenha e que tem poupado milhões, bilhões de reais aos cofres públicos, dinheiro que deve ser direcionado aos mais pobres, aos excluídos, à saúde, à educação, à segurança, ao Entorno de Brasília, ao saneamento básico, à cultura, à habitação e não aos bolsos de alguns poucos burocratas, lobistas, empreiteiros irresponsáveis ou mesmo políticos irresponsáveis que se utilizam de seus mandatos e de suas funções para desviar recursos do erário público.

O Congresso precisa ser respeitado no direito legítimo de investigação por intermédio das comissões parlamentares de inquérito, porque exerce o papel fiscalizador em consonância com a Constituição Federal.

Ao Congresso Nacional cabe, conforme o art. 49 da nossa Carta Magna, da Constituição Federal, da nossa Lei Maior, nos seus incisos X e XI:

“X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

O que o Governo e a Ministra Dilma deveriam fazer é cumprir o acordo feito quando eu era Presidente da Comissão de Infraestrutura e comparecer semestralmente à Comissão de Infraestrutura ou às outras Comissões para prestar contas e debater com os Senadores e com a sociedade brasileira o andamento e as condições das obras do PAC.

Assim, as irregularidades apontadas pelo TCU – e olhem que o TCU tem apontado irregularidades graves e gravíssimas em grande parte das obras que estão sendo executadas no Brasil – seriam analisadas, bem como os motivos do sobrepreço, das falhas técnicas nos projetos, dos erros – muitas vezes, “erros”, entre aspas – nos editais, do atraso das obras e do percentual de execução em torno de apenas 12%.

Se a Ministra se dignasse a vir à Comissão de Infraestrutura ou às outras Comissões desta Casa,

poderíamos ter, quem sabe, as explicações sobre o porquê de um trecho da ferrovia Norte-Sul no meu Estado de Goiás, inaugurado recentemente pelo Presidente Lula, não ter condições de trafegabilidade sequer para uma só locomotiva, já que os trilhos estão soltos e há problemas técnicos. Se bem que as obras no meu Estado estão atrasadíssimas, como, de resto, as demais.

Se nós nos afastarmos do sistema de freios e contrapesos, Senhor Presidente Lula, e nos lançarmos nessa aventura com o dinheiro público em prol do *marketing* político, estaremos sepultando todo o esforço feito ao longo das últimas duas décadas, em que fincamos os esteios da democracia e sedimentamos o convívio social baseado no pleno Estado de Direito. Mais do que isso: a partir dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, estabelecemos todos os marcos regulatórios e, principalmente, estabelecemos toda a política macroeconômica de estabilidade a partir do Plano Real, que teve, como consequência imediata, a inclusão efetiva de mais 150 milhões de brasileiros ao mercado consumidor.

Presidente Lula, Vossa Excelência dá um péssimo exemplo aos cidadãos brasileiros quando cogita criar uma comissão para destravar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, porque passa por cima de uma dos mais responsáveis órgãos técnicos do Brasil, que é o TCU.

A sugestão que faço é que, em vez de travar as obras do PAC diminuindo dos poderes do TCU, se crie uma comissão para efetivamente investigar os desvios, as irregularidades e as falhas nas licitações.

Lamento dizer, mas não nos parece conviver bem com o equilíbrio e a independência entre os Poderes a atual gestão presidencial no Brasil. No lugar de prestigiar o brilhante trabalho do Tribunal de Contas da União, o Presidente Lula mostra-se aborrecido e indignado.

Sua Excelência o Presidente reforça a tese do caudilhismo na América ao criticar a imprensa, os órgãos de fiscalização, a oposição política, o STF, o Ministério Público e qualquer instituição ou pessoa que aponte irregularidades em seu Governo. Mas do que isso, é uma pessoa que lamentavelmente carrega rancor, ódio no coração em relação aos que ousam criticá-lo.

Parece-nos que Sua Excelência está acometido do “Mal de Chávez” e só não amordaça quem lhe faz oposição, com o fechamento de rádios e jornais, porque, no Brasil de hoje, não há espaço para manobras contrárias ao fundamento da democracia e da República, muito menos para o caudilhismo.

Pare, reflita e reveja a posição, Presidente Lula, porque a democracia que construímos nessas duas décadas não pode ser solapada nas bases por quem quer que seja, muito menos pelo Presidente da República, quem tanto sofreu pelas mãos do regime de exceção!

Para, reflita e reveja a posição, Presidente Lula, porque a Constituição Cidadã, pela qual tanto lutamos, pertence à sociedade brasileira, ao povo brasileiro e deve ser preservada como herança para as futuras gerações.

Concluimos, Sr. Presidente, como reflexão de Karl Popper, um dos maiores teóricos da democracia:

“Os democratas que não veem a diferença entre uma crítica amigável e uma hostil, estão imbuídos de espírito totalitário. O totalitarismo, sem dúvida, não pode considerar qualquer crítica como amigável, uma vez que qualquer crítica de uma autoridade deve desafiar o próprio princípio da autoridade.”

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento de Marconi Perillo, que representa o Estado de Goiás e o PSDB, vamos chamar o maior Líder. Nós estamos...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, muito rapidamente. Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, a encantadora Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Apenas para noticiar, Sr. Presidente, e registrar, nesta Casa, que hoje, à tarde, eu e o Deputado Eduardo Valverde estivemos no Ministério do Planejamento, conversando com a Secretária de Recursos Humanos, fazendo as primeiras tratativas para a regulamentação da Emenda Constitucional nº 60, que trata da transposição dos servidores públicos de Rondônia. O Deputado Eduardo Valverde, como coordenador da Bancada, ficou, então, de marcar uma nova reunião com toda a Bancada do Estado de Rondônia junto ao Ministério do Planejamento para tratarmos do grupo de trabalho que precisa ser instituído para fazer os trabalhos internos no Ministério do Planejamento junto ao Governo e também junto ao Ministério da Fazenda para, enfim, determinar as condicionantes para a regulamentação e a transposição dos servidores de Rondônia.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar, com muita alegria, que mais um passo nós demos, hoje,

no sentido de reunirmos toda a Bancada e conversar com o Ministério do planejamento.

É possível que, já nos primeiros dias do mês de dezembro, a gente possa fazer essa reunião, contando com toda a Bancada de Rondônia para discutir com o Ministério do Planejamento.

Era isso, Sr. Presidente. Eu agradeço a concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Senadora Fátima liderou não só a Bancada do Estado de Rondônia, mas todo o Congresso, para conseguir essa grande vitória do funcionalismo de Rondônia, que passará a ser federal.

A SRª PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Pela ordem. Eu já, inclusive, pedi ao Senador Mozarildo que me permitisse só um minutinho, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ô Mozarildo, você não quer ceder todo o tempo à Senadora Patrícia? Porque ela vai para a tribuna e...

A SRª PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Não precisa, Senador, eu só queria comunicar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, mas é questão de conquistar uma audiência, passarmos a Globo.

A SRª PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Mão Santa.

Eu só queria mandar um abraço muito carinhoso a todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, que hoje é seu dia. Eles são verdadeiros anjos da guarda na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A grande maioria dos Conselheiros Tutelares e das Conselheiras Tutelares enfrentam muita dificuldade porque vários Conselhos, a maioria deles, não têm sequer condição de funcionar com dignidade e atender seu objetivo principal.

A Senadora Fátima Cleide também aqui ao meu lado manda um abraço a todos os Conselheiros, nós que militamos na área dos direitos humanos, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, só temos a agradecer a figura do Conselheiro Tutelar, que, pelo Brasil adentro, em tantos lugares, com tanta pobreza, com tanta miséria, com tanta violência, às vezes sem carro, sem um computador, sem um telefone, são capazes de agir com muita veemência na defesa das nossas crianças e adolescente. Por isso eu os considero verdadeiros anjos da guarda do nosso País e espero que um dia o Brasil inteiro possa reconhecer a grande importância desses homens e mulheres que protegem os nossos filhos e as nossas filhas e eles que possam ter, se Deus quiser, mais recursos, recursos suficientes para poder fazer o seu trabalho.

Neste ano e no ano passado, todos os meus recursos de emendas foram destinados para os Conselhos Tutelares, para equipar os Conselhos Tutelares para que eles possam ter a mínima infraestrutura para funcionar atendendo ao seu objetivo.

Portanto, o meu abraço muito carinhoso e, certamente, desta Casa inteira, aos Conselheiros Tutelares do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC–PI) – Senadora Patrícia, todos nós gostamos muito do Flávio Torres; ele é um homem de muita competência; mas as saudades de V. Exª eram maiores do que a competência dele.

Vai ocupar a tribuna agora o Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa Roraima e o PTB. S. Exª vai usar da palavra por cessão do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

Depois, como Líder, usará da palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, Srªs. e Srs. telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, por acaso, vou abordar o tema que o Senador Marconi Perillo abordou há pouco: a questão do Tribunal de Contas da União.

Eu, como médico, quando começo a ver sinais, sintomas de determinada doença, começo logo a me preocupar em fazer um diagnóstico. E o que a gente está vendo no País é que nós temos um Presidente da República que é um verdadeiro Chacrinha: se comunica muito bem e usa palavras de acordo com a plateia em que está atuando. E, só para citar algumas mais recentes, ele disse que, se Jesus viesse à Terra, seria capaz de fazer uma aliança com Judas.

Mas parece que ele não leu muito bem a Bíblia. Jesus escolheu Judas como o seu discípulo. Judas foi quem o traiu. Portanto, não havia coligação a ser feita após Jesus saber que houve um traidor.

Eu não sei o que ele quis dizer, porque, se ele falou logo depois que fez acordo com partidos importantes desta Casa, quem era o Judas? Qual partido era o Judas? Ou eram todos Judas?

Recentemente, ele deu uma entrevista e chorou – nisso ele é bom. Quando se perguntou sobre o mensalão, ele disse que foi um golpe armado pela oposição, que infiltrou uma pessoa, um espião, para fazer uma armação e, portanto, derrubar o Governo dele.

E não perde a oportunidade, Sr. Presidente, toda vez que tem, de criticar a imprensa. Já disse uma frase célebre, que a imprensa não é para discutir ou formar opinião; é apenas para informar. Quer dizer, pegar a

pauta oficial do Governo e informar à população. Não é para criticar, não é para denunciar, não é para investigar. Essa imprensa ele não quer, assim como ele não quer um Tribunal de Contas da União que descubra falcaturas nas obras do seu Governo.

Muito recentemente, vim aqui denunciar uma obra, aliás, altamente visível, que é a reforma do Palácio do Presidente, que, primeiro, não tinha, como é exigido de todas as obras federais, até com o menor Município do Brasil, a placa indicando: o valor da obra; a fonte, isto é, a origem dos recursos; e o tempo que iria ser destinado à construção da obra. Essa foi a irregularidade visível. Depois fomos ver que mais irregularidades existiam. Não tinha alvará... Enfim, o Presidente não está realmente convencido de que ele está num estado democrático. Ele acha que ele é o imperador e está fazendo realmente o Brasil se transformar numa ditadura “democrática”, isto é, ele foi eleito – e ninguém pode dizer que ele não foi eleito, ele foi eleito, sim –, mas aí ele começa: fala mal do Judiciário, fala mal do Poder Legislativo – Câmara e Senado –; aqui e acolá, elogia. Ele é assim: morde, assopra; morde, assopra.

No que tange ao Tribunal de Contas da União, acho o absurdo dos absurdos... Qualquer pai de família, mãe de família, que ganha o seu salário procura aplicar aquele dinheiro com muito rigor, com muita correção, para não ficar com furo no fim do mês, para não ficar com dívida, para não ser roubado, mas o Presidente, que é, portanto, quem administra os recursos que o povo paga através dos impostos, não quer que aconteça isso. É evidente que ele tem a parceria de alguns empreiteiros que... Porque os bons empreiteiros não querem esse tipo de coisa. Os bons empreiteiros, os bons empresários não querem corrupção, não querem ser achacados, mas lógico que existem aqueles que querem entrar pela porta larga da facilidade, da corrupção.

Temos aqui na pauta um projeto para o qual é preciso chamar atenção. É o PLC nº 32, que veio da Câmara e que, aqui no Senado, está sendo alterado para abrir uma brecha enorme para que as empreiteiras que sejam descobertas com superfaturamento de obras possam tocar obras independentemente do Tribunal de Contas da União. Aliás, o Presidente Lula está propondo a criação de um órgão para supervisionar o Tribunal de Contas da União.

Então, ele não quer imprensa livre. Ele não quer um congresso. O Congresso... Olhem a situação. Enquanto temos medida provisória... O que ele quer fazer, apresenta medida provisória logo; o que ele não quer fazer, ele manda projeto, e fica na Câmara mofando o tempo que quiser. Iniciativa de parlamentar, nem se fala. Isso aqui não anda porque ele não deixa andar. E,

agora, investe de maneira pesada. E repito: como ele é um bom comunicador – e já dizia o Chacrinha que “quem não se comunica se trumbica”, e ele comunica muito bem –, consegue passar, quer passar essa imagem de que estão atrapalhando o trabalho dele, quando ele deveria agradecer, como um pai de família ou uma mãe de família agradece, repito, quando alguém alerta contra algum roubo que está sendo feito contra as suas finanças, ele deveria agradecer ao Tribunal de Contas da União quando denuncia essa questão.

Eu falei das MPs, que é um dos itens que humilham, que diminuem a Câmara e o Senado. E o outro item é a questão das emendas parlamentares.

O Tribunal de Contas da União acatou uma representação minha e está fazendo uma investigação e trabalhando junto ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento no sentido de quê? De uma coisa que nem precisava que o Tribunal de Contas entrasse, que é cumprir os princípios da Administração Pública, que estão na Constituição: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Ora, qual é a legalidade que tem em o Presidente da República liberar emendas ao seu bel-prazer? Libera mais para o Deputado fulano de tal porque ele vota tudo o que ele manda sem nem discutir; libera menos para o outro Deputado ou Senador, que discute e que resolve discordar dele. Isso é legal? É impessoal por acaso? Não; ao contrário, é personalíssimo. Quer dizer, o Presidente está transformando o dinheiro público, o dinheiro que é resultado do pagamento de impostos, em moeda, como se fosse dinheiro dele, para comprar posições dentro do Congresso Nacional.

O Congresso, ele já manietou, e o Tribunal de Contas está reagindo, fazendo valer, justamente na questão das emendas, os princípios que regem a Administração Pública.

O Presidente, talvez inebriado pela sua popularidade, medida pelas pesquisas, não está ligando para isso. Ele não está preocupado com moralidade, com impessoalidade, com legalidade. Ele não está preocupado com isso.

E já que ele recentemente citou essa questão de Judas e Jesus, quero lembrar a ele que maioria, Sr. Presidente, depende das circunstâncias. A maioria que estava no julgamento de Jesus, por unanimidade quase, condenou-o a ser crucificado. Era uma maioria visível! Pôncio Pilatos estava doido para absolver Jesus, mas a população, manobrada pelos sacerdotes da época, estava presente, exigindo a crucificação de Jesus. E Pôncio Pilatos perguntou: “Jesus ou Barrabás?” E o que a multidão disse? Preferiu ver Jesus crucificado e libertar Barrabás. Então, é bom que o Presidente, como citou recentemente Jesus e Judas,

lembre-se disso: maioria nem sempre significa a verdade, a razão, o correto.

Quero também dizer que precisamos aprofundar a defesa do Tribunal de Contas da União, que está prestando um serviço muito importante para o povo, uma vez que defende os interesses do povo no que tange à boa aplicação do dinheiro que é recolhido dos impostos.

Esse dinheiro não é fabricado em uma máquina do Presidente Lula, não; é tirado do bolso de cada cidadão, até daqueles que pensam que não pagam impostos, aquele que compra o feijão, até do cliente do Bolsa-Família, que vai lá comprar o seu feijão, o seu arroz, com o...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– (...) cartão do Bolsa-Família.

Então, é muito importante que rebatamos e nos contraponhamos a essa questão de o Presidente Lula querer apequenar o Tribunal de Contas da União, querendo politizar uma ação que não é política. A ação do Tribunal de Contas da União, que possui excelentes técnicos de carreira e que tem, lá dentro, representado o Ministério Público, é realmente um trabalho muito sério.

E quero, portanto, terminar, Senador Mão Santa, alertando os Srs. Senadores para o PLC nº 32. Esse projeto de lei abre a primeira brecha para permitir que as falcaturas sejam feitas. E repito: isso não interessa nem aos empresários sérios, nem aos governantes sérios e muito menos ao povo, que é quem paga a conta.

Então, quero defender – e vou fazer isso aqui na hora da votação – que não acatemos essa alteração que o Senado está querendo fazer... O Senado, não! É um substitutivo do Senador Suplicy, que quer alterar, permitindo, portanto, essa brecha para que o superfaturamento seja feito e que as obras sejam executadas. Ocorre que, depois de executadas, Senador Mão Santa – V. Ex^a que já foi Governador sabe muito bem –, não adianta mais nada; depois vem a multa para não sei quem, isso rola e vai para o Judiciário. O importante é fiscalizar a aplicação durante a execução. E quero aplaudir o Tribunal de Contas da União, que tem feito um trabalho muito importante para o Brasil e, principalmente, para o cidadão mais pobre.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vai já, mas me deixe convidar o orador que já tinha anunciado, como Líder, Inácio Arruda.

Pela ordem V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar à celebração do dia 18 de novembro, como já manifestado por outros Senadores e Senadoras, para fazer referência ao Dia Nacional dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Brasil.

É uma questão sempre atual a situação que envolve as condições, o presente e o futuro das nossas crianças e adolescentes, que têm nos Conselhos Tutelares, dentro do sistema de garantia de direitos, um dos instrumentos mais importantes.

Elaborei, Sr. Presidente, um pronunciamento, avaliando vários aspectos dessa experiência, que já está completando dezenove anos, desde que o Estatuto foi criado em 1990, e lamentando que, no Brasil, mais de seiscentos Municípios ainda não tenham instalado o seu Conselho Tutelar. É uma realidade que precisa ser tratada com prioridade pelas administrações públicas municipais, a quem cabe a instalação, orientando para que os Conselhos Municipais de Direito das Crianças e Adolescentes realizem os processos de escolha, para que, de fato, o Brasil possa ter fortalecido o seu sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, no qual o conselho desempenha um papel fundamental.

E eu queria solicitar a V. Ex^a que o inteiro teor do meu pronunciamento seja acolhido, tendo em vista razões de ordem superior no sentido de acompanhar, Senador Inácio Arruda, no próprio plenário do Supremo Tribunal Federal, neste momento, a sessão em que está sendo discutida pelos nove Ministros do Supremo Tribunal Federal a natureza do pedido de extradição feito pela Itália, no qual os Ministros, por 5 votos a 4, decidiram pela concessão da extradição, o que a meu ver se configura num grave equívoco, um erro inaceitável da nossa Corte Suprema de Justiça.

Segundo, para acompanhar essa decisão quanto à natureza da decisão, se autorizativa ou conclusiva no âmbito do próprio Tribunal, portanto impositiva, vou acompanhar agora essa decisão que tem extrema importância para a garantia de um dos instrumentos mais importantes na defesa dos direitos humanos de perseguidos políticos. E o nosso País, por sua própria tradição, consagrada também na nossa legislação, tem acolhido perseguidos políticos, tem aqui garantido o direito de refúgio e de asilo a centenas de pessoas.

Portanto, é com muita preocupação que aguardamos o resultado final dessa decisão do Supremo,

porque, a depender do resultado final, poderá estabelecer-se aqui um grave precedente, inclusive comprometendo a aplicação correta da lei e a obediência aos ditames da Constituição brasileira.

A solicitação que faço a V. Ex^a é de que meu pronunciamento seja acolhido nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR JOSÉ NERY.**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, comemoramos hoje, dia 18 de novembro, o Dia Nacional dos Conselheiros Tutelares do Brasil. É muito oportuno que coloquemos em debate neste dia um assunto fundamental para o presente e o futuro das crianças e adolescentes do Brasil.

Trata-se de debater o papel dos Conselheiros Tutelares visando ao aperfeiçoamento de suas funções e atribuições perante a sociedade brasileira e de buscar o necessário apoio institucional para que exerçam com dignidade, autonomia e independência o seu importantíssimo trabalho social e profissional visando à promoção do bem-estar das crianças e adolescentes de nosso País.

Já me pronunciei nesta tribuna, no ano de 2007, expondo o dramático quadro de crianças e adolescentes que não tinham assegurado o direito fundamental e constitucional de acesso à escola, quando comentei aqui matéria jornalística divulgada no Programa Fantástico, que denunciava o pouco caso de inúmeras prefeituras, inclusive de meu Estado, o Pará, que não ofereciam as mínimas condições para o funcionamento de inúmeras escolas.

Infelizmente, pouca coisa mudou desde o meu pronunciamento.

Na ocasião, fiz um apelo para que todos os Conselhos Tutelares, com base no artigo 227 da Constituição Federal e na própria Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, tomassem as iniciativas próprias às suas funções e encaminhassem as denúncias ao Ministério Público e às autoridades competentes visando sanar imediatamente todas as mazelas praticadas contra parcelas de nossa juventude e do povo pobre e trabalhador, principalmente de minha região.

Destacava à época, e reitero hoje, o quanto é importante para a cidadania o funcionamento pleno dos Conselhos Tutelares em todos os municípios brasileiros. Acompanhei recentemente vários processos eleitorais para a escolha dos Conselheiros Tutelares, tanto em meu Estado como em outras unidades da Federação, e o que estou presenciando é preocupante.

Há um processo em curso de disputa eleitoral, que acaba repetindo os vícios e anomalias de outros processos eleitorais de nosso País. O poder econômico de alguns candidatos ou sua vinculação a esquemas político-partidários acabam desvirtuando o processo de escolha democrática dos Conselheiros Tutelares, ferindo de morte a necessária autonomia desses representantes para o exercício de suas funções.

Sendo hoje um dia especial para os Conselheiros Tutelares, não poderia deixar de registrar o avanço que significou para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes a existência desses representantes atuando em tempo integral junto à sociedade e aos órgãos que tem a incumbência de proteger esse segmento.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, está escrito que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Assevera ainda a Declaração que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, e que ninguém será mantido em escravidão e nem será submetido à tortura e nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, além de dizer que todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.

Tenho certeza que, guiados por esses princípios, e também pelas orientações e preceitos emanados de nossa Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e pelos dispositivos das respectivas Constituições Estaduais, os Conselheiros Tutelares tem todos os instrumentos para valorizarem cada vez mais o seu trabalho na defesa intransigente dos direitos inscritos nestes códigos legais em vigor em nosso País.

Como disse anteriormente, um dos objetivos permanentes do Conselho Tutelar como órgão inovador na sociedade brasileira, é o de zelar fielmente pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e também trabalhar e contribuir para que mudanças profundas sejam efetivadas no atendimento à infância e à adolescência.

Para tanto, os Conselheiros Tutelares devem desenvolver melhor suas habilidades de relacionamento com os cidadãos em geral, com as organizações da sociedade civil e com as comunidades onde atuam, buscando ouvir e participar ativamente do cotidiano dessas pessoas para desenvolver melhor seu trabalho junto ao povo.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, considerando ainda que o exercício da função de Conselheiro Tutelar é um serviço público relevante, e considerando ainda, de acordo com os dispositivos do

Estatuto da Criança e do Adolescente, que atuam na verdade como servidores públicos, gostaria de trazer uma ideia para o debate entre todos os interessados, sobre a conveniência ou não de submetermos esses representantes a um Código de Ética específico.

A existência desse Código de Ética para os Conselheiros Tutelares evitaria possíveis iniciativas desses agentes públicos que firam a autonomia e a independência necessárias ao cumprimento de suas atribuições legais em defesa dos interesses das crianças e adolescentes de nosso País.

Quero encerrar meu pronunciamento parabenizando a todos os Conselheiros Tutelares do País pela passagem de seu dia. Rogo que nosso País e nossas autoridades, principalmente os prefeitos de nossos municípios, não descuidem de fornecer todos os meios e equipamentos para que esses profissionais atuem com dignidade na defesa dos interesses de nossas crianças e adolescentes.

Espero que os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, o Ministério Público, as entidades civis como ONG, sindicatos de trabalhadores, associações beneficentes, igrejas e todos os cidadãos que trabalham e se interessam pelo bem-estar de nossa população infanto-juvenil zelem e façam cumprir todos os preceitos de nossa Constituição e de nossas leis de amparo e defesa desse segmento.

Tenho procurado fazer minha parte nesse processo.

Apresentei emendas ao Orçamento Geral da União destinando mais de seis milhões de reais para implantar sistemas de informação e programas de capacitação de profissionais que irão atuar na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente, principalmente no Estado do Pará, além de destinar cerca de 20 milhões de reais para o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em todo o território nacional, no âmbito da Secretaria de Direitos humanos da Presidência da República.

Agradeço a atenção de todos.

Brasília, 18 de novembro de 2009. – **José Nery de Azevedo**, Senador – PSOL/Pará.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a completa as palavras da Senadora Patrícia Saboya, homenageando o Conselho Tutelar das cidades brasileiras.

É com muita honra que anunciamos a presença em plenário do extraordinário Deputado Zequinha Marinho. Ele é do Partido Social Cristão. Zequinha Marinho é do PSC do Estado do Pará. Ele nos visita e é motivo de muita honra. Tem perspectivas invejáveis

na política daquele Estado, na divisão do Estado, e de ser um dos próximos Governadores lá.

Com a palavra Inácio Arruda, como Líder do PCdoB. Ele representa o Estado do Ceará. Mas, sem dúvida nenhuma, eu admiro muito o PCdoB e com gratidão, porque ele me apoiou todas as vezes em que fui vitorioso no Piauí, através de Osmar Júnior. Mas eu os conheço a todos e, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a é o maior Líder desse Partido no País.

Prorrogo a sessão por mais uma hora para que todos os inscritos possam usar a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a as generosas palavras.

Primeiro, quero dar ciência ao Plenário de que encaminhei requerimento à Mesa para formarmos uma comissão de Senadores para acompanhar o Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que visita o Brasil, chegando aqui nessa quinta-feira, à noite. Na sexta-feira, à noite, ele estará em Salvador e será acompanhado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Estará ali presente uma comitiva de Parlamentares da Câmara dos Deputados, e é evidente que é muito importante que o Senado esteja representado.

Peço, então, a V. Ex^a, Sr. Presidente, que submeta o requerimento à apreciação do Plenário do Senado da República, para formarmos essa significativa comissão que acompanhará a autoridade palestina em visita ao Brasil.

Sr. Presidente, a filha de Luiz Carlos Prestes, Ana Leocádia Prestes, acaba de encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República uma carta em que dará ideia ao Presidente do que ocorreu com sua família, com sua mãe, Olga Prestes, e com seu pai, Carlos Prestes, e com muitos outros brasileiros, especialmente no período do nazifascismo, para que o mesmo não ocorra com o estrangeiro que buscou refúgio no Brasil.

Sempre se levanta a tese entre nós de que Roma vive uma democracia institucional, um regime democrático, mas todos nós conhecemos e acompanhamos o período dos anos 70 na Itália, que era um país conturbado, em crise, fruto de longo enfrentamento entre setores da Direita e da Esquerda, que, no afã de assumir o poder, podem ter se equivocado na sua ação política, porque enfrentavam o Estado, queriam o poder naquele país. Todos nós vivenciamos esses enfrentamentos na Itália, num período em que também vivíamos no Brasil forte enfrentamento com a ditadura militar brasileira. Não temos arrependimento da batalha que travamos no nosso País em defesa das liberdades, da democracia e de um Estado que se voltasse para

seu povo, para sua Nação, não um Estado meramente subordinado, como assistimos durante longo período na nossa Nação.

Sr. Presidente, destaco essa iniciativa, porque o grau de conservadorismo da sociedade brasileira, das suas elites, é imenso, é muito grande e, é evidente, permeia as instâncias institucionais, o Senado, o Congresso Nacional, o Executivo, os Executivos e o Judiciário brasileiro. É uma espécie de elite nacional, e as teses conservadoras pressionam muito esses organismos. Quem mais tem pressionado esses organismos é a grande mídia brasileira, concentrada onde não houve democracia até hoje no nosso País, porque a condução da informação para o povo é centralizada nas mãos de três ou quatro famílias no Brasil, e isso se repete nos Estados. Então, há um grau de concentração brutal. Para se realizar uma conferência de comunicação aqui, há uma dificuldade imensa no nosso País, porque isso significa democratizar o acesso aos veículos que conduzem as informações para o conjunto da população brasileira. Assistam aos embates que estão acontecendo entre os grandes veículos de mídia brasileira, na televisão, como eles trocam farpas entre si, para demonstrar o que estou dizendo aqui, neste momento. Então, a informação é conduzida por esses grandes veículos, o que leva a uma pressão brutal.

O Ministro Ricardo Lewandowski chegou ao ponto de dizer, corroborado, em seguida, por Marco Aurélio, que o Supremo Tribunal Federal (STF) estava decidindo em função da pressão midiática. Não era uma pressão popular. Não foi um cerco ao STF de camadas sociais, mas uma pressão direta de órgãos e veículos de comunicação do Brasil, decidindo antecipadamente o voto, como fazem com o Congresso Nacional, muitas vezes acovardando Senadores e Deputados, para que decidam de acordo com seus interesses, dizendo que seus interesses são os interesses do povo brasileiro.

Vejo essa decisão do Supremo nesse sentido. Ali, a pressão midiática jogou papel destacado. Muitas vezes, essa pressão acovarda homens, e é preciso que tenhamos ideia de que isso ocorre também com os Ministros do STF, que estão lá para exercer suas atividades de forma ampla, livre, sem pressão alguma. Para isso, eles têm cargos vitalícios. Votamos aqui para eles terem cargo vitalício. Só saem de lá com 70 anos de idade ou antes, se quiserem, se tiverem tempo de serviço suficiente. Mas ali seguem até 70 anos de idade por essas razões, para ali exercerem sua função de forma aberta.

Quando vi a carta de Ana Leocádia Prestes, dirigida ao Presidente Lula, meu caro Gilvam Borges, imaginei: se hoje tivesse de decidir pela extradição de Olga para as mãos dos nazistas, talvez esse Tribunal

o fizesse novamente. É como dizem às vezes, brincando, meu caro Mão Santa, mas numa brincadeira que tem seu fundo de convicção: se Cristo voltasse, seria crucificado outra vez. Tenho essa impressão. Por isso, é preciso resistência, persistência, teimosia daqueles que têm opinião distinta e que não concordam com as teses vigorantes de uma elite conservadora brasileira, que ainda domina fortemente a ideia de formação da opinião pública brasileira.

Quero me somar àqueles que conhecem bem o significado dessas decisões, sabem dos seus efeitos. Tenho a impressão de que a carta de Ana Leocádia tem o sentido de buscar demover especialmente o Presidente da República, para que o Presidente da República não fique submetido à decisão do STF, mesmo porque considero que o Supremo não irá decidir por uma questão imperiosa, de que o Presidente tem de cumprir a decisão do Supremo. Não! Se fizer assim, o Supremo pode criar um embaraço político, e tenho a certeza de que não é essa a ideia ou, pelo menos, não deve ser essa a ideia do Presidente do STF, embora uma crise política sempre seja benfazeja, sempre atenda a interesses. Espero que isso não aconteça, meu caro Senador Mão Santa.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que estive visitando, no Ceará, algumas obras importantes do meu Estado, que têm sido tratadas com muito zelo pelo Governador do Ceará, Cid Gomes. São empreendimentos que vão mexer com a vida dos cearenses nos próximos trinta anos, no mínimo, porque têm peso significativo.

Estive no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Estado do Ceará, onde dois grandes investimentos estão sendo preparados e precisam de forte apoio do Presidente Lula, que, seguidas vezes, tem ido ao Estado, que tem a convicção de que é preciso tocar esses investimentos e que teve a percepção de que, durante crises, temos de fugir dessa ideia também conversadora, que os liberais pregam correntemente, de que temos de parar tudo, de que não podemos mais investir, de que nada mais podemos fazer. Ao contrário, na crise, se há Estado, se há País, se há Nação e se há Governo, temos de investir mais. E assim fez o Presidente Lula, antecipando em um ano o prazo para entrar em operação a refinaria Premium II, a segunda maior do País, que deverá ser construída no Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará.

Sr. Presidente, por que trato desse assunto? Porque tenho a convicção de que estamos fazendo um empreendimento para trinta anos, quarenta anos, cinquenta anos no nosso Estado, que almeja esse investimento. Não se trata apenas de uma refinaria, mas da atração de dezenas, quicá centenas, de outras empre-

sas prestadoras de serviço, fornecedoras importantes, que vão se instalar nessa região do nosso Estado, tanto no complexo industrial, como nos Municípios vizinhos desse grande complexo industrial em torno da refinaria de petróleo Premium II, no Estado do Ceará.

Ao lado da refinaria Premium, há um segundo grande investimento privado, que é a construção de uma siderúrgica, no Estado do Ceará, que também tem uma força de atração enorme de outros investimentos, tanto industriais como de serviços, para aquela região do Estado do Ceará.

Isso dá um porte, isso cria condições especiais para o nosso Estado. São investimentos de grande peso, de grande monta, que buscam também desconcentrar os investimentos no Brasil, muito centralizados ainda nas Regiões Sudeste e Sul do nosso País. Na Região Nordeste, há mais dificuldades, há problemas de clima seculares que precisam ser enfrentados com políticas industriais corajosas.

Tenho a opinião de que a construção da siderúrgica e a construção da refinaria são dois grandes empreendimentos que temos de tratar com o zelo de quem faz política de Estado, de quem faz política grandiosa, não a política da mesquinha, da pequenez. É esse o sentido que precisamos oferecer a esses dois grandes empreendimentos, que dependem – mesmo um deles sendo um empreendimento privado, que é a empresa coreana Dongkuk, associada à empresa brasileira Vale, com o apoio do BNDES –, de forte apoio do Estado, por meio da sua política fiscal e de infraestrutura, e também do apoio do Governo Federal, com sua política fiscal, de infraestrutura e também de financiamento.

Então, Sr. Presidente, estamos preocupados com quê? Com esse problema chamado tempo, porque precisamos correr no Ceará. Já corremos muito para sobreviver neste País imenso: corremos para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para Minas, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná; depois, corremos, atravessando o Piauí, para o Maranhão, para o Pará, até chegar ao Amazonas, ao Acre. Os cearenses se espalharam pelo Brasil e pelo mundo, mas amamos é a nossa terra, adoramos é o nosso torrão. Queremos o desenvolvimento é ali, no nosso território. Queremos desenvolvimento dentro do Estado do Ceará. Daí nosso apelo à Companhia Brasileira de Petróleo, Petrobras, para que realize esforços ainda mais fortes para acelerarmos esse empreendimento no nosso Estado, meu caro Senador Mão Santa.

É preciso ter essa percepção. Há obstáculos, e é preciso resolvê-los. Os obstáculos que surgem são da natureza: é a questão ambiental ou a questão das nossas populações nativas, que temos de tratar com o

maior carinho e com o maior zelo, por meio das relações com nossas lideranças e também com o Ministério Público Federal e Estadual. Mas a questão significativa e superior é a necessidade do desenvolvimento gerador de emprego e distribuidor de renda no nosso Estado. Essa é que é a questão chave, essa é que é a questão estratégica para o Estado do Ceará.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar esse apelo, que é dirigido à nossa empresa, a Petrobras, mas, sobretudo, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que ele leve a preocupação dos cearenses. Ele sabe que são importantes esses empreendimentos, que é preciso desenrolar determinadas questões, às vezes meramente burocráticas, para darmos um passo mais significativo na chegada desses empreendimentos no Nordeste brasileiro, no nosso caso em especial, no Estado do Ceará.

É o apelo que queremos deixar desta tribuna do Senado Federal, com o apoio sempre convicto de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC–PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler. V. Ex^a tem muito prestígio aqui na Mesa Diretora.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.530, DE 2009 – SF

Requeremos, nos termos regimentais, URGÊNCIA para a REQ Nº 1.520 de 2009 – SF, que propõe ao Senado Federal a criação de Comissão Externa, composta por cinco senadores, destinada a representar o Senado Federal durante a visita oficial do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, que fará ao Brasil nos próximos dias 19 e 20 de novembro, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

Brasília, 18 de novembro de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação o próprio Requerimento nº 1.520, de 2009.

REQUERIMENTO Nº 1.520 DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.520, de 2009, do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,

composta por cinco Senadores, destinada a representar o Senado Federal durante a visita oficial do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, ao Brasil nos dias 19 e 20 de novembro do corrente, na cidade de Salvador – BA.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu **requerimento** do Senador José Nery solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 5 a 19 de dezembro do corrente ano, a fim de participar da Conferência Internacional de Mudanças Climáticas da ONU, na cidade de Copenhague, na Dinamarca. (**Requerimento nº 1.526, de 2009**)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos o próximo orador inscrito. Agora, é a vez do Senador Jefferson Praia.

Ansiosamente, o Senador Cícero Lucena, da Paraíba, aguarda a sua vez.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, presenciei uma das cenas mais tristes que já vi aqui, neste Congresso: idosos, no chão, deitados num piso frio, a noite inteira, protestando contra o não reajuste dos aposentados.

Quero dizer que nós não aceitaremos um “não” aos aposentados! O Governo Federal precisa urgentemente rever a sua posição.

Sr. Presidente, estou nessa luta, capitaneada pelo nosso nobre Senador Paulo Paim.

Destaco também, Sr. Presidente, que se hoje temos dificuldades em relação aos recursos para contemplar as demandas que estão sendo feitas pelos aposentados é porque o Brasil é um País que, infelizmente, investe muito mal, aplica muito mal os seus recursos.

Hoje, temos notícia de que o Brasil é um dos países mais corruptos do mundo. É altamente corrupto. É o que aponta índice de percepção da corrupção, da transparência internacional. Não podemos continuar como um País que está entre os países considerados mais corruptos do Planeta. Entre 180 países, a posição

do Brasil é a de número 75, Sr. Presidente. Era a de número 80, caiu para 75, e continua entre os países com um percentual considerável de corrupção.

Quero também, Sr. Presidente, destacar, rapidamente, que, no início desta semana, em Curitiba, tive a honra de participar de um evento muito importante para a ética pública e o futuro da cidadania no nosso País. O 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado concomitantemente ao 7º Encontro do Colégio de Corregedores do Brasil.

A temática do congresso e do encontro deste ano foi Integração dos Controles, Eficiência e Eficácia do Gasto Público”, sob o lema “A Fiscalização em Benefício da Sociedade”.

O mérito pelo sucesso dos trabalhos pôde ser compartilhado por uma série de entidades que patrocinaram a sua realização, em especial o Tribunal de Contas do Paraná; a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracon); o Colégio de Corregedores dos Tribunais de Contas do Brasil (CCOR); o Instituto Rui Barbosa, que é a associação civil de estudos e pesquisas dos Tribunais de Contas; e também o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

A programação das exposições, debates e reuniões de grupos temáticos refletiu o estado da arte e os novos desafios da comunidade brasileira, de pessoas e instituições comprometidas com o máximo de transparência na aplicação dos recursos públicos e o maior resultado desses investimentos para o maior número possível de cidadãos, em termos de serviço ou de obras de infraestrutura.

Sr. Presidente, os participantes tiveram oportunidade de enriquecer suas perspectivas, entrando em contato com experiências internacionais bem-sucedidas, veiculadas por palestrantes vinculados ao Tribunais de Contas Europeu; ao Secretariado Permanente dos Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos da República da Argentina; à Sindicatura de Contas do Principado de Astúrias, na Espanha; e à Organização Latino-Americana e Caribenha de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).

Sr. Presidente, fiquei igualmente sensibilizado e muito honrado por receber o Colar de Mérito da Atricon “Ministro Miguel Seabra Fagundes”, por minha modesta colaboração com o trabalho do Sistema Nacional de Controle Externo.

Quero destacar, Sr. Presidente, que eu não faço mais do que a minha obrigação.

Na verdade, esse evento revestiu-se, para mim, de um significado muito especial, pois marcou novo capítulo da fecunda parceria estabelecida, desde o início

do corrente ano, entre o Ibraop (Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas) e o meu gabinete.

Tive a oportunidade de apresentar seus principais resultados em uma das oficinas do encontro, ao lado do companheiro Cezar Augusto Pinto Mota, Presidente daquele instituto.

Essa nossa cooperação tem por finalidade contribuir para a construção de soluções que tornem mais transparentes a gestão e o controle de obras que se destinam a melhorar a vida dos nossos concidadãos nas áreas prioritárias, Sr. Presidente, que são as áreas da saúde, da educação, do saneamento básico, do transporte, da infraestrutura e econômica e social.

Afinal, se o povo brasileiro luta, trabalha, se sacrifica, sua a camisa, investe e corre risco para financiar todas essas realizações, com seus tributos diretos e indiretos, cumpre a nós, detentores de alguma parcela de autoridade nas esferas e nos três níveis de governo, o dever de assegurar a mais escrupulosa aplicação desse dinheiro e zelar pela provisão dos melhores resultados possíveis.

Sinteticamente, o Ibraop e eu prestamos contas àquele plenário de providências que tomamos até agora.

Em primeiro lugar, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009, com o objetivo de sanar a insustentável situação atual, em que a União simplesmente desconhece quantas obras foram iniciadas, quantas foram concluídas e quantas estão em andamento. A proposição legaliza exigência já contida no acórdão do Tribunal de Contas, de número 1.188, de 2007, de um cadastro único de obras do Governo Federal.

Com base em requisitos tecnológicos e informacionais de fácil cumprimento, o cadastro simplificará a gestão e o controle, otimizará o uso de recursos escassos na Administração Pública e permitirá ampla transparência das despesas com essas obras.

Entre outras inovações, o projeto dispõe sobre a criação de um código identificador único por obra. Isso ajudará a reduzir o risco de inconsistência presente em grandes cadastros, integrar as bases de informação sobre as obras às de natureza financeira e orçamentária e, sem dúvida, estabelecer um bom e prático exemplo para iniciativas semelhantes em outros entes da Federação.

Neste exato momento, o PL nº 439 aguarda parecer do seu Relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nosso ilustre colega Senador Cícero Lucena, que está aqui presente.

Em segundo lugar, apresentei à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle duas “propostas de fiscalização e controle”

sobre o planejamento de longo prazo de investimentos em infraestrutura, e padrões de preços em obras públicas federais, confiadas à relatoria dos nossos nobres colegas João Pedro e César Borges, respectivamente.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, coloquei a infraestrutura do gabinete à disposição para possibilitar a mais ampla disseminação possível de folhetos com informações e recomendações úteis para prefeitos sobre planejamento, execução e acompanhamento de obras públicas. O documento é fruto da sistematização de subsídios oferecidos pelo Ibraop, pelo TCU, pelos tribunais de contas dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, pela Atricon, pelo Confea e pelo Crea do Paraná.

Acredito que o folheto ajudará a preencher uma lacuna de informações e conhecimentos de que se ressentem muitos gestores públicos dos municípios menores e mais afastados dos grandes centros, no tocante à organização administrativa exigida por essas obras, quaisquer que sejam o tamanho do orçamento disponível, as dimensões e a composição do quadro de pessoal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caminho para a conclusão.

Submeti também requerimentos de votos de aplauso à iniciativa de cooperação e troca de informações sobre a fiscalização de obras públicas, adotada mediante convênio entre o TCE do Paraná e o CREA daquele Estado.

Destaco também, Sr. Presidente, dois momentos muito significativos do evento. O primeiro foram as belas palavras pronunciadas de improviso na abertura dos trabalhos pelo Presidente do TCU e ex-deputado do Ceará, Ubiratan Aguiar, para quem o atual momento brasileiro exige a colaboração ativa e sincera entre os Poderes Legislativo e Executivo no sentido de fazer avançar – e não retroceder – a legislação em apoio à auditoria de todas as etapas das obras públicas, desde a concepção de seu projeto até sua entrega à coletividade.

Finalizo, Sr. Presidente – último parágrafo –, dizendo que a segunda declaração que trouxe gravada na memória refletiu a longa experiência do ex-Deputado pelo Rio Grande do Sul e atual Presidente da Atricon, Victor Faccioni, que comparou os controles de contas à medicina e aos remédios: melhor se não precisássemos deles, mas, lamentavelmente, todos acabamos precisamos. Portanto, se ruim com eles, pior sem eles.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos!

Agora, um orador inscrito: Pedro Simon, que é o segundo inscrito. Em seguida, como Líder do PSDB, Cícero Lucena. Depois, para encerrar brilhantemente, Paulo Paim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Faculdade de Direito da Universidade de Caxias do Sul, minha terra natal, está comemorando cinco décadas de existência, cinquenta anos de cultivo de ideias, meio século de construção de ideais, uma vida a serviço da formação de nossos melhores valores.

Aliás, quem de nós não gostaria de voltar no tempo e reviver alguns capítulos da própria história? Ora para repeti-los, ora para modificá-los. A minha história começou em Caxias do Sul e passou, na seleção de seus melhores capítulos, por aquela universidade.

Eu guardo no coração a honra de ser o portador do documento oficial de autorização para que se criasse a Universidade de Caxias do Sul, assinado pelo então Presidente da República João Goulart. Era um momento difícil, dramático da vida brasileira. O odor do golpe já se fazia sentir pelos corredores cinzentos do autoritarismo.

Quis o destino, querido Mão Santa, que eu testemunhasse ali, naquele ato, além de um dos melhores legados do ex-Presidente, a sua última assinatura oficial antes de ser derrubado do cargo, numa história que se seguiu, aí lembrada, para não ser repetida.

Eu era Deputado Estadual quando viemos, o PTB do Rio Grande do Sul, conversar com Jango sobre os rumores do golpe. Brizola, ansioso, angustiado e meio rompido com Jango – o episódio da ida de João Goulart ao almoço dos sargentos, o episódio do comício da Avenida Getúlio Vargas, da Central do Brasil –, e a ansiedade com que a gente via como as coisas iriam acabar.

Chegamos aqui no Palácio do Planalto às dez horas, e ficamos até às quatro horas da tarde. E, às quatro horas da tarde, vieram dizer que o Presidente não podia nos receber porque ia almoçar com oficiais, Almirantes da Marinha. Que nós fôssemos para o Alvorada. E fomos lá. Às oito horas da noite ele chegou, e ficamos até de madrugada. Das oito às quatro, cinco da madrugada, o Presidente da República ali estava, e eu pude sentir a sua angústia, eu pude sentir o que era um homem querendo fazer, trabalhar, lutar, e massacrado pelo golpe da opinião da imprensa, da

grande imprensa, pelos diabólicos ataques de um homem como o Lacerda e uma oposição radical neste Congresso.

E quando eu vejo as denúncias que estão aí, todo dia e toda hora, eu vejo o ridículo do que fizeram com Jango. A imprensa mundial publicava que João Goulart era o homem mais rico do mundo e que tinha mais extensão de terra pelo mundo e que comprava, desde que tinha assumido a Presidência da República, uma fazenda por mês. Conseguiu provar, meses depois – indo com Jango no Cartório de Montevideu –, onde ele dava uma certidão, uma escritura em causa própria, ao Presidente da *Time-Life*, se comprometendo a vender por US\$1 qualquer fazenda que fosse apresentada no nome dele, da mulher dele e dos filhos dele, no tempo em que ele tinha sido Presidente da República. Mas foi o último ato de Sua Excelência. Os meus colegas de Bancada me olharam assim com... Eu era um guri, não tinha trinta anos. “Essa coisa do Pedro, numa hora que nem esta... Nós estamos aqui discutindo o drama do Brasil, um Presidente em vésperas de ser deposto, e ele vem aqui trazer um memorial para criar a Universidade de Caxias do Sul.”

Eu mesmo me senti mal. Eu me senti chateado. Aquilo não fazia parte do meu estilo. Mas hoje, cinquenta anos depois, eu acho que ficou bem, inclusive para a imagem de João Goulart, para a sua memória. O último ato que ele assinou, como Presidente da República, foi a determinação da criação da Universidade de Caxias do Sul.

Eu era Deputado Estadual quando nasceu a universidade, uma concretização das mais felizes. O Dr. Virvi Ramos estava à frente, um médico excepcional, mão santa, que nem V. Ex^a. Dono de um hospital, criou a Faculdade de Direito, depois criou a Faculdade de Medicina. Um homem voltado para o social, preocupado com o social. Foi exatamente ele quem iniciou o grande movimento e que criou a Faculdade de Direito de Caxias do Sul, que teve como primeiro diretor o grande advogado Dr. Ary Zatti Oliva.

Nos corredores da Universidade de Caxias do Sul... Repare como sou velho, Presidente: estou aqui comemorando os cinquenta anos da criação da Faculdade de Caxias. Os meus cinquenta anos de advogado já faz cinco anos que comemorei. Naquela época, não tinha Faculdade de Direito. A minha, àquela época, só tinha duas: a UCS e a Pontifícia Universidade Católica. Hoje, tem mais de trinta Faculdades de Direito no Rio Grande do Sul, mas a de Caxias foi a quarta que se criou.

Os corredores da Faculdade de Caxias foram o meu melhor caminho. Orgulho-me de ter participado, mesmo que modestamente, dessa bela história. Como amigo e como colaborador de Virvi Ramos e de Ary Zatti Oliva, fui daquele grupo que começou no início e foi embora até o fim. Orgulho-me mais ainda de sentir que essa mesma Universidade ajudou a construir a minha própria trajetória de vida.

Ainda me lembro da minha aula inaugural, Sr. Presidente, como retribuição pelo gesto. Fui o primeiro professor que deu a primeira aula como professor de Economia Política na Universidade de Caxias, na Faculdade de Direito de Caxias do Sul. Como primeiro professor de Economia Política, na primeira aula, eu me lembro, como se fosse hoje, da minha emoção. Foi maior a minha emoção nessa aula inaugural de Caxias do que a emoção que eu tive como orador da turma, em Porto Alegre, na Faculdade de Direito, porque ali eu já me sentia responsável. Embora jovem, muito jovem, recém tinha me formado, de repente, eu me sentia, de aluno, de jovem que esperava pelo futuro, não sei o que, eu estava ali falando para aquela Universidade como professor. Foi uma metamorfose muito forte, de um ano para o outro, e eu me senti bem como professor, missão da qual eu nunca vou me esquecer.

Logo depois, aceitei a cadeira de Sociologia na Faculdade de Filosofia, pelas mãos do então Bispo Diocesano Dom Benedito Zorzi. Eu imaginava apenas ensinar. Mal sabia que iria, na verdade, muito aprender. Passado o tempo, eu já nem sei mais quem foi o mestre e quem foi o aluno.

Eu não sei mais o que os alunos aprenderam comigo, mas eu sei que eu muito aprendi com os alunos da Universidade de Caxias. Eu confesso: não sei se os meus alunos aprenderam a contento Economia ou Sociologia. Quem sabe, um pouco melhor, Política. Acho que mais Filosofia, a mesma Filosofia que me faz ainda hoje um aprendiz, porque ela é, por definição, uma busca incessante pela compreensão da realidade, a busca obstinada da verdade, a verdade que se ensina e que se aprende, a verdade que liberta, a verdade que salva. Eu me lembro das minhas aulas...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – *(Fora do microfone.)* Da aula de Economia Política.

Logo depois, caiu Jango, veio a ditadura e veio o terror. As minhas aulas de Economia Política eram célebres em Caxias. Porque eu falava, eu analisava, eu debatia. Eu não ficava na teoria, mas entrava na objetividade, analisava o capitalismo, analisava o co-

munismo, analisava quem era Alberto Pasqualini, as ideias da sociologia da libertação, as ideias do cristianismo na sua forma mais pura da justiça social. Eram grandes debates. Eram grandes debates.

E eu, sendo Deputado, sendo político, político de oposição em um regime de ditadura, e eu falando – a maioria dos professores, geralmente, não falava –, e eu falando. De outras aulas, vinham pessoas para assistir e para debater e para discutir. E nós analisando.

Nas aulas de Sociologia na Faculdade de Filosofia, havia muito mais mulheres, jovens. E nós debatíamos o divórcio, o desquite, o aborto, a liberdade, a homossexualidade, enfim, os grandes debates da sociedade. Mas valia à pena.

Eu acho que encontrei, então, as palavras-chaves para melhor definir a Universidade de Caxias do Sul: caminho, verdade e vida, algo que sempre nos identificou. Portanto, não importa se professores ou alunos, aí, sim, como aprendizes e seguidores dos ensinamentos da vida.

Um desafio muito maior hoje, reconheço, do que nos meus tempos idos. Nunca os caminhos foram tão tortuosos; nunca a verdade foi tão vilipendiada; nunca a vida foi tão banalizada.

Naqueles tempos, ainda em uma idade em que a busca molda caminhos, a Universidade de Caxias do Sul me possibilitou juntar, em uma mesma travessia, a Economia, a Política, a Sociologia, a Filosofia e o Direito. Estão aqui, portanto, as bases da minha formação como cidadão, como ser social, como criatura, como ser político.

No vigor da minha mocidade, em um ano aluno, esperando receber tudo; no outro, professor, com obrigação de dar. Eu não me contentava com a ciência enquanto conhecimento do que é. Buscava, no meu íntimo, a sensibilidade do filósofo, na minha idealização do dever ser.

Já navegava, desde aqueles tempos nas águas revoltas da política, quando o mundo ainda tentava ressuscitar o seu melhor conceito de humanidade, depois de quase uma década de mais uma guerra genocida.

Nós queríamos outro mundo. Desejava eu uma Sociologia nova para aqueles alunos recém saídos de uma verdadeira e cruel bestialidade humana.

Buscava eu uma receita em que se juntassem a ciência e a Filosofia. O ser e o querer ser. O real e o sonho.

Mas, tanto lá quanto cá, Presidente Mão Santa, jamais deixei de acreditar que o melhor caminho entre

cientista e o filósofo, entre o ser e o dever ser, entre o real e o sonho é o Direito. Um Direito constituído nas melhores bases da Sociologia que eu acreditava ideal para aquela geração.

Quantos foram os que tombaram, de lá para cá, em nome do mesmo Direito? O Direito universal, o Direito sem discriminação de qualquer natureza.

Esta foi para mim a grande bandeira vitoriosa de Virvi Ramos, médico que criou a Faculdade de Direito de Caxias. Tinha ele, portanto, uma visão política, sociológica, filosófica, humanística da vida, para o qual ele jurou zelar na sua formatura.

O Dr. Virvi idealizou construir uma faculdade onde o dever ser é de uma sociedade igualitária sem esse muro da vergonha que ainda deixa do outro lado do Direito milhões de deserdados da vida.

Acho que os desafios da universidade são, hoje, ainda maiores. O mercado impôs regra que se fale do consumismo, que destroem valores. O caminho, a verdade e a vida tão bem cultivados pela Universidade de Caxias do Sul e pela Faculdade de Direito, nessas cinco décadas, sofrem pressões no sentido da inutilidade do saber, que se move mais do que educar, do que informar e do que consumir.

Vivemos, hoje, uma cultura arquitetada pela sociedade de consumo a ponto de nos fazer não apenas consumidores de produtos, mas de um ideal de vida, baseado no imobilismo, no conformismo ao pensamento ditado nas facilidades que se expõem nas prateleiras de qualquer supermercado. Para que pensar, para que questionar, se é possível consumir pronto? Pronto e acabado.

O maior desafio, portanto, da Universidade, nestes nossos dias, é descobrir um novo jeito de ser. E não a maneira mais fácil de ter. Repito, Sr. Presidente: o maior desafio é nós encontrarmos um novo jeito de ser, e não a maneira mais fácil de ter.

Seria esta a minha lição, hoje, não importa se nas cadeiras de Economia, de Sociologia ou de Filosofia. Seria esta, também e principalmente, a minha lição na Faculdade de Direito. Quem sabe para ensinar. Quem sabe para aprender.

Parabéns, funcionários, alunos, professores e diretores da Faculdade de Direito da Universidade de Caxias. Parabéns pelos 50 anos de caminhada, caminhada histórica. Continuem, como sempre ensinaram, pavimentando os melhores caminhos com a argamassa da verdade. Continuem, como sempre, dignificando a vida!

Uma faculdade que se iniciou numa sala alugada no segundo piso de uma loja de venda de automóveis, a Universidade de Caxias é hoje uma obra extraordinária, monumental. Lembra as mais modernas universidades do Estados Unidos e da Europa, milhares de alunos, vários campi, uma televisão atendendo a cidade inteira, um teatro de primeiro mundo, uma orquestra sinfônica, curso de valoração da vida, a cidade entrando dentro da universidade, a universidade participando de toda vida da cidade; é difícil encontrar uma universidade como a Universidade de Caxias.

É impressionante como ela conseguiu aquele amalgama dos colonos italianos, dos agricultores, aquela formação de uma cidade que desafiou. Porque Caxias foi o desafio das mãos calejadas contra a montanha. Ao contrário da nossa fronteira, terra plana, o homem a cavalo, defensor do mundo, olhando para frente, sem medo de absolutamente nada, porque tudo era plano, ele via o infinito. Em Caxias do Sul, o colono com 25 hectares, cercado de morro, de floresta e sem absolutamente nada, teve que, palmo a palmo, construir uma cidade, uma vila, aumentar as carroças, os cavalos, crescer; as oficinas, as fábricas, as indústrias e, finalmente, a universidade. Eu morei numa cidade de primeiro mundo. Tenho muito orgulho da Universidade de Caxias do Sul, tenho muito orgulho da Faculdade de Direito de Caxias do Sul – 50 anos!

Quem diria que eu viveria tanto e teria condições de aqui, no Senado da Republica, poder me dirigir aos meus irmãos lá de Caxias do Sul numa hora tão importante e tão significativa como esta e levar a minha homenagem a Caxias? Estou eu aqui, está o Paim ali, dois caxienses que nos orgulhamos muito e muito da nossa terra e da nossa gente.

Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Simon, eu quero apenas me associar a esta homenagem que o senhor presta à Universidade de Caxias, dizendo que o simples fato de ter 50 anos já é, em si, um grande mérito nas universidades brasileiras. Afinal de contas, a primeira universidade brasileira começou em 1922; ou seja, não temos nenhuma universidade centenária, porque o Brasil sempre foi um país que deixou a educação de lado. É preciso dizer que a primeira universidade, inclusive, a Universidade do Brasil, só foi criada para poder dar o título de doutor *honoris causa* ao Rei da Bélgica em visita ao Brasil; senão, não teria sido criada. Juntaram os cursos que havia – Engenharia, Direito, Medicina – e fizeram aquela Universidade do Brasil, que hoje é a UFRJ.

Agora, eu queria aproveitar a frase que o senhor citou: que nós precisamos de um novo jeito de ser e não um novo jeito de ter mais. Essa frase se aplica bem para o Brasil e para o mundo. Nós só discutimos no Brasil como acelerar o ter mais. A gente não discute como fazer um ser brasileiro diferente. O debate entre os candidatos a presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –...é quem acelera... O debate presidencial é quem oferece mais renda, mais aceleração. Não estou falando mais renda de comprar votos. Estou falando renda nacional, dinâmica na economia, e não quem faz o Brasil crescer e mudar também, ser diferente. Hoje, estive no almoço que o Presidente Lula ofereceu à Presidenta da Argentina e eu vi como ambos só falaram de economia. Os dois discursos foram sobre economia e cooperação comercial. Não apareceu a palavra de cooperação educacional, científica e tecnológica, salvo no que se refere a um satélite brasileiro-argentino, de que o Presidente Lula falou, devo dizer. Sobre pobreza, não se falou; sobre meio ambiente, a única coisa que o Presidente disse foi que precisamos de países mais ricos e mais limpos, e aí não falou mais. Está precisando haver um novo jeito de ser brasileiro. O Brasil precisa de um novo jeito de ser brasileiro e não apenas uma maneira de crescer mais rapidamente para ter mais. A frase que o senhor citou para a Universidade de Caxias, no início dela, como o senhor disse que era citado, serve também para uma reflexão a respeito do Brasil. Como fazer um Brasil não apenas mais rico, mas um Brasil melhor?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu recebo o seu aparte com a minha obrigação de lhe pedir desculpa. Vim aqui falar sobre educação e não pedi licença a V. Ex^a. Acho que, neste Senado, nesse termo V. Ex^a está dando aula.

Principalmente em casa, assisto a V. Ex^a e fico impressionado pela profundidade do seu conteúdo e fico impressionado pela dedicação que V. Ex^a tem a essa causa.

Realmente eu me pergunto: “Quando a gente vai ouvir o Cristovam?” e “Quando a gente vai ver realmente a importância do que o Cristovam diz?”.

Vejam! Falei aqui meia hora. V. Ex^a estava ali escrevendo, telefonando. Achei que não estivesse dando bola para o meu discurso. E V. Ex^a foi pinçar a frase que, modéstia à parte, acho a frase mais importante do discurso. É verdade. No Brasil, nos importamos em ter mais e não em ser. V. Ex^a, no meio do tumulto que

estava ali, pegou a frase que simboliza o meu discurso. Fico muito emocionado, porque realmente é uma frase digna de ser repetida por V. Ex^a, o que me deixa muito satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Pedro Simon, cuja oratória foi um louvor, um salmo, à sua escola, à Faculdade de Direito da sua terra natal, Caxias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, há dias fiz uma reclamação aqui relativamente ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, do meu Estado. Hoje conversei demoradamente com a Magnífica Reitora da Universidade do Amazonas, que me disse que a situação financeira do hospital está sendo equacionada. Eu aguardo uma resposta do Ministro Temporão, que me disse que estava conseguindo um recurso orçamentário de R\$300 milhões para distribuir entre os hospitais universitários. Eu soube da promessa e tenho muito respeito por ele, mas não me deu a resposta quanto a ter sido liberado esse recurso ou não.

O fato é que existe uma emenda de bancada do Amazonas no valor de R\$10 milhões e existe uma emenda minha, individual, no valor de R\$500 mil, R\$10.500.000,00, que ajudariam, e muito, no bom funcionamento do Hospital Universitário Getúlio Vargas.

Nós tomamos uma decisão no meu Partido, e eu vejo que é uma decisão que se espalhará pelas Oposições aqui no Senado. Nós queremos – e faremos isso na terça-feira – marcar uma data para que todas as emendas individuais, Sr. Presidente, sejam empenhadas devidamente. Aceitamos negociar, mas não vamos abrir mão de pelo menos boa parte das emendas de bancada. E o Governo não vai poder ficar escolhendo entre amigo, do Governo, e inimigo, da Oposição. Não vai ter esse primarismo de jeito algum, se é que quer, de fato, aprovar o Orçamento no tempo hábil.

Conhecemos Senadores que não tiveram nenhuma emenda empenhada. Eu tive algumas, faltam algumas outras. Eu vou ter todas, fora de dúvida, como os Senadores terão que ter todas as suas emendas individuais empenhadas, sem olhar partido, sem olhar coloração partidária, sem olhar nada disso. E vamos ser muito duros nesta coisa das emendas de bancada.

Por exemplo, eu aprovei e protegi esse emenda de bancada de R\$40 milhões para a Prefeitura de Manaus. O Prefeito de Manaus, Dr. Amazonino Mendes, é da base do Governo, é do PTB. Poderia não ser, poderia ser do PSDB, poderia ser do DEM. Por acaso, é do PTB, que é da base do Governo.

Então, não vejo nem razão de se prejudicar o povo de Manaus, pelo simples fato de a emenda ser minha.

Já havia deixado claro aqui uma vez, mas parece que a gente fala, e o pessoal não ouve: eu não vou abrir mão de que essa emenda seja liberada. Se quiserem negociar um percentual justo, razoável, vamos negociar isso.

É saneamento básico para gente pobre de Manaus. Não vou abrir mão disso! Eu moro em um lugar saneado. Se não liberam a emenda, a mim não prejudicam em nada, nem politicamente, nem eleitoralmente, porque fico dizendo que houve perseguição... Isso não me prejudica em nada! Prejudica as pessoas que não receberão o saneamento básico; elas é que serão prejudicadas. As pessoas mais pobres do País receberão um castigo mesquinho, pequeno.

Mas, simplesmente, eu peguei este caso para dizer que, se eu tenho problema no Hospital Universitário Getúlio Vargas, e tem R\$10,5 milhões – R\$500 mil de uma emenda minha, individual, e R\$10 milhões de emendas de bancada... Se tenho uma emenda de R\$40 milhões para Manaus, devo estar falando mais ou menos pelos demais Senadores. Soube que o Senador Geraldo Mesquita não teve um real liberado, que o Senador Eduardo Azeredo não teve um real liberado, enfim. Também não é dinheiro para ele; é dinheiro para as populações que dependem da sua sensibilidade de ter indicado a emenda certa.

Então, estou de novo avisando aos navegantes todos, de quaisquer aviões, navios, barcos, canoas, o que eles quiserem. Aviso aos navegantes: na terça-feira, diremos a data que queremos, como inadiável, para fazerem o empenho dessas emendas. Inclusive, queremos um diálogo muito aberto sobre as emendas de bancada.

Dinheiro para gastar em tolice o Governo tem muito; dinheiro para gastar com coisa séria, em saneamento na minha cidade de Manaus, não tem. Dinheiro para gastar com decência em relação às emendas dos Parlamentares também não tem.

Então, terça-feira diremos, com clareza, até onde vai a nossa paciência. E, como o ano está terminando, não é muito tempo que daremos. Daremos muito pouco tempo, mas exigimos simplesmente que façam o que têm de fazer; que se curvem à verdade das urnas. Aqui tem parlamentar de governo, parlamentar de oposição, e foi o povo que colocou uns e outros aqui. Sou de oposição porque o Presidente Lula derrotou o meu candidato a Presidente e porque não sou adesista para ficar pulando para o outro lado; tenho caráter. Então, se amanhã é eleito Presidente alguém do meu partido, vou ser governo, mas não vou ser governo artificialmente e não vou advogar, se for governo amanhã, a perseguição de adversários.

Mas me parece que o Governo está com problemas de caixa mesmo. De qualquer jeito, estou dando o aviso, com muita tranquilidade, dizendo que, do ponto de vista pessoal, não abro mão do respeito ao meu Estado, à minha cidade e ao hospital da minha cidade, ao principal hospital da minha cidade. E, do ponto de vista da minha atuação como Líder do meu partido aqui, exijo a liberação de todas as emendas individuais e uma negociação justa relativamente às emendas de bancada dos Senadores do PSDB. E sei, pelo Senador José Agripino, que essa é a sua intenção, essa é a sua decisão. O Senador José Agripino Maia fará a mesma coisa, e terça-feira estaremos aqui para dizer exatamente qual é a data – não será muito tempo não, vai ser um tempo curto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Arthur Virgílio, mostrando a sua indignação com a maneira pela qual o Governo está liberando as emendas dos parlamentares, prejudicando o povo do seu Estado e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 1.531, DE 2009

(Do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores)

Requeremos baseados no que preceitua o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 (onze) membros titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar, no período compreendido entre o ano de 2003 até os dias atuais, as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na Previdência Social, como: fraudes no INSS, com o objetivo de eliminar dívidas previdenciárias de empresas; sonegações de empresas privadas e o consequente crime de apropriação indébita; desvio de recursos da Previdência pelo Governo para cobrir outros programas; o total da dívida da União para com o INSS; levantamento administrativo para eliminações, exclusões, quitações e parcelamentos de débitos previdenciários; legalidade, autenticidade e veracidade das certidões negativas emitidas pelo INSS; qual o real montante da dívida ativa e administrativa junto ao INSS, seus principais devedores e quais os procedimentos adotados - judiciais e administrativos -, para a cobrança das referidas dívidas até a presente data, além de investigar a real situação econômico-financeira do INSS e a sua verdadeira apuração de resultados.

Para a realização dos seus trabalhos, a Comissão contará com recursos na ordem de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

Diante da falta de clareza e do posicionamento dicotômico dos órgãos oficiais responsáveis pela Previdência Social, no que concerne à divulgação dos reais valores da dívida previdenciária, assim como dos principais responsáveis por

referido déficit, somados à instabilidade social gerada por referido fato e à cobrança constante da população brasileira por adoção de medidas concretas no combate à prática de sonegação fiscal, é que se justifica o presente Requerimento.

O problema da dívida da União tem assumido papel de destaque na discussão política das questões previdenciárias, em franco contraste com a sua relevância econômica e, justamente em razão da falta de dados objetivos, é que esta discussão assume caráter ideológico. Desde a década de 30, a previdência social sempre foi alvo de constante manipulação política essencialmente no que se refere à utilização dos institutos como instrumentos de captação de poupança forçada para a realização de investimentos em setores da economia considerados estratégicos pelo governo, que visava promover o processo de industrialização do País e maximizar seu apoio político como, a exemplo de vários procedimentos, a construção de Brasília, o financiamento da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, da ponte Rio-Niterói, dentre outros. A atual crise pelo qual atravessa o sistema brasileiro não dá margem a dúvidas de que o problema é muito grave, posto que desde 1994 gasta-se mais do que se arrecada com benefícios, e o Tesouro acaba por transferir os recursos necessários para o equilíbrio do sistema.

É imperativo que tomemos uma decisão para procurar apresentar não só a evolução do débito da União ao longo do tempo, mas igualmente mensurar o tamanho real dessa dívida e sua contribuição efetiva para o desequilíbrio do sistema, dentre outros problemas, como: as fraudes no INSS, com o objetivo de eliminar dívidas previdenciárias de empresas; sonegações de empresas privadas e o consequente crime de apropriação indébita; desvio de recursos da Previdência pelo Governo para cobrir outros programas; o total da dívida da União para com o INSS; levantamento administrativo para eliminações, exclusões, quitações e parcelamentos de débitos previdenciários; legalidade, autenticidade e veracidade das certidões negativas emitidas pelo INSS; qual o real montante da dívida ativa e administrativa junto ao INSS, seus principais devedores, e quais os procedimentos adotados - judiciais e administrativos -, para a cobrança das referidas dívidas até a presente

data, além de investigar a real situação econômico-financeira do INSS e a sua verdadeira apuração de resultados.

O déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a previdência do setor privado, avançou 14,8% nos oito primeiros meses deste ano, para R\$ 29,9 bilhões, segundo informações prestadas pelo próprio Ministério da Previdência Social. Não é muito lembrar que, em igual período de 2008, o resultado negativo somou R\$ 26 bilhões e que, de janeiro a agosto deste ano, a arrecadação líquida somou R\$ 111,8 bilhões, com crescimento de 5,02% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 106,49 bilhões). Enquanto isso, as despesas com o pagamento de benefícios previdenciários cresceram 6,95%: para R\$ 141,7 bilhões contra R\$ 132,5 bilhões em igual período de 2008. O ministro da Previdência Social, José Pimentel, disse que o déficit do INSS avançou neste ano principalmente por conta do aumento do salário mínimo, que subiu de R\$ 415 para R\$ 465, em 2009. Ou seja, uma elevação de 12%. Com o reajuste do mínimo, subiu também o pagamento dos benefícios previdenciários.

No mês passado, o Ministério da Previdência mudou o formato de divulgação do resultado do INSS, cuja nova fórmula de anúncio passa a priorizar os números da Previdência urbana, geralmente superavitária, em detrimento da Previdência rural, que apresenta déficits. Juntas, as duas previdências (rural e urbana) formam o déficit de todo o INSS, além do que, pelo novo formato, não são mais divulgadas comparações dos números conjuntos, de cada mês, o que dificulta a tarefa de encontrar os valores. Apesar de tornar mais difícil a divulgação, o ministro da Previdência, José Pimentel, insiste que o novo método é mais transparente. Contudo, torna-se cada vez mais preocupante o desencontro de informações, sua obscuridade, sua inviolabilidade blindada por mecanismos do Governo que ninguém consegue transpor, ninguém consegue obter informações claras, precisas e verdadeiras; é uma verdadeira caixa preta.

O fato é que o Governo vem obstaculizando todo e qualquer acesso às demonstrações de resultados dos exercícios financeiros da Previdência Social, que certamente demonstrarão a sua real situação econômico-financeira e atuarial.

O Governo, de forma taxativa e impositiva, vem negando todas as tentativas de se buscar uma reparação às perdas salariais dos aposentados e pensionistas e, até mesmo, de garantir-lhes o mínimo de direito, que é a aplicação do mesmo percentual de reajuste em suas pensões e aposentadorias do aplicado ao salário mínimo, sem qualquer fundamentação legal que justifique um direito claramente isonômico.

Questão relevante e que fundamenta a presente proposta de criação de CPI é o fato de que o Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2006, estimou que a sonegação no INSS é de 30% da receita, e que a dívida cresce a uma taxa de 24% enquanto a recuperação de crédito é baixíssima, de apenas 0,58%. A auditoria do TCU no INSS detectou que a baixa recuperação dos créditos do órgão inscritos em dívida ativa decorre principalmente da falta de estrutura da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, além do fato de que para a recuperação de créditos de grandes devedores do INSS, com débitos superiores a R\$ 1 milhão, há somente 46 procuradores federais em todo o País, com atribuição de prioritariamente cobrar judicialmente essas dívidas.

O ministro do TCU, Ubiratan Aguiar, relator do processo, afirmou que essa estrutura tem se revelado insuficiente para a realização da cobrança judicial eficiente, eficaz e efetiva dos grandes devedores, defendidos por notáveis escritórios de advocacia, com estruturas organizacionais bem superiores à da procuradoria, que conta com divisões exclusivamente voltadas para a recuperação desses créditos apenas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Relatório da própria procuradoria estima que, para acompanhamento dos mais de 15 mil grandes devedores do INSS, seriam necessários cerca de 460

procuradores federais, em vez dos atuais 46, e a criação de mais 18 novas divisões nos estados onde estas inexistem. Observou que mais de 85% da dívida ativa do INSS - em torno de R\$ 96 bilhões, em valores referentes a agosto de 2004 - estão concentrados em pouco mais de 6% dos devedores, correspondendo a 15.152 grandes devedores. Desse total, porém, as divisões de cobrança patrocinavam prioritariamente a cobrança judicial de apenas 1.500 grandes devedores, o que demonstra que a estrutura desses órgãos se mostra incapaz de atender a atual demanda.

O TCU recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que priorize a autorização de concursos públicos para o cargo de procurador geral. Outra recomendação foi para a Advocacia-Geral da União, para que promova a redistribuição dos procuradores federais entre as unidades jurídicas, levando em conta a carga de trabalhos desses profissionais, bem como avalie a lotação dos procuradores nas divisões de cobrança de grandes devedores, de forma a possibilitar a expansão de suas regionais.

Por outro lado, a AGU informou que a arrecadação dos créditos previdenciários por via judicial, em 2005, foi de R\$ 4,9 bilhões, um valor 34,68% superior ao total arrecadado em 2004, quando foram cobrados R\$ 3,641 bilhões. A meta de 24% para o ano ultrapassou em mais de 12%. O valor corresponde à soma dos débitos inscritos na dívida ativa do INSS (R\$2,536 bilhões), dos depósitos judiciais (R\$1,197 bilhões) e das execuções fiscais trabalhistas (R\$1,169 bilhões). Ademais, entre os fatores que determinaram o aumento da arrecadação, a Coordenadoria-Geral de Matéria Tributária (CGMT) destaca a atuação concentrada na cobrança judicial junto às empresas com dívidas acima de R\$ 1 bilhão, consideradas "grandes devedores". Isto porque as dívidas mais altas estão concentradas em um grupo menor de empresas. Este grupo é formado hoje por 17.750 empresas, com uma dívida total de R\$ 123,677 bilhões, enquanto 226.133 devem R\$ 18,224 bilhões.

Diante dos fatos e considerações apresentadas e com o intuito de apurar as constantes denúncias e, acima de tudo, esclarecer a população sobre os programas, ações, investimentos, resultados, apurações, cobranças e procedimentos administrativos e judiciais de competência do Governo quanto ao gerenciamento da previdência social e recuperação da dívida previdenciária, é que justificamos o presente requerimento.

Sala das Sessões,


Senador MÁRIO GOUTO

Requerimento nº , de 2009

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
1. <i>Antônio Virgílio</i>	<i>Antônio Virgílio</i>
2. <i>Ernani Moraes</i>	<i>Ernani Moraes</i>
3. <i>Henalito</i>	<i>Henalito</i>
4. <i>Flávio Azeiteiro</i>	<i>Flávio Azeiteiro</i>
5. <i>Tasso</i>	<i>Tasso</i>
6. <i>João Tenório</i>	<i>João Tenório</i>
7. <i>João Azeiteiro</i>	<i>João Azeiteiro</i>
8. <i>Marcelo Pereira</i>	<i>Marcelo Pereira</i>
9. <i>Eugenio Mena</i>	<i>Eugenio Mena</i>
10. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
11. <i>Carlos Azeiteiro</i>	<i>Carlos Azeiteiro</i>
12. <i>Karla Azeiteiro</i>	<i>Karla Azeiteiro</i>
13. <i>Adriano Azeiteiro</i>	<i>Adriano Azeiteiro</i>
14. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
15. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
16. <i>Pedro Azeiteiro</i>	<i>Pedro Azeiteiro</i>
17. <i>M. Azeiteiro</i>	<i>Expedito Jr.</i>
18. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
19. <i>M. Azeiteiro</i>	<i>Flávio Azeiteiro</i>
20. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
21. <i>Raimundo Azeiteiro</i>	<i>Raimundo Azeiteiro</i>
22. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
23. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>
24. <i>Roberto Azeiteiro</i>	<i>Roberto Azeiteiro</i>

	NOME DO SENADOR	ASSINATURA
25.	Gustavo	Minh (T)
26.	Marco Maciel	(MARCO MACIEL)
27.	Eliseu Resende	Eliseu Resende
28.	Eliseu Resende	Eliseu Resende
29.	Eliseu Resende	JANES LASSERRE
30.	Eliseu Resende	AMARDO CARMO ALVES
31.	Eliseu Resende	GERALDO MESQUITA
32.	Eliseu Resende	MOZARTILDO
33.	Eliseu Resende	ROSALBA
34.	Eliseu Resende	J. NERY
35.	Eliseu Resende	Eliseu Resende
36.	OSMAR DUTRA	OSMAR DUTRA
37.		
38.		
39.		
40.		
41.		
42.		
43.		
44.		
45.		
46.		
47.		
48.		
49.		

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)

– Para a realização dos seus trabalhos, a comissão contará com recursos da ordem de R\$150 mil (cento e cinquenta mil reais). E segue a justificativa.

Enfim, foi lido o requerimento pela Mesa, que estou presidindo; contém subscritores em número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará oportunamente as designações de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

As assinaturas necessárias já foram analisadas pelos componentes da Secretaria-Geral da Mesa.

Foi lida a CPI solicitada pelo Senador Mário Couto.

Há oradores inscritos que querem usar da palavra.

O Senador Cícero Lucena já se ausentou, e o Senador Paim também não está mais presente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero reafirmar o que foi dito aqui pelo Senador Arthur Virgílio. É evidente que quem ganha as eleições tem todo o direito de governar, mas não é razoável, do ponto de vista democrático, esse tratamento desigual em relação às questões ligadas ao Orçamento. O Orçamento, depois de aprovado, é lei, e, portanto, os habitantes das diferentes regiões que tenham emendas encaminhadas pelos Parlamentares de oposição não podem ser prejudicados pelo Governo Federal. Mas o que está acontecendo é exatamente isto: o Governo Federal está prejudicando os habitantes dessas cidades. Portanto, é importante que esse assunto seja levantado aqui pelo Senador Arthur Virgílio e que se busque uma solução. O Ministro José Múcio tinha essa percepção, era um político tarimbado, e esperamos que essa questão realmente não seja alterada dentro do Governo.

Sr. Presidente, hoje, quero abordar a questão – V. Ex^a é médico – da saúde no País. Essa questão continua sendo uma questão grave, uma ameaça à população como um todo, em razão da carência que existe em todo o Brasil.

Já fiz aqui pronunciamentos anteriormente para lembrar a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi um grande avanço, conseguindo cobrir a população toda, atender toda a população, diferen-

temente do que acontece nos Estados Unidos, que, só agora, estão buscando um plano para incluir aproximadamente 46 milhões de americanos que não têm qualquer tipo de atendimento de saúde. O Brasil tem esse atendimento pelo SUS. Entretanto – aí é que vem todo o problema –, o SUS não consegue atender a tempo e a hora. As pessoas, independentemente de pagarem algum plano especial de complementação, podem ser atendidas em qualquer pronto-socorro e na rede pública de saúde, mas as filas são intermináveis, Senador Mão Santa, e isso não pode continuar assim indefinidamente.

Não há sentido algum em ficar dizendo que, se houvesse a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), seria diferente. Isso não é verdade. O Governo tem recursos, tanto que, numa jogada de *marketing*, fez questão de liquidar a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), quando é sabido que essa dívida tem juros muito baixos – são juros mais baixos do que aqueles que o Governo paga no mercado interno brasileiro, pela Selic. Portanto, o Brasil poderia muito bem continuar com aquela dívida se não fosse o interesse de dizer que agora não pede mais dinheiro emprestado ao FMI, mas que, ao contrário, paga a dívida e ainda empresta dinheiro. Isso vem comprovar o quê? Que existe dinheiro. Dinheiro existe, tanto que se fez a opção de, antecipadamente, pagar uma dívida que poderia ser paga mais para frente, com juros realmente baixíssimos, com juros inferiores a 6% ao ano, que são os juros internacionais. Assim, não dá mais para usar a justificativa de que não é possível ampliar o atendimento de saúde no Brasil porque não há recursos, porque a CPMF não foi aprovada. Volto a insistir: dinheiro existe, o que falta é uma atitude mais ousada para enfrentar as filas em todo o Brasil; falta a coragem por parte do Governo Federal de regulamentar a chamada Emenda nº 29.

A Emenda nº 29, que já foi aprovada pelo Senado Federal, está na Câmara e depende de o Governo decidir e chegar a um consenso. A Emenda nº 29 não significa apenas dinheiro do Governo Federal, mas também dinheiro dos Estados, dinheiro das Prefeituras. Trata-se da obrigação mínima de um percentual para a saúde em âmbito municipal, estadual e federal. Portanto, é um entendimento nacional para trazer mais recursos para esse setor fundamental.

As pessoas continuam nas filas em todo o Brasil, seja para uma cirurgia, seja para uma consulta simples. É evidente que as questões variam de um Estado para outro. Em alguns Estados, há um atendimento um pouco melhor do que outros. Alguns Estados investem em saúde mais que outros, bem como as Prefeituras, mas o que podemos avaliar no final das contas é o que

vemos nos jornais, é o que vemos nas notícias: continuam faltando vagas nos Centros de Terapia Intensiva (CTI), continuam faltando leitos, continuam faltando médicos nas cidades menores.

E aí, Senador Mão Santa, vem também outro chamamento, de que possamos retomar projetos interessantes, como o projeto do Consórcio Intermunicipal de Saúde. Foi um projeto do Deputado Rafael Guerra, hoje Primeiro-Secretário da Câmara, quando era Secretário da Saúde do Governo de Minas, no período em que pude governar meu Estado. O Secretário Rafael Guerra propôs isso. Hoje, inclusive, é lei sancionada pelo Presidente o projeto que trata do Consórcio Intermunicipal de Saúde, fazendo com que cerca de dez a quinze Municípios de uma mesma região se reúnam, de modo que haja um médico especialista de determinado setor numa cidade e, em outra cidade, haja outro tipo de atendimento. Aí se consegue, evidentemente, uma otimização do serviço de saúde. Os equipamentos são caros, mas não precisam estar nas quinze cidades. Pode haver o equipamento de tomografia numa das cidades e, na outra cidade, outro tipo de equipamento. Assim se faz multiplicação evidentemente do dinheiro por meio da solidariedade dos Municípios, do chamado Consórcio Intermunicipal de Saúde. É uma experiência coberta de êxito, uma experiência que precisa ser repetida em todo o Brasil.

Essa é uma das formas de enfrentar a questão de atendimento. O Programa Saúde da Família avançou, sim – é verdade que ele avançou no Brasil –, mas ainda é, eu diria, uma das tentativas de enfrentar o problema. O Saúde da Família funciona na prevenção em muitas cidades, mas volto a dizer que o ponto principal de carência está nesse atendimento do SUS em hospitais.

As ambulâncias continuam circulando por todas as estradas brasileiras. É natural que um prefeito mande uma pessoa necessitada, que não consegue ser atendida na sua rede municipal, para uma cidade de maior porte, para, nessa cidade, ter o tratamento, mas não pode haver apenas essa ambulancioterapia. É preciso haver um processo conjunto: a própria cidade deve atender o paciente, e apenas os casos mais complexos devem ser enviados para as cidades maiores.

Neste momento, em Belo Horizonte, a capital do meu Estado, há a proposta de um novo hospital dentro desse panorama de descentralização para uma das regiões, a região do Barreiro, uma região com quinhentos mil habitantes, o que será importante para descentralizar o atendimento na cidade. O Prefeito Marcio Lacerda conta com o apoio do Governador Aécio Neves, com o nosso apoio, com o apoio de Senadores e Deputados, para que os recursos sejam viabilizados e para que,

então, possa haver a descentralização nesse caso específico de Belo Horizonte.

Mas isso precisa se repetir em todo o Brasil. E o principal responsável pela saúde é o Governo Federal, que realmente é o gestor do SUS. Por intermédio do Governo Federal, mais recursos podem vir.

Portanto, com o programa Saúde da Família, com o Consórcio Intermunicipal de Saúde e, especialmente, com a regulamentação da Emenda nº 29, estabelecendo percentuais mínimos de gastos pelas cidades, pelos Estados e pelo Governo Federal, poderá seguramente haver uma estrutura mais adequada de financiamento e uma expectativa melhor.

Volto a dizer: no Brasil, houve realmente alguns avanços muito especiais. No SUS, há tratamentos especializados, tratamentos caros, tratamentos complexos. O problema é a fila para chegar até esses tratamentos. Muitos morrem antes de ter acesso a essa especialidade médica que salvaria sua vida.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que haja um esforço adicional para que a Emenda nº 29 seja finalmente regulamentada. É preciso chamar as Lideranças, chamar os Partidos, para haver a aprovação final e a esperança de melhoria efetiva do SUS. Não sou pessimista, reconheço os avanços, mas é fundamental que a Emenda nº 29 traga novos recursos para a expansão do SUS, para que possa haver menos filas em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Eduardo Azeredo lembrou em seu pronunciamento Juscelino Kubitschek, que disse que é melhor sermos otimistas; o otimista pode errar, o pessimista já nasce errado e continua errando. Mesmo assim, ele mostrou suas preocupações com os graves problemas de saúde em Minas e no nosso País.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo peso que tem a Conferência Nacional de Comunicação, que tem o tema Comunicação, Meios para Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital – então, é uma conferência em termos avançados –, eu apresentei o Requerimento nº 1.044, que está sobre a Mesa, que eu gostaria de ver apreciado, porque trata de determinar que uma comissão externa de Senadores seja composta para acompanhar todo o desenrolar da preparação da conferência. Eu, inclusive, tenho a ideia de que a TV Senado, a Rádio Senado, pelo grau de importância...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a tem um requerimento aqui na mesa?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Requerimento nº 1.044.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Peço ao Dr. João Pedro que veja se é possível; se for, nós o submeteremos à aprovação ainda hoje.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A nossa ideia é a de que a TV Senado, a Rádio Senado, os meios de comunicação na rede internacional de computadores de que dispõe o Senado, que são diversos – há muitas ferramentas disponíveis na Internet que o Senado usa corretamente –, e os meios impressos deem conta da preparação e da atividade em si da conferência, para que, na realização da conferência, nós não deixemos de participar de nada, da sua abertura até o seu final, dando opinião. Os Senadores precisam estar presentes em uma conferência como essa, dando opinião, no sentido de democratizar esse complexo de comunicação do País, que é muito monopolizado.

Repito, é um dos poucos setores de atividade do nosso País que não conseguimos democratizar. É uma coisa fechada com mãos de ferro, em poucas mãos brasileiras. Pouquíssimas, pouquíssimas. Nacionalmente, não dá uma mão. Menos de cinco famílias dominam completamente o transporte de informações no Brasil. Por isso, é importante termos o direito de dar opinião, de participar, de acompanhar essa conferência, que considero uma das mais importantes no Brasil.

Sugeri – e foi acatado pelo Presidente Sarney – que a TV Senado e a Rádio Senado promovessem uma série de debates com especialistas, com os que são a favor da concentração e da falta de democracia e os que são a favor da democracia na área desses veículos. Aqui, por meio da TV Senado, vamos convidar professores dessa área de comunicação, especialistas, esses âncoras dos grandes jornais nacionais, os afamados articulistas dos jornais para serem entrevistados pela Rádio Senado e pela TV Senado. Temos grandes programas de debate. Não podemos perder a oportunidade de fazer esse trabalho no Senado da República.

Peço, ao menos, que aprovemos esse simples requerimento. A conferência tem muito peso, mas o requerimento é bem leve.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Quando é a conferência?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A conferência ocorrerá durante o mês de dezembro. Aproximadamente no dia 15 de dezembro será o início da conferência, que será muito significativa para o nosso País e para o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós já determinamos ao nosso Secretário Executivo, Dr. João Pedro, que localize esse requerimento. Se ele não localizá-lo, prometo que amanhã nos o colocaremos em votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Se precisar de ajuda, eu estou aqui à disposição. Também posso me incorporar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas ele ainda está... Conseguiu? Está procurando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Vamos encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Amanhã... De qualquer jeito, é muito justa a sua apreensão. Antes de V. Ex^a, uma pessoa do mundo com a inteligência privilegiada como a de Inácio Arruda, Alvin Toffler, disse, no seu livro *A Terceira Onda*, que a salvação... A terceira onda é justamente isso. A primeira onda foi o homem fixando dez mil anos, vivendo da agricultura, do campo; depois, 400 anos, a onda industrial; e em 1980 começou a terceira onda: a desmassificação da comunicação. Mesmo o governo querendo, a tecnologia é tal... Aí V. Ex^a está vendo a Internet, os portais, o Twitter, que é uma confusão, que está libertando o povo nesta terceira onda que vivemos. E V. Ex^a, sabiamente, mostrou as suas preocupações. Mas o Secretário Executivo, por sua competência, está buscando o requerimento de V. Ex^a. V. Ex^a, com essa sua inteligência, avança, faz com que o Senado acompanhe essa terceira onda da comunicação.

Aqui, ainda está inscrito... Ô Cristovam, está aqui o seu nome, V. Ex^a ainda vai usar da palavra? *(Pausa.)* Não.

Os dois outros, que estavam inscritos... Professor Wellington Salgado, V. Ex^a quer usar da palavra? *(Pausa.)*

Então, estão os dois eminentes educadores, um do ensino público, que é o Cristovam; e V. Ex^a foi o ícone do desenvolvimento do ensino universitário privado no Brasil.

E eu pediria – está aí o Senador João Vicente – que V. Ex^a... Já chega no Piauí o desenvolvimento da agricultura, da pecuária. Já que o ensino universitário que a família de Wellington Salgado entregou ao País chega em quatro grandes Estados do Brasil, que chegasse – eu e João Vicente estamos pedindo – ao Piauí. Com as suas universidades, não é?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a conta com o povo do Piauí. Eu tive algumas informações de que o povo tem realmente o maior carinho por V. Ex^a. Em Floriano, todo mundo só fala em V. Ex^a. Quer dizer, V. Ex^a hoje já é um símbolo do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas nós queremos conseguir que a universidade criada pela sua família, que é uma bênção a quatro Estados brasileiros, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – São cinco: Pernambuco, Bahia, Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E vamos para o Piauí, não é, João Vicente? Vamos para o Piauí.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Aí tem que pedir autorização a V. Ex^a e ao futuro governador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, está certo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está assinado?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É, nós queremos levá-la...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, vou esperar... Agora, em Floriano. Em Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A universidade já está nesse ensino a distância?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já, está autorizado já.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois eu tenho um grupo que fez um bom desenvolvimento lá, mas é dessa, vamos dizer, dessa que surgiu, de Palmas, e houve umas complicações burocráticas...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A Unitins.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – ...do Ministério da Educação...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não. Ali houve algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas a do Piauí é bem estruturada. Aliás, o professor Cristovam Buarque esteve lá, inaugurando conosco. Ele foi convidado. Então, ela ficou desamparada...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas, Mão Santa, eu quero ir é para Floriano. Eu quero ir para Floriano. Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sim, mas essa...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Gosto muito de Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Educon, localizada em Teresina, o professor Cristovam a inaugurou, agora, ela é ligada a essa Unitins, que teve algumas...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, ali houve um descontrole. Eu participei, o Senador Cristovam também, na Comissão de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu gostaria que V. Ex^a entrasse em contato com o diretor lá da Educon, que representava a Unitins. E o professor Cristovam esteve na inauguração conosco lá, no Piauí. Boas instalações.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, não terminei a tese, sou doutorando em ensino à distância porque não fiz a tese, comecei a trabalhar e não terminei a tese. Mas todos, na Espanha – porque eu fiz na Uned, Universidad Nacional de Educación a Distancia da Espanha, Madri – sempre que eu estava lá, todos os professores falavam: “O Brasil é um País preparado para o ensino à distância, pelo tamanho da sua área geográfica, onde só o ensino à distância dá resultado”. Naquela época, eu tinha o quê? Estou com 51; naquela época eu tinha uns 32 anos, quando eu estava estudando lá. Todos sempre falavam: “O Brasil é um País onde o resultado é o ensino à distância”.

Agora parece que o Ministério entendeu isso, começou a trabalhar. Houve, aconteceram algumas extravagâncias, o Ministério está corrigindo, está ajeitando, num bom trabalho. Ajeitou a casa, criou comissões para avaliar casos, o caso mesmo de Palmas, dessa Unitins, que fez esse convênio com essa empresa que o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Do Piauí, a Educon.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tivemos uma audiência pública na Comissão de Educação, o Senador Cristovam estava, a Senadora Kátia Abreu também. Discutimos situações e parece que o MEC, junto com os alunos, ia encontrar uma solução para o problema. Não sei, depois...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas, para você ver que é tão importante, no Piauí – está ouvindo, João Vicente? – a Educon tinha quatro mil alunos – no Piauí, para você ver isso em termos de Brasil.

Agora, houve esse imbróglio aí que...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas eu quero abrir uma em Floriano, devagarzinho...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, no Piauí todo, não é só Floriano.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, eu quero Floriano. Eu adoro Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Floriano é a Princesa do Sul. Mas vamos expandir.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Comer aquele peixinho lá...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Wellington Salgado, eu quero um encontro de V. Ex^a, com a sua experiência universitária nisso, com esses diretores da Educon, para ver o caminho.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vou manter o contato.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu vou providenciar.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Certo. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o último orador é o nosso Senador do Piauí, João Vicente Claudino.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador Cristovam Buarque.

E João Vicente Claudino se aproxima da tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, eu peço desculpas, vou falar pela ordem, o Senador Mão Santa perguntou se eu queria usar da tribuna – eu estava inscrito inclusive – mas não vou precisar, porém, não quero perder a chance de fazer duas comunicações.

Uma é de que hoje, na Comissão de Direitos Humanos, nós conseguimos aprovar a implantação, no Brasil, de um cadastro nacional das crianças e adolescentes desaparecidos, um projeto da Deputada Bel Mesquita. Foi um processo longo para aprovar, mas, finalmente, saiu do Senado, e eu creio que vai ser sancionado em breve o projeto, pelo qual o Brasil vai dispor de um cadastro onde estejam registrados todos os meninos, todas as meninas que, neste País, desaparecem por uma razão ou outra.

Essa é uma das maiores tragédias que nós enfrentamos numa família. É uma tragédia que dói muito mais do que a morte de uma pessoa: é o desaparecimento. Milhares de mães e pais, de tios e tias neste País hoje vão dormir sem saber onde estão seus filhos, seus sobrinhos, porque eles desapareceram, sumiram, levados por traficantes, em alguns casos, levados por malfetores.

E, agora, com o cadastro, nós vamos poder acompanhar, na medida do possível, formas de denunciar e de localizar essas crianças. Aqui, quando fui Governador, no tempo que V. Ex^a foi também, nós implantamos um sistema como esse nas contas de luz. A Companhia de Eletricidade de Brasília publicava retratos e a des-

crição de crianças, e conseguimos recuperar muitas. Então, a aprovação do projeto, hoje, da Deputada Bel Mesquita, creio que é algo a ser comemorado.

Mas, ao mesmo tempo, vinculado ao assunto de desaparecidos, nós aprovamos, também hoje, um requerimento para uma audiência para ouvir esse bandido, que foi um torturador e que denunciou agora, em um filme, que ele participava não só da tortura mas do esquadramento de presos políticos. E disse com clareza que o desaparecido Deputado Rubens Paiva desapareceu porque o seu corpo foi cortado em pedaços. Este Senado não pode ficar calado diante de uma coisa como essa. Por isso, convocamos o diretor do filme, que foi feito com o depoimento dessa pessoa, e essa pessoa. Esperamos fazer audiência já na próxima semana, porque, se ele fez essa denúncia, ele deve ter muitas outras coisas a dizer.

As crianças desaparecidas vão contar com o cadastro, mas hoje há também centenas de famílias que também dormem sem saber onde estão seus filhos e filhas que desapareceram durante o regime militar, por força da repressão.

Então, hoje, a Comissão de Direitos Humanos, de que V. Ex^a inclusive participou, teve essas duas grandes conquistas, que quero deixar aqui registradas nesta noite, em que V. Ex^a preside, com tanta generosidade, dando a palavra para cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Cristovam, queremos cumprimentá-lo pela competência como dirige a Comissão de Direitos Humanos. Sou suplente dela. Participamos da polêmica discussão do projeto da homofobia e nos ausentamos desse porque, no mesmo instante – isso é para se ter uma noção exata de como este Senado é grandioso e de como se trabalha –, eu era o relator daquilo. Tudo é muito importante. Essa extraordinária... Quero render minha homenagem a Bel Mesquita, Deputada Federal do PMDB do Pará. Aliás, deveria ser a Bela, porque ela é bela, uma loura bonitona. Mas me ausentei porque naquele mesmo instante... E era um projeto de lei do Gilvam Borges que resgatava o salário de dignidade de profissionais médicos e odontólogos.

É uma vergonha. As leis brasileiras... São três salários mínimos o teto de um médico. Então, esse projeto amplia para R\$7 mil. Eu era o relator e não poderia faltar justamente... Como V. Ex^a se orgulha de ser professor, me orgulho em ser médico. Se eu faltasse... Então, desculpe aquela ausência que eu saí, porque... Eu estaria traindo as minhas origens. Para onde a gente vai, a gente leva a formação profissional. Mas quero... Ele foi aprovado já em todas as Comissões do Senado e vai para a Câmara dos Deputados. Esperamos que a Câmara dos Deputados tenha mais

agilidade e funcione mais, porque o Senado está cumprindo as suas missões.

Hoje já fiz um pronunciamento dizendo que me envergonhava aquele seu projeto de lei do piso das professoras em R\$960,00. Que país é esse? Que injustiça é essa? Porque ainda hoje as professoras ficaram sonhando com o sonho do Cristovam Buarque. Da mesma maneira, espero que os médicos não se decepcionem, assim como os profissionais de odontologia.

Daí eu ter me ausentado, mas os nossos parabéns, as nossas desculpas, e os cumprimentos à Deputada Bel Mesquita.

Senador João Vicente, símbolo maior da nova geração política do nosso Estado do Piauí.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho tratar hoje de um assunto importante para o Brasil, importante para o Piauí, principalmente, um assunto muito conhecido na nossa querida Parnaíba também.

Eu gostaria de tecer algumas considerações sobre um assunto que julgo ser da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do País: as nossas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

Estas áreas são, por definição, áreas delimitadas, nas quais empresas voltadas, prioritariamente, às exportações gozam de incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados. Ou seja, são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados na seguinte proporção: 80% para o mercado exterior e 20% para o mercado interno.

Dentre os principais objetivos das ZPEs estão a atração de novos investimentos, o aumento nas exportações do País, a redução dos desequilíbrios regionais, a desconcentração dos investimentos, a geração de emprego e renda, a promoção de novas tecnologias e a capacitação de mão de obra.

Agregado a tudo isso, a criação de uma ZPE também gera, como efeito secundário, a agregação de valor à produção regional, a aquisição e desenvolvimento de tecnologias, o estímulo a setores considerados prioritários para a economia e a avaliação de novas políticas para a região, principalmente em regiões que carecem de investimentos públicos federais, de há muito.

Essa experiência já se revelou bastante exitosa em outros países, especialmente China, Estados Unidos e México. Segundo estudos da International Labour Organization (ILO), existem cinco mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de quarenta milhões de pessoas

as em 116 países. Só na China, trabalham nas “zonas economicamente especiais” quase trinta milhões de pessoas.

As ZPEs são um sucesso na China, com um crescimento anual acima do crescimento do PIB chinês. Essas bem sucedidas experiências gozam de benefícios fiscais, tributários e cambiais, além de procedimento aduaneiros simplificados. Fatos esses que têm comprovadamente propiciado o desenvolvimento econômico deste País em níveis acima de 10% nos últimos 15 anos.

A ausência de mecanismos burocratizados tem facultado inúmeras vantagens econômicas a este empreendimento comercial. A liberdade cambial, por exemplo, tem expandido os comércios nessas zonas específicas. Funcionando de forma simplificada, gera divisas e tem aumentado a competitividade de países em suas atuações no mercado mundial.

Onde as ZPEs foram instaladas, a economia tem sido fortalecida sobremaneira, agregando novas atividades rentáveis, circunvizinhas às áreas em que já se instalaram.

Cabe aqui um voto de aplauso ao Presidente José Sarney, que se portou como um homem à frente do seu tempo.

O Presidente Sarney foi um visionário, em um momento crucial para a Nação. Percebendo os benefícios que as ZPEs poderiam trazer ao País, editou decreto-lei que criou 17 ZPEs no Brasil. O Piauí foi contemplado com uma ZPE em Parnaíba, que está em pleno processo de implantação. Toda a comunidade empresarial, o Poder Público Municipal e o Prefeito têm tomado as decisões políticas aptas a solucionar os problemas e implementar efetivamente a ZPE de Parnaíba. Sua ousadia, determinação e coragem de arcar com o custo político para promover as mudanças tão necessárias ao efetivo funcionamento da Zona de Processamento de Exportação.

De minha parte, apresentei outros três projetos visando à instalação de ZPEs no Estado do Piauí: uma em Picos, uma em Floriano – que tanta admiração recebe do Senador Wellington Salgado – e outra em Bom Jesus, na capital do nosso cerrado piauiense.

Picos, localizada na região centro-sul do Piauí, em um ponto estratégico situado numa região produtora, próxima à Transnordestina, possui uma logística favorável em relação a outras cidades do Nordeste. É o principal produtor de castanha do País, o maior produtor nacional de mel, além de possuir um avançado Centro Tecnológico para a padronização de todo mel fabricado na região. É a segunda região fiscal do Estado, perdendo apenas para a Grande Teresina.

Picos está situada em uma região rica em riquezas minerais, tal como calcário, mármore, caulim, argila refratária, granito e outros minerais, além de uma imponente capacidade empreendedora para captar recursos privados.

O nosso Município de Bom Jesus, localizado na chapada do extremo sul piauiense, distante 635 quilômetros de Teresina, é a região que mais cresce no Piauí. Localizada no vale do rio Gurguéia, a cidade é muito rica em águas subterrâneas. Os poços jorrantes, de onde a água sai sem precisar de bombeamento, são abundantes. A média da precipitação pluviométrica é de 900 a 1.200 milímetros por ano. É um grande centro produtor de alimentos e de grãos.

Além disso, já possui mais de 220 mil hectares cultivados com soja, arroz e algodão, principalmente. Em julho, foi realizado em Bom Jesus a primeira Piauí AgrosHOW, uma feira que saudou o empreendedorismo em produtores locais. Diversas empresas participaram do evento e movimentaram volume acima de R\$150 milhões em máquinas e produtos, o que prova a capacidade de Bom Jesus.

O Município de Floriano está localizado na microrregião de Floriano e compreende uma área identificada com a educação e com a indústria farmacêutica. É o principal centro educacional do sul do Estado, área em que Floriano, Senador Wellington Salgado, torna-se uma referência do Piauí e também do Estado do Maranhão.

Floriano exerce uma influência sobre quase trinta Municípios maranhenses, fora os Municípios do Piauí. É a terceira região fiscal do Piauí que mais arrecada tributos. Floriano já se apresenta como um polo da indústria farmacêutica e um polo da indústria de confecções e foi pioneira na implantação do polo da indústria da bioenergia, tendo o próprio Presidente Lula ido, em 2005, inaugurar a primeira usina de biodiesel, a Ecodiesel. Só questionamos a matriz energética, que foi a mamona.

Entendemos que a mamona é um óleo muito rico, mas a aplicação desse produto não é tão simples e tão primária como a obtida na produção de *diesel* e, principalmente, na produção de poliuretano. Além disso, a região possui grande potencial para implantação de um Polo de Indústrias de Alimentos, pela proximidade da região produtora do cerrado.

Ou seja, Sr. Presidente, são três áreas aptas a receber uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE). O Senado já deu sua contribuição, aprovando esses projetos nesta Casa. Os referidos projetos estão, atualmente, tramitando na Câmara dos Deputados. Já receberam parecer favorável do nobre Deputado Elizeu Aguiar, na Comissão de Desenvolvimento Eco-

nômico, Indústria e Comércio, faltando tão-somente a análise na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em decisão terminativa.

Os empreendedores brasileiros, que não ficaram apáticos ou inertes frente à crise financeira que ultrapassamos, têm buscado alternativas para garantir a continuidade de seus negócios, a sobrevivência de suas empresas. Assim sendo, só há uma política inteligente para enfrentar com êxito a cada vez mais agressiva concorrência que ocorre no mundo, no mercado interno e no mercado externo, e os industriais brasileiros parecem já estar convencidos disso. Nossos empreendedores já perceberam que o único caminho eficaz para fazer frente a essa concorrência é prepararem-se adequadamente para enfrentá-la, por meio do preparo para a competitividade mundial, com a ZPE tornando-se também uma ferramenta imprescindível para essa disputa de mercado.

Concedo o aparte ao Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador João Vicente Claudino, o discurso de V. Ex^a me traz conhecimento com relação a Floriano, uma cidade que admiro, no Estado do Senador Mão Santa e de V. Ex^a. Eu não conhecia toda essa beleza e esse desenvolvimento daquela cidade. Quero citar um dado aqui: eu me lembro de que, quando meu irmão foi para Floriano, eu achava um absurdo haver hectare de terra a R\$10,00 naquela época. Isso faz uns quinze anos. Hoje, o hectare custa R\$800,00. Descobriram o Piauí, descobriram Floriano, descobriram aquela região. Se não me engano – V. Ex^a deve ter mais conhecimento do que eu –, naquela área, vão fazer três hidrelétricas agora, não é isso?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Há projetos para isso.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Há projetos para isso. São três hidrelétricas no rio Parnaíba, não é? Então, aquela região vai, realmente se desenvolver, ainda mais V. Ex^a sendo, com certeza, o próximo Governador. Disso tenho certeza absoluta, porque V. Ex^a é muito querido lá. O Senador Mão Santa e as demais pessoas me falam isso também, bem como os amigos que tenho lá. Então, vai realmente deslanchar esse Estado. Sua família trabalhou muito por esse Estado, um Estado em que poucas pessoas acreditavam. Vocês nele acreditaram, trabalharam e fizeram realmente do Piauí a última fronteira – e não era para ser a última fronteira, que era para ser lá na frente, mas só o descobriram tarde. Há água à vontade embaixo do Piauí. Parece que foi desenhado o que há embaixo do Piauí. Vi um mapa subterrâneo das águas, e parece que, embaixo do mapa do Piauí, realmente,

está cheio de água. Todo mundo acha que o Nordeste é local onde não há água.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– É verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Nas terras que meu irmão tem lá, com um palmo, já está cheio de água. Se você cava um palmo de terra, já sai água.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– Isso é verdade.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Então, é um Estado abençoado, uma terra abençoada. Falo muito de Floriano, porque sempre estou naquele local, no restaurante flutuante, comendo peixinho. Fico naquele hotel de lá. Qual é o nome do hotel?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– Hotel Pousada.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB –

MG) – Não, falo de outro que existe lá. É o Hotel Parnaíba? Acho que é o Hotel Parnaíba, em que eu ficava lá. Há muito tempo, não vou lá. Até vou ver se, no mês que vem, dou um pulo lá. Está de parabéns V. Ex^a pelo discurso, que, realmente, demonstra o quanto essas cidades têm de conteúdo! Essas Zonas de Processamento – também pedi três para o Estado de Minas – vão dar um desenvolvimento absurdo para aquela região. Parabéns a V. Ex^a por essas três ZPEs!

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) –

Não tenha dúvida. Eu, como o Presidente Mão Santa, espero que possamos cumprir aquele compromisso de fazer com que essa terra tão rica, que V. Ex^a possui em Floriano, seja um centro produtor importante.

No Piauí, há seis milhões de hectares de cerrado, dos quais menos de 10% estão sendo explorados. Então, são áreas produtoras, em condições de clima, de solo, de latossolo. Agora, está sendo aprovada na Assembleia uma lei fundiária para a regularização dessas terras, porque existia uma insegurança jurídica em determinadas áreas de ocupação de terras no cerrado, como tem ocorrido também na ocupação de todos os cerrados do Brasil.

Quanto à questão das águas, o Piauí tem um dos maiores lençóis freáticos, se não o maior lençol freático, das Américas. Há regiões, Senador Wellington – e o Senador Mão Santa conhece bem isso –, em que não se precisa de bombeamento de água, em que não se gastam recursos com energia para bombear água. Irrigar uma terra sem custo de energia para irrigá-la é quase um paraíso! Então, realmente, o Piauí foi muito abençoado.

Era esse o registro que eu queria fazer em relação às ZPEs.

Quero aproveitar, Senador Mão Santa, para registrar alguns fatos. O primeiro deles é que foi feito o II Concurso de Redação do Senado Federal e que, entre os 27 finalistas, está Marinêz Maria de Oliveira, uma jovem do Piauí, de Monsenhor Hipólito, da Unidade Escolar José Alves Bezerra. O tema que foi dado para todos os alunos do Brasil foi: “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil”. A redação da Marinêz Maria de Oliveira teve o título de “O Brasil dos meus sonhos”. Li essa redação, que foi premiada, que foi escolhida como a melhor do Piauí. Eu queria até incorporá-la ao meu pronunciamento. Que ela sirva de exemplo, porque o Brasil que ela retrata, com sensibilidade, na sua redação não é somente o Brasil dos sonhos dela, mas o Brasil dos sonhos de todos os brasileiros, de todos os piauienses, de todos os homens e mulheres. É o sentimento de uma jovem do Piauí que retrata o Brasil que, tenho certeza, esta Casa tem o compromisso de construir de maneira efetiva. Eu queria incorporar sua redação ao meu pronunciamento.

Eu queria registrar também a visita que fizemos a alguns Municípios do Piauí, como Nossa Senhora de Nazaré, da Prefeita Luciene e do Vice-Prefeito Rafael, que têm realizado um grande trabalho. Visitamos também Santa Cruz dos Milagres, há dias atrás, no Encontro dos Santos, um grande evento. V. Ex^a, tenho certeza, Sr. Presidente Mão Santa, já participou desse evento em Santa Cruz dos Milagres, principalmente agora sendo do PSC. V. Ex^a já era cristão e, agora, ficou mais cristão ainda no PSC. O Encontro dos Santos reuniu mais de 180 paróquias, que levaram seus santos padroeiros. Foram mais de 25 mil pessoas. Santa Cruz tem de quatro mil a cinco mil habitantes, e lá estava o correspondente a quase cinco vezes a população do Município num só dia. Foi um evento magnífico, em que o Bispo Dom Sérgio esteve presente, bem como o Padre Francimilson, de Santa Cruz, o Prefeito Neto, o ex-Prefeito Deinha, um grande líder, um homem simples, e José Pequeno, do Alto Bonito.

Também fizemos uma visita, Senador Mão Santa, à direção da Vale do Rio Doce, na sexta-feira, no Rio de Janeiro, junto com o Governador Wellington Dias, na busca da retomada dos investimentos da Vale do Rio Doce na mina de níquel em Capitão Ger-vásio Oliveira.

O Presidente Roger Agnelli nos recebeu, disse-nos que a Vale irá retomar esses investimentos, que são tão importantes para o Piauí. Infraestrutura foi montada para isso. Ele nos garantiu que, em função do mercado mundial, houve retração do preço do níquel, que caiu para 16% do valor normal e que, agora, já está atingindo a casa dos 35% de valores de um

pouco mais de um ano atrás. Serão retomados esses investimentos, e a Vale investirá em fosfato também, no Piauí, que é muito rico nesse mineral. O mais importante é que serão feitos investimentos dentro do programa de responsabilidade social da Vale do Rio Doce, instituindo-se, em São João do Piauí, um centro de conhecimento para difusão da educação, da qualificação profissional. Vão ser desenvolvidas parcerias com o IFET, que está sendo instalado em São João do Piauí, e com as universidades da região, para preparar o povo piauiense para essa arrancada, naquela região, para o desenvolvimento.

Quero registrar também um encontro da juventude do PTB que se realizou no sábado passado, em que se filiaram 514 jovens ao Partido. Quero parabenizar o Presidente do PTB Jovem, Joaquim Bezerra Filho; o Nairo; o B2 e o Jamilson, que coordenam toda a juventude do PTB. Foi um grande evento, com a presença do Presidente Roberto Jefferson e do Presidente da Juventude Nacional do PTB, Anderson. Portanto, foi uma grande mobilização da juventude do PTB.

Registro também um evento que é característica nossa, do nordestino, que vem da lida do vaqueiro do dia a dia da Região Nordeste – repito: é uma característica nossa. Hoje, os vaqueiros têm trocado muito o cavalo, com o advento da motocicleta, mas ainda há aqueles que resistem culturalmente a essa lida diária, que permanecem fortes na sua raiz cultural. Refiro-me ao grande evento da Vaquejada, realizado no Parque Arrocha o Nó, em Teresina, que mobiliza não só a economia daquela região de Teresina, que nosso amigo Ronaldo Bucar chama de região da Babilônia, mas também o turismo. Havia participantes de todo Nordeste do Brasil. Então, quero parabenizar o Ronaldo Bucar e o Antônio Filho por aquele grande evento.

Sr. Presidente, quero também solicitar a V. Ex^a que fosse dado como lido um discurso de minha autoria, pronunciamento que eu deveria ter feito na semana passada a respeito da comemoração dos 40 anos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que tem desenvolvido um grande trabalho no Brasil. A classe dos geólogos tem contribuído com o desenvolvimento deste País e tem feito um grande trabalho, com levantamentos técnicos. Portanto, é uma presença marcante em cada canto do Estado do Piauí.

Era o que eu tinha a registrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.

DO SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Foi muito feliz o Senador João Pedro ao requerer a realização desta Sessão Especial, comemorativa dos 40 anos do Serviço Geológico do Brasil, a nossa CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

A homenagem, Senhor Presidente, é extremamente oportuna, na medida em que nos permite fazer algumas reflexões sobre um conjunto de fatos da maior relevância.

Em primeiro lugar, evidentemente, há que se louvar a brilhante trajetória cumprida pela empresa ao longo dessas quatro décadas.

Durante todo esse tempo, Senhoras e Senhores Senadores, a CPRM tem feito levantamentos geológicos importantíssimos para o Brasil. As atividades incluem mapeamentos geológicos e geoquímicos, desde as escalas de integração territorial até os levantamentos sistemáticos nas escalas 1:250.000 (um por duzentos e cinquenta mil) e 1:100.000 (um por cem mil). Incluem, também, a aplicação do conhecimento técnico-científico na preservação do meio ambiente e na prevenção de riscos geológicos.

A CPRM também é responsável por levantamentos aerogeofísicos do território, que funcionam como ferramenta auxiliar na pesquisa mineral e que têm sido extremamente úteis, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outra atribuição da empresa é a avaliação permanente dos recursos minerais do Brasil, que lhe permite disponibilizar um banco de dados sobre tais recursos e desenvolver pesquisa geológico-metalogenética em ambientes de reconhecida vocação mineral.

Levantamentos hidrogeológicos também são realizados, com foco nas águas subterrâneas, de um lado, e nas águas superficiais, de outro.

Essas, Senhor Presidente, e muitas outras atividades – como a gestão da informação geológica e as análises químicas e minerais executadas no Laboratório de Análises Minerais –, têm sido desenvolvidas pela CPRM com muita competência e com raro brilhantismo.

Natural, assim, que seja vista como uma empresa exemplar, respeitadíssima no Brasil e no exterior. Digna, portanto, das homenagens que prestamos hoje não somente a ela, como entidade, mas principalmente a seus mais de mil funcionários.

É exatamente ao contemplar o quadro de funcionários da empresa que nos damos conta de outra reflexão que podemos fazer nesta Sessão Especial.

Agora, sobre a importância cada vez maior dos geólogos no desenvolvimento de nosso País.

A CPRM, veja só, é a empresa brasileira com maior número de geólogos. Praticamente um em cada três de seus funcionários abraçou essa carreira que é relativamente nova no Brasil, já que as primeiras turmas e formaram há menos de cinquenta anos.

Não obstante, Senhoras e Senhores Senadores, que soberba contribuição eles têm prestado! Nos mais diversos campos, nas mais diversas áreas.

Eles têm atuado com muita competência, por exemplo, na Geotécnica, ou Geologia de Engenharia, ajudando a construir hidrelétricas, prédios, estradas, pontes, túneis e viadutos. Têm dado uma contribuição enorme à pesquisa mineral, e nessa área bastaria citar o altíssimo nível tecnológico alcançado pela nossa Petrobras, uma empresa também modelo sob todos os aspectos.

Isso sem contar, Senhoras e Senhores Senadores, com uma série de outras áreas em que o trabalho dos geólogos se tem mostrado imprescindível, inclusive algumas relativamente recentes. É o caso, por exemplo, da Geologia Médica, que investiga as consequências para a saúde humana da falta ou presença de certos elementos químicos em determinado ambiente. Ou, por falar em ambiente, da Geologia Ambiental, que coleta e analisa informações geológicas com a finalidade de evitar ou resolver problemas provocados pela ação do homem.

De modo, Senhor Presidente, que não há como exaltar a CPRM sem exaltar também, a figura dos profissionais da Geologia e o belíssimo trabalho que eles desenvolvem em prol do nosso País.

Mas eu sou do Piauí, e não seria justo se falasse da importância da CPRM e da classe dos geólogos sem citar o fato de que meu Estado tem se destacado como a nova fronteira mineral do Brasil.

O Piauí, hoje, ocupa o quarto lugar entre todas as Unidades da Federação, no que diz respeito ao potencial de mineração. É superado apenas por Bahia, Minas Gerais e Goiás.

A todo momento, o Escritório de Teresina do Departamento Nacional de Produção Mineral recebe requerimentos de autorização para pesquisa mineral no território piauiense. Requerimentos que são feitos diga-se de passagem, para a pesquisa dos mais diversos tipos de minérios: do diamante à brita, do níquel ao ferro, da opala à vermiculita, do granito ao cimento, dos fertilizantes ao manganês.

Até 2004, Senhoras e Senhores Senadores, chegavam ao DNPM do Piauí cerca de 100 desses requerimentos por ano. Atualmente, chegam mil, dois mil, e o ritmo só faz aumentar.

Faço o registro, Senhor Presidente, com muito orgulho, com muita satisfação, porque essa, com certeza, é mais uma oportunidade que se abre para o desenvolvimento social e econômico do Piauí.

Por fim, gostaria de aproveitar esta Sessão Especial para agradecer a decisiva contribuição que a CPRM tem prestado ao Piauí, na pessoa do Sr. Antônio Reinaldo Soares Filho, Diretor-Presidente do CPRM/PI. Uma contribuição que se concretiza, por exemplo, no PAC da CPRM, com os levantamentos geológicos de Avelino Lopes, Barragem, Fronteiras, Peixe, Riacho das Queimadas e São Raimundo Nonato. São projetos, sem dúvida alguma, importantíssimos para o Estado, e só confirmam o papel significativo que a empresa tem desempenhado em nossa Região.

Concluo, portanto, Senhor Presidente, renovando meus cumprimentos ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM –, a seus dirigentes e funcionários, pelos quarenta anos de profícua atuação, por tudo que têm feito em benefício do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Gostaria de tecer algumas considerações sobre um assunto que julgo ser da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do País: as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.

Estas áreas são, por definição, áreas delimitadas, nas quais empresas voltadas, prioritariamente, às exportações gozam de incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados. Ou seja, são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a ser comercializados na seguinte proporção: 80% voltados ao comércio exterior e 20% que podem ser comercializados no Brasil.

Dentre os principais objetivos das Zonas de Processamento de Exportação estão a atração de novos investimentos, o aumento nas exportações do País, a redução dos desequilíbrios regionais, a geração de emprego e renda, a promoção de novas tecnologias e a capacitação da mão de obra.

Agregado a tudo isso, a criação de uma ZPE também gera como efeito secundário, a agregação de valor à produção regional, a aquisição e desenvolvimento de tecnologias, o estímulo a setores considerados prioritários para a economia e a avaliação de novas políticas para a região, principalmente em regiões que carecem de investimentos públicos federais, de há muito.

Essa experiência já se revelou bastante exitosa em outros países, especialmente a China, Estados Unidos e México. Segundo estudo de da Internacio-

nal Labour Organization (ILO) existem 5 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de 40 milhões de pessoas em 116 países. Só na China, trabalham nas “zonas econômicas especiais” mais de 30 milhões de pessoas.

As ZPE são um sucesso na China, com cerca de 230 já instaladas, com crescimento mensal variando entre 14% e 15%. Essas bem sucedidas experiências gozam de benefícios fiscais, tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados. Fatos estes que têm comprovadamente propiciado o desenvolvimento econômico deste País em níveis acima de 10%, nos últimos 15 anos.

A ausência de mecanismos burocratizados tem facultado inúmeras vantagens econômicas a este empreendimento comercial. A liberdade cambial, por exemplo, tem expandido os comércios nestas zonas específicas. Funcionando de forma simplificada, gera divisas e tem aumentado a competitividade de países em suas atuações no mercado mundial.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente,

Onde as ZPEs foram instaladas, a economia tem sido fortalecida sobremaneira, agregando novas atividades rentáveis, circunvizinhas às áreas em que já se instalaram.

Cabe aqui, um voto de aplauso ao Presidente José Sarney, que se portou como um homem à frente do seu tempo. O Presidente Sarney foi um visionário, em um momento crucial para a nação. Percebendo os benefícios que as ZPEs poderiam trazer ao País, editou decreto lei que criou 17 no Brasil. O Piauí foi contemplado com uma ZPE em Parnaíba, que está em pleno processo de implementação. O Prefeito José Hamilton, de Parnaíba, tem tomado as decisões políticas aptas a solucionar o problemas e implementar efetivamente a ZPE de Parnaíba. Sua ousadia, determinação e coragem de arcar com o custo político para promover as mudanças tão necessárias ao efetivo funcionamento da Zona de Processamento e Exportação de Parnaíba, marcam sua gestão à frente desse município.

De minha parte, apresentei outros projetos visando a instalação de outras 3 ZPEs no meu Estado: uma em Picos, uma em Floriano e outra em Bom Jesus.

Picos está localizada na região centro-sul do Piauí, em um ponto estratégico situado entre picos montanhosos e no cruzamento de várias rodovias. Próxima a transnordestina, possui uma posição logística favorável em relação as outras capitais do Nordeste.

É o principal produtor de castanha de caju do País. É o maior produtor nacional de mel, além de possuir um avançado Centro Tecnológico para a padronização de todo o mel fabricado na região.

É a 2ª região fiscal do Piauí que mais arrecada tributos, perdendo apenas para a grande Teresina.

Picos está situada em uma região rica em riquezas minerais, tais como calcário, mármore, caulim, argila refratária, tabatinga, granito e outros minerais, além de uma imponente capacidade empreendedora para captar recursos privados.

O Município de Bom Jesus está localizado na chapada do extremo sul piauiense, distante 635km de Teresina, compreendendo uma área de 5.469. É a região que mais cresce no Piauí.

Localizada na região do Vale do Rio Gurguéia, a cidade é muito rica em água subterrânea. Os poços jorrantes, onde a água sai sem precisar de bombeamento, são abundantes. A precipitação pluviométrica média é de 900 a 1.200 milímetros por ano.

Além disso, possui mais de 220 mil hectares cultivados com soja, arroz e algodão na região. Em junho foi realizada em Bom Jesus a feira Piauí Agroshow – uma feira que saudou o empreendedorismo dos produtores locais. 64 empresas participaram do evento e movimentaram R\$142 milhões em máquinas e produtos, o que prova a capacidade de Bom Jesus.

O Município de Floriano está localizado na micro-região de Floriano, distante 244km da capital, Teresina, compreendendo uma área de 3.389,22km.

Principal centro educacional do sul dos estados do Piauí e do Maranhão, Floriano exerce influência sobre quase trinta Municípios maranhenses e piauienses. É a 3ª região fiscal do Piauí que mais arrecada tributos, perdendo apenas para a Grande Teresina e a Grande Picos.

Floriano já se apresenta como Pólo da Indústria Farmacêutica, Pólo da Indústria de Confecções e, foi pioneira na implantação de um Pólo da Indústria de Bioenergia, tendo o próprio Presidente Lula ido inaugurar em 2005 a primeira usina de Ecodiesel do Brasil e um Pólo Industrial Farmacêutico. *Além disso, possui grande potencial para implantação de um Pólo de Indústrias de Alimentos, pela proximidade da Região produtora do cerrado piauiense.

Ou seja, Sr. Presidente, são 3 áreas aptas a receber uma ZPE. O Senado já deu sua contribuição aprovando estes projetos na Casa. Os referidos projetos estão atualmente tramitando na Câmara dos Deputados.

Já receberam parecer favorável do nobre Deputado Elizeu Aguiar, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, faltando tão somente, a análise na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em decisão terminativa.

Os empreendedores brasileiros, que não ficaram apáticos ou inertes frente à crise financeira que ultrapassamos Sr^{as} e Srs. Senadores, têm buscado alternativas para garantir a continuidade de seus negócios, a sobrevivência de suas empresas. Assim sendo, só há uma política inteligente para enfrentar com êxito a cada vez mais agressiva concorrência que ocorre no mercado interno e no externo. E os industriais brasileiros parecem já estar convencidos disso. Nossos empreendedores já perceberam que o único caminho eficaz para fazer frente a essa concorrência é preparar-se adequadamente para enfrentá-la, por meio da

melhora da competitividade, e a ZPE e a ferramenta para isso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “O Brasil dos meus sonhos” – II Concurso de Redação do Senado Federal.

Tema: “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil.”

Modalidade: Dissertação

O Brasil dos Meus Sonhos

O Brasil é uma República Federativa formada pela união dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. No entanto, o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos de acordo com os termos da Constituição Federal.

A República Federativa é constituída de objetivos fundamentais, como a construção de uma sociedade justa e fraternal, que tem como prioridades o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, uma educação de qualidade para todos e um sistema de saúde que atenda às necessidades dos brasileiros.

É objetivo também da República promover o bem estar de todos os cidadãos brasileiros sem preconceitos de origem, raça, cor ou sexo, por que perante a lei somos todos iguais, possuímos os mesmos direitos e deveres e, principalmente, somos beneficiários de uma mesma República.

O Brasil está celebrando cento e vinte anos de República. Durante esses anos, passou por várias dificuldades, dificuldades, crises econômicas, mas também alcançou vários sucessos positivos como melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, maior desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros.

Mesmo o nosso país tendo melhorado tanto nestes cento e vinte anos, isso não significa dizer que devemos deixar de lutar. Pelo contrário! Temos que contribuir cada dia mais para um Brasil melhor, eleger representantes honestos e que cuidem da população. Queremos lutar por um país mais digno, prático, sem corrupção, desigualdade social ou marginalidade. Enfim, cuidarmos desse país, onde todos têm prazer de dizer: Orgulho-me de ser um cidadão brasileiro!

Título da Redação: “O Brasil dos meus sonhos”

Aluna: Marinéz Maria de Oliveira

Escola: Unidade Escolar José Alves Bezerra

Local: Monsenhor Hipólito / Piauí

II CONCURSO DE
REDACÇÃO DO SENADO
FEDERAL
Entre as 27 Finales.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido.

Nossos cumprimentos, Senador João Vicente.

Senador Wellington Salgado, por falar no Piauí, recebi do nosso Eduardo Suplicy esta revista intitulada *Caros Amigos*, de novembro, em que há um artigo muito interessante de Ana Miranda sobre o Delta do Parnaíba. V. Ex^a tem de conhecer o Delta. O rio Parnaíba se lança no mar, não burramente, diretamente, mas ele se abre, lembrando a letra grega Delta. Como nós não somos gregos, para que todos possam entender, ele se abre em cinco rios – atentai bem, José Nery –, ele se abre em cinco rios, lembrando uma mão – com certeza, santa –, que formam 78 ilhas: dois terços delas são do Maranhão, e um terço do Piauí. Então, Ana Miranda, uma intelectual, é escritora e autora de *Boca do Inferno*, *Desmundo*, *Dias e Dias* e outros romances editados pela Companhia das Letras. Suas crônicas estão reunidas no volume *Deus-Dará*, da Editora Casa Amarela. Ela diz o seguinte: “Lugar impressionante, inesquecível. Delta dos maiores e mais belos do mundo assim só o do rio Nilo e o do Mekong”.

Então, além daquilo que tão bem expressou o nosso Senador João Vicente Claudino, existe a natureza criada por Deus.

V. Ex^a pede pela ordem, Senador José Nery?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Paulo Paim ficou aqui porque a Mesa Diretora tem Secretário Executivo. Aí vieram apontar que S. Ex^a estava no art. 17, que é uma medalha, uma condecoração. Isso quer dizer que S. Ex^a já falou algumas vezes, mas em defesa do povo, principalmente dos aposentados. Então, eu o convido desde já, enquanto o nosso José Nery falará pela ordem. O Senador Paulo Paim será, então, o último orador, porque estava no art. 17.

Pela ordem, tem a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero compartilhar com as Sr^{as} e os Srs. Senadores e com o País a recente decisão tomada poucos minutos atrás pelo Supremo Tribunal Federal, depois de analisar o pedido de extradição do Governo italiano para Cesare Battisti, que está preso no Complexo Penitenciário da Papuda n – e encontra-se em greve de fome desde quinta-feira para solicitar que seu direito de refugiado político, concedido pelo Governo brasileiro em ato do Ministro da Justiça em 14 de janeiro de 2009, seja finalmente garantido.

O Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, decidiu, por cinco votos a quatro, autorizar a extradição de Cesare Battisti. E veio a polêmica: se essa autorização

era, na verdade, uma decisão coercitiva, impositiva, para que o Presidente Lula fosse obrigado a executar. Inversamente, por cinco votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal decidiu há pouco que a decisão final, como é da lei, como é do tratado bilateral entre Brasil e Itália, pertence ao Presidente da República. O Tribunal apenas autorizou, mas a decisão cabe ao Presidente da República.

Essa decisão, na verdade, nos concede um pouco de alento, porque o pior dos mundos, nessa questão, seria se o Supremo Tribunal Federal se arvorasse e invadissem a competência do Poder Executivo, que é aquele que tem, pela nossa Constituição, a obrigatoriedade de tratar das relações internacionais do País. E, nesse caso, seria muito grave – cheguei a dizer isto hoje à tarde –, porque se, eventualmente, o Supremo Tribunal Federal viesse a tomar uma decisão impositiva, contrariando a lei e os acordos internacionais, eu iria instar o Presidente da República, o Presidente Lula, para que não se submetesse a uma decisão ilegítima, porque contrária à Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado, Senador Paulo Paim, é com alívio que recebemos essa notícia – nós que estamos há dois anos lutando pela garantia do refúgio político a Cesare Battisti –, pois essa decisão nos dá uma possibilidade concreta de que essa questão seja resolvida como já definiu o Governo brasileiro ao conceder asilo político ao perseguido, ao ex-militante,ativista italiano Cesare Battisti.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB-MG) – Senador Nery....

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Essa é decisão do Supremo que eu queria comunicar a V. Ex^a, como Presidente do Senado nesse momento, e igualmente a S. Ex^{as}. E, sem dúvida, dizer que agora a tarefa é nossa, é de todos, pela legalidade, pela constitucionalidade, pelo respeito à nossa tradição democrática e das relações internacionais, Senador Wellington Salgado, de apoiarmos a decisão soberana do Presidente Lula, que deve ser no sentido de manter Cesare Battisti no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Mas ele falou que ia acompanhar o Supremo. Ele falou que o que o Supremo decidisse, ele decidiria. O supremo decidiu... Isso é o que eu não entendi.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Não. O Supremo decidiu autorizar...

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Isso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...que ele, como Chefe de Estado...

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – A palavra final é dele.

O SR. JOSÉ NÉRY (PSOL – PA) – A decisão é do Presidente da República.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas então ele não vai acompanhar que pode extrair, como foi anteriormente a primeira decisão?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Na decisão inicial – esclarecendo – de cinco votos a 4, os Ministros entenderam que havia elementos para autorizar a extradição, e autorizaram a extradição. Mas, quanto ao cumprimento dessa decisão, ficou decidido o seguinte:..

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O Presidente Lula é quem decide.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Ao Presidente Lula, ao Poder Executivo é que cabe, segundo a Constituição, a decisão final sobre essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Enfim, o bom senso e a nossa luz e a de Rui Barbosa, luz que representamos nesse instante como Presidente do Senado, Rui Barbosa disse: “Só tem um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça”. V. Ex^a disse que foram obedecidas. Então, o que salvaguardamos é que os Poderes são eqüipotentes; ou seja, um controlando o outro, ou freando.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que, pacientemente, a aguarda.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Brilhantemente, pela paciência do Senador Paulo Paim, ontem, Senador Mão Santa, digo, hoje, ficamos aqui até zero hora. Então, um minuto a mais, um minuto a menos, tenho certeza de que tenho a condescendência do Senador Paim, para dizer que, também acompanhando aquela decisão do Supremo Tribunal Federal está o Senador Eduardo Suplicy, que durante esses dois anos também tem se dedicado à causa da luta pelos direitos políticos de Cesare Battisti. Acho importante, Senador Paim, registrar a atuação brilhante e corajosa do Senador Suplicy nessa importante questão.

Muito obrigado, e desculpe-me, Senador Paulo Paim, por ter ficado esperando na tribuna para iniciar o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Nery, quero também deixar registrada a minha solidariedade ao movimento feito por esta Casa. Acho que a decisão do Supremo foi correta. O Presidente Lula é que vai tomar a decisão final. Sei que a decisão dele, pelo que eu o conheço, será a favor de Cesare Battisti.

Sr. Presidente, eu estava aqui um pouco ansioso para falar, para não dizer um pouco cansado, e a minha voz mostra isso. Na verdade, cheguei a esta Casa ontem, às 8 horas, e não dormi, Sr. Presidente, passei esta noite inteira acompanhando aqui a vigília dos aposentados e pensionistas. Até meia-noite, eu presidi aqui a sessão do Senado. Fui para Câmara dos Deputados, estavam lá duzentos idosos, isolados num corredor gelado, e senti-me mal em ir para casa. Senti-me mal. Se fosse qualquer outra atividade fora do Congresso Nacional... Pelo meu senso de responsabilidade, por ser autor dos projetos dos aposentados – e V. Ex^a foi relator, inclusive, do fator previdenciário –, fiquei com eles. Às 4 horas, saí, tomei um banho e voltei às 4h30min. Não me retirei aqui do Congresso até esta hora da noite, praticamente 21 horas. Por isso estou um pouco cansado. Cansado, Sr. Presidente, mas eu diria, no fundo, satisfeito, ciente do dever cumprido.

A Câmara aprovou – e a CCJ era a última comissão – o fim do fator previdenciário. O PL nº 1, que vai garantir aos aposentados o mesmo reajuste concedido ao mínimo, está também no plenário para ser votado.

Recebi hoje uma carta do nobre Deputado Júlio Delgado, que diz o seguinte – e ele a assina e juntamente como mais 79 parlamentares da base que eu faço parte:

Como representante do povo brasileiro, não podemos ignorar as diversas caravanas [de todas elas eu participei] que estiveram em Brasília para acompanhar a votação de tão importante matéria e que terminaram frustradas por falta de um acordo político.

Não podemos muito menos ignorar o pedido de milhares de aposentados [eu diria milhões] que, diariamente, nos enviam e-mails solicitando a votação do projeto.

Afirma o Deputado Júlio Delgado, do PSB, em carta endereçada ao Presidente Michel Temer. O parlamentar subscreve o requerimento e a carta a Temer.

Diz ele ainda:

Nosso trabalho e compromisso são para que o PL nº 1, de 2007, seja votado ainda este ano de 2009, tendo em vista que o consideramos tão relevante para o nosso País como os projetos do pré-sal.

Sr. Presidente, permita-me ainda, antes de passar para o Senador Salgado, dizer que ontem eu fui convidado, Senador Salgado, ainda no de ontem, pela manhã, para que eu fosse até à CNBB.

Recebeu-me lá Dom Dimas Lara Barbosa. Dom Dimas, autoridade máxima da CNBB em Brasília, disse

que a CNBB vai entrar nesse debate dos aposentados e pensionistas, não vai ficar olhando. A CNBB vai, ainda este ano, fazer um debate sobre o tema. Convidou-me para ser um dos debatedores e vai convidar alguns economistas. Fiz lá uma exposição, e a intenção da CNBB é rapidamente divulgar uma carta à Nação sobre a importância da valorização dos aposentados e dos pensionistas.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que hoje ainda falei com as centrais sindicais, falei com confederações, falei com a Cobap e percebo que esta longa caminhada a favor de mudança no fator previdenciário, a favor de reajustes reais para aposentados, terá que ter decisão ainda este ano. Milhões de pessoas não podem ficar na expectativa daquilo que vai acontecer no ano que vem, que é um ano eleitoral.

Senador Salgado, foi emocionante, ontem, lá na Câmara dos Deputados, ver aqueles homens e mulheres. Num primeiro momento, confesso, em que se votou o fator – e a CCJ da Câmara aprovou por unanimidade a redação que saiu daqui, do projeto que V. Ex^{as} aprovaram, do qual o Senador Mão Santa foi Relator... Eles eram em torno de quatrocentos. Cerca de duzentos foram para suas casas, viajaram, mas aproximadamente duzentos passaram a noite no corredor principal, que vai para o Plenário da Câmara. Com alegria, estive lá com eles, em uma manifestação de resistência, de força, com raça, com energia. Passaram a noite dialogando, conversando e cantando músicas históricas que tratam das suas vidas, como esta, me lembro:

Velho, meu querido velho

Agora caminha lento

Como perdoando o vento

Eu sou teu sangue meu velho

Essa é uma das que eles cantaram. Outra foi aquela que também marca pelo apelo emocional do momento – Bandeira Branca: “Bandeira branca, amor...”. Enfim, vocês sabem que Bandeira Branca fala da paz, mas também do grande amor de um pelo outro. Ali eles queriam mostrar o carinho e o amor que eles têm por esta Casa. Por isso, acenavam com uma bandeira branca, sinalizando, Senador Salgado, que está de branco, para os Deputados que eles queriam paz. “Bandeira branca, amor. Eu quero paz”. Só queriam que votassem os projetos com acordo ou sem acordo. Eles diziam: “Vamos nos submeter de forma ordeira, pacífica e tranquila. Só queremos que a Câmara vote, a favor ou contra, o fator e o PL nº 1”, o que lhes garantiria para eles o mesmo percentual do reajuste concedido.

Por isso, Sr. Presidente, eu tinha que fazer esse comentário. Nunca, com 24 anos de Congresso, vi na Câmara um vigília como aquela. Nunca vi! Nunca vi!

E percebi que os seguranças da Câmara agiram corretamente, deram assistência, em nenhum momento forçaram a saída deles.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Olha, eu quero interrompê-lo para dizer que fiz contato com Michel Temer, e ele se prontificou a tratá-los bem. Até lanche ele me garantiu que seria dado a eles, bem como sanitários. Até lanche! O Michel Temer teve essa decência. Eu telefonei cumprimentando S. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O lanche chegou. Outra questão foi o corpo médico da Câmara, que ficou inteiramente à disposição.

Estou torcendo muito, Senador Salgado, e V. Ex^a sabe da minha posição, para que a gente construa um grande acordo, com mudanças profundas nesse famigerado fator, porque ele confisca 40% do salário do trabalhador, para que não confisque mais, e que a gente garanta reajustes reais.

Tenho sinalizações – e não é um sinalzinho – positivas de que os aposentados brasileiros terão aumento real, sim, aproximando-se muito daquilo que estamos propondo, que é a inflação mais o PIB, a partir de 1º de janeiro, e que também, a partir de janeiro, o cálculo para o benefício do trabalhador não terá mais o confisco de 40% do famigerado fator previdenciário.

Será uma conquista de todos nós, da situação, da oposição e também do Governo Lula, porque o Governo Lula, para mim, há de sancionar.

Vou já passar a palavra para V. Ex^a, faço questão do seu aparte.

As últimas palavras do Presidente Lula numa reunião com as centrais e com as confederações foram as seguintes: “Entendam-se, construam um grande acordo, conversem também com o Senador Paim e me tragam uma proposta concreta, não proposta dividida”. Porque, até o momento, estava dividido, algumas centrais a favor, outras contra as mudanças, as alterações, enfim. Com relação ao percentual também não havia entendimento.

Eu percebo que está havendo agora uma certa harmonia, a partir desse movimento dos idosos, que fizeram um verdadeiro apelo para que a Câmara vote em uma linha de entendimento e possamos apontar para um outro cenário, a partir do ano que vem, em matéria de cálculo de benefício dos trabalhadores, bem como do reajuste dos aposentados.

Senador Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu só queria fazer um comentário, Senador Paim, para que fique registrado. Aqui no Senado, quando você toma posições firmes, muitas vezes é chamado de “tropa de choque” e de tudo o mais. V. Ex^a, desde o primeiro momento, foi a “tropa de choque” dos apo-

sentados. Aqui, tem que ficar bem claro isso. Eu não estou falando isso porque a TV Senado está nos vendo, porque V. Ex^a está na tribuna. De jeito nenhum! Aqui fiz uma vigília, conduzida por V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a esteve em duas vigílias.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Conduzido por V. Ex^a. V. Ex^a ligou, viemos para cá, ficamos a noite inteira discursando, falando, mil *e-mails* de aposentados chegando... V. Ex^a sofreu pressão do seu partido, V. Ex^a sofreu pressão do Governo, alguns disseram que V. Ex^a estava quebrando o Governo. E V. Ex^a firme, firme na condução da nau, para resolver o problema dos aposentados. Agarrado no leme, não abria mão de jeito nenhum. Nós presenciávamos isso. Muitas vezes, nem sabíamos... “Onde está o Paim?” Quando víamos, estava o Paim no jornal tomando pau porque estava defendendo os aposentados, porque ia quebrar o País, porque ia acabar com a Previdência, porque não há como o dinheiro aparecer. E V. Ex^a firme no rumo. Isso tem que ficar registrado. É um momento... Ao final, com certeza, desse acordo que V. Ex^a colocou, o Presidente Lula irá sancionar. E V. Ex^a fez o que o País tem que fazer por aqueles que um dia trabalharam pelo País. Senador Paim, eu já não sou jovem nem sou idoso, mas já sinto o peso da idade chegando. Outro dia passou-me pela cabeça, por inspiração de um discurso de V. Ex^a sobre os idosos: vou pegar quanto minha mãe, que é professora, recolheu, quanto ela deveria receber hoje e quanto ela recebe e começar a fazer conta diminuindo quanto é o remédio para pressão, quanto é o remédio para quem tem problema no coração...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Plano de saúde.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Plano de saúde. E tenho certeza de que chegaria em um valor negativo, em função da aposentadoria dela. Ou seja, lembro-me muito bem, quando era novo, Senador Paim, que todo mundo falava: “Este é um País de jovens”, não é isso? Então, eles eram jovens quando eu tinha na faixa de doze anos. Esse País de jovens, hoje, é este País que está caminhando para a aposentadoria; é o País que precisa dos remédios; é o País que precisa que alguém cuide dos que deram uma parte de suas vidas a esta Nação. E V. Ex^a defendeu até agora, não teve preocupação nenhuma. V. Ex^a não estava nem aí de onde vinha a pancada, de que tamanho era, se era por baixo, se era por cima, pelo lado, pescoção, tapa, nada. V. Ex^a ia firme. Corredor polonês e V. Ex^a ia passando, e tapa e tudo. Então, tem que ficar registrado na história que esse grande condutor foi o Senador Paulo Paim. Senador que trouxe multidões a

este Senado, não só de aposentados. Costumo vê-lo como aquele que conduz sempre os menos favorecidos. E muitas vezes não consegui entender – já falei a V. Ex^a – como consegue mexer com tantas pessoas assim. Isso é alguma coisa como uma estrela que tem dentro, um brilho que Deus deu a V. Ex^a. Então, está de parabéns. Espero que os aposentados saibam recompensar V. Ex^a, que não fez por recompensa, mas saibam colocar V. Ex^a como o grande líder dos aposentados deste País. V. Ex^a está de parabéns. Talvez essa seja a grande história de V. Ex^a no Congresso Nacional, essa luta, porque está escrito. Tomou pancada de tudo quanto foi lado, inclusive de amigos. Quando V. Ex^a deu as costas, pensando que estava protegido, “nego” vinha e dava tapa no pescoço. Eu presenciei. Então, parabéns, Senador Paim, por essa vitória que está ainda acontecendo. Parabéns pela coragem, parabéns pela determinação e por saber o que vale para um homem nesta vida: se é a questão da conta errada, o financeiro, ou se é cuidar da vida. Eu acho que a vida é mais importante que qualquer coisa para um país. A vida; ainda mais a vida daqueles que construíram uma nação. Está de parabéns V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, que faz um depoimento que mexe conosco. Eu não sei o porquê, mas, quando ficamos sem dormir uma noite toda, ficamos mais sensíveis. Pode saber que o seu pronunciamento, as suas palavras deram aquela coisinha aqui na garganta – falamos que arrepiou – porque senti que veio de dentro de V. Ex^a, veio do coração de V. Ex^a. Não foi um agrado a mim. V. Ex^a colocou exatamente o que está pensando dessa luta dos aposentados. E V. Ex^a tem razão. Quantas vezes eu ouvi as pessoas dizerem: “Olha, mais uma demagogia do Paim! Vai quebrar o País, vai quebrar a Previdência”. Agora, felizmente e graças aos aposentados... Porque, se eles não fossem para a frente e não fizessem a pressão, esse acordo não estaria brilhando não no fim do túnel, mas na porta do túnel. Por isso, falo com muita tranquilidade que, mesmo aqueles que, em certo momento, me fizeram críticas por essa luta, eu os entendo. Alguns, talvez acreditando que não ia dar certo mesmo; outros, numa rebeldia natural de achar que não deu certo. E, rebeldes, criticavam e atiravam em quem estava na frente. Então, a todos eu quero deixar aqui um forte abraço, muito carinhoso, respeitoso.

Quero deixar um abraço muito forte – eu não ia falar no tema –, mas quero dar um abraço muito forte e carinhoso no Ministro Mantega, que foi capa de jornal no meu Estado. Foi capa o Ministro Mantega. E eu, diversas vezes, Ministro Mantega, aqui neste plenário, talvez V. Ex^a tenha sido o Ministro que mais defendi, porque sei que V.

Ex^a é um Ministro sério, responsável e competente. Não tem problema não. Foi capa no meu Estado. Diz que “o projeto da Previdência do Paim vai quebrar o País. Se a crise econômica dos Estados Unidos não quebrou, o projetinho de 5% quebra. Eu respondi de uma forma muito elegante, Ministro, como respondo agora: sei que V. Ex^a fez uma brincadeira e algum jornalista resolveu publicar. É claro que não vou criticar o jornalista, mas eu entendo, entendo tudo isso.

Mas eu disse uma vez aqui, Senador Wellington Salgado e Senador Mão Santa, que essa luta dos aposentados, dos pensionistas e dos idosos... Por isso eu sou autor do Estatuto do Idoso, que o Presidente Lula sancionou, não queriam que ele sancionasse na época, mas ele me ligou e disse: “Paim, vou sancionar tal dia e tal hora” – e sancionou. Eu quero dizer que essa luta está, como já disse e repito, está no meu sangue, está na minha alma e está no meu coração. Aí não adianta. Se está no sangue, está na alma e está no coração, não tem como. Quem é que vai conseguir fazer com que você retire essa luta de dentro de você? Não tem como. Não tem como. É por isso que fazemos, como o companheiro Olívio Dutra diz sempre no Estado, o bom combate, a boa luta, respeitosa.

E quero deixar um abraço ao Ministro Mantega e àqueles que, talvez, num primeiro momento, não estavam entendendo como é que nós estávamos conduzindo esse debate.

O acordo ainda não está firmado, mas percebo que há um brilho muito forte. Quando eu recebo um documento da CNBB dizendo que essa luta é justa, quando recebo documento de dezenas e dezenas de Parlamentares da base do Governo dizendo “vá em frente, a luta é justa”, quando eu recebo documentos, Sr. Presidente, da Assembleia do Rio de Janeiro, da Assembleia de Minas Gerais, da Assembleia da Paraíba, da Assembleia do meu Rio Grande, da Assembleia do Espírito Santo, enfim, de tantos Estados, tantas Câmaras de Vereadores, tantas moções de apoio, que são milhares, e eu não tinha mais como lê-las aqui em plenário, isso mostra que estávamos no caminho certo. Eu diria mais, que estamos no caminho certo.

Por isso, eu quero só agradecer. E termino meu pronunciamento só dizendo, Senador Mão Santa, que considere também este pronunciamento como se na íntegra eu tivesse lido. Na verdade, eu termino aqui, Senador Mão Santa... Como eu recebo muita, muita correspondência, este ano eu resolvi.... Porque eu coloco sempre um cartão de Natal na minha página. E este ano eu deixo uma mensagem aos milhares, mais de dez mil por semana, que eles entrem na minha página e digam o que gostariam de dizer ao povo brasileiro no dia do Natal. É claro que eu não poderei colocar todas. Pegarei as frases que eu entender que mais passam

uma mensagem ampla de solidariedade, de amor e de carinho e eu vou deixar na minha página.

Então, envie uma frase dizendo o que você pensa sobre o Natal. Ela vai compor o cartão de Natal deste Senador. Já chegaram algumas centenas. É claro que nós vamos fazer uma seleção e a frase mais destacada, depois de autorizada, ela vai compor o meu cartão eletrônico e, também, aquele que mandarei para os gaúchos e gaúchas e todos os brasileiros que eu conseguir alcançar, via a minha mala de correspondência.

Era isto, Senador Mão Santa. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Pronunciamento sobre mensagem para cartão de Natal.)

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores.

Neste ano achei por bem fazer um cartão de Natal interativo. Explico: deixei uma mensagem em minha página que diz o seguinte “Envie uma frase dizendo o que você pensa sobre o Natal. Ela irá compor o cartão de Natal do Senador Paulo Paim”.

Resolvi vir a Tribuna para divulgar o cartão e esclarecer sobre como isso funcionará.

Eu gostaria que as pessoas enviassem uma mensagem dizendo aquilo que esperam do Natal, dizendo qual é o sentimento delas em relação a esta festa tão importante, em que homenageamos um Aniversariante que é muito amado por todos nós.

Nós recebemos algumas mensagens em que as pessoas acabavam mandando cumprimentos para mim pelo Natal e eu quero esclarecer que não é esse o objetivo do cartão interativo...

... As mensagens devem mostrar a opinião das pessoas sobre aquilo que o Natal significa para elas.

Entre as mensagens recebidas serão selecionadas cinco delas, uma de cada região do Brasil e elas irão compor o cartão de Natal que ficará na minha página.

Quero convidar a todos que me escutam nela TV ou pelo rádio, a participar desse cartão interativo, pois é mais uma forma de partilharmos um momento que retrata uma simbologia universal.

Vamos colocar nossa opinião, numa frase curta, sobre aquilo que o Natal fala ao nosso coração e vamos dividir isso com o Brasil inteiro.

Será uma alegria para eu contar com a sua participação. Desde já quero agradecer as mensagens já recebidas e o carinho demonstrado em muitas delas. Obrigado!

Era o que tinha a dizer,

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Prece Atendida – Jornal do comércio

Na sua luta pelo fim do fator previdenciário, que na prática reduz o valor da aposentadoria, o senador Paulo Paim (PT) foi além de queixar-se ao bispo: conseguiu o apoio do bispo. O secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, garantiu ao senador gaúcho o apoio da entidade à sua luta e vai divulgar carta aberta sobre o assunto. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto de Paim.

Congresso em Foco

Aposentados provocam rebelião na base governista

79 deputados aliados apresentam requerimento em favor da apreciação do projeto que vincula previdência ao salário mínimo.

Rodolfo Torres

Contrariando as orientações do governo, um grupo de 79 aposentados da base aliada apresentou nesta quarta-feira (18) requerimento para que o Projeto de Lei nº 1/2007, (que concede às aposentadorias o mesmo reajuste do salário mínimo) seja incluído na pauta da Câmara.

“Como representantes do povo brasileiro, não podemos ignorar as diversas caravanas que estiveram em Brasília para acompanhar a votação da matéria e que terminaram frustradas por falta de um acordo político. Não podemos muito menos ignorar o pedido de milhares de aposentados que diariamente nos enviam emails solicitando a votação do projeto”, afirma o Deputado Júlio Delgado (PSB – MG) em carta ao Presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB – SP). O parlamentar subscreve o requerimento e a carta a Temer.

“Nosso trabalho e compromisso são para que o PL nº 1/2007, seja votado ainda neste ano de 2009, tendo em vista o considerarmos tão relevante para nosso País quanto os projetos do pré-sal”, complementa.

A questão dos aposentados acabou se tornando um embate entre governistas e oposicionistas. Enquanto o governo sustenta que não é possível conceder o reajuste aos aposentados – segundo o Ministério da Previdência, a aprovação do reajuste causaria um impacto imediato de R\$6,8 bilhões nas contas da Previdência em 2009 –, a oposição continuará obstruindo as votações no plenário até que a projeto dos aposentados seja pautado.

Enquanto isso, aposentados foram impedidos de entrar nas galerias da Câmara e de ter acesso ao Salão Verde da Casa. “Ontem dormiram nos corredores centenas deles... Eles não vão arredar o pé”, destacou há pouco na tribuna o Deputado Cleber Verde (PRB – MA), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, apelando aos líderes do governo que pautem o PL nº 1/2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Paulo Paim, quis Deus eu estar presidindo esta sessão, e quero relembrar. Foi por isto que eu disse que este é um dos Senados mais importantes da história da nossa República.

Senador Paulo Paim, começamos juntos na luta pela valorização do trabalho. Rui Barbosa nos ensinou que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, ele fez a riqueza. Nós começamos juntos, Paulo Paim. O salário mínimo era de US\$70. O Governo e os Três Poderes; tínhamos muita gente São Tomé. Foi uma vitória.

V. Ex^a traz esta cor jambo, moreno. V. Ex^a é o nosso Barack Obama, cheio de esperança.

O Rio Grande do Sul, que encanta a todos nós, Wellington Salgado, como a história de Minas e a história do meu Piauí; mas a mais bela é a do Rio Grande do Sul, quando eles, em Bento Gonçalves, fizeram a Revolução Farroupilha, a Guerra dos Farrapos, dez anos. A Batalha do Paim é maior do que a de Bento Gonçalves; ela foi inspirada na coragem dos lanceiros negros. Foram os negros. Eles foram àquela batalha sonhando com a liberdade dos escravos e o nascer da República. A do Paim foi mais de dez anos, já é de vinte e quatro anos.

E aqui, agora, quis Deus que eu estivesse presidindo o Senado da República, a Casa dos pais da pátria – Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a é o Rui Barbosa moreno. Rui Barbosa passou trinta e dois anos aqui, ainda hoje é fonte de inspiração. V. Ex^a tem vinte e quatro anos. Não acredito! O Rio Grande do Sul não pode faltar ao País. O País, os nossos velhinhos, os nossos avós querem o Paulo Paim Senador da República. O Rio Grande do Sul não pode faltar ao Brasil, que quer a sua volta, para completar 32 anos, como Rui Barbosa. E foi justamente Rui Barbosa quem fez essas leis todas para libertar os escravos. A Princesa sancionou, como o nosso Presidente Luiz Inácio vai sancionar, e o povo jogou flores aqui. Então, Paulo Paim, o povo gaúcho não pode faltar ao povo do Brasil.

Nunca faltou, e o povo do Brasil quer V. Ex^a neste Senado, para então que se joguem flores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, são as nossas palavras, e eu agradeço a Deus ter-me inspirado a ser Cirineu de V. Ex^a nesta campanha. Fui o Relator desses projetos, dessa lei boa e justa, que engrandece o Congresso.

E, para terminar, ainda tem alguma coisa, Secretário Executivo João Pedro?

Então, eu estou em mãos aqui, Wellington Salgado, V. Ex^a que é mineiro. Aqui: “O ser humano em

primeiro lugar”. É o meu Partido, está ouvindo, Paim? Por isso, essa luta.

Wellington Salgado, e aqui o símbolo é o peixe. Além de lembrar Cristo o peixe com o peixe, Cristo alimentava seus companheiros famintos. É o símbolo, mas lembra também Juscelino Kubitschek: o peixe vivo. Este Partido nasceu em Minas, com Pedro Aleixo, um dos maiores brasileiros, que a sua dignidade foi tão grande que hoje, estão dizendo aí, descobriram que se esquartejava gente na ditadura. Pedro Aleixo, o fundador deste Partido, não assumiu a Presidência da República porque se recusou a assinar os atos institucionais.

Então, este Partido é de origem mineira, *libertas quae sera tamen*, e está aqui: “O ser humano em primeiro lugar”.

Eu acabo de receber informativo do Partido Social Cristão:

“Mão Santa assume a presidência do PSC no Piauí”;

“Marcondes Gadelha assume a presidência do PSC na Paraíba”;

“Regis de Oliveira diz que a “cadeia precisa regenerar o preso”;

“Incentivo salarial para manter policiais na Amazônia” – Deputado Silas Câmara;

“Caravana do PSC no DF eleva para mais de 5 mil novas filiações” [sob o comando de Joaquim Roriz];

“Hugo Leal [o nosso Líder] diz que ninguém está entendendo o regime de partilha do pré-sal”;

“Zequinha Marinho critica política ambiental que exclui homem do campo”;

“BR-235 terá aspecto moderno com terceira via” – é o Deputado Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe;

“Felipe Pereira convoca SuperVia para prestar esclarecimentos”.

Felipe Pereira é o Deputado Federal mais novo. Ele é do Rio de Janeiro e é filho do nosso vice-Presidente, o Pastor Everaldo.

E mais:

“Takayama é o relator de acordo entre Brasil e Vietnã na Comissão de Relações Exteriores”;

“Proteção legal à vegetação nas áreas mais sensíveis”. É o Deputado Carlos Alberto.

Então, esse é o Partido Social Cristão que eu represento no Senado, que colocou o ser humano em primeiro lugar. Este Partido é o que mais cresce no Brasil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe que sou peemedebista, pelo meu Partido já passei por algumas situações difíceis no Senado, acreditando, inclusive, nos membros do meu Partido. Agora, eu nunca vi duas burrices tão grandes do meu Partido quanto deixar V. Ex^a sair do meu Partido e deixar o ex-Senador, ex-Governador Roriz sair do meu Partido. É impressionante a grande burrice que o meu Partido conseguiu fazer. Não tem outra explicação, chama-se burrice e, se puder, escreve-se com todas as letras maiúsculas.

V. Ex^a é um símbolo do nosso Partido, história do PMDB. O PSC está de parabéns por ter recolhido dois grandes políticos nacionais: V. Ex^a e o ex-Governador e Senador Roriz.

Meu Partido não podia, nunca, ter deixado os senhores saírem do nosso Partido – nunca, nunca – porque sempre foram referência dentro dele. Agora, por questões, jogo político no Estado no Piauí, jogo político no Distrito Federal, acabam perdendo dois grandes peemedebistas para outro Partido, que é o PSC, que acabou acolhendo-os corretamente.

Parabéns ao PSC por ter dois grandes políticos de enorme respeito e que fizeram história neste País até hoje, e ainda vão fazer mais!

Mas, se eu pudesse, eu escreveria BURRICE, todas as letras maiúsculas, duas vezes: uma vez para a saída de V. Ex^a e BURRICE, de novo em letras maiúsculas, para a saída do Roriz. Esse é o tipo de coisa que não poderia acontecer jamais no meu Partido, pelo qual eu luto e no qual espero morrer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós agradecemos a história que tivemos no PMDB. E também a grandeza que vem de Minas. Ninguém maior, no PMDB, do que Juscelino Kubitschek, do que Tancredo Neves, que V. Ex^a representa com inteligência e grandeza.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

– Nº 240, de 2009 (nº 919/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 45, de 2009-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, crédito suplementar no valor global de novecentos e dezenove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze reais, para reforço

de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.088, de 11 de novembro de 2009;

– Nº 241, de 2009 (nº 920/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2009 (nº 6.630/2006, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rands), que proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior, sancionado e transformado na Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009;

– Nº 242, de 2009 (nº 921/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2009 (nº 2.592/2003, na Casa de origem, do Deputado Max Rosenmann), que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino superior e de pesquisa mantidas pelo Poder Público e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação técnica, sancionado e transformado na Lei nº 12.090, de 11 de novembro de 2009;

– Nº 243, de 2009 (nº 922/2009, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2009 (nº 821/2007, na Casa de origem, do Deputado Clodovil Hernandes), que acrescenta inciso

VII ao § 2º do art. 81 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais, sancionado e transformado na Lei nº 12.091, de 11 de novembro de 2009;

– Nº 245, de 2009 (nº 925/2009, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2008 (nº 2.981/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim), que institui o Dia Nacional do Cerimonialista, sancionado e transformado na Lei nº 12.092, de 16 de novembro de 2009; e

– Nº 246, de 2009 (nº 926/2009, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2009 (nº 3.954/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sancionado e transformado na Lei nº 12.093, de 16 de novembro de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa mensagem que passo a ler.

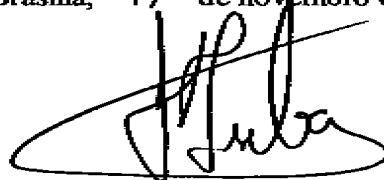
É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 247, DE 2009 (nº 928/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea “d”, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALDO LUIZ MENDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Mario Gomes Torós.

Brasília, 17 de novembro de 2009.



CURRICULUM VITAE

Nome: ALDO LUIZ MENDES

Endereço: SHIS QL 14, Conjunto 3, Casa 4 – Brasília DF

Telefone: 61 33662148

61 92729047

11 71577136

E-mail: almendes@bbseguros.com.br

Aldol Luiz.mendes@gmail.com

Data de Nascimento: 13/10/1958

Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ

Filiação: Aldo Mendes e Marília Pinto Mendes

Carteira de Identidade: 468756 SSP-DF

CPF: 210.530.301-34

Estado Civil: união estável com Maria Izabel Gribel de Castro

Formação Educacional:

Bacharel em economia pela Universidade de Brasília – UnB - 1982

Mestrado em economia pela Universidade de Brasília – UnB - 1988

Doutorado em economia pela Universidade de São Paulo – USP - 1996

Experiência Profissional no Banco do Brasil

Posse no Banco do Brasil em 22/02/1980 – agência Setor Comercial Sul DF

Assessor nos departamentos ligados à Diretoria de Finanças e à Presidência – 1988 a 1995

Gerente de Finanças Internacionais – 1995 a 2000

Superintendente de Riscos de Mercado – 2000 a 2001

Diretor de Finanças – 2001 a 2003

Diretor de Mercado de Capitais – 2003 a 2005

Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores – 2005 a maio de 2009

Presidente da Companhia de Seguros Aliança do Brasil – desde junho de 2009

Experiência Profissional - Demais

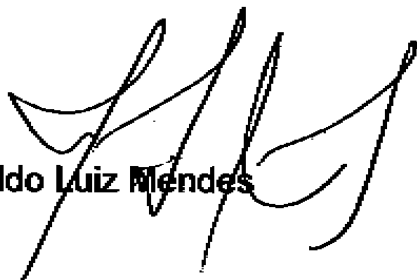
Presidente do Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – 2004 a 2008

Membro do Conselho de Administração da BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros – 2002 a 2006

Membro do Conselho da Central Interbancária de Pagamentos CIP – 2006 a 2008

Membro da Diretoria da ANDIMA (ocupando uma vice-presidência) 2006 a 2009

Aldo Luiz Mendes



Aviso nº 928 - C. Civil.

Brasília, 17 de novembro de 2009.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal**

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALDO LUIZ MENDES para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,



**ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina**

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 244, de 2009 (nº 918/2009, na origem), de 11 do corrente, pela qual o Presidente da República propõe a retificação da Resolução nº 26, de 2009, do Senado Federal, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –

BIRD, no valor de até duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinaram-se a financiar parcialmente o Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS (Fase I).

A matéria, apensada ao processado da Resolução nº 26, de 2009, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

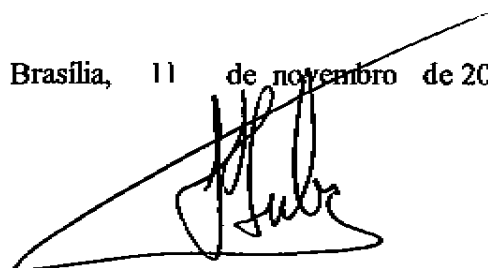
É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM
Nº 244, DE 2009
(nº 918/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII da Constituição, proponho a Vossas Excelências a retificação da Resolução nº 26, de 2009, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde - QualiSUS (Fase I)", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 11 de novembro de 2009.



EM 151/2009 - MF

Brasília, 22 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministro da Saúde solicitou ao Ministério da Fazenda autorização para celebração de contrato de empréstimo externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde - QualiSUS (Fase I).

2. O Senado Federal, por meio da Resolução nº 26, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2009.

3. A Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante aos termos financeiros constantes da citada Resolução nº 26, de 2009, do Senado Federal, emitiu a Nota nº 1433 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de 9 de outubro de 2009, onde entendeu que seria adequado solicitar àquela Casa Legislativa a retificação de alguns pontos, no intuito de ajustá-los à minuta de Contrato de Empréstimo negociada com o BIRD, conforme o Parecer nº 630 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de 27 de agosto de 2009, bem assim a Carta de Credenciamento do Banco Central do Brasil, Ofício nº 117/2009/Desig/Dicic-Surex, de 17 de junho de 2009 (todos os três documentos já submetidos ao Senado quando da aprovação do empréstimo).

4. A referida Nota elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, cuja cópia encontra-se em anexo, reflete detalhadamente todos os pontos identificados que requerem adequação, comenta as diferenças encontradas e oferece sugestão para sua retificação.

5. Anexa a esta Exposição de Motivos encontram-se cópias dos documentos citados no item 3 supra.

6. Em face das razões ora expostas, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o encaminhamento de Mensagem ao Senado Federal, a fim de obter a retificação da citada Resolução nº 26, de 24 de setembro de 2009, do Senado Federal, conforme os termos propostos na Nota nº 1433 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de 9 de outubro de 2009, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional deste Ministério da Fazenda.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega

P A R E C E R**PGFN/COF/Nº2.279/2009.**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS (Fase I)”. Solicitação de retificação da Resolução do Senado Federal nº 26, de 24.9.2009, publicada no Diário Oficial da União de 25.9.2009.

Trata-se de operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS”, cuja execução encontra-se a cargo do Ministério da Saúde.

2. O Senado Federal, mediante a Resolução nº 26, de 24 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2009 (fls. 1055 e 1061), autorizou a União a contratar a operação de crédito acima referida.

3. Consultada, a STN por meio da Nota nº 1433 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de 9 de outubro de 2009 (fls. 1058-1060), informou ter havido três discrepâncias entre a citada Resolução do Senado Federal nº 26, de 2009, e a minuta do Contrato de Empréstimo (fls. 1014 a 1034), o Registro BACEN – TA495002 (fls. 658/v), bem assim o Parecer nº 630 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de agosto de 2009 (fls. 696-702), na parte que descreve as condições financeiras da operação de crédito e manifesta-se favoravelmente à contratação.

4. O primeiro ponto diz respeito a previsão estipulada pelo Senado ao final do § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 26, de 2009, de limitar o valor da Comissão de Transação, podendo variar entre 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento sobre os valores afetados). Explicou a Secretaria do Tesouro Nacional que o valor relativo aos custos, bem assim da Comissão de Transação, só poderão ser informados pelo BIRD à União, previamente à realização das opções de conversão eventualmente solicitadas pelo Tesouro Nacional, isso porque dependem de valores praticados no mercado, financeiro e bancário, à época da efetiva utilização. Portanto, não é possível determiná-la com antecedência, mas tão somente no momento em que o Tesouro Nacional optar em efetuar qualquer uma das opções de gerenciamento de dívida oferecidas pelo Banco Mundial conforme dispostas no contrato de empréstimo.

5. O segundo ponto trata do estabelecimento de prazo de carência de cinco anos, conforme o disposto no inciso V, do art. 2º, da Resolução nº 26, de 2009. Explicou, a STN, na Nota anexa que, no caso do BIRD, é difícil precisar esse prazo, uma vez que o início da amortização está vinculada à data de aprovação do empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco. O contrato de empréstimo não contempla prazo de amortização, mas estabelece a primeira data da amortização do financiamento, assim é de se entender o prazo de amortização contido na carta de credenciamento do Banco Central do Brasil, apenas, estimativo.

6. O terceiro e último ponto refere-se a previsão da margem fixa a ser acrescida dos juros na forma disposta ao final do inciso VII, do art. 2º, da Resolução nº 26.

O presente contrato está sendo contratado na modalidade de Margem Variável, portanto será cobrada, segundo opção feita na negociação pela STN, e expressa na minuta de contrato de empréstimo, bem assim na carta de credenciamento do Bacen, uma taxa de juros baseada na Libor para dólar norte-americano, acrescida de uma margem variável a ser determinada pelo BIRD a cada período de pagamento de juros.

7. A fim de que se possa assinar o Contrato de Empréstimo, conforme negociado entre o BIRD e a Secretaria do Tesouro Nacional é que faz-se necessário ajustar os termos financeiros da Resolução do Senado Federal nº 26, de 2009. Entende, aquela Secretaria, ser adequado que o Ministro da Fazenda solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o envio de Mensagem àquela Casa Legislativa propondo a retificação de alguns pontos da mesma a fim de corrigi-los e conformá-los aos documentos acima referidos, quais sejam, a minuta de Contrato de Empréstimo (fls. 1014 a 1034), o Parecer nº 630 2009/GERFI/COREF/SECAD II/STN/MF, de agosto de 2009 (fls. 696-702), bem como a Carta de Credenciamento do Bacen, de 17.6.2009 (fls. 657-658/v).

8. A Nota elaborada pela STN, cuja cópia encontra-se anexa, reflete detalhadamente todos os pontos identificados, comenta as diferenças encontradas e oferece sugestão de redação para os mesmos. Portanto, é de se encaminhá-la juntamente com os demais documentos citados à análise do Senado Federal.

II

9. Ante todo o exposto, é de se propor o encaminhamento ao Senado Federal da solicitação de retificação da Resolução do Senado Federal nº 26, de 2009, elaborada pela STN relativa a contratação da operação de crédito em tela. Nesse sentido, concluímos

deva o assunto ser elevado à consideração do Senhor Ministro da Fazenda, a fim de que, em entendendo cabível e conveniente, encaminhe cópia da Nota elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional para exame e pronunciamento final do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal.

É o parecer que submeto à consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA
UNIÃO, em 19 de outubro de 2009.


CARLA PEREIRA RÊGO PONTUAL
Assistente do Procurador-Geral


De acordo. À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA
UNIÃO, em 20 de outubro de 2009.


SÔNIA PORTELLA
Coordenadora-Geral

De acordo. Aprovo o Parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério da Fazenda para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 20 de
de outubro de 2009.


ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

Nota nº 1.433 2009/ GERFI/ COREF/ SECAD II/ STN/ MF

Em 09 de Outubro de 2009.

Assunto: Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS Rede (Fase I). Resposta à consulta da PGFN acerca das condições financeiras contidas na Resolução SF nº 26/2009.

Ref: Processo MF 10951.000775/2008-55

Senhor Coordenador-Geral Substituto,

1. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional- PGFN, mediante mensagem eletrônica datada de 07.10.2009, em anexo, consultou-nos sobre as condições financeiras contidas na Resolução do Senado Federal Nº 26/2009, em anexo, relativamente: (i) à minuta do contrato de empréstimo (fls. 1014/1034), (ii) à manifestação STN constante do Parecer nº 630/2009/GERFI/COREF/SECAD II/ STN/ MF, de 27.08.2009; e (iii) ao credenciamento do Banco Central do Brasil– BACEN, feito mediante Ofício nº 117/2009/Desig/Dicic-Surex, de 17.06.2009 (fls. 657/658).
2. Cabe lembrar que esse Projeto foi negociado em dezembro de 2008 e, à época, optou-se por contratá-lo na Modalidade Margem Fixa. Entretanto, após as negociações, houve um incremento substancial na margem (*spread*) cobrada pelo Banco Mundial sobre os empréstimos na Modalidade Margem Fixa. Tal aumento fez com que esta Secretaria revisasse sua escolha e solicitasse ao Banco a alteração da modalidade para Margem Variável. A minuta encaminhada ao Senado já contemplou tal alteração.
3. No tocante aos termos financeiros da Resolução do Senado Federal Nº 26/2009, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. em 25.09.2009, entendemos que seria adequado solicitar ao Senado Federal a retificação de alguns pontos da mesma, no intuito de ajustá-la ao Contrato de Empréstimo, ao Parecer nº 630/2009/GERFI/COREF/SECAD II/ STN/ MF, de 27.08.2009 e à Carta de Credenciamento do Bacen, de 17.06.2009 (fls. 657/658). As sugestões de revisão são as seguintes:

(i) para o artigo 1º § 2º:

Redação apresentada no D.O.U de 25.09.2009:

“§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos

pelo Bird na sua realização e de uma Comissão de Transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.”

Comentários: o contrato oferece duas modalidades de contratação, a saber, Margem Fixa e Variável. A modalidade Margem Fixa oferece produtos de cobertura de riscos e o empréstimo está inicialmente sendo contratado na modalidade Margem Variável. Todavia, caso a União tenha interesse em usar os produtos de cobertura de riscos (conversão de moedas e taxas de juros, bem como estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros) oferecidos pelo BIRD, o empréstimo deverá ser convertido para a modalidade Margem Fixa, mediante pagamento de encargos e comissões ao Banco. Por sua vez, a utilização desses produtos também acarretará o pagamento de encargos, comissões e custos incorridos nas operações. Tais valores somente serão informados pelo Banco à União, previamente à realização das opções de conversão, razão pela qual entendemos que tais percentuais não devem constar da Resolução.

Sugestão de redação:

“§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, bem como o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de todos os encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de Comissão de Transação.”

(ii) para o artigo 2º, inciso V:

Redação apresentada no D.O.U de 25.09.2009:

“V - Carência: 5 (cinco) anos”

Comentários: o Parecer nº 630/2009/GERFI/COREF/SECAD II/ STN/ MF e a Carta de Credenciamento do BACEN não mencionam o prazo de carência da operação. A STN tem evitado informar esse prazo em seus pareceres para empréstimos contratados com o Bird, pois tal informação é difícil de ser precisada, uma vez que está vinculada às datas de aprovação dos mesmos pela Diretoria do Banco.

Sugestão: suprimir o inciso V do artigo 2º.

(iii) para o artigo 2º, inciso VII:

Redação apresentada no D.O.U de 25.09.2009:

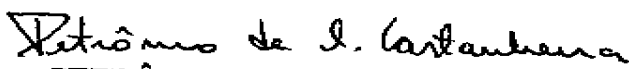
"VII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal;..."

Comentários: o empréstimo está sendo contratado na modalidade Margem Variável. O texto da Resolução informa que será cobrada uma margem fixa determinada pelo Bird a cada exercício fiscal. Para o empréstimo em tela, será cobrada uma taxa de juros baseada na Libor semestral para dólar norte-americano, acrescida de uma margem variável a ser determinada pelo Bird a cada período de pagamento de juros.


Sugestão de redação:

"VII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem variável, a ser determinada pelo Bird a cada período de pagamento de juros;"

4. Diante do exposto, em resposta à consulta da PGFN, sugerimos o envio desta Nota à mesma, para as providências de sua alçada.


PETRÔNIO DE OLIVEIRA CASTANHEIRA
Gerente de Projetos da COREF/STN

De acordo.


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF/STN


CHARLES CARVALHO GUEDES
Coordenador Geral da COREF, Substituto

De acordo


MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



Brasília - DF, sexta-feira, 25 de setembro de 2009

Suário

	PÁGINA
Atos do Senado Federal	1
Presidência da República	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3
Ministério da Ciência e Tecnologia	3
Ministério da Cultura	5
Ministério da Defesa	9
Ministério da Educação	10
Ministério da Fazenda	12
Ministério da Integração Nacional	20
Ministério da Justiça	20
Ministério da Previdência Social	27
Ministério da Saúde	32
Ministério das Cidades	35
Ministério das Comunicações	36
Ministério da Minas e Energia	40
Ministério do Desenvolvimento Agrário	46
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	49
Ministério do Esporte	52
Ministério do Meio Ambiente	52
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	54
Ministério do Trabalho e Emprego	57
Ministério do Turismo	59
Ministério dos Transportes	59
Ministério Público da União	59
Tribunal de Contas da União	62
Poder Judiciário	141
Estadísticas de Funcionários da Execução dos Poderes Liberais	145

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2009

promulgando.
Autoriza a União a contratar operação de crédito externa com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Página	Original	Correção
de 82 a 28	R\$ 9,20	R\$ 1,00
de 32 a 78	R\$ 9,50	R\$ 2,50
de 80 a 135	R\$ 1,10	R\$ 2,80
de 180 a 230	R\$ 1,30	R\$ 3,80
de 234 a 309	R\$ 3,00	R\$ 4,50

As folhas 180 a 309 foram corrigidas de acordo com o original, conforme consta do processo de tramitação da Resolução nº 26, de 2009.

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externa com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos desta operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Investimento para a Qualificação do Sistema Único de Saúde - QUALISUS Bids (fase I).

§ 2º São facultadas a contratação de taxa de juro, do futuro para fixa, no vencimento, aplicável no montante parcelar ao total do empréstimo, e a alteração da periodicidade de pagamento da operação de crédito, tanto para o momento já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, desde que o exercício dessas opções implique a cobrança de encargos previstos pelo BIRD na sua legislação e do termo de referência da operação, que varia de 0,25% (vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco milésimos por cento) sobre os valores de juro.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nos seguintes condições:

I - devolvedor: República Federativa do Brasil;
II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III - valor: até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos);
IV - prazo de desembolso: até 30 de junho de 2014;
V - taxa: 1 (um) ano;

VI - amortização: até 100 em 50 (cinquenta) parcelas semestrais e consecutivas e, na medida do possível, iguais, nos dias 15 de junho de 2014 e 15 de julho de 2014, com 15 de dezembro de 2014;

VII - juros: corrigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor por juro de capitalização, a uma taxa anual composta pelo Libor nominal para dólar norte-americano, acrescido de uma margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal;

VIII - comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco milésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor;

IX - taxa de mora: 0,50% a.a. (cinquenta milésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, em percentagem a taxa 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamento da principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 340 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de setembro de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2009

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externa, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externa, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos desta operação de crédito destinam-se a financiar, parcialmente, o "Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devolvedor: Estado de Pernambuco;

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: US\$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares norte-americanos);

V - modalidade: margem variável;

VI - prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2013;

VII - amortização: 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e, sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de junho de 2014 e 15 de dezembro de 2014, com 15 de dezembro de 2014;

VIII - juros: corrigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor por juro de capitalização, a uma taxa anual composta pelo Libor nominal para dólar norte-americano, acrescido de uma margem a ser determinada pelo BIRD semestralmente;

IX - taxa de mora: 0,50% a.a. (cinquenta milésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos no prazo de 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento;

X - comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco milésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor.

§ 1º As datas de pagamento da principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º O montante total devido ao credor a qualquer data de constituição de margem variável para margem fixa, a qual poderá ser utilizada nos seguintes instrumentos financeiros:

I - conversão de taxa de juro aplicável ao montante parcelar ao total do empréstimo, de fixação por fixa em vice-versa;

II - alteração da periodicidade de pagamento da operação de crédito para o momento já desembolsado e para o montante a desembolsar.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na contratação da operação de crédito externa referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no texto é condicionado a que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vivificação dos recursos de que trata o art. 133, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito aduaneiro, probatório e governamental, relativas ao funcionamento do sistema nacional de cobrança dos compromissos inscritos em nome do Estado de Pernambuco.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 340 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de setembro de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2009

Autoriza a edição do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, celebrado com a União em 13 de maio de 1998, com intervenção do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A, do Banco de Crédito Industrial S/A, do Banco de Crédito, Financiamento e Investimento S/A, do Banco do Brasil S/A e do Banco

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a firmar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, celebrado com a União em 13 de maio de 1998, com intervenção do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A, do Banco de Crédito Industrial S/A, do Banco de Crédito, Financiamento e Investimento S/A, do Banco do Brasil S/A e do Banco

Ofício nº 117 /2009/Desig/Dicic-Surex

Brasília, 17 de junho de 2009.

Pt. 0901447381

A Sua Senhoria o Senhor
ARIONALDO BOMFIM ROSENDO – Diretor Executivo
República Federativa do Brasil / Ministério da Saúde
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde
Esplanada dos Ministérios – Bloco G – Ala A – Sala 270
70058-900 Brasília (DF)
Fax: 3315-3238

Assunto: ROF TA495002 – Comunica Credenciamento – RFB – Ministério da Fazenda

Senhor Diretor,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA495002 e ao Ofício nº 2409 MS/SE/FNS, de 3.6.2009, por meio dos quais V.Sa. solicita que a República Federativa do Brasil, representada pelos Ministérios da Fazenda e da Saúde, seja credenciada para celebrar operação de crédito externo, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$235.000.000,00, destinados ao financiamento do “Projeto de Investimento para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS – 1ª Fase”, a ser executado pelo Ministério da Saúde – Secretaria Executiva – Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 98 do Decreto 93.872, de 23.12.86 e na Portaria 497, de 27.08.90, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do Brasil credenciou a RFB – Ministério da Fazenda a negociar referida operação no exterior, nas condições discriminadas a seguir, constantes do citado ROF:

- i) *devedor*: República Federativa do Brasil – Ministério da Fazenda;
- ii) *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- iii) *valor*: até US\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- iv) *modalidade*: empréstimo margem variável (Variable Spread Loan - VSL);
- v) *amortização*: em parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2038;
- vi) *juros*: exigidos semestralmente nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor de 6 (seis) meses para dólares norte-americanos, acrescida de margem variável, a ser determinada pelo BIRD a cada período de pagamento de juros;
- vii) *comissão inicial*: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

viii) *juros de mora*: 0,50% a.a., acrescido aos juros devidos e ainda não pagos após 30 (trinta) dias da data prevista para o seu pagamento.

3. As datas de pagamento de principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

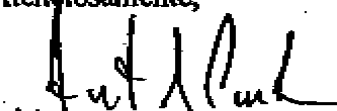
4. O citado empréstimo pode ser convertido de margem variável (VSL) para margem fixa (FSL), com pagamento de comissão ao banco, caso o mutuário opte por utilizar os produtos de cobertura de riscos (conversão de moedas e taxas de juros, bem como estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros) oferecidos pelo BIRD.

5. O credenciamento foi concedido com base nas declarações e nos documentos apresentados pelo devedor e credor, podendo o Banco Central do Brasil apurar a veracidade das informações, na forma do artigo 62 do Decreto 55.762, de 17.02.65. Fica vedado o pagamento, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, de ônus ou encargos que não estejam expressamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

6. A operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de "concluído" após a inclusão dos eventos 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda).

7. Por fim, informamos que este credenciamento é válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data.

Atenciosamente,



Antonio Augusto Pinto Pinheiro
0.849.391-X
Chefe Adjunto de Unidade
Desp. 7/2009

Parecer nº. 630 2009/ GERFI/ COREF/ SECAD II/ STN/ MF

Em de Agosto de 2009.

ASSUNTO: República Federativa do Brasil/ Ministério da Saúde. Operação de crédito externo, no valor de até US\$235.000.000,00 (Duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Recursos destinados ao **Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS Rede (Fase I).**
Pedido de autorização.

Ref.: Processo 10951.000775/2008-55

Sra. Coordenadora-Geral,

Trata o presente Parecer de pedido de autorização para que a República Federativa do Brasil contrate operação de crédito externo, de interesse do Ministério da Saúde, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US\$235.000.000,00 (Duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao **Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS Rede (Fase I).**

Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX

2. Cabe mencionar, que a Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, por meio da Recomendação nº 927, de 18.05.2007, às fls. 14, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 04.06.2007, identificou o Projeto como passível de apoio de financiamento externo, no valor total de até US\$676.800.000,00, sendo até US\$235.000.000,00 provenientes do Banco Mundial e até US\$441.800.000,00 de contrapartida nacional.

Objetivos do Projeto, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício

3. De acordo com informações contidas no Parecer Técnico (fls. 35/40) e no Documento do Projeto (fls. 59/106), o objetivo geral do QualiSUS Rede é contribuir, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para a qualificação da atenção e da gestão em saúde, por meio da organização de redes regionais de atenção à saúde (RAS) e da qualificação do cuidado, somando-se aos esforços de consolidação do SUS.

4. Além de intervenções de caráter sistêmico, o Projeto pressupõe a possibilidade de intervenção em qualquer um dos componentes das redes de atenção à saúde: unidades funcionais, pontos de atenção, sistema de apoio ao diagnóstico e à terapia, sistemas logísticos, assim como mecanismos e instrumentos de gestão da própria rede.
5. O Projeto também prevê iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos profissionais de saúde e para a definição e implantação de protocolos clínicos e de linhas de cuidado, procurando aumentar a eficácia clínica e respeitando as necessidades de saúde de cada região.
6. A execução do Projeto está prevista para ocorrer em duas fases de cinco anos cada, sendo os recursos do financiamento em tela destinados à primeira fase.
7. O Projeto foi dividido em três componentes, a saber:
 - i) Componente A – Qualificação do Cuidado e Organização de Redes de Atenção à Saúde: abrange o apoio a iniciativas de qualificação do cuidado e organização de redes de atenção à saúde em regiões selecionadas, propostas pelos gestores estaduais em articulação com os gestores municipais de saúde por meio de subprojetos;
 - ii) Componente B - Intervenções Sistêmicas Estratégicas: contempla o desenvolvimento dessas intervenções, centradas em prioridades nacionais, no apoio à implantação de redes de atenção e na qualificação de cuidados em saúde; e
 - iii) Componente C – Gestão do Projeto: compreende a organização e o financiamento de atividades relacionadas à administração geral do Projeto.
8. O QualiSUS Rede será coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, com participação das demais Secretarias deste Ministério, e será operacionalizado por meio da implementação de subprojetos em regiões selecionadas e do desenvolvimento de várias iniciativas sistêmicas de apoio à implantação e à qualificação de cuidados em saúde.
9. A execução do Projeto ficará a cargo dos gestores de saúde na três esferas de governo (federal, estadual e municipal), por meio de parcerias a serem estabelecidas com as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Fluxo Financeiro

10. De acordo com informações fornecidas pelo Ministério da Saúde (fls. 684/685), os recursos do empréstimo serão desembolsados em cinco anos, conforme quadro I.

Quadro I: Cronograma estimativo de desembolsos, em milhões de dólares

	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Componente A- Desenvolvimento de Redes Regionais						
Subprojetos Estaduais	10,9	51,7	55,9	44,4	42,1	205,0
Transferências aos Estados ¹	11,0	104,9	106,1	107,3	111,9	441,1 ²
Componente B – Desenvolvimento de Sistemas para Melhoria do Desempenho						
	4,93	6,11	7,75	4,07	3,43	26,29
Componente C – Gestão do Projeto						
	0,73	0,85	0,79	0,77	0,64	3,78
TOTAL	27,52	163,54	170,52	156,49	158,06	676,14²

1) São recursos que a União transferirá aos Estados para serem empregados em procedimentos de média e alta complexidade, compondo a contrapartida nacional para o Projeto.

2) O custo total da contrapartida foi previsto em US\$441,1 milhões, valor US\$0,7 milhão inferior ao autorizado pela Recomendação N° 927, de 18.05.2007 (fls. 14).

Condições Financeiras

11. Conforme minuta negociada do contrato de empréstimo (fls. 330/343), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF do Banco Central do Brasil, sob o registro TA 495002 (fls. 641/647), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, e credenciada pelo Banco Central mediante Ofício N° 188/2009/Desig/Dicic-Surex, de 17.06.2009 (fls. 657/658), serão as seguintes:

Quadro II: Condições financeiras da operação

Credor:	Banco Mundial - BIRD
Modalidade:	Empréstimo Margem Variável (<i>Variable Spread Loan</i>)
Valor do Empréstimo:	Equivalente a US\$235.000.000,00.
Prazo de Desembolso:	Até 30.06.2014.
Amortização:	Será feita em 50 parcelas semestrais, sucessivas, e na medida do possível, iguais. As quotas de amortização serão pagas sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro. A primeira parcela será paga em 15.06.2014 e a última em 15.12.2038.
Juros:	Exigidos semestralmente, vencíveis em 15.06 e 15.12, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual flutuante (<i>LIBOR 6m + spread</i>).
Juros de mora:	Caso algum pagamento devido não seja efetuado em até 30 dias após a data prevista, ficará caracterizada a mora, e será aplicado o disposto na Seção 3.02(d) das Normas Gerais do BIRD. Observação: atualmente, o percentual de juros de mora é de 0,50% a.a., que serão acrescidos aos juros vencidos e ainda não pagos.
Comissão à vista (<i>front-end fee</i>):	0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade

12. Foi anexado ao presente Parecer e às fls 683, o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação, situado em 4,85% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média

de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis a esta Secretaria.

13. Quanto às demais disposições contidas na Portaria MEFP 497/1990, na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007, há que se destacar o seguinte:

I - Inclusão no Plano Plurianual

14. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP, por meio de mensagem fac-símile datada de 09.10.2008, às fls. 322, informou que a operação de crédito externo em análise encontra-se amparada na Lei nº 11.653/2008 (Lei do Plano Plurianual 2008/2011), na ação 7666 (Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS), no âmbito do Programa 0016 (Gestão da Política de Saúde).

15. Ainda segundo a SPI, o valor total estimado para o Projeto, no período 2008/2001, equivale a R\$ 408.255.945,00 (quatrocentos e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais).

16. Dessa forma, entendemos que os recursos previstos no Plano Plurianual (PPA) são suficientes para atender à maior parte das necessidades do Projeto durante o período de vigência deste PPA. Entretanto, caso o Ministério da Saúde venha a executar o Projeto conforme previsto no cronograma apresentado no parágrafo 10, deverá ser solicitada a ampliação de valores para o Projeto, quando da revisão do PPA.

II - Previsão Orçamentária

17. A Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP informou, mediante fac-símile s/ nº, de 14.01.2009 (fls 456), que constam na Lei Orçamentária de 2009, para o Projeto em tela, recursos equivalentes a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), sendo R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) provenientes de recursos externos (fonte 148) e R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) de contrapartida nacional (fonte 151). Foi também informada a existência de R\$ 3.282.509,00 (três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e nove reais), destinados ao pagamento de juros e encargos da dívida contratual externa.

18. Dessa forma, ao câmbio atual (US\$1,00 = R\$ 1,84), considerando o cronograma de utilização dos recursos e as informações da SOF/MP, concluímos que as dotações orçamentárias são suficientes para dar início à execução do Projeto em 2009.

III – Adequação à Programação Financeira do Tesouro Nacional

19. Segundo Ofício MS/SE/SPO/ Nº 175/08 (fls. 454), de 19.12.2008, os recursos que serão disponibilizados para o Projeto QualiSUS-Rede, por meio da contratação da

operação de crédito em tela, serão integralmente priorizados pelo Ministério da Saúde, ao longo de toda a sua execução.

IV - Limites de Endividamento

20. Conforme estabelecido pelo inciso III, § 1º, art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de operações de crédito fica condicionada à observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal. De acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o 1º quadrimestre de 2009 (fls. 659), há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução SF 48/2007, de 21.12.2007.

V – Alcance das Obrigações Contratuais

21. Constam do artigo IX das Normas Gerais (fls. 378/428), as condições de efetividade aplicáveis aos empréstimos com o BIRD. Complementarmente, cabe ressaltar que foi estabelecida, no Artigo V do Acordo de Empréstimo (fls. 330/343), uma condição adicional de efetividade, que consiste na aprovação pelo BIRD do Manual Operacional do Projeto e na sua adoção por parte de mutuário.

22. Entendemos que as demais obrigações constantes da minuta negociada do Acordo de Empréstimo e nas Normas Gerais do BIRD são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional, riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza.

VI – Demais Informações

23. Foram anexadas ao processo, às fls. 660/682, as informações elaboradas por esta STN relativas às finanças da União, atualizadas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>, bem como as demais análises de que trata o artigo 3º da Portaria MEFP nº 497/1990, para encaminhamento ao Senado Federal.


24. Registre-se que foi verificada, na presente data, a observância, por parte da União, das restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04.05.01, para a contratação de operações de crédito.

VII – Conclusão

25. À vista do exposto, nada temos a opor à contratação da pleiteada operação de crédito externo, desde que previamente à formalização do instrumento contratual, sejam verificados o cumprimento das condicionalidades relacionadas no item 21 deste Parecer.

À consideração, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências de sua alçada.

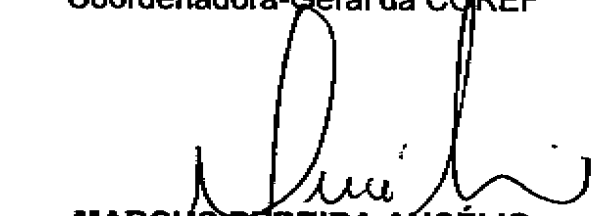

PETRÔNIO DE OLIVEIRA CASTANHEIRA
 Gerente de Projetos da COREF


EDUARDO LUIZ GAUDARD
 Gerente da COREF


De acordo.


NINA MARIA ARCELA
 Coordenadora-Geral da COREF

De acordo.


MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
 Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

De acordo.


LÍCIO FÁBIO DE BRÁSIL CAMARGO
 Secretário do Tesouro Nacional, Substituto

Aviso nº 893 - C. Civil.

Em 11 de novembro de 2009.

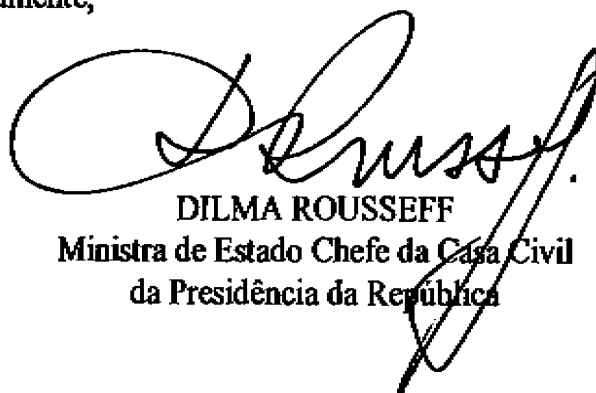
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual solicita a retificação da Resolução nº 26, de 2009, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde - QualiSUS (Fase I)".

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício de Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Nº 499/2009, de 16 novembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento

nº 1.018, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As informações encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 74, DE 2009**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido da seguinte Seção, com os artigos que nela se contém:

“Seção IV-A Das Moções”

Art. 227-A Moção corresponde à proposição por meio da qual um Senador ou comissão sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva.

§ 1º A Moção não conterá:

- a) consulta a Comissão sobre interpretação e aplicação de lei;
- b) consulta a Comissão sobre atos de qualquer Poder, de seus órgãos e autoridades.

§ 2º Aplicam-se às Moções as mesmas disposições de tramitação legislativa aplicáveis às Indicações. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na atualidade, o Senado Federal ressenhe-se da ausência de um mecanismo pelo qual possa formular sugestões ou contribuições de políticas públicas no âmbito de competência de outros Poderes. Não se trata de intervenção na esfera privativa de cada Poder, naturalmente, mas de um meio de veicular, de forma propositiva, o debate público e a opinião parlamentar em todas as áreas da Administração, o que corresponde à essência da função de representação do Parlamento. Para as Casas Legislativas conflui o debate de todas as tendências políticas sobre a condução dos negócios da União, e a opinião do Senado deve ter um papel importante na formulação das políticas públicas, ainda que em caráter propositivo ou sugestivo.

Hoje, porém, tal opinião não encontra meios regimentais para expressar-se. Qualquer proposta formulada por parlamentares como sugestão de política pública, qualquer que seja o seu mérito, hoje fica confinada ao seu pronunciamento pessoal, inibindo a possibilidade de qualquer colegiado da Casa veicular, em seu nome institucional, essa importante contribuição. Isto implica numa limitação ao exercício das funções essenciais do Legislativo.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle já experimentou situações em que a proposição sugeria elementos de mérito e relevância reconhecidos pelo colegiado, mas que tiveram destino pelo arquivamento exclusivamente pela inexistência de mecanismos regimentais para veicular a proposição (a exemplo da discussão sobre a Indicação 03/2009 na sessão ordinária de 17 de novembro da Comissão). Por outro lado, a Câmara dos Deputados de há muito dispõe desse mecanismo semelhante (que em seu Regimento Interno consta sob o título de “Indicação” no artigo 113), amplamente utilizado por aquela Casa, pelo que se fortalece o seu papel institucional de contribuição e influência nas políticas públicas.

O presente projeto propõe a criação dessa nova modalidade de proposição, aqui denominada Moção para não confundir-se com a já existente Indicação, de forma a permitir que os Senadores e as Comissões do Senado possam exercer, em sua plenitude, suas funções de locais de discussão e debate de políticas públicas, ao dispor de mecanismo legal para conduzir e formalizar as sugestões e propostas que possam defluir desse debate que é o cerne da função de representação atribuída ao Poder Legislativo. Por tais razões, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares à iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador **JEFFERSON PRAIA**

PDT/ AM

Senador **RENATO CASAGRANDE**

PSB/ ES

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CAPÍTULO III

DAS INDICAÇÕES

Art. 113. Indicação é a proposição através da qual o deputado:

I - sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva;

II - sugere a manifestação de uma ou mais Comissões acerca de determinado assunto, visando a elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Câmara.

§ 1º Na hipótese do inciso I, a indicação será objeto de requerimento escrito, despachado pelo Presidente e publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*.

§ 2º Na hipótese do inciso II, serão observadas as seguintes normas:

I - as indicações recebidas pela Mesa serão lidas em súmula, mandadas à publicação no *Diário da Câmara dos Deputados* e encaminhadas às Comissões competentes;

II - o parecer referente à indicação será proferido no prazo de vinte sessões, prorrogável a critério da Presidência da Comissão;

III - se a Comissão que tiver de opinar sobre indicação concluir pelo oferecimento de projeto, seguirá este os trâmites regimentais das proposições congêneres;

IV - se nenhuma Comissão opinar em tal sentido, o Presidente da Câmara, ao chegar o processo à Mesa, determinará o arquivamento da indicação, cientificando-se o Autor para que este, se quiser, ofereça projeto próprio à consideração da Casa;

V - não serão aceitas proposições que obj
e aplicação de lei;

b) consulta a Comissão sobre atos de qualquer Poder, de seus órgãos e autoridades.

(Artigo com redação dada pela Resolução nº 10, de 1991)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 74, de 2009**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 194/09-GLPSDB

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **CÍCERO LUCENA** para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Cícero Lucena para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 195/09 – GLPSDB

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senhora **MARI SA SERRANO** para integrar, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa a Senadora Marisa Serrano para integrar, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 75/09 – LPDT

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senhor Acir Gurgacz, para integrar, como titular, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Acir Gurgacz para integrar, como titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 76/09 – LPDT

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designada a Senadora Patrícia Saboya, para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 77/09 – LPDT

Brasília, 18 novembro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designada a Senadora Patrícia Saboya, para integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa a Senadora Patrícia Saboya para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos dos expedientes encaminhados pela liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 79/09 – LPDT

Brasília, 18 novembro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador Acir Gurgacz, para integrar como titular a Comissão de Infraestrutura, passando o Senador João Durval a integrar a mesma como suplente, em substituição a este Senador que subscreve.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Romero Jucá e Renato Casagrande enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “O enredo possível da crise”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 26 de agosto de 2009.

O artigo do jornalista Clóvis Rossi, especula sobre a crise que envolve a Receita federal, com a demissão voluntária de diretorias. Rossi levanta a suspeita que a fiscalização desenvolvida contra os grandes contribuintes envolvia também quem mais pode contribuir com os partidos políticos. “Logo apertá-los significa reduzir o fluxo para o pleito de 2010. De certa forma, a Petrobras, o protótipo do “grande contribuinte”, recorreu à engenharia tributária no episódio que, parece, levou à demissão de Lina Vieira. Como se viu nesse caso, na própria Receita houve duas interpretações opostas para a manobra da Petrobras. É razoável

supor que qualquer empresa esteja sujeita a ter sua “engenharia” desmantelada pelo fisco. Por extensão, encolheria sua disposição para contribuir com partidos políticos, especialmente os que estão no poder. É um enredo razoável para a crise na Receita, mas pode não ser o único.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto gostaria de registrar a matéria intitulada, “‘Estado’ entra com novo recurso”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 22 de agosto de 2009.

A matéria destaca que o jornal O estado de São Paulo ingressou com nova exceção de suspeição do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que impôs censura ao jornal.

Como terceiro assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada, “Um programa atrasado”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 08 de setembro de 2009.

A matéria destaca que passados cinco meses do lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em março pelo presidente Lula, a promessa de construir um milhão de casa para famílias com renda de até 10 salários mínimos por mês, ficou reduzida para apenas 36 mil casas. Segundo a matéria até agora, o que se vê é que o programa serviu muito mais como peça publicitária da campanha eleitoral em que o governo já há algum tempo se empenha, do que para atender à demanda de moradias populares.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

O enredo possível da crise

SÃO PAULO - É inescapável a sensação, puramente empírica, de que faltam três palavrinhas fundamentais quando se fala em modificar a política supostamente seguida pela então secretária da Receita Federal, Lina Vieira, de colocar a ênfase da fiscalização em cima dos “grandes contribuintes”.

O mais razoável é imaginar que o que se busca é evitar a fiscalização dos grandes contribuintes “de campanhas eleitorais” (as três palavras que faltam).

É óbvio que quem mais pode contribuir com o fisco (compulsoriamente) é também quem mais pode contribuir com partidos políticos (voluntariamente?). Logo, apertá-los significa reduzir o fluxo para o pleito de 2010.

É bom deixar claro que não se pode afirmar alegremente que “grande contribuinte” é sinônimo de “grande sonegador”.

Mas pode-se afirmar tristemente que a legislação tributária brasileira é uma teia tão absurdamente complexa que não há empresa, peque-

na, grande ou média, que tenha absoluta segurança de que não viola algum dispositivo de alguma regulação. Sem contar as que recorrem — e é razoável supor que sejam todas as grandes — à chamada “engenharia tributária”, na verdade uma expressão para designar sonegação legal, permitida precisamente pelo emaranhado legal.

De certa forma, a Petrobras, o protótipo do “grande contribuinte”, recorreu à engenharia tributária no episódio que, parece, levou à demissão de Lina Vieira.

Como se viu nesse caso, na própria Receita houve duas interpretações opostas para a manobra da Petrobras. É razoável supor que qualquer empresa esteja sujeita a ter sua “engenharia” desmantelada pelo fisco.

Por extensão, encolheria sua disposição para contribuir com partidos políticos, especialmente os que estão no poder. É um enredo razoável para a crise na Receita, mas pode não ser o único.

'ESTADO' SOB CENSURA HÁ 22 DIAS

'Estado' entra com novo recurso

Para advogado Manuel Alceu, desembargador revelou 'radical inimizade' e 'abissal animosidade' ao jornal

Fausto Macedo

O Estado ingressou com nova exceção de suspeição do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que impôs censura ao jornal. A base do recurso foi extraída da própria decisão de Vieira, quando ele ignorou um primeiro pedido para que se declarasse suspeito. Ao não reconhecer parcialidade na demanda de interesse de Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o desembargador revelou "radical inimizade" e "abissal animosidade" ao Estado, na avaliação do advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira.

A censura começou em 31 de julho. O jornal recorreu inicialmente com exceção de suspeição. Depois, entrou com mandado de segurança contra o ato de Vieira, distribuído ao desembargador Waldir Leônicio Cordeiro Lopes Júnior.

A nova exceção é mais uma investida do Estado para tentar resgatar o direito de infor-

mar seus leitores sobre a Operação Boi Barrica, inquérito da Polícia Federal que investiga Fernando Sarney.

Vieira é do convívio social dos Sarney, como revela foto do casamento de uma filha de Agaciel Maia, ex-diretor geral do Senado, na qual o magistrado aparece ao lado do senador. No segundo pedido de suspeição, a foto não é o argumento principal. A estratégia de Manuel Alceu reside nas 36 páginas que Vieira preencheu para não admitir seu afastamento da causa.

Censura foi decretada pela Justiça no dia 31 do mês passado

O advogado destaca seis passagens da longa manifestação de recusa à suspeição suscitada por Vieira. O advogado põe em evidência o que considera "solar e capital inimizade" do

Entidades veem ameaça à liberdade

«Sete entidades que representam veículos da América Latina, entre elas a brasileira Associação Nacional de Jornais (ANJ), divulgaram ontem nota conjunta em que denunciam a "deterioração da liberdade de expressão no continente".

Além da ANJ, a nota é assinada por entidades de Chile, Argentina, Peru, Colômbia e Equador, que apontam para uma crescente ameaça a veículos de comunicação e jornalistas. Ainda alertam a população para que permaneça "atenta" aos ataques aos regimes democráticos.

"Conclamamos a opinião pública a permanecer atenta diante da instalação e consolidação de regi-

mes autocráticos, ao mesmo tempo em que exortamos todos os habitantes do continente a expressar sua máxima solidariedade aos numerosos jornalistas e veículos de comunicação perseguidos", destaca o texto.

Entre as denúncias das entidades, está a "hostilidade judicial" contra "proprietários, jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação", caso da censura ao Estado. "A experiência das sociedades conduz a um resultado invariável: as restrições às liberdades de expressão, de imprensa e informação sempre resultam na privação das liberdades e direitos das pessoas", diz o texto. ■

ROBERTO ALMEIDA

desembargador com o jornal.

Vieira fala em "exacerbada reação esboçada pela mídia nacional, sob o comando do exipiente (o jornal), com distorção da divulgação da decisão mono-

crática da lavra deste magistrado". Alega agir com "sobriedade, independência, bom senso e longanimidade no enfrentamento desses tenazes e infundados ataques".

Ele alega que a decisão "se mostra sobejamente fundamentada, havendo, portanto, a nítida intenção, até aqui frustrada, de causar intimidação a um detentor da indeclinável garantia constitucional da independência, no lícito exercício da judicatura". "Há juízes em Brasília!", exclama.

O desembargador se diz alvo de uma "ação orquestrada publicamente com o uso de improperios de toda ordem, em detrimento pessoal, familiar, profissional". "Um verdadeiro envolvimento de pressão psicológica que ainda perdura contra este magistrado, com o nítido propósito de intimidação", completa Vieira.

PROFUNDAS MÁGOAS

Manuel Alceu assinala que "as gravíssimas imputações que o desembargador lançou em direção ao Estado mostram ausência, nessa relatoria, o pressuposto processual básico da isenção judicante". Diz que "não receberá jurisdição imparcial quem, como o jornal, se vê pelo próprio

juizado acusado de 'distorcer fatos, de 'abusiva atuação', de desfechar 'tenazes e infundados ataques', de tentativas de 'intimidação', de praticar 'intimidação das instituições', de adotar 'conduta temerária', de violar a 'ética jornalística', de afrontar os 'princípios deontológicos' do jornalismo, de 'laquear o foro íntimo do juiz', de exercer 'pressão psicológica'".

Manuel Alceu adverte que o magistrado fez um prejulgamento que revela "radical inimizade". "Coisas parelhas somente são ditas relativamente a adversários ligados, nunca referentemente a quem se deva julgar." E alerta que Vieira "com tantos reclamos e tão profundas mágoas, por certo não reúne os requisitos subjetivos, até elementares, para prosseguir na relatoria do recurso". ■

Um programa atrasado

Em todo o Brasil, milhares de pessoas inscreveram-se nos órgãos públicos municipais e estaduais e na Caixa Econômica Federal (CEF) para participar do programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em março pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Passados cinco meses do lançamento do plano e da promessa de construir 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos por mês, apenas 36 mil casas estão em construção, segundo informações da CEF. Até agora, o que se vê é que o programa serviu muito mais como peça publicitária da campanha eleitoral em que o governo já há algum tempo se empenha, do que para atender à demanda de moradias populares.

As maiores dificuldades para comprar a casa própria estão na administração pública. A burocracia das prefeituras e Estados – e até da CEF – emperna cada etapa necessária à construção dos conjuntos habitacionais, da compra do terreno e aprovação do projeto até o registro imobiliário e a concessão do crédito ao comprador final. A demora seria menor se tivesse havido um mínimo de organização, com o treinamento de equipes para atender os incorporadores e os compradores finais, além da remoção de obstáculos como a insuficiente oferta de lotes.

O ambicioso plano habitacional corre, assim, o risco de ficar muito aquém das suas metas, embora não falem interessados em participar para aproveitar as vantagens oferecidas a construtores e mutuários. O déficit habitacional está con-

centrado nas famílias com renda de até cinco salários mínimos por mês.

As condições dos financiamentos oferecidos pelo governo são muito favoráveis. Está prevista a concessão de subsídios de até R\$ 23 mil por mutuário, o que reduz substancialmente o valor das prestações ou a dívida assumida. Com os incentivos, tanto mais elevados quanto menor é a renda familiar dos mutuários, famílias com renda de até três salários mínimos terão acesso à moradia própria com desembolsos irrisórios, de uma prestação de no mínimo R\$ 50,00 men-

A meta de 1 milhão de casas ficou até agora em apenas 36 mil

sais ou de 10% da renda mensal.

Os incentivos são menores para as famílias com renda entre três e seis salários mínimos. Nesses casos, o comprometimento da renda deve se limitar a 20% e haverá desconto de 90% nos custos cartorários, além de despesas reduzidas das prestações, em caso de perda de emprego. As famílias com renda entre 6 e 10 salários mínimos terão redução dos custos do seguro e cartoriais e a possibilidade de refinanciamento da dívida.

O governo propôs que o Orçamento da União de 2010 destine até R\$ 7,2 bilhões para subsídios à casa própria. É um valor significativo, pois corresponde a quase 40% dos R\$ 19 bilhões em desembolsos previs-

tos para este ano pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a maior fonte oficial de recursos para a casa própria.

Mas, neste ano, não houve nenhum aporte de recursos do Orçamento federal para as obras do programa habitacional. As obras são financiadas com recursos do FGTS e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O governo promete devolver o dinheiro ao FGTS e ao FAR logo que haja mecanismos que permitam o uso de verbas orçamentárias no programa.

As construtoras interessadas em construir imóveis para a população de baixa renda enfrentam dificuldades para encontrar terrenos, a preços compatíveis com os objetivos do programa, que prevê a construção de 400 mil unidades para famílias com renda de até três salários mínimos. Em alguns casos, as áreas oferecidas por prefeituras e Estados não têm a infraestrutura necessária aos empreendimentos, o que provoca o desinteresse dos compradores potenciais. E, nos grandes centros, o valor dos terrenos inviabiliza a execução dos projetos.

A CEF tem procurado justificar o atraso, argumentando que se trata de um programa novo e que os projetos de construção em fase de análise na instituição já assegurariam a construção de centenas de milhares de unidades, até 2010.

Mas, ante a generalização dos atrasos da quase totalidade dos investimentos em infraestrutura e dos projetos do PAC, parece altamente improvável que o programa de habitações populares do governo federal venha a ser a exceção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Rebelião se alastra pelo País; 20 saem em SP”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 26 de agosto de 2009.

A matéria destaca que a crise na Receita Federal provocou uma rebelião em massa na direção do órgão em São Paulo. Três superintendentes adjuntos, doze delegados, dois inspetores de alfândega e três chefes de departamento pediram exoneração de seus cargos ao secretário Otacílio Cartaxo.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Mais um ‘estudo’ do IPEA”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de agosto de 2009.

A matéria destaca que agindo acintosamente como integrante da campanha presidencial da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) voltou a publicar um “Comunicado da Presidência” concebido para

alimentar os discursos da candidata governista ao pleito de 2010.

Como terceiro assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Contas públicas tem o pior resultado para o mês de julho em oito anos”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 28 de agosto de 2009.

A matéria destaca que o superávit primário do setor público ficou em R\$3,18 bilhões; no acumulado do ano, queda é de 58% em relação a 2008.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Rebelião se alastra pelo País; 20 saem em SP

Auditores em cargo de chefia pedem demissão em Minas, no Ceará e Rio Grande do Sul

David Friedlander

A crise na Receita Federal provocou uma rebelião em massa na direção do órgão em São Paulo. Na tarde de ontem, três superintendentes adjuntos, doze delegados, dois inspetores de alfândega e três chefes de departamento pediram exoneração de seus cargos ao secretário Otacílio Cartaxo.

O movimento foi mais forte em São Paulo, mas auditores em postos de chefia também en-

tregaram os cargos em outros Estados. Em Minas Gerais, pediram exoneração dois superintendentes adjuntos, a delegada da Receita e a inspetora chefe da alfândega em Belo Horizonte. No Ceará, pelo menos oito auditores em cargos de chefia pediram demissão. No Rio Grande do Sul, o mesmo número. Não existe uma contagem oficial de pedidos de exoneração.

Em São Paulo, pediram demissão os titulares dos cargos mais importantes do órgão, co-

mo os delegados de Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Bauri, São José dos Campos e São José do Rio Preto e o inspetor de Viracopos, maior terminal de cargas aéreo do País.

Entre os delegados demissionários estão, também, as titulares de dois dos postos mais emblemáticos da gestão da ex-secretária Lina Vieira: Clair Maria Hickmann, da Delegacia de Instituições Financeiras, e Mônica Sionara, da Delegacia de Assuntos Internacionais. Clair

foi encarregada por Lina de apertar a fiscalização sobre as instituições financeiras. Mônica é chefe da equipe que aplicou uma autuação bilionária no grupo Santander, antes da queda de Lina.

Os auditores estão deixando o comando do Fisco em protesto contra o que julgam ser uma intervenção política na Receita. Achan que a demissão de Lina e os movimentos para remover o subsecretário de Fiscalização, Henrique Freitas, que

pediu exoneração anteontem, são medidas para controlar o órgão.

O governo, de acordo com essa visão, teria ficado incomodado não apenas com a polémica envolvendo a Petrobrás, mas com a fiscalização nos negócios e pessoas da família Sarney e na autuação de grandes empresas, especialmente a Ford, punida na Bahia. “O secretário diz que vai trocar as pessoas, mas as diretrizes continuam as mesmas. É só discurso. A troca ocor-

re para mudar a orientação”, diz um dos superintendentes que pediu exoneração na segunda-feira.

O grupo da ex-secretária começou a desembarcar da Receita depois de uma reunião na casa de Otacílio Cartaxo, na última quinta-feira à noite. Cartaxo convidou para conversar: Henrique Freitas, Marcelo Lettieri, coordenador-geral de Estudos e Análise, Alberto Amadei, secretário particular de Lina, e Iraneth Weiler, sua ex-chefe de gabinete.

No encontro, Cartaxo disse que Amadei seria exonerado e que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, queria Freitas fora do comando da fiscalização. A debandada começou dois dias depois desse encontro. ■

Mais um 'estudo' do Ipea

Agindo acintosamente como integrante da campanha presidencial da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) voltou a publicar um "Comunicado da Presidência" concebido para alimentar os discursos da candidata governista ao pleito de 2010. Com 8 páginas e preparado por uma equipe de 14 consultores subordinada ao economista Márcio Pochmann, o estudo pretende mostrar que, no governo Lula, a produtividade do setor público cresceu mais do que a do setor privado.

Há alguns meses, o Ipea já havia publicado dois "Comunicados" com igual propósito. O primeiro foi escrito para refutar as críticas de que o governo "inchou" o Estado, por ter aumentado em 98% os gastos com a folha de pagamento dos servidores civis, ao contratar 201 mil novos funcionários e elevar para 76 mil o número de cargos de confiança, entre 2003 e 2008, sem que isso tenha resultado na melhora da qualidade dos serviços prestados. O estudo sustentava que haveria "espaço" para a contratação de mais servidores. O segundo "Comunicado" foi preparado para criticar as privatizações de bancos públicos realizadas no governo Fernando Henrique, a elas atribuindo a concentração do mercado financeiro e a redução da oferta de serviços à população de baixa renda.

Preparado para justificar o crescimento das despesas de pessoal e sustentar as "virtudes" do setor público, o novo "Comunicado" tenta demons-

trar que os governos estaduais que adotaram programas de "choque de eficiência", cortando gastos com pessoal, não aumentaram a produtividade. O estudo afirma que, nos últimos cinco anos, os setores da administração pública que contrataram mais servidores e "recuperaram o valor real das remunerações" obtiveram ganho médio de produtividade 35% superior à do setor privado.

"Após o processo de deterioração na administração pública, o Brasil renova o papel do Estado com ganhos de produtividade. As diferenças regionais e setoriais de produtivi-

Os 'comunicados' do Ipea minam uma credibilidade de quatro décadas

de na administração pública indicam o quanto o País como um todo ainda precisa prosseguir na escalada da modernização do Estado", conclui o "Comunicado", depois de enfatizar a importância das técnicas de planejamento e da expansão dos "conselhos de representação da sociedade", principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, como atributos básicos para a "generalização de uma nova noção de ética" e "revalorização da função pública".

Retórica à parte, o novo "Comunicado" do Ipea peca pelo mesmo enviesamento ideológico e pela mesma falta de rigor metodológico dos anteriores. A maior falha está no critério de medição de produtividade adotado, que enfatiza a relação entre despesa orçamentária e

o pessoal "ocupado". Os autores do estudo não levaram em conta que, no setor privado, a produtividade é medida com base no impacto do trabalho e da produção no aumento do faturamento das empresas. E, ao tratar do setor público, confundiram aumento de produtividade com aumento de gasto público, não levando em conta a qualidade dos serviços prestados.

Em outras palavras, como estavam mais preocupados em defender a expansão do Estado e criticar os defensores de "choques de gestão", os autores do estudo misturam alhos com bugalhos. O trabalho foi divulgado uma semana depois de Lula ter tratado do tema, ao sancionar a lei que criou mais varas federais. "Quando resolvemos tomar medidas para melhorar o funcionamento das instituições, há sempre duas críticas: a de que o Estado está inchando e de que é preciso um choque de gestão. As pessoas ainda não se deram conta de que, quanto melhor funcionar o Estado, melhor fica para todo mundo", disse ele na ocasião, justificando o aumento do gasto com funcionalismo.

Com o novo "Comunicado", o Ipea compromete ainda mais a sua credibilidade. Criado há quatro décadas para realizar pesquisas para subsidiar políticas públicas e programas econômicos do Executivo, o órgão, desde que passou a ser dirigido por Pochmann, já promoveu uma "caça às bruxas", realizou um concurso público para admissão de novos membros por critérios ideológicos e transformou suas pesquisas em panfletos para embasar as "teses" que Lula vem defendendo na campanha da ministra Dilma Rousseff.

Contas públicas têm o pior resultado para o mês de julho em oito anos

Superávit primário do setor público ficou em R\$ 3,18 bilhões; no acumulado do ano, queda é de 58% em relação a 2008

Fabio Graner
Fernando Nakagawa
BRASILIA

O setor público (governo federal, Estados, municípios e empresas estatais) fez em julho o mais fraco superávit primário para o mês desde 2001. Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), a economia para o pagamento de juros da dívida foi de R\$ 3,18 bilhões, menos de um terço da de julho de 2008. Assim, o resultado acumulado no ano, de R\$ 33,4 bilhões, foi 58% menor que o do mesmo período de 2008.

Além disso, com o saldo de julho, o esforço fiscal em 12 meses caiu para 1,76% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta de superávit primário para o ano é de 2,5% do PIB, podendo ser reduzida para 2% se o governo abater da meta os gastos nas obras do Projeto Piloto de Investimento (PPI).

Apesar de o desempenho fiscal estar abaixo da meta, mesmo supondo o uso do artifício do PPI, o governo mantém o discurso de que o objetivo definido para o ano será alcançado. "O resultado não foi tão bom assim, mas o governo está vigilante e vai cumprir a meta", disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. "Esse desempenho era já esperado e não nos preocupa. Nós trabalhamos com o cumprimento da meta de 2,5% do PIB."

'Trabalhamos com cumprimento da meta de 2,5% do PIB', diz Altamir

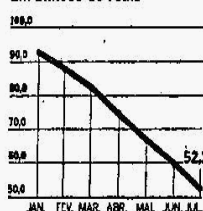
Segundo ele, o superávit menor deste ano reflete a redução do nível de atividade econômica, bem como as desonerações tributárias realizadas pelo governo dentro da política anticíclica, que reduziram as receitas do governo. A piora no resultado reflete também o aumento dos gastos do governo federal.

PIORA FISCAL

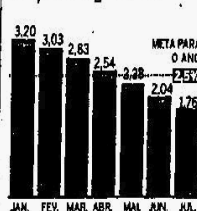
Contas do governo se deterioram

Superávit primário cai e fica abaixo da meta para o ano, mesmo com despesa menor com juros, déficit nominal e dívida sobem; em percentual do PIB, dívida vai a 44,1%

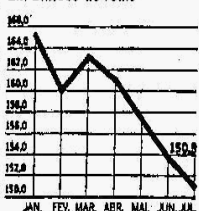
Superávit primário
Em bilhões de reais



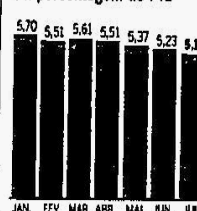
Em percentagem do PIB



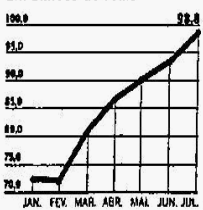
Despesas com juros
Em bilhões de reais



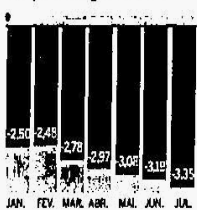
Em percentagem do PIB



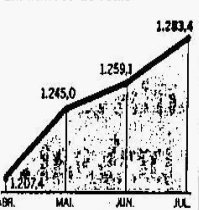
Déficit nominal
Em bilhões de reais



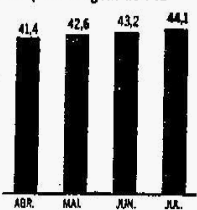
Em percentagem do PIB



Dívida líquida do setor público
Em bilhões de reais



Em percentagem do PIB



Além da menor arrecadação, o pior resultado fiscal de julho teve a contribuição negativa dos Estados e municípios. Segundo o técnico do BC, isso ocorreu porque essas esferas de governo receberam em junho recursos adicionais de transferências federais e gastaram esse dinheiro no mês seguinte, deteriorando o desempenho de julho.

O superávit primário dos Estados ficou em R\$ 1,27 bilhão no mês passado, menos da metade dos R\$ 2,86 bilhões de igual mês de 2008. Os municípios tiveram o déficit primário de R\$ 472 milhões, enquanto em julho do ano passado o resultado deles foi praticamente zero.

Para o economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria, a deterioração do resultado primário do setor público está em linha com a política do governo de tentar estimular a atividade econômica com impulsos fis-

cais. Ele não enxerga, no entanto, risco de insolvência do setor público. Salto também acredita em cumprimento da meta para o ano, mas com o governo lançando mão do PPI e também sacando pelo menos uma parte dos recursos do Fundo Soberano do Brasil (FSB), que mantém cerca de R\$ 15 bilhões guardados no ano passado.

Embora considere o cenário fiscal tranquilo, o economista destaca a piora na qualidade do gasto público. Para ele, apesar do discurso e do marketing do governo em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos públicos crescem em um ritmo mais fraco do que despesas

com pessoal e outros gastos correntes, como da Previdência.

Para ele, o governo não tem estratégia de longo prazo para os gastos, e essa qualidade ruim da despesa pública significa menor potencial de crescimento do País. ■

Despesa com juros é a mais baixa desde 2001

BRASILIA

O efeito da queda da taxa básica de juros, a Selic, no gasto do governo com juros começa a ficar

mais evidente. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que essa despesa paga aos credores da dívida pública somou R\$ 150,93 bilhões no acumulado de 12 meses até julho. O gasto, que corresponde a 5,11% do Produto Interno Bruto

(PIB), é o mais baixo da série histórica iniciada em 2001. Mesmo assim, isso não evitou a piora dos resultados fiscais.

Ao anunciar os dados, o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, comemorou a redução da despesa e reafirmou a aposta de que o gasto deve cair ainda mais nos próximos meses. "A flexibilização da política monetária ainda não se refletiu completamente nessa despesa", afirmou.

Atualmente, o juro básico da economia está em 8,75% ao ano,

no mais baixo patamar da história brasileira. A queda, no entanto, demora a aparecer no gasto com juros porque a dívida é corrigida conforme a Selic passada. Por isso, o juro acumulado nos 12 meses até julho é superior ao patamar da taxa corrente, de 12,1%. "Com esses números, é possível imaginar o efeito ainda maior sobre o juro de quando a Selic acumulada chegar aos 8,75%", afirmou Altamir.

O economista da Tendências Consultoria Felipe Salto avalia que o afrouxamento da política monetária tem ajudado a evitar uma deterioração mais acentuada das contas públicas, mesmo em um cenário de superávit primário menor. Segundo ele, a queda dos juros favorece as contas públicas, mas não pode ser usada como argumento para se gastar mais. "O espaço que tinha já foi utilizado pelo governo", afirmou Salto.

O gasto menor com juros amenizou parcialmente as contas do governo, que têm sofrido com a queda da arrecadação de impostos. Mesmo assim, o resultado nominal - que leva em conta o pagamento de juros - terminou o período de 12 meses com falta de caixa de R\$ 98,84 bilhões, o chamado déficit nominal. O valor equivale a 3,35% do PIB, o pior resultado desde dezembro de 2006.

Como o esforço fiscal foi insuficiente para pagar toda a despesa com juros, houve valorização de 4% do real ante o dólar (fato que diminui o valor dos ativos do governo, como as reservas internacionais), a dívida líquida do setor público cresceu mais uma vez. Em julho, o endividamento correspondia a 44,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 43,2% no mês anterior. O indicador da dívida está no maior patamar desde outubro de 2007. ■ F.N. e F.G.

Fraga se diz preocupado com alta do gasto público

... O presidente do conselho de administração da BMMF Bovespa e ex-presidente do Banco Central (BC) Arnaldo Fraga, também síndico da Gávea Investimentos, manifestou intensa preocupação com o crescimento do gasto público no País.

"Estou preocupado há muito tempo com a questão do gasto público e, em ano de eleição, vale a pena ficar de olho. Isso vai começar a pressionar o Banco Central. Na verdade, o Banco Central já sente essa pressão", afirmou o executivo, na abertura do 4.º Congresso Internacional de Mercados Financeiros e de Capitais, em Campos do Jordão, interior de São Paulo.

Perguntado sobre quando o BC poderia começar a aumentar a taxa básica de juros (Selic) por causa desta pressão, Fraga riu: "Sobre essas questões reais macroeconômicas prefiro não comentar", disse.

Segundo ele, questões que tramitam no Congresso atualmente aumentam essa preocupação, como terminar com o fator previdenciário que, para ele, foi uma grande conquista e, eliminar a vinculação do salário mínimo com a Previdência. "O crescimento do gasto público vai chegar a um limite, se é que já não chegou", afirmou.

Sobre a autorização concedida hoje pela Commodity Futures

Trading Commission (CFTC), Fraga disse que esse é o primeiro passo para o acesso do investidor estrangeiro para negociação de contratos futuros no Brasil. Segundo ele, isso é diferente da autorização pleiteada há alguns anos pela BMMF ao BC, para que estrangeiros negociem no mercado futuro brasileiro mantendo as garantias no exterior.

Fraga afirmou que a BMMF continua discutindo outras possibilidades com o BC, pois a negociação com o depósito de margem no exterior requer uma mudança na legislação cambial. "E o BC tem de olhar isso com cuidado", disse. **DE UCAIM LIXIM E JONATHAN LIMA**

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, completados dois anos, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade já foi capaz de mostrar à sociedade brasileira que é possível avançar diante dos desafios que motivaram sua criação. A Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, instituiu essa autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tornando-a relevante instituição dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Suas finalidades essenciais correspondem à execução da política nacional de unidades de conservação da natureza; ao fomento e execução de programas de pesquisa, voltados à proteção da biodiversidade; e, ainda, à educação ambiental.

Ao se concentrar, em particular, no cuidado com as Unidades de Conservação e na realização de pesquisas, o Instituto Chico Mendes vem sendo capaz de conceder real prioridade à consecução desses objetivos.

As Senhoras e os Senhores Senadores devem recordar-se das discussões que foram suscitadas pela proposta de criação daquela autarquia, implicando o redimensionamento e reestruturação do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Os dados que temos em mãos e as tendências futuras que já se revelam com nitidez mostram o acerto da concepção que presidiu ao redesenho do Ibama e à criação do Instituto Chico Mendes. O Ibama pôde, desde então, com sua estrutura enxugada, concentrar-se nas atividades de licenciamento e de fiscalização das ações que potencialmente afetam a conservação do meio-ambiente, bem como na adoção e execução de medidas que visam promover o desenvolvimento sustentável do País.

O Instituto Chico Mendes, por sua vez, vem implantando significativas mudanças no quadro geral das Unidades de Conservação federais. Apenas em 2008, de acordo com o correspondente Relatório de Gestão da autarquia, foram criadas sete novas Unidades de Conservação, sendo elas uma Floresta Nacional e uma Área de Proteção Ambiental, dois Parques Nacionais e três Reservas Extrativistas. Juntamente com a ampliação do Parque Nacional Serra dos Órgãos, tivemos, então, mais de 5 milhões e 600 mil hectares incorporados às Unidades de Conservação federais. Deve ser destacada ainda a adesão da sociedade com a criação de 38 novas Reservas Particulares do Patrimônio Nacional, somando 24 mil hectares.

Com cerca de 300 Unidades de Conservação federais instituídas legalmente no País até 2008, alcan-

çamos uma área superior aos 77 milhões de hectares, que corresponde a 8,2% do território nacional. Não há dúvida de que a responsabilidade de cuidar bem da conservação e gestão de toda essa área, com todas suas implicações sociais, ecológicas, econômicas, jurídicas e outras, já é tarefa considerável para uma autarquia federal.

O Instituto Chico Mendes vem dela se desincumbindo com notável eficiência. No ano passado, foi possível instituir 22 conselhos para gestão participativa das Unidades de Conservação, sendo treze deles de natureza consultiva e nove, que se referem a Reservas Extrativistas, de caráter deliberativo.

Ademais, foram concluídos, também por mecanismos com participação da sociedade, doze planos de manejo, dos quais um se refere a Área de Proteção Ambiental (APA), três a Estações Ecológicas, seis a Parques Nacionais e dois a Reservas Biológicas.

Tendo em vista o fato de que, no presente momento, cerca de dois terços das Unidades de Conservação não dispõem desse fundamental instrumento normativo, o Instituto Chico Mendes resolveu concentrar esforços nessa atividade. A crescente experiência assim adquirida já se faz notar, sendo prevista, conforme notícia recente vinculada pela imprensa, a conclusão de vinte planos de manejo no corrente ano e de mais 78 apenas no primeiro semestre de 2010!

São contabilizados, ainda, importantes avanços e realizações nas atividades de fortalecimento das comunidades tradicionais, que ocupam, ocupavam ou estão vinculadas às unidades conservadas, bem como ao desenvolvimento da produção e do uso sustentável de seus recursos, incluindo os programas de visitação pelo público.

Foram desenvolvidas, igualmente, significativas ações para a regularização fundiária de áreas de diversas unidades. Também aqui, se espera um grande avanço para os próximos meses, desta feita graças à publicação da Instrução Normativa nº 2, de setembro último, que estabelece procedimentos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais situados nas áreas federais protegidas. A nova norma vai permitir a resolução de mais de mil processos sobrestados, já estando previstos recursos da ordem R\$ 68 milhões para as correspondentes indenizações.

No que se refere à proteção e fiscalização das Unidades de Conservação, Senhor Presidente, buscou-se promover uma mudança de modelo, compreendendo o aumento da presença institucional juntamente com a valorização das equipes fiscalizadoras locais, sendo concedida maior autonomia às unidades. Já no segundo semestre de 2008, foram realizadas 31 operações de fiscalização em unidades localizadas em todas as

regiões do País, em parceria com agentes externos, tais como o Ibama, órgãos estaduais do meio ambiente e diversas unidades policiais.

O fundamental setor de Pesquisa e Monitoramento da biodiversidade passou, em 2008, por um processo de avaliação e estudo, envolvendo a identificação das demandas de pesquisa em doze unidades do bioma marinho-costeiro e nove unidades do bioma Caatinga, juntamente com o levantamento de dados, obtidos em 2007, referentes aos biomas Cerrado e Pantanal. Os quinze centros especializados em áreas com aves silvestres, predadores naturais, recursos pesqueiros e diversas outras vêm desenvolvendo intensa atividade de pesquisa. Os resultados obtidos pelas pesquisas do Instituto Chico Mendes podem ser aferidos pela apresentação de trabalhos científicos no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em setembro de 2008 em Curitiba. A contribuição da nova autarquia, realizada por mais de 30 de seus analistas, individualmente ou em grupo, consistiu em uma das mais expressivas ao evento.

Apresento meus entusiásticos parabéns a toda equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, representada na pessoa de seu Presidente Rômulo Barreto Melo, por todo o trabalho que vêm desenvolvendo em prol da conservação de nosso precioso meio-ambiente!

Muito obrigado!

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) –

POSIÇÃO DO BRASIL É UM AVANÇO PARA O MUNDO

Discurso proferido Senador Renato Casagrande (PSB/ES) na sessão do dia...

Senhoras senadoras, Senhores senadores.

Estamos vivendo a frustração diante da decisão de alguns países como Estados Unidos, China, Japão, Rússia, México, Austrália e Indonésia de descartarem a possibilidade de assinarem um acordo climático internacional na reunião da COP 15, Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre a Mudança do Clima, que será realizada no próximo mês, em Copenhague, na Dinamarca.

Durante a COP 15, 192 países iriam tratar da renovação das metas traçadas no Protocolo de Kyoto em relação a emissão de gases que provocam o efeito estufa. No entanto, as nações mais responsáveis pela poluição mundial já afirmaram que não ha como selar um acordo legalmente vinculante. Fala-se agora em um tratado politicamente vinculante, o que representa apenas a preparação para um acordo futuro, no final de

2010. Os governos alegam que não ha tempo hábil ate dezembro para cada nação definir uma posição.

Ora, esta desculpa não e convincente, uma vez que em 2007, durante a conferência de Bali, na Indonésia, foi definido que 2009 seria a prazo legal para a renovação das metas do Protocolo de Kyoto. Portanto, todos os governos já tinham conhecimento de que necessitariam rever os percentuais de emissão de gás carbônico e outros.

Na verdade, o principal impasse se deve aos Estados Unidos, que ainda não votaram sua política nacional sobre mudanças climáticas. Isso tem provocado a atraso na definição dos demais países que participarão da COP 15 porque muitos tomarão uma postura com base na política adotada pelo governo americana. Por isso quase ninguém falou sobre metas.

Neste ponto, o Brasil tem adotado ações de vanguarda, pois já anunciou que pretende diminuir de 36,1% a 38,9% a liberação de dióxido de carbono ate a ano de 2020. Esta e urna “ação voluntária do governo”, e não um percentual obrigatório. Entretanto, já é um avanço no que diz respeito ao contexto mundial. Agora, nos resta analisar os detalhes desta política de redução, como os financiamentos que permitam a implantação do compromisso assumido.

Somos um país em desenvolvimento e, segundo o Protocolo de Kyoto, não precisamos nos comprometer a efetuar cortes na liberação de poluentes. O Brasil poderia ter se acomodado com isso, pois não temos que pagar por quem já poluiu bastante. No entanto, a decisão de levar esta proposta a Copenhague coloca o Brasil como protagonista porque estamos dizendo ao mundo que é preciso cuidar do planeta, independente de nossa situação econômica e nível de desenvolvimento.

O comportamento do Brasil ganhou força com o apoio da França. Em reunião com o Presidente Lula neste fim de semana, o Presidente Nicolas Sarkozy afirmou que vai defender as mesmas ideias que o Brasil em Copenhague. Desta forma, Brasil e França dirão ao mundo que os países ricos devem reduzir em 80% a emissão de gases até 2050. Enquanto isso, os países em desenvolvimento precisarão diminuir as emissões em até 39% do que emitiriam até 2020 se nada fosse feito e 80% no desmatamento das florestas.

Lamento muito que China e Estados Unidos tenham optado por não fechar um acordo para ser levado à COP 15 e lamento ainda mais o esvaziamento da conferência sobre a mudança do clima. Houve irresponsabilidade e descaso de alguns governos em relação ao tema. Estamos presenciando muitas alterações do clima e isso não pode ser desprezado. De um lado temos o derretimento das calotas polares. De outro,

enchentes, maremotos, terremotos, ondas de calor muito forte, além de tsunamis e a extinção de flora e fauna. O planeta está respondendo à má conduta do homem e é preciso rever estas ações antes que não haja mais tempo.

Aproveito o discurso para fazer o registro de uma boa notícia: a queda do desmatamento na Amazônia em 7.008 quilômetros quadrados entre agosto de 2008 e julho de 2009. Segundo um relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais na última semana, trata-se do menor nível de desmatamento dos últimos 21 anos. Isto representa uma redução de 45,2% na comparação com o período anterior. É claro que a crise econômica do ano passado também contribuiu com este desempenho, mas as ações do Governo foram fundamentais para chegarmos a este ponto. Defendo, inclusive, que o programa de combate ao desmatamento da Amazônia tenha sua aplicação ampliada para todos os biomas do Brasil.

Com tudo isso, quero destacar que é possível fazer diferente, poluindo menos e nos desenvolvermos de maneira sustentável.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da pauta da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que *dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998*

(proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 29.10.2009)

Relator revisor: Senador Roberto Cavalcanti

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.10.2009)

Prazo final prorrogado: 07.02.2010

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art.*

54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008

(nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais*

de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 498, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.*

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

13

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005 (nº 7.087/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.*

Parecer favorável, sob nº 2.007, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações

ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS*.

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominada de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fe-*

vereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (nº 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado)*.

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras*.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).*

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que *dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM).*

Parecer favorável, sob nº 1.879, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (nº 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.*

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo),

que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres*

tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.*

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008

– Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys

Shessarenko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko,

favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos*.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008 (nº 1.000/2007, na Casa de origem, do Deputado Uldurico Pinto), que *acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (permite ao estudante beneficiário do Prouni solicitar transferência para outra instituição participante do Programa)*.

Parecer sob nº 1.875, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7*

de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal*.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados*.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer*.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor)*.

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança*.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Futebol, que *regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas*

orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.

Pareceres sob nºs 2.017 e 2.018, de 2009 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 105, de 2002), das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys

Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ/CE.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo

Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a

Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007

– COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os*

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.*

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que *altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.*

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.*

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

66

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando que*

seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

67

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

68

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)*

69

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).*

70

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

71

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

72

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

73

REQUERIMENTO Nº 1.278, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).*

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.279, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).*

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

75

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

76

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

77

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

78

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).*

79

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias:*

– Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e

– Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa, quando deixou de ser apreciada.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Senhoras e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003 e 224, passam a tramitar em conjunto, retomam seu caráter terminativo, e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008, passam a tramitar em conjunto, retomam seu caráter terminativo, e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

As demais matérias passam a tramitar autonomamente e seguem os seguintes despatches:

- O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais;

- O Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2004, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Os Projetos de Lei do Senado nºs 115, de 2005; e 223, de 2006, voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

- O Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005, já apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vai, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania;

- O Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Educação, Cultura e Esporte; e

- O Projeto de Lei do Senado nº 558, de 2007, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

81

REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas)*.

82

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas)*.

83

REQUERIMENTO Nº 1.489, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.489, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal*.

84

REQUERIMENTO Nº 1.490, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.490, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal*.

85

REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrestamento do*

estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

86

REQUERIMENTO Nº 1.514, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Está encerrada esta sessão de 18 de novembro de 2009, iniciada às 14 horas.

Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 21 hora e 19 minutos.)

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
18/11/2009
Quarta-feira**

- 11:30** **Senhor Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro**
Sala de Audiências

- 12:00** **Ministro Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte acompanhado de**
atletas Olímpicos e Paraolímpicos
Sala de Audiências

- 12:15** **Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado Chefe da**
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Sala de Audiências

- 13:00** **Almoço oferecido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula**
da Silva a Excelentíssima Senhora Cristina Kirchner, Presidente da
República da Argentina
Sala Brasília, Palácio Itamaraty

- 16:00** **Ordem do Dia**
Plenário

- 19:30** **Deputado Antonio Feijão PSDB/AP acompanhado de garimpeiro do Estado**
do
Amapá
Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
- Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
- Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
- Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
- Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
- Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
- Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
- Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
- Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
- Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
- A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
- Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (Of. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

VAGO ^(1,2,4)

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁰⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁵⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁷⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,33)
Tiã Viana (PT) ⁽²⁹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁸⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	6. VAGO ^(4,31,81,82,83,84)
César Borges (PR) ⁽³⁸⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³⁹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(64,67)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(57,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(66,69)
Gerson Camata (PMDB) ^(61,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,59)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵³⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,59,80)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,55,56)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,68,71)
Pedro Simon (PMDB) ^(54,60)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,59)
Renan Calheiros (PMDB) ^(62,77)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(62,78)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴³⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,52)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁵⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴²⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,50)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵¹⁾
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) ^(5,46)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²²⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,26,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(24,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴⁴⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,44)
Gim Argello ⁽⁴⁴⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴⁴⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
44. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,35,71,81)	1. VAGO (31,78)
Augusto Botelho (PT) (26)	2. César Borges (PR) (36)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (29)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (28,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (30,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (33,60,62)	6. VAGO (33)
Renato Casagrande (PSB) (33,58,64)	7. José Nery (PSOL) (33,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (48,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,55)	3. Valdir Raupp (PMDB) (52)
VAGO (57,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (49)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (40)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (44,70,72)
Efraim Morais (DEM) (12,15,46)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Flávio Arns (PSDB) (21,43,84)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (22,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. VAGO (23,82,86)
Papaléo Paes (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (24,45,83)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (17,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

83. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

84. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. Leomar Quintanilha (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Telefone(s):** 3303-3515**Fax:** 3303-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (38,70,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,39)
Aloizio Mercadante (PT) (10,32)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,75)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (37,41)
João Pedro (PT) (30,41,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,35,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,68)
Almeida Lima (PMDB) (61,69)	2. Renan Calheiros (PMDB) (59,67,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,69)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (62,65,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,69)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,69)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,55,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,57,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,69)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (40,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (45)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,71)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (26,72,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (48)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. VAGO (11,23,53,79,80,94)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
45. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: VAGO** ⁽⁹¹⁾**VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)** ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,90,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,30)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. VAGO (32,96)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,36)
Paulo Paim (PT) (34,39,66)	4. José Nery (PSOL) (38)
Inácio Arruda (PC DO B) (37)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (35,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
VAGO (33,85,86,87,98)	7. Marina Silva (PV) (35,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,62,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (56)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,63,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,59)
VAGO (64,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,43)	1. Gilberto Goellner (DEM) (52)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,40)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (46,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Moraes (DEM) (44)
José Agripino (DEM) (13,49)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,48)
Adelmir Santana (DEM) (51)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,41)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. VAGO (28,68,75,84,89,97)
Flávio Arns (PSDB) (29,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,69,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (27)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (23)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,45)	1. João Vicente Claudino (45)
Romeu Tuma (45)	2. Mozarildo Cavalcanti (45)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
45. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
52. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,13)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,18)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,20)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,12)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,17)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PV) ^(7,26,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³³⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,35)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,32)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁴⁾	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,18)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,29)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁹⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque ^(13,37,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA****(Requerimento Da Cma 8, de 2008)****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 3311-3935****Fax: 3311-1060****E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Shessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (34,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,10)
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,11)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹²⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) (44,70,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,74)	2. Marina Silva (PV) (40,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(39,69)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) ⁽³⁸⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴¹⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,43,49,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶³⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶²⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) (3,68,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,71)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,35,66)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
VAGO (31,60,81,82,90)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
69. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) (19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. VAGO (24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (44)
Valdir Raupp (PMDB) (54,58)	5. VAGO (43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,60,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (36)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Moraes (DEM) (27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,61)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(55,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁸⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,24)
Serys Slhessarenko (PT) ^(2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁷⁾	3. Tião Viana (PT) ^(23,54)
José Nery (PSOL) ⁽²⁶⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) ^(33,41,56,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁸⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴²⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁶⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁷⁾	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁸⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁴⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁹⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁰⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²¹⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,16,40)	1. João Durval ^(15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
VAGO ^(23,63,67)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (PT) ^(21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(20,60,61,62,65)
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,41,44,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(37,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,39)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(42,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
VAGO ^(13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,29)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁰⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(20,52,54)
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(18,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(18,41,46)	4. João Ribeiro (PR) ^(18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁷⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁹⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁴⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,38)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,36,44,48)
Valdir Raupp (PMDB) ^(40,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁸⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,23)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁴⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(16,26)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(16,26)	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(15,49)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,16,45)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
VAGO ^(13,32,50,51,55)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
27. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Junior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
João Pedro (PT-AM)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO (7)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (9)	
VAGO (8)		3. VAGO (11)	
VAGO (10)		4. VAGO (10)	
VAGO (10)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 02/10/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽²⁾**PDT**VAGO ^(5,7)**PR**VAGO ^(1,6)**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 16/11/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.º088/2009/GLPTB.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.

7. Vago em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato, em 16.11.2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

³ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB10-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 314 páginas

OS: 2009/18582